

UNIVERSIDADE FEDERAL DO RIO GRANDE DO SUL  
INSTITUTO DE FILOSOFIA E CIÊNCIAS HUMANAS  
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM SOCIOLOGIA

**PATRÍCIA BOSENBECKER**

**TRÊS GERAÇÕES DE EMPREENDEDORISMO:  
CAPITAL E LAÇOS SOCIAIS  
ENTRE BRASIL E ALEMANHA A PARTIR DO  
ESTUDO DE CASO DA FAMÍLIA RHEINGANTZ**

Porto Alegre

2017

PATRÍCIA BOSENBECKER

TRÊS GERAÇÕES DE EMPREENDEDORISMO:  
CAPITAL E LAÇOS SOCIAIS  
ENTRE BRASIL E ALEMANHA A PARTIR DO  
ESTUDO DE CASO DA FAMÍLIA RHEINGANTZ

Tese apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Sociologia da Universidade Federal do Rio Grande do Sul, como requisito parcial para obtenção do título de Doutor em Sociologia.

Orientador: Dr. Karl Martin Monsma.

Porto Alegre

2017

#### CIP - Catalogação na Publicação

Bosenbecker, Patrícia

Três gerações de empreendedorismo: capital e laços sociais entre Brasil e Alemanha a partir do estudo de caso da família Rheingantz / Patrícia Bosenbecker. -

- 2017.

248 f.

Orientador: Karl Martin Monsma.

Tese (Doutorado) -- Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Instituto de Filosofia e Ciências Humanas, Programa de Pós-Graduação em Sociologia, Porto Alegre, BR-RS, 2017.

1. Sociologia. 2. Sociologia Histórica. 3. imigração alemã. 4. empreendedorismo transmigrante. 5. capital social. I. Monsma, Karl Martin, orient. II. Título.

Elaborada pelo Sistema de Geração Automática de Ficha Catalográfica da UFRGS com os dados fornecidos pelo(a) autor(a).

UNIVERSIDADE FEDERAL DO RIO GRANDE DO SUL  
INSTITUTO DE FILOSOFIA E CIÊNCIAS HUMANAS  
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM SOCIOLOGIA

Tese intitulada “*Três gerações de empreendedorismo: capital e laços sociais entre Brasil e Alemanha a partir do estudo de caso da família Rheingantz*”, de autoria da doutoranda Patrícia Bosenbecker, aprovada pela banca examinadora constituída pelos seguintes professores:

---

Prof. Dr. Karl Martin Monsma  
Universidade Federal do Rio Grande do Sul - UFRGS

---

Profa. Dra. Sonia Guimarães  
Universidade Federal do Rio Grande do Sul - UFRGS

---

Profa. Dra. Regina Weber  
Universidade Federal do Rio Grande do Sul - UFRGS

---

Prof. Dr. Oswaldo Truzzi  
Universidade Federal de São Carlos - UFSCAR

Porto Alegre, 30 mar. 2017.

## **Agradecimentos**

Em 2006, após fazer uma seleção para um curso de mestrado, recebi um e-mail do Prof. Dr. Karl Monsma, dizendo-me que não desistisse da ideia de fazer uma pós-graduação, que meu tema era muito interessante e que valia a pena o esforço. Eu não havia sido aprovada na referida seleção, mas Karl sabia que o projeto tinha potencial e que eu precisava de uma nova direção. Já naquela época, meus projetos de pesquisa envolviam de certa maneira o objeto empírico que aqui efetivamente pesquisei, a família Rheingantz. O meu caminho até o doutorado em Sociologia, na Universidade Federal do Rio Grande do Sul – UFRGS, foi uma trajetória, com algumas transições. Mantendo o apoio que sempre teve aos meus projetos de pesquisa, o prof. Karl se transformou no orientador dessa tese. Não tenho dúvidas, de que Karl foi o principal incentivador dessa pesquisa intensa e extensa, das aulas de alemão que pareciam não chegar a lugar algum, das leituras em inglês que não terminavam e nem vão terminar tão cedo e de muitas viagens a inúmeros arquivos que eu nem pensava que um dia fosse conhecer. Ao Karl, deixo aqui o meu mais sincero respeito e a minha mais profunda gratidão.

À Vera Rheingantz Abuchaim, singular pesquisadora, que compartilhou suas histórias de família comigo. Obrigada Vera pelas dicas que me ajudaram tanto nesse caminho. Agradeço também às conversas e as centenas de fotos que vimos e comentamos. As fotos usadas nesse trabalho também pertencem ao acervo de Vera, que emprestou as imagens. Por este gentil gesto, meus agradecimentos.

À mana, Ângela, e ao Fernando, minha gratidão.

Aos meus pais, meus irmãos, meus queridos sobrinhos, tios e primos, de perto e de longe, que incentivaram essa doutoranda.

À família 501, os mais queridos e lindos companheiros de jornada, no apartamento mais legal de Porto Alegre. Fernanda, Melina, Diego, Cristina, Jardélia e todos os amigos, moradores ou não, que já fizeram parte desse lugar mágico. Meus mais sinceros agradecimentos pelas horas que passamos juntos, pelo compartilhamento de ideias, de experiências, de conversas e de vivências.

Aos meus amigos, e afilhados, Natália e Diego pela companhia nessa caminhada que chamamos doutorado.

Aos pesquisadores que contribuíram para esta tese e aos amigos das inúmeras horas nos arquivos.

Aos colegas de curso, professores e amigos pelas discussões, pela troca de ideias e as conversas que auxiliaram no desenvolvimento desse trabalho.

Ao Programa de Pós-Graduação em Sociologia – PPG-Sociologia/UFRGS, pela acolhida e apoio. Em especial, à Regiane que sempre ajudou com muita paciência a descomplicar a minha vida acadêmica.

Ao prof. Dr. Ludger Pries, e demais membros de sua equipe, pela calorosa acolhida na *Ruhr-Universität Bochum*.

Aos representantes do *Welcome Centre*, da *Ruhr-Universität Bochum* pelo suporte e auxílio durante a minha estada na Alemanha.

Finalmente, agradeço o apoio financeiro da Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior – Capes, através da bolsa de doutoramento e também da bolsa de doutorado sanduíche, que financiaram a construção dessa tese e minhas pesquisas no Brasil e na Alemanha.

El morir de las generaciones anteriores  
proporciona el olvido que se hace  
necesario en el acontecer social. Para  
la continuación de la vida de nuestra  
sociedad, el recuerdo social es  
exactamente tan necesario  
como el olvido o la irrupción de  
nuevos actos.  
*Karl Mannheim*

## **Resumo**

Este trabalho analisa a construção e o desenvolvimento dos negócios da família Rheingantz, a partir das redes sociais constituídas e operadas por três gerações familiares, no período de 1840 até 1930. A tese investiga o papel do capital social ao longo do tempo, seu uso pelos membros familiares e a transmissão geracional. Percebendo a família Rheingantz como um grupo imigrante singular em termos de adaptação em solo brasileiro, essa análise busca refletir o papel dos laços transnacionais na construção e manutenção de empreendimentos de propriedade imigrante. Fruto de ampla pesquisa histórica, a tese apresenta uma narrativa de abordagem sócio histórica, que tem entre seus objetivos: investigar o papel das redes transmigrantes na formação e no desenvolvimento das empresas da família Rheingantz ao longo do tempo; analisar o uso de capital social entre membros familiares e sua transmissão entre gerações; avaliar quais os grupos envolvidos com os negócios da família Rheingantz e quais os benefícios que podem ter recebido no interior das redes sociais.

**Palavras-chaves:** imigração alemã, sociologia histórica, empreendedorismo transmigrante, capital social, redes sociais.



## **Abstract**

This work analyzes the construction and development of the Rheingantz family business, focusing on the social networks operated by three generations of the family, between 1840 until 1930. The thesis investigates the role of social capital over time, its use by family members and intergenerational transmission. Understanding the immigrant Rheingantz family as uniquely successful in adaptation to Brazil, this analysis emphasizes the role of transnational ties in the construction and maintenance of immigrant enterprises. The result of extensive historical research, this thesis presents a socio-historical narrative that has among its objectives: investigate the role of transmigrant networks in the formation and development of the Rheingantz family businesses over time; analyze the use of social capital by family members and its transmission between generations; assess which groups were involved in the Rheingantz family business, and what benefits they received within the social networks.

**Keywords:** German immigration, historical sociology, transmigrant entrepreneurship, social capital, social networks.

## Lista de Ilustrações

Figura 1 – Caderneta do passaporte de Ziegenbein.....	75
Figura 2 – Carlos Guilherme Rheingantz.....	90
Figura 3 – Theresa Guilhermina Rheingantz.....	90
Figura 4 - Filhos de Carlos Guilherme Rheingantz em visita à Alemanha. ....	93
Figura 5 - Frederico Guilherme Rheingantz e sua esposa, Maria Angélica.....	95
Figura 6 - Luiz Valentim Bernardo Rheingantz. ....	95
Figura 7 - Comemorações dos 50 anos da Fábrica de Chapéus Pelotense (1931) .....	99
Figura 8 - Carlos Guilherme e Maria Francisca Rheingantz na época do casamento. ....	127
Figura 9 – Recorte com assinatura de Jacob Rheingantz. ....	149
Figura 10 - Propaganda dos tecidos <i>caboclo</i> .....	155
Figura 11 - Quadro comemorativo dos 50 anos da Cia União Fabril (1873-1923).....	173
Figura 12 - Comendador Carlos Guilherme Rheingantz .....	205
Figura 13 - Os Rheingantz na casa de praia do Cassino.....	208

## Lista de Tabelas

Tabela 1 - Compras realizadas da Sesmaria dos Potreiros .....	118
Tabela 2 - Lucros e dividendos da <i>Rheingantz &amp; Cia</i> .....	153
Tabela 3 - Valor dos estabelecimentos da <i>Rheingantz &amp; Cia</i> .....	156
Tabela 4 – Empréstimos da <i>Rheingantz &amp; Cia</i> .....	158
Tabela 5 – Número de acionistas da União Fabril.....	162
Tabela 6 - Maiores acionistas da União Fabril (mais de 300 ações) .....	163

## Lista de Quadros

Quadro 1 - Diferentes abordagens dos estudos migratórios .....	32
Quadro 2 - Múltiplas e multilocais incorporações transmigrantes .....	43
Quadro 3 - Capital social: tipos e características.....	55
Quadro 4 – Padrinhos de batismo para filhos de Ziegenbein .....	64
Quadro 5 - Filhos de Carlos Guilherme e Maria Francisca Rheingantz.....	92
Quadro 6 - Formação e ocupação dos filhos de Carlos Guilherme .....	98
Quadro 7 - Áreas adquiridas do Governo Imperial .....	107
Quadro 8 - Negociações de terras que envolveram Oliveira Guimarães.....	112
Quadro 9 - Outras áreas adquiridas e não totalmente colonizadas até 1877 .....	115
Quadro 10 - Viagens de Carlos Guilherme entre Brasil e Europa.....	190
Quadro 11 - Cargos ocupados pelos familiares na companhia em Rio Grande .....	193

## **Lista de Gráficos**

Gráfico 1 - Lucro bruto e dividendos da União Fabril (1891-1930) .....	174
--	-----

## **Lista de abreviaturas e siglas**

AHRS – Arquivo Histórico do Rio Grande do Sul

APERS – Arquivo Público do Rio Grande do Sul

BRG – Biblioteca Rio Grandense

BN – Biblioteca Nacional

CDH – Centro de Documentação Histórica Professor Hugo Alberto Pereira Neves/FURG

NPH – Núcleo de Pesquisa Histórica/UFRGS

POA – Porto Alegre

RG – Rio Grande

RJ – Rio de Janeiro

SI – Sem informação

doc. – documento

cx. – caixa

mç. – maço

fl. – folha

p. - página

v – verso

## Sumário

1	Introdução.....	15
2	Estudos migratórios, redes e capital social: discussões pertinentes.....	30
2.1	A transmigração e os processos de incorporações múltiplas.....	30
2.2	Capital social: as perspectivas de Bourdieu, Coleman e da Nova Sociologia Econômica.....	47
3	Família, redes e negócios.....	59
3.1	Os alemães e suas redes: os laços entre Rio Grande e Hamburgo.....	59
3.2	Trajетórias e transições: a família Rheingantz e suas empresas.....	78
4	Um mundo de novas oportunidades: as relações com os brasileiros.....	104
4.1	As relações com os fazendeiros: a terra como nova oportunidade.....	105
4.2	As relações com os capitalistas estabelecidos no Brasil: a indústria como nova oportunidade.....	125
5	O papel dos “homens de confiança” na manutenção dos negócios.....	140
5.1	Redes imigrantes: a imigração é um negócio.....	141
5.2	Os <i>capitalistas</i> de Rio Grande e as redes de investimento.....	150
6	Patrimônio, sucessão e transmissão de capitais.....	178
6.1	Patrimônio e sucessão.....	178
6.2	Investimentos e legados simbólicos.....	198
7	Conclusão.....	214
	Referências.....	219
	Acervos e fontes documentais consultadas.....	241
	Anexo A – Mapa do Rio Grande do Sul com a localização das principais cidades e das colônias alemãs.....	247
	Anexo B – Diagrama das três gerações da família Rheingantz.....	248

## 1 Introdução

Os Rheingantz apareceram em meu caminho há cerca de 20 anos. Eu estava sentada em um pequeno banco no cantinho da cozinha da casa de minha avó materna. Acima do banquinho, havia um pequeno espelho pendurado na parede, com espaço para pendurar uma toalha de rosto. No outro canto da cozinha, havia um fogão à lenha. Minha avó caminhava de um lado a outro, organizando ingredientes e panelas na preparação de uma sopa. Era um sábado dos muitos que passei com minha avó durante minha infância. No domingo, sempre havia visitas. Mesmo agitada e ocupada, minha avó contava-me algumas histórias sobre ela, seus pais, seus avós e sobre a imigração alemã: “*Ele não era um homem muito bom*”, dizia minha vó. “*Ele maltratava meus avós*”, continuava. “*Uma vez, foram comprar pano para fazer camisas e Rheingantz jogou os panos no chão e gritou com eles...*”. Há muitas histórias como essas pelo interior de São Lourenço do Sul, da mesma forma que há outras mais positivas sobre Jacob Rheingantz e os demais membros da família Rheingantz. Eu estive na casa da minha avó inúmeros sábados, assistindo a ela cozinhar e ouvindo suas histórias, que eram, na realidade, uma parte da minha própria história, perdida em meio a lendas sobre tesouros, assombrações, almas que não descansavam, gente que morreu no navio e uma penosa realidade enfrentada por imigrantes e descendentes naquela região. Somavam-se a isso, evidentemente, os problemas com os Rheingantz. Minha avó tornou-se o elo entre a história da minha família e minha própria realidade. Acompanhei-a e ajudei a colocar flores em todos os túmulos que eram de membros da família. Conheci parentes distantes, que não se visitavam há muito tempo. Procurei por fotos dos antepassados e comecei a anotar datas, nomes, históricos e até o pequeno conto dos panos para camisa. O primeiro passo foi ouvir, o segundo, anotar. Esse processo me levou a descobrir meu caminho pela pesquisa acadêmica e a buscar respostas sobre condições e diferenciações sociais entre imigrantes.

Durante a minha graduação, em História, pela Universidade Federal do Rio Grande (FURG), comecei minha pesquisa acadêmica pelos caminhos que a família Rheingantz tinha seguido. Durante meu mestrado, tentei tratar das condições sociais dos primeiros imigrantes de São Lourenço, dos colonos, mas percebi que os Rheingantz estavam presentes em meu trabalho muito mais do que eu gostaria que lá estivessem. Não há muitos trabalhos que explorem a formação das elites imigrantes no extremo sul, nem trabalhos que, de maneira



particular, tratem das influências ou dos impactos das iniciativas da família Rheingantz no Rio Grande do Sul. Este trabalho, em parte, busca responder algumas dessas questões, embora tenha também preocupações mais amplas e esteja concentrado em aspectos teóricos específicos. Ironicamente, minha tese será publicada no ano em que se completam 200 anos do nascimento de Jacob Rheingantz, que nasceu em 1817. Esta tese, contudo, não é um presente, nem espero que se torne mais um laudatório livro comemorativo do empreendedorismo imigrante. Simbolismos à parte, escrever este trabalho foi sempre como caminhar sob uma linha invisível e tênue, onde cada *passo em falso* fazia o trabalho imergir numa conjuntura de riscos pessoais e acadêmicos.

A narrativa histórica que será mostrada nos próximos capítulos é formada também por meio de um diálogo com o leitor, com a pesquisa e com a teoria, que é, por sua vez, construído justamente para considerar os riscos do próprio caminho percorrido. Quais os riscos que posso encontrar nesse caminho? O primeiro deles está no próprio método da narrativa história, construída pela escolha do(a) autor(a), pela minha escolha, do que é importante e deve constar no texto e do que não deve constar. Por outro lado, tantos anos pesquisando sobre esse tema específico traz conhecimento necessário e fôlego para realizar uma pesquisa intensa e extensa como a que realizei para essa tese, mas, ao mesmo tempo, cria uma proximidade com o próprio objeto que, sem avaliação e autocrítica, pode atrapalhar a construção da narrativa. Vou dar um exemplo prático. Uma das primeiras opções para construir um texto uniforme é pensar na apresentação dos nomes dos membros da família. Minha primeira opção é usar os nomes em português. Tratarei cada indivíduo pelo nome próprio ou primeiro nome. Confesso que, para alguns, aprendi a usar os nomes conforme eram usados pela família, por exemplo, Calos Guilherme, ao invés de Carlos, ou Oscar, ao invés de Oscar Felipe. Contudo, Jacob Rheingantz é um caso particular. Ao longo do tempo e no decorrer da minha pesquisa, acostumei-me a tratá-lo por Rheingantz e assim o farei neste trabalho, ele será nomeado de Jacob Rheingantz ou Rheingantz. Tal atitude também se deve pela distância que nos separa e que me impossibilita de tratá-lo pelo primeiro nome, o que não ocorre com os outros membros da família.

Mas o que é a narrativa histórica desenvolvida no interior de uma abordagem sócio-histórica? Há diferentes concepções e formas de utilizar as narrativas como método de análise na sociologia histórica. Entre tais concepções, cito três das mais conhecidas, tendo cada uma delas um representante principal: a narrativa de evento-estrutura delimitada por Larry Griffin; a narrativa sociológica ou as categorias narrativas de Andrew Abbott; e as narrativas

comparadas de Peter Abell. Entre esses, Griffin é quem apresenta uma definição mais abrangente para “narrativa”:

Narrativas são construções analíticas (ou coligações) que unificam um número de ações e acontecimentos passadas ou contemporâneos, que poderiam ter sido vistas como discretos ou díspares, em um todo coerente relacional que dá sentido à e explica cada um dos seus elementos e é, ao mesmo tempo, constituída por ela (McCullagh 1978; Abbott 1990; Griffin 1992). Narrativas são feitas de material bruto de sequências da ação social, mas são, do início ao fim, definidas e orquestradas pelo narrador para incluir uma particular série de ações em uma ordem temporal específica para um propósito específico. (GRIFFIN, 1993, p. 1097, tradução nossa<sup>1</sup>).

As explicações narrativas estão baseadas em uma conectividade sequencial e no desdobramento da ação, isto quer dizer que uma forma de explicar uma determinada ocorrência é dada pelo entendimento do que causa determinada ação. Na narrativa, isso pode ser realizado pela sequência das ações na própria trama narrativa e pela ligação desta em um conjunto de ações (GRIFFIN, 1993, p. 1097). No interior de uma investigação sociológica, a dinâmica da narrativa proporciona um entendimento sobre a interação entre agência e estrutura (ABRAMS, 1982; SEWELL, 2005). A maior parte das explicações sociológicas são comparativas e generalizantes, mas não temporais, enquanto as narrativas apresentam lógicas construtivas e explicativas temporais, nas quais as explicações assumem a forma de um desdobramento (GRIFFIN, 1993, p. 1099). Como disse Abrams (1982, p. 200), as narrativas devem ser “desempacotadas”, para, conforme Griffin (1993, p. 1100), serem reconstituídas analiticamente a fim de formar uma interpretação causal de certo evento histórico. Nesta tese, utilizo um tipo particular de narrativa. Utilizo como método de análise a narrativa de caso único, ou *single-case narrative* (ABBOTT, 2001), procedimento caracterizado pela delimitação do caso em si ao redor dos indivíduos investigados. Uma das dificuldades centrais encontra-se na delimitação das fronteiras ao redor deste tema central.<sup>2</sup>

O uso da narrativa, nesse sentido, dá-se como método de análise para o estudo de processos históricos, e não como descrição histórica. A sociologia histórica, embora seja tratada comumente como um subcampo da Sociologia, é melhor definida como uma abordagem. Ainda na década de 1960, Charles Tilly (1988; 2007) apontava para o

<sup>1</sup> Texto original: “Narratives are analytic constructs (or “colligations”) that unify a number of past or contemporaneous actions and happenings, which might otherwise have been viewed as discrete or disparate, into a coherent relational whole that gives meaning to and explains each of its elements and is, at the same time, constituted by them (McCullagh 1978; Abbott 1990; Griffin 1992). Narratives are made up of the raw materials of sequences of social action but are, from beginning to end, defined and orchestrated by the narrator to include a particular series of actions in a particular temporal order for a particular purpose”.

<sup>2</sup> Veja discussão em Abbott (2001, p. 141 e seguintes).

ressurgimento do pensamento e para a pesquisa histórica na Sociologia. A preocupação com o futuro da história na sociologia manteve-se em seus trabalhos. O autor sempre defendeu uma sociologia histórica ampliada, na qual as análises sociológicas pudessem ser historicizadas, ou seja, amparadas no tempo e no espaço.

Tilly propunha que as relações sociais existentes no passado e os seus resíduos tinham condições de constranger as relações sociais futuras, por meio de processos que gerariam conexões ao longo do tempo e em determinado espaço, contudo essas correlações não eram simples. Para o autor, os processos ocorrem em determinado lugar e tempo e afetam o próprio processo e a forma pela qual eles mesmos ocorrem. Desse modo, Tilly (1988, p. 710) procurou mostrar que “os processos sociais são dependentes do caminho. É por isso que a história importa”.<sup>3</sup>

Tilly, assim como outros autores, defende que a sociologia histórica não deva ser tratada como subcampo, mas como uma abordagem. Também compactuando dessa opinião está Theda Skocpol (1984; 2004), que caracteriza a abordagem da seguinte forma:

No meu ponto de vista, a sociologia histórica é melhor compreendida como uma tradição contínua de pesquisa, sempre renovada, devotada para a compreensão da natureza e dos efeitos de estruturas de larga escala e processos fundamentais de mudança. Os desejos de responder a questões historicamente embasadas, e não a paradigmas teóricos clássicos, são a força diretiva. Com certeza, sempre houve e sempre haverá sociólogos que não questionam ou buscam responder questões macroscópicas, historicamente fundamentadas (SKOCPOL, 2004, p. 11-12).

A sociologia histórica enfoca sequências, temporalidades e processos de mudança social. Possui uma postura metodológica que valoriza a pesquisa histórica, ou seja, um conjunto de materiais históricos (fontes documentais), enfatizando a temporalidade e salientando a complexidade, a partir da tendência de ver as estruturas sociais como resultados de combinações contingentes de processos e eventos (MONSMA, 2007). As principais preocupações dizem respeito às estruturas sociais e aos processos situados no tempo e no espaço, e, nesse sentido, perseguem sequências temporais em busca de consequências. Entretanto, não afasta de seus propósitos a compreensão das consequências das vidas individuais e das transformações sociais em cada local, percebendo os diversos ritmos que circundam as escolhas no passado, escolhas que criam, limitam e movimentam as

---

<sup>3</sup> Adaptado do texto original: “*Such processes produce connectedness within time and space that goes beyond simple temporal and spatial autocorrelation; every existing structure stands in the place of many theoretically possible alternative structures, and its very existence affects the probabilities that the alternatives will ever come into being. In short, social processes are path-dependent. That is why history matters*”.

possibilidades de mudança (SKOCPOL, 2004). Há, no entanto, diferentes arcabouços teóricos que definem temporalidade, eventos e sequências de eventos, por exemplo.<sup>4</sup> Um referencial pertinente é o desenvolvido por Andrew Abbott (2001), que elabora a teoria de análise narrativa, a qual evidencia os *turning points* ou pontos de virada, em tradução livre. Abbott (2001), a partir de seus estudos sobre carreiras profissionais nos Estados Unidos, interessou-se pela sucessão de eventos no curso da vida, desenvolvendo ideias sobre encadeamento, ordem e convergência das histórias vividas evidentes no processo social. A implicação mais geral da concepção do autor mostra que o processo social poderia ser analisado a partir de trajetórias e transições.

Trajетórias, nesse sentido, são sequências de eventos interdependentes em diferentes áreas da vida; já transições são, por um lado, diferentes estágios ao longo de uma trajetória que podemos considerar regulares e, por outro, cortes radicais, que redirecionam caminhos. Esse último tipo de transição é considerado pelo autor um ponto de virada, pois interrompe um padrão regular de dada trajetória, criando uma nova direção, um novo rumo e, dessa forma, desencadeia uma nova trajetória. As trajetórias têm como característica certa inércia, que remete ao seu caráter duradouro, incluindo pequenas transições, que não são apreciáveis como mudanças de direção na trajetória como um todo. Como narrativa, há um caráter de coesão que faz a trajetória ser tomada como linear. Um indivíduo pode experimentar uma sequência de vida como uma trajetória conectada à outra, com pontos de virada entre elas, isto é: uma trajetória, um ponto de virada, nova trajetória, outro ponto de virada e, assim, sucessivamente.

Para Abbott (2001), o conceito de pontos de virada é um conceito narrativo, porque tem como referência dois pontos no tempo e não apenas um. Isso significa que o que importa é a passagem suficiente de tempo para o novo curso, no qual se torna claro que a direção foi de fato alterada. Assim, o autor está tratando de mudanças ao longo do tempo. Já os pontos de virada podem ser percebidos a princípio como caóticos, ocasionados por uma transição irregular na trajetória. Contudo, o próprio ponto de virada é consequencial, uma vez que mudanças não ocorrem instantaneamente ou, em outras palavras, os processos sociais não tomam outra direção instantaneamente. Para ser percebido, esse ponto de virada somente fará sentido após ocorrer, quando uma nova trajetória for estabelecida. O ponto de virada é, portanto, um processo narrativo, que tem uma duração e uma extensão, “que leva tempo para acontecer” (ABBOTT, 2001, p. 258). Resta saber como o tempo pode ser definido no interior

---

<sup>4</sup> Veja, por exemplo, Sewell Jr. (2005) e Monsma (2016).

de um processo social. Abbott (2001) acredita que a noção de tempo é local, no sentido de que ela é própria de um determinado lugar e um momento particular. Por outro lado, o tempo é relacional, pois “os presentes de uma pessoa não são de outra pessoa” (ABBOTT, 2001, p. 295). Dessa forma, o tempo também é indexado, pois agrupa uma multiplicidade de presentes sobrepostos, de modo que a temporalidade surge a partir da convergência de diferentes ritmos de vida e de diferentes graus de interação na vida social.

A perspectiva de trajetórias e transições permite observar ainda a capacidade de adaptação a novas situações e a circunstâncias adversas, em que um ator social pode aproveitar oportunidades ou sofrer os reveses. Assim, desenhamos um quadro de pesquisa no qual o tempo é uma variável. Nesse sentido, propomos uma abordagem multigeracional, pesquisando três gerações da família Rheingantz, sendo que, em cada geração, tomaremos o chefe de família como principal indivíduo a ser avaliado, compreendendo desde a saída dos Rheingantz da Alemanha, no início da década de 1840, até o final da chamada Primeira República brasileira, em 1930. Estudamos, então, parte do processo de imigração/colonização e industrialização ocorrido no Brasil, entre o final do século XIX e o início do XX, partindo da construção de empresas de propriedade imigrante e, de certa forma, do seu funcionamento ao longo do tempo.

A família Rheingantz foi um dos mais influentes e importantes grupos empreendedores de origem alemã do sul do Rio Grande do Sul. Ainda no terceiro quartel do século XIX, a família foi a responsável pela construção de casas comerciais, uma colônia agrícola e fábricas de chapéus, lã, algodão e aniagem. Esses negócios, que tinham por base a mão de obra imigrante, estavam centrados nas cidades de Rio Grande e Pelotas (veja localização das cidades e da colônia no Anexo A). Em um primeiro momento, a família permeou a região com pontos comerciais, que abasteceram o sul da Província de São Pedro, com gêneros alimentícios. Nesse período, de caráter mais comercial, os rumos da família eram conduzidos pelo primeiro Rheingantz a aportar no Brasil, Jacob, ainda em meados do século XIX (veja as gerações familiares no diagrama do Anexo B). O maior dos estabelecimentos foi, no entanto, um complexo fabril, que, embora tenha trocado diversas vezes de nome, ficou conhecido como Companhia União Fabril, erguida por Carlos Guilherme, pertencente à segunda geração do grupo, já nascida no país. A primeira fábrica foi fundada em 1873 e é considerada a primeira do Brasil no ramo de tecidos de lã. O complexo fabril chegou a abastecer o exército brasileiro, contando, durante a Segunda Guerra Mundial, com mais de 1200 funcionários (ROCHE, 1969, p. 507) e funcionando praticamente o dia todo. As fábricas permaneceram na família até o final da década de 1950, quando eram

administradas pela quarta geração familiar, netos do imigrante Rheingantz. Tendo esse panorama em vista, propomos, dentro da sociologia histórica das migrações, uma investigação histórica que pode nos proporcionar a análise em uma perspectiva geracional, ou seja, poderemos avaliar ao longo do tempo e das gerações da família, a relação entre as suas redes sociais, os capitais acumulados e suas empresas.

Considerando a família Rheingantz como um grupo de empreendedores transmigrantes, definimos o conceito de transmigrante como aqueles imigrantes que dependem de múltiplas e constantes interconexões através das fronteiras internacionais em seu cotidiano e, assim, configuram suas identidades, recorrendo a mais de uma nação como ponto de referência (SCHILLER; BASCH; BLANC, 1995, p. 48). A perspectiva do empreendedorismo transmigrante é relativamente nova nas Ciências Sociais, mas sua ocorrência não está circunscrita aos dias atuais. Esse é o primeiro axioma desta tese. Nos estudos migratórios e nos desenvolvidos por sociólogos econômicos, a preocupação é relativa às condições dos imigrantes para sustentarem um empreendimento transnacional, pois “os meios que tinham ao dispor para o conseguirem eram bastante escassos em comparação com aqueles de que hoje em dia dispõem os imigrantes” (PORTES, 2004, p. 74). Isso quer dizer que há uma questão de densidade e de complexidade nos movimentos contemporâneos, influência latente da ideia de globalização e do capitalismo e do mundo moderno, em função das novas tecnologias nos transportes e nas telecomunicações (PORTES, 2004; PORTES; GUARNIZO; HALLER, 2002, p. 281). A questão é assim resumida pelo professor da Universidade da Califórnia, Min Zhou (2004, p. 1054, tradução nossa<sup>5</sup>):

Historicamente, os movimentos de ida e volta entre os países emissores e receptores têm sido um fato da vida para muitos grupos de imigrantes. O que é novo no transnacionalismo contemporâneo é que a escala, a diversidade, a densidade e a regularidade desses movimentos, e as consequências socioeconômicas que provocaram, são incomparáveis com os fenômenos do passado, graças aos voos a jato, aos serviços telefônicos e de fax, a internet e outros meios de comunicação e de transporte de alta tecnologia, mas sobretudo a reestruturação da economia mundial, juntamente com a globalização do capital e do trabalho.

---

<sup>5</sup> Texto original: “Historically, movements back and forth between sending and receiving countries have been a fact of life for many immigrant groups. What is new about contemporary transnationalism is that the scale, diversity, density, and regularity of such movements and the socioeconomic consequences that they have brought about are unmatched by the phenomena of the past, thanks to jet flights, long-distance telephone and fax services, the Internet, and other high-tech means of communication and transportation, but most importantly to the restructuring of the world economy along with the globalization of capital and labor”.

A observação de Zhou precisa ser matizada, pelo menos em dois sentidos gerais. O primeiro deles relativo às tecnologias atuais em comparação com o mundo passado e, o segundo, em relação a quem teria oportunidade, em perspectiva histórica, de manter laços e relações transnacionais. Com relação à primeira questão, é necessário buscarmos uma nova abordagem nos termos da sociologia histórica. Assim, não é prudente comparar as conversas mantidas em tempo real pela internet nos dias de hoje com as antigas cartas, ou as viagens de algumas horas de avião com aquelas que levavam semanas em navios. Aqui, é preciso deixar que o tempo tenha suas próprias especificidades. Como mostraremos nesse trabalho, cartas trocadas entre grandes comerciantes podem manter sólidos negócios tanto quanto ligações de celulares mantidas diariamente nos dias de hoje influenciam instituições financeiras mundo afora. A questão é compreender as especificidades e as temporalidades, ou seja, perceber que a carta recebida de outro grande industrial alemão no início do século XX era importante e, simbolicamente, precisa ser avaliada pela força, pressão ou surpresa que tinha em seu contexto e, assim, por seus significados. Em suma,

[...] as diversas temporalidades não devem ser consideradas como envoltórios objetivos dos fatos sociais; são o produto de construções sociais que asseguram o poder de uns (sobre o presente ou futuro, sobre si próprios ou sobre os demais) e levam os outros à desesperança (CHARTIER, 2010, p. 68).

O que é importante, portanto, nesse tipo de pesquisa histórica, é analisar a manutenção e a construção desses laços transmigrantes, que já eram fatores substanciais nas grandes ondas de migrações transatlânticas no final do século XIX e início do XX (LEVITT, DEWIND, VERTOVEC, 2003, p. 569). A perspectiva histórica, dessa forma, contribui para destacar o valor do conceito, pois aponta para conexões previamente negligenciadas pelos pesquisadores (PORTES; GUARNIZO; HALLER, 2002, p. 281).

A segunda questão que mencionamos é a de que, mesmo em tempos passados, “muitos grupos de imigrantes” já viviam conforme uma perspectiva transnacional. A afirmativa não parece ser exata. Os estudos dirigidos por Alejandro Portes revelam que as atividades transnacionais não se tornaram a principal forma de adaptação econômica dos imigrantes, pelo contrário, apenas uma pequena minoria, por exemplo, tornou-se empresário transnacional (PORTES, 2004, p. 84). Isso significa que apenas um pequeno grupo de empresários de origem imigrante depende efetivamente das relações constituídas em termos transnacionais (LEVITT; DEWIND; VERTOVEC, 2003, p. 569). Conforme Portes (2004, p. 84):

Tomados no seu conjunto, estes resultados indicam que o transnacionalismo não constitui o modo de adaptação normativo ou dominante destes grupos de imigrantes. Quando no novo país, a maior parte dos seus membros parece prosseguir as suas vidas num relativo esquecimento daquilo que fora a sua experiência anterior. Nesta medida, encontra-se aqui fundamento para a posição “canónica” da teoria da imigração, que acentua a assimilação dos imigrantes pela sociedade anfitriã. Acresce que o reconhecimento de que o transnacionalismo não é um fenómeno universal deve ser alargado por forma a reconhecer também que, pelo menos no caso de alguns imigrantes, ele se encontra quase ausente.

Nesse sentido, os estudos apontam que o empreendedorismo transmigrante é um projeto “sobretudo de homens com firme inserção na estrutura familiar – homens com instrução, bons relacionamentos, e uma sólida implantação no país de acolhimento” (PORTES, 2004, p. 88). Entretanto, mesmo aqueles imigrantes envolvidos em práticas transnacionais as realizam com considerável variação de tipos, formas e alcance (LEVITT; DEWIND; VERTOVEC, 2003; PORTES, 2004; LEVITT, 2001). Assim, não é possível esperar ou estabelecer uma prática universal. Zhou (2004) resume a questão ao afirmar que a compreensão dessas escalas e formalidades passa pela adoção de perspectivas de análise que ultrapassam a vida imigrante no país de acolhimento, ressaltando o processo de criação e manutenção de relações sociais multifacetadas entre sociedades de origem e acolhimento, nas quais a intensidade dos intercâmbios interessa aos estudiosos. Por um lado, pode ser encontrado um conjunto maior de práticas nos países de acolhimento ou no de origem, ou em ambos. Porém, não se diminuiu o entendimento das práticas transmigrantes se um indivíduo mantiver relações econômicas de escopo transnacional e nenhuma atividade comunitária com seu país de origem ou ainda se viver efetivamente no país de acolhimento, mas manter recursos, contatos e relações com outras pessoas que estão longe (LEVITT, 2001). Em resumo, as práticas podem ser abrangentes ou seletivas:

Por exemplo, há indivíduos e grupos cujos meios de subsistência econômica dependem de atividades transnacionais regulares, enquanto suas vidas políticas e religiosas se concentram em interesses do país de acolhimento. Mas há também os migrantes que participam regularmente de práticas religiosas e políticas transnacionais e só ocasionalmente enviam dinheiro de volta para os membros da família ou investem em projetos de sua pátria. Indivíduos cujas práticas transnacionais envolvem muitas arenas da vida social podemos dizer que se envolvem em práticas transnacionais “abrangentes”, enquanto outros que participam de apenas algumas, são mais



“seletivas” (LEVITT; DEWIND; VERTOVEC; 2003, p. 569-570, tradução nossa<sup>6</sup>).

Desse modo, um indivíduo pode manter atividades transnacionais seletivas, quer dizer, restringi-las a uma esfera da vida social, enquanto que outros indivíduos podem acumular práticas sociais transnacionais em muitas arenas da vida social, mantendo práticas abrangentes (LEVITT, 2001, p. 198). Todavia, mesmo quando limitada, essa experiência transnacional deve ser investigada porque o ponto central é desvelar se existe uma via alternativa de adaptação política, social e/ou econômica na sociedade de acolhimento, em comparação com os modelos assimilacionistas (PORTES, 2004, p. 89; PORTES; GUARNIZO; HALLER, 2002, p. 284), como discutiremos no próximo capítulo. Para esses autores, um empresário transmigrante pode manter relações transnacionais em termos econômicos, garantindo sucesso ao seu empreendimento, e não manter atividades transnacionais em outras dimensões (social ou política, por exemplo), resultando, ainda assim, em um caso de adaptação econômica bem-sucedida no país de acolhimento. Nesse sentido:

Os campos sociais transnacionais que a migração engendra abrangem todos os aspectos da vida social. Embora possam surgir no início em resposta às relações econômicas entre migrantes e não migrantes, também surgem conexões sociais, religiosas e políticas que constituem e são constituídas por essas arenas. Quanto mais diverso e espesso for um campo social transnacional, maior será o número de maneiras que ele oferece aos migrantes de permanecerem ativos em suas terras. Quanto mais institucionalizadas forem essas relações, mais provável será que a adesão transnacional persista (LEVITT, 2001, p. 197, tradução nossa<sup>7</sup>).

Por outro lado, os comportamentos e as decisões econômicas, como a abertura de uma empresa, por exemplo, estão imbricados nas relações sociais (GRANOVETTER, 2007). Isso significa que existem recursos disponíveis, embora escassos, no interior de redes de

---

<sup>6</sup> Texto original: “For example, there are individuals and groups whose economic livelihoods depend upon regular transnational activities while their political and religious lives focus on host-country concerns. But there are also migrants who participate regularly in religious and political transnational practices and only occasionally send money back to family members or invest in homeland projects. Individuals whose transnational practices involve many arenas of social life can be said to engage in ‘comprehensive’ transnational practices, while others who take part in only a few are more ‘selective’. Most of the individuals described in this volume participate in selective transnational practices as well as selective assimilation into their host societies”.

<sup>7</sup> Texto original: “The transnational social fields that migration engenders encompass all aspects of social life. Though they may arise at first in response to the economic relations between migrants and non-migrants, social, religious, and political connections also emerge which constitute and are constituted by these arenas. The more diverse and thick a transnational social field is, the greater the number of ways it offers migrants to remain active in their homelands. The more institutionalized these relationships become, the more likely it is that transnational membership will persist”.

relações que podem auxiliar a atingir os objetivos econômicos ou outros objetivos, de determinados grupos ou indivíduos. Contudo, a disposição desses recursos não é igualitária entre os membros de uma rede ou grupo. Assim, captar, gerenciar ou acessar tais recursos depende da capacidade de cada integrante da rede, como a chave para obter maiores benefícios para os projetos ou objetivos econômicos individuais (PORTES, SENSENBRENNER, 1993; PORTES, 1995). A obtenção desses recursos escassos depende do capital social de determinado indivíduo.

Considerando-se que, ao longo do tempo, a família Rheingantz integrou uma rede internacional, na qual mantiveram laços binacionais, a pergunta inicial é como o capital social beneficiou as empresas da família Rheingantz. Nesse viés, pretendemos investigar quais são as redes internacionais operadas, quais os benefícios recebidos e como era a distribuição dos capitais (especialmente, social, econômico) entre os familiares ao longo das gerações pesquisadas. Para responder a tais questões, é preciso estudar a criação das empresas familiares, a colônia e as fábricas, além de observar o desenvolvimento inicial desses empreendimentos, observando as transformações ao longo do tempo. Dessa forma, são objetivos desta tese: investigar o papel das redes transmigrantes na formação e no desenvolvimento das empresas da família Rheingantz ao longo do tempo; analisar o uso de capital social entre membros familiares e sua transmissão entre gerações; avaliar quais os grupos envolvidos com os negócios da família Rheingantz e quais os benefícios que podem ter recebido no interior das redes de relações.

Esta tese foi construída a partir de uma exaustiva pesquisa documental. Os dados aqui utilizados começaram a ser coletados durante a elaboração da minha dissertação de mestrado em História, defendida na Universidade Federal do Rio Grande do Sul (UFRGS), em 2011, que teve a orientação da Prof.<sup>a</sup> Dr.<sup>a</sup> Regina Weber. Logo após, comecei a trabalhar em um projeto<sup>8</sup> com o Prof. Dr. Karl Monsma (mais tarde meu orientador no doutorado), no qual coletei mais material referente à colônia São Lourenço, durante as jornadas de trabalho no Arquivo Público do Estado do Rio Grande do Sul (APERS). Essa primeira fase da pesquisa, anterior ao curso de doutorado, foi formada pelos documentos que integram a época de fundação e desenvolvimento da colônia São Lourenço, contendo medições de terras, escrituras de compra e venda de terras da área onde estava instalada a colônia, processos criminais envolvendo membros da família Rheingantz, colonos alemães e imigrantes na

---

<sup>8</sup> O projeto chama-se *A reprodução do racismo em tempos de mudança: o Oeste paulista e o Sul do Rio Grande do Sul nas épocas do fim do tráfico e da abolição*, coordenado pelo Prof. Dr. Karl Monsma e com financiamento do CNPq.

região de Pelotas, além de uma coleção de documentos, integrantes do acervo do Arquivo Histórico do Rio Grande do Sul (AHRS), que contém relatórios e cartas trocadas entre Jacob Rheingantz, diretor e empresário da colônia São Lourenço, e as autoridades da província de São Pedro do Rio Grande, atual Estado do Rio Grande do Sul, além de listagens de imigrantes e navios, mapas e estatísticas.

A pesquisa documental histórica para a realização da tese de doutorado, sem dúvida, é mais ampla e abrangente. Boa parte do campo de pesquisa no Brasil foi realizado no segundo semestre de 2014, quando foram coletados mais materiais e transcritos praticamente todos os documentos, ficando alguns poucos manuscritos para serem transcritos no primeiro trimestre de 2015. Nessa parte da pesquisa, incluem-se as visitas à Biblioteca Rio-Grandense (BRG) e ao Centro de Documentação Histórica Professor Hugo Alberto Pereira Neves (CDH) da FURG, ambos localizados na cidade do Rio Grande. Nesses locais, coletei contratos de colonos, recibos, exórdios de partilha de bens, cópias de documentos e cartas dos membros da família, além de rascunhos de cartas enviadas ao governo local e correspondências recebidas, relatórios da diretoria da Companhia União Fabril, jornais, fotografias e as entrevistas do Acervo de História Oral (CDH-FURG). Também durante essa etapa da pesquisa foram visitados o Arquivo do Judiciário e o Núcleo de Pesquisa Histórica (NPH) da UFRGS, em Porto Alegre, que mantém um acervo sobre a industrialização no Rio Grande do Sul. Para completar essa fase de pesquisa, foram coletados, no APERS, os inventários, os arrolamentos ou os testamentos existentes para os membros da família Rheingantz e seus parentes correlatos ou indivíduos bastante próximos da família, como os diretores da União Fabril. Cito aqui também a pesquisa em livros de tabelionatos das cidades de Rio Grande, Pelotas e São Lourenço.

Além desses materiais, foram utilizados nesta pesquisa de tese alguns jornais. A pesquisa nos jornais ocorreu de duas formas: a primeira, com a leitura dos jornais da cidade de Rio Grande, em datas específicas e tendo em vista questões delimitadas ao longo do texto, especialmente quando outras fontes documentais não conseguiram responder algumas questões de pesquisa. Já a segunda etapa da pesquisa em jornais ocorreu com auxílio da ferramenta de consulta online da página eletrônica da Biblioteca Nacional (BN), no setor da Hemeroteca Digital, sendo realizadas buscas nominais em toda a coleção do jornal *A Federação*, de Porto Alegre (1884-1937), além do jornal *Rio-grandense*, noticioso da cidade de Rio Grande (1849-1851), e do *Diário do Rio de Janeiro*, onde foi possível acompanhar alguns integrantes pesquisados individualmente. Assim, por exemplo, com a inserção do

nome Rheingantz na ferramenta de busca do jornal *A Federação*, foram encontradas 598 ocorrências, somadas a outras 37 com a variação Reingantz (sem o h)<sup>9</sup>.

Outra parte da pesquisa foi realizada com a coleta de informações durante a realização do doutorado sanduíche na Alemanha, que teve orientação do Prof. Dr. Ludger Pries, da *Ruhr-Universität Bochum* (universidade estadual de Renânia do Norte - Vestfália). Essa etapa da pesquisa foi realizada concomitantemente com o estudo de alemão, as atividades do grupo de pesquisa no qual estive inserida, as leituras finais para a construção da tese e a própria escrita do trabalho. A pesquisa nos arquivos alemães e o tratamento das fontes coletadas foi um processo complexo, exigindo uma reflexão mais ampla sobre as dificuldades com a transcrição e tradução do idioma e das diferenças entre o idioma alemão antigo e o moderno, bem como a forma da realização da pesquisa. Em outras palavras, foi preciso tempo, estudo e paciência para entender como era o sistema de pesquisa, ou seja, como deviam ser encaminhados os pedidos, quanto tempo se levava para realmente ter os documentos disponíveis, entre outras preocupações. Além disso, todo o material coletado na Alemanha foi comprado, quer dizer, não havia como o próprio pesquisador fazer suas fotos, o que é comum nos arquivos públicos brasileiros. Em apenas dois arquivos eu pude fazer as cópias fotográficas dos documentos que selecionei, por um preço mais acessível, já nos outros locais, foi necessário encomendar as cópias, que poderiam ser enviadas para um endereço dentro da Europa. Esse é um processo por demais demorado para aqueles estudantes que possuem apenas uma curta estada de pesquisa. Claro que, no Brasil, também há cobrança pela cópia dos documentos em parte dos arquivos, especialmente, os não públicos, como na BRG, por exemplo.

A coleta de dados na Alemanha foi mais complexa. As pesquisas no país europeu foram divididas em duas partes. Na primeira, estive nas cidades portuárias de Bremen e Hamburgo e na capital Berlim. Apenas na segunda foram encontrados materiais diretamente relacionados aos membros da família, ressaltando cinco documentos estratégicos que foram fotocopiados, além de registros sobre o período em que a família esteve morando na referida cidade. Em Bremen e Berlim, foram realizadas pesquisas nos arquivos, nos quais foram feitos estudos mais gerais sobre emigração da Alemanha ao Brasil. A segunda parte da pesquisa na Alemanha ocorreu por meio de visitas a diversos institutos e arquivos da região próxima às

---

<sup>9</sup> É preciso estar atento às armadilhas de realizar varreduras em “meios de busca de documentos”, especialmente os digitais ou eletrônicos. Diferenças nas grafias dos nomes e homônimos são mais um desafio na prática da pesquisa, nos quais a única solução possível é avaliar o material “fisicamente”, mesmo que isso resulte em tempo perdido. Um caso exemplar desse problema pode ser visto em Witt (2008, p. 102-103), que pesquisou a família Diefenthäler em registros paroquiais.

idades de origem da família e no estado do Hesse, onde Carlos Guilherme, a esposa, a irmã e a mãe moraram por muitos anos. Assim, foram muitos arquivos visitados, dos quais os mais importantes para o trabalho estavam nas cidades de Koblenz, Boppard e Wiesbaden. Essa última parte da pesquisa não contribuiu para incrementar o volume propriamente dito da tese, mas foi importante para a tarefa de checagem de dados, revelando algumas surpresas, que serão mencionadas ao longo da tese, bem como um *modus operandis* não esperado dos membros da família.

Assim, o *corpus* documental foi formado pelos seguintes conjuntos: 55 documentos oriundos da *Coleção Rheingantz* da BRG,<sup>10</sup> especialmente cartas, documentos de membros da família e relatórios da colônia; 72 documentos oriundos do AHRS, sendo: *Fundo: Imigração, Terras e Colonização. São Lourenço/empresário/diretor/diversos* e *Fundo: Consulados e Legações*, ressaltando-se relatórios da colônia, cartas, reclamações, investigações sobre problemas coloniais; 62 processos judiciais, entre testamentos, inventários, crimes e outras ações judiciais da região de Pelotas e Rio Grande, que compõem o acervo do APERS, dos quais utilizamos apenas 47 processos após uma análise mais substancial; 14 entrevistas realizadas com antigos operários da Cia União Fabril e descendentes da família Rheingantz durante a década de 1980, que compõem o Acervo de História Oral, do CDH-FURG; 47 relatórios da Companhia União Fabril e demais relatórios sobre as indústrias do Estado coletados no NPH-UFRGS; um inventário e um testamento coletados no Arquivo Centralizado do Judiciário; além de mapas, leis, estatísticas, livros comemorativos e demais publicações específicas que tratamos como fontes secundárias da pesquisa. Infelizmente, não tenho como contar quantos contratos, escrituras, procurações, registros de batismo, casamento e óbitos foram lidos ou coletados, mas sempre que utilizados serão devidamente nomeados.

As fontes documentais foram fotografadas, sendo realizada a transcrição de todo o material, conforme a grafia original do documento. Cada documento foi transcrito em um documento de texto (word), devidamente salvo e discriminado por arquivo e coleção. Nesse sentido, os documentos foram classificados conforme técnicas que aprendi quando cursei a disciplina de *Metodologias Informacionais*, sob coordenação do Prof. Dr. Alex Niche Teixeira, opção oferecida pelo Programa de Pós-Graduação em Sociologia, da UFRGS.

Outro conjunto de documentos teve um desfecho inesperado. Um grande conjunto de documentos recolhidos do próprio prédio da fábrica Rheingantz, em Rio Grande, pela diretora do CDH-FURG, Prof.<sup>a</sup> Dr.<sup>a</sup> Carmem Schiavon, encontrava-se em péssimo estado de

---

<sup>10</sup> Estamos aqui utilizando *Coleção Rheingantz* a partir de Neves (2000), contudo, em minha última visita a Biblioteca Rio-Grandense, notei que a coleção estava registrada como *Acervo Jacob Rheingantz*.

conservação, quando eu o descobri em 2014. Ainda sem catalogação e passando por um processo de higienização e restauro por equipes especializadas, como parte de projeto especial do referido Centro, o material não estava disponível para pesquisa, sendo *impossível* a minha pesquisa no material no estado em que se encontrava. Foi agendada uma pesquisa para o material em abril de 2015, antes da minha viagem à Alemanha. Contudo, quando retornei ao CDH, não consegui ser atendida, seja porque não havia funcionários no dia, seja porque não consegui contatar os funcionários, seja porque ainda não havia disponibilização do material. Independentemente desse revés, foi possível desenvolver esta tese com uma ampla pesquisa documental.

A tese foi dividida em cinco capítulos, além da introdução. O primeiro trata especialmente dos aportes teóricos necessários e utilizados na construção desse texto, já os outros quatro capítulos trazem o conjunto de dados e as conclusões relativas à análise. O segundo capítulo aborda a relação entre a família Rheingantz, as redes migratórias e a construção de suas empresas. O terceiro e o quarto capítulos tratam das relações indispensáveis nos negócios, sendo que, no primeiro, tratamos das relações construídas com as elites locais e, no outro, abordamos as relações de confiança na manutenção das empresas familiares. Por fim, o quinto capítulo apresenta as formas de transmissão de capitais ao longo do tempo e a sucessão geracional das empresas.

## **2 Estudos migratórios, redes e capital social: discussões pertinentes**

Neste capítulo, discutimos alguns aspectos teóricos fundamentais para o desenvolvimento do presente trabalho, delimitando, dentro do escopo dos estudos migratórios, a abordagem que adotaremos. Trataremos, mais especificamente, dos conceitos de empreendedorismo, transmigração, capital social e redes sociais.

Dividi este capítulo em dois tópicos. No primeiro, abordamos o conceito de empreendedorismo que adotamos, bem como os principais aspectos da teoria de redes sociais. Já no segundo tópico, trataremos detalhadamente do conceito de capital social, delimitando ainda outras noções pertinentes a esta tese.

### **2.1 A transmigração e os processos de incorporações múltiplas**

Os estudos migratórios formam um dos mais amplos campos de investigação das Ciências Sociais, com um variado leque de pesquisas e temas subjacentes. Teoricamente, podemos classificar os estudos migratórios em dois grandes grupos: as teorias clássicas ou tradicionais e as novas teorias de migrações internacionais.<sup>11</sup> O primeiro trata de processos migratórios internacionais principalmente quanto a uma ou duas formas de alterações locais (imigrado – emigrado ou retorno). Suas preocupações centrais são as origens e as causas da migração, bem como as circunstâncias e os mecanismos de interação dos migrantes nas sociedades de destino (PRIES, 2001). Ludger Pries (2001) classifica as pesquisas migratórias clássicas em cinco abordagens distintas: teoria neoclássica e da nova economia da migração de trabalho; teoria expectativas de valor (individualismo); abordagens micro/macro estruturais; demografia e geografia (disposições legislativas); e abordagem interpretativa (teoria do comportamento).

As novas abordagens sobre migrações internacionais surgiram ainda na década de 1980, profundamente marcadas pelos conceitos de globalização e transnacionalismo, como

---

<sup>11</sup> Optamos aqui por utilizar a classificação elaborada por Pries (2001). A discussão sobre as teorias clássicas pode ser acompanhada da p. 12 a 31 e sobre as novas teorias de migrações internacionais da p. 32 a 53. Evidentemente, existem outras formas que podem ser utilizadas para classificar ou caracterizar os estudos migratórios de maneira geral. Um exemplo pode ser obtido em Peixoto (2004), que classifica os estudos entre teorias micro e macrosociológicas.

ferramentas analíticas das realidades e transformações ocorridas na Europa Oriental e, de forma mais geral, para explorar aspectos que diferiam daqueles pesquisados nos Estados Unidos. A pergunta central não é mais “porque as pessoas migram dessa forma?” ou “qual a consequência da migração neste país?”, por exemplo, mas sim “quais as novas realidades sociais transnacionais que surgem com os processos migratórios atuais?”. Conforme Pries (2001, p. 32, tradução nossa<sup>12</sup>):

Enquanto a pesquisa migratória clássica, em regra, está focada no nível micro (atores individuais ou grupos familiares) ou nível macro (análise de dados macros) e nas regiões de origem ou de destino, os novos estudos migratórios concentram-se em uma “posição intermediária” de um nível de meso análise e nos movimentos ou quadros sociais entre ou acima das regiões de origem e destino.

Conforme esboçado no Quadro 1, a seguir, nas teorias clássicas da migração o foco das pesquisas eram os mecanismos de ação entre regiões de origem e destino, enquanto que nas novas teorias de migração internacional, concentra-se nas emergências de novas realidades plurilocais ou, dito de outra forma, na continuação de relações entre imigrantes e seus lugares de origem e como esse tráfego de vai e vem construiu campos sociais complexos que desalinham as fronteiras nacionais (PRIES, 2001, p. 33; PORTES; GUARNIZO; HALLER, 2002, p. 278). Naturalmente, essas pesquisas buscam um maior, ou melhor, desenvolvimento para antigas questões dos estudos migratórios e alternativas interpretativas para novos fenômenos. A experiência dos pesquisadores de temas migratórios tem mostrado que o vai e vem dos migrantes está intimamente relacionado a processos de industrialização, individualização e urbanização, bem como a eventos extremos, como guerras, catástrofes naturais, etc. (PRIES, 2010, p. 58).

As novas abordagens das migrações internacionais foram separadas por Pries (2001, p. 33) em seis grupos: redes migratórias e ciclos migratórios; novas tipologias de migrações internacionais; causalidade cumulativa; sistemas de migrações internacionais; globalização e migrações internacionais; e transnacionalismo e transmigração. Trataremos, mais especificamente da última abordagem.

---

<sup>12</sup> Texto original: “Während klassische Migrationsforschung in der Regel auf die Mikroebene (individueller Akteure oder Haushalte) oder die Makroebene (massenstatistischer Datenanalysen) und auf die Herkunftsregionen oder die Ankunftsregionen fokussiert war, konzentrieren sich neue Migrationsstudien auf ‘Zwischenlagen’, auf eine Meso-Analyseebene und auf Bewegungen und Sozialräume Zwischen bzw. Oberhalb der Herkunfts und Ankunftsregion” (PRIES, 2001, p. 32).



Quadro 1 - Diferentes abordagens dos estudos migratórios

<b>Regiões de destino</b> Fatores – <i>Pull</i> Imigração resultantes dos “problemas sociais”.  Processos de aculturação, integração, assimilação, marginalização, surgimento de minorias <sup>13</sup> étnicas e diásporas.	<b>Abordagens e tipos de análise</b> <b>Teorias migratórias clássicas</b> Mecanismos de ação entre as regiões de origem e destino.	<b>Regiões de origem</b> Fatores – <i>Push</i>  Efeitos e “balanço” da migração (transferências de valores, por exemplo).
	<b>Novas abordagens para pesquisas de migrações internacionais.</b>	
	Emergências de novas realidades pluri-locais.  Transnacionalismo e Transmigração	

Fonte: Adaptação de Pries (2001, p. 33 e 35).

A transmigração é um caso bastante particular das novas abordagens. Sua configuração nos conduz a um espaço social plurilocal transnacional, no qual os transmigrantes se movem, ultrapassando as fronteiras dos Estados-nações e das sociedades nacionais (PRIES, 2001, p. 49). É preciso estarmos atentos ao fato de que, nesse caso, não há uma “transposição” da comunidade de origem para o país de destino, ou seja, não há uma extensão de suas comunidades de origem no país de destino, mas outra forma de migração, na qual são criados espaços sociais plurilocais, onde determinadas práticas sociais, sistemas simbólicos e a cultura material ou imaterial dos migrantes são ativadas ou adaptadas (PRIES, 2001, p. 51).

O plurilocal, que caracteriza o transmigrante, é entendido aqui como um espaço social ou físico, fora das linhas fronteiriças, em dois ou mais países, no qual o migrante irá viver a sua vida, um espaço em que as oportunidades e os recursos disponíveis serão buscados, trabalhados, refletidos e exercidos. Há uma duplicação das redes de relacionamentos e da possibilidade de explorar as estruturas de oportunidades, contudo, ressaltamos que “tudo isso não torna os transmigrantes totalmente soberanos e completamente preenchidos plurilocalmente como ‘passageiros da vida’. Eles estão sujeitos a tensões estruturais, constantes desafios e constrangimentos de ação coletiva” (PRIES, 2010, p. 65).

Podemos explicar essa questão de outra forma. Pries (2010, p. 61-62) defende que a transmigração também pode ser considerada como um tipo ideal de imigração, caracterizada pela variação dos estilos de vida em diferentes países, onde se estendem os hábitos cotidianos plurilocalmente e onde há a manutenção das comunicações com a família estendida ou rede social. Por outro lado, os transmigrantes não estão incorporados em um sistema local de referência mais ou menos fechado, uma vez que combinam elementos das regiões de origem e

<sup>13</sup> Sobre a noção de minorias veja Seyferth (2010, p. 23 e seguintes).

destino e transformam-se em algo próprio e novo, ou plurilocal, com relação às suas referências espaciais e sociais.

A transmigração como tipo ideal de migração difere-se de outros três tipos: emigração-imigração, migração-retorno e migração-diáspora (PRIES, 2010, p. 59 e seguintes). O tipo ideal emigração-imigração é definido como aquele conjunto de migrantes que realmente deixam sua terra natal, suas raízes, para se estabelecerem no país de destino, perdendo, ao longo do tempo, seus referenciais de origem e sendo incorporados na sociedade de acolhimento. Um terceiro tipo ideal é a migração-retorno, a qual se dá quando o migrante fica temporariamente no país de destino, geralmente por motivos financeiros, e retorna ao seu país de origem. Um quarto tipo de migração ideal seria a migração-diáspora, caracterizada por motivos religiosos ou políticos ou por relações organizacionais. Nesse tipo, os migrantes quase sempre se organizam em função de um estabelecimento físico-espacial e econômico de grau social e político limitado no país de destino.<sup>14</sup> Com a classificação em tipologias, percebemos que a migração-retorno e a migração-diáspora configuram processos específicos, contudo, a emigração-imigração aproxima-se do recorte das teorias de assimilação, em oposição à ideia de transmigração.

Dessa forma, podemos definir migração transnacional como “[...] o processo pelo qual imigrantes forjam e mantêm múltiplas cadeias de relações sociais que ligam suas sociedades de origem e estabelecimento” (SCHILLER; BASCH; BLANC, 1995, p. 48, tradução nossa<sup>15</sup>). Assim, seguindo essa definição, o transmigrante seria aquele migrante que, em suas atividades diárias, não apenas se utiliza de “múltiplas e constantes interconexões através das fronteiras internacionais”, mas também que depende dessas interconexões para desenvolver seus negócios ou realizar atividades políticas, por exemplo. Basicamente, são migrantes que se estabelecem em determinado país, exercendo atividades políticas, sociais e/ou econômicas e mantendo padrões de vida comuns nessa comunidade, mas, ao mesmo tempo, seguem engajados com seus lugares de origem, seja no nível local ou nacional, onde mantém relações, negociam, posicionam-se e que podem exercer também algum grau de influência política, social ou cultural, mesmo a distância.<sup>16</sup>

---

<sup>14</sup> Da mesma forma que tipologias mais tradicionais poderiam ser utilizadas, como, por exemplo, a encontrada em Charles Tilly (1990), que classifica as migrações em locais, circulares, de carreira e em cadeia. Sobre as contribuições de Tilly, veja Truzzi (2008, p. 200).

<sup>15</sup> Texto original: “*Transnational migration is the process by which immigrants forge and sustain simultaneous multi-stranded social relations that link together their societies of origin and settlement*”.

<sup>16</sup> Embora no aporte de transnacionalismo a análise das pesquisas seja centrada nos Estados-nações, a ideia mais presente nessa abordagem é a de comunidade transnacional, ou seja, um novo espaço social, além de fronteiras nacionais.

Por um lado, há, nesta reconfiguração do transmigrante, um contraponto com as teorias que pregam a perda de referência daquele que emigrou, que se desenraizou e foi ou será categoricamente incorporado na sociedade de destino, perdendo seu passado. Por outro lado, há a persistência das disputas com as teorias tradicionais. Uma abordagem assimilacionista tradicional entende que as atividades transnacionais exercidas pelos imigrantes são apenas transitórias (PORTES; GUARNIZO; HALLER, 2002, p. 288), isto é, com o passar do tempo, tais atividades ou as relações sociais estabelecidas pelos migrantes desapareceriam, dando lugar a uma mais ampla integração na sociedade de destino. Embora trabalhos recentes tenham demonstrado que este não é um dos resultados produzidos (PORTES; GUARNIZO; HALLER, 2002), o conceito de assimilação vem passando por uma reelaboração. A releitura do conceito procura desvencilhar-se de alguns determinismos, tais como o de que a assimilação gerará um tipo de homogeneidade cultural. Assim, trabalhando no interior do próprio paradigma atual, autores como Alba e Nee, citados por Truzzi (2012)<sup>17</sup>, usam a possível diminuição de distinções étnicas e de diferenças culturais, ou sociais, para definirem o processo de assimilação dos grupos descendentes de imigrantes que se estabeleceram nos Estados Unidos.

Há, portanto, um entrecruzamento entre a ideia de assimilacionismo e americanização, presentes em grande parte dos autores, como mostrou Seyferth (2010), “e também em certo comprometimento ideológico com a noção de *melting pot*, convertidos no Brasil, respectivamente, em *abrasileiramento* e *crisol de raças*” (SEYFERTH, 2010, p. 20, grifos no original). No Brasil, a perspectiva assimilacionista marcou os meios acadêmicos, principalmente, depois da Era Vargas (TRUZZI, 2012, p. 523). Seu principal expoente e difusor foi o professor Emílio Willems, que fez relevante estudo sobre a “aculturação dos alemães” no país (1980 [1946]). Willems definiu o conceito como um atributo de mudança na personalidade de indivíduos expostos a situações culturais distintas, contudo, podendo variar em ritmo e grau conforme os contatos locais e a distância cultural. Nesse sentido, ele avaliou a possibilidade de conflitos e da existência de indivíduos desajustados ou marginais (TRUZZI, 2012, p. 528-529). Depois de alguns estudos e das disputas com abordagens

---

<sup>17</sup> Truzzi (2012, p. 532 e seguintes) trabalha com a reconceituação do termo presente em “Remaking the American mainstream – Assimilation and Contemporary Immigration”, de Richard Alba e Victor Nee, de 2003, e argumenta que a nova formulação proposta por tais autores pode contribuir para uma compreensão mais precisa das diferentes trajetórias de incorporação de grupos de imigrantes estrangeiros à sociedade brasileira, seja em tempos passados ou nos dias atuais.

antropológicas, o conceito caiu em descrédito, ocorrendo uma valorização das identidades étnicas dos diferentes grupos imigrantes.<sup>18</sup>

Também sobre influência acadêmica norte-americana, surgiram novas perspectivas, que, em especial, caracterizaram-se por avaliar os diversos grupos em suas próprias conjunturas sociais e históricas, ou seja, caracterizam-se por uma forma de reinterpretar as próprias histórias imigrantes. Hoje, os estudos migratórios no Brasil têm por base os trabalhos desenvolvidos pelo grupo orientado por Giralda Seyferth, que introduziu os conceitos de etnicidade e as perspectivas antropológicas. A noção de etnicidade foi construída em parte pautada nas críticas à ideia de *melting pot* e foi estabelecida ao redor do conceito de grupo étnico de Barth, originalmente cunhado em 1969 (SEYFERTH, 1986a, 1986b, 2010).<sup>19</sup> Nesse sentido, “eticidade e fronteiras intergrupais são processos socialmente construídos, e a cultura, no seu delineamento cotidiano, é fundamental na disposição categórica das identidades coletivas” (SEYFERTH, 2010, p. 29).

Mesmo com a introdução de novas perspectivas de análise, as teorias assimilacionistas persistiram, passando, nas últimas décadas, pelo que Truzzi (2012) considera um processo de ressignificação, no qual o conceito enfatiza a perda de relevância dos aspectos étnicos e culturais na vida de descendentes. Entretanto, isso não implica necessariamente a perda de uma identidade étnica por aquele que foi assimilado, uma vez que o processo é caracterizado por mudanças nas fronteiras sociais entre os grupos, em níveis diversos, com variação de intensidade e influência. Nos dias atuais, dois novos complicadores contribuem para a ampliação da discussão: o transnacionalismo e o multiculturalismo,<sup>20</sup> conceitos que são embasados pela noção de globalização. A ideia de transnacional tinha, em sua origem, um aspecto político, definido assim por Seyferth (2010, p. 34):

Há, pois, uma ressonância com o nacionalismo e uma dimensão política e ideológica que passa pela construção de novas identidades – as redes transnacionais produzindo relações sociais entre aqueles que emigram e os que ficam. Alguns trabalhos dão particular atenção à relação entre nacionalidade e raça e os casos de migração internacional que fazem parte de projetos políticos que visam a manter a identidade nacional dos seus imigrantes.

---

<sup>18</sup> Uma leitura historiográfica da utilização do conceito de assimilação no Brasil pode ser vista em Truzzi (2012, p. 519 a 528).

<sup>19</sup> Veja também as noções de Max Weber sobre relações comunitárias étnicas (WEBER, 2004).

<sup>20</sup> Em certo sentido, processos transnacionais podem ser vistos como “partes de um fenômeno fronteiro da globalização, marcado pelo falecimento do estado-nação e pelo crescimento de cidades mundiais que servem como nós-chaves de flexível acumulação de capital, comunicação e controle” (SCHILLER; BASCH; BLANC, 1995, p. 49). No âmbito dos estudos migratórios desenvolvidos no Brasil, veja teorização de Seyferth (2010, p. 34 e seguintes), especialmente sobre multiculturalismo.

Como já explicitamos, a perspectiva adotada neste trabalho parte da noção de espaço social plurilocal transnacional, baseada no conceito de transmigração, no qual se intercalam relações sociais entre os países de destino, de acolhimento ou outro país de referência para os migrantes. A partir dessas configurações, torna-se necessária uma melhor caracterização do conceito de transmigrante. A seguir, delimitamos algumas questões gerais e outras problematizações que acreditamos ser importantes para o escopo desta tese. Tentaremos, assim, esclarecer, com o auxílio teórico, os aportes que envolvem o perfil do migrante que está delimitado pelo conceito, as formas de incorporação destes grupos migrantes em sociedades de destino, as relações geracionais e as preocupações oriundas das perspectivas históricas.

Um dos primeiros alertas sobre os estudos de grupos transmigrantes é feito por Portes (2004, p. 75), que afirma que o conceito de transnacionalismo, como está sendo discutido atualmente, refere-se mais às atividades transfronteiriças de atores de base privada do que a imigração em termos gerais. A grande maioria dos estudos está centrada em pesquisas sobre relações familiares, negócios e comércios, problemas geracionais ou busca por direitos e cidadania, já no escopo de questões organizacionais (veja sobre o tema PRIES, 2010). No entanto, esse apontamento não é um problema ou uma crítica, apenas nos auxilia a perceber o campo de análise possível para as pesquisas. Talvez a discussão central dessa perspectiva repouse no perfil social desse migrante, o que nos leva a perguntar: qual é o imigrante que estamos tratando aqui? Que tipo de migrante pode ser caracterizado como transmigrante?

As respostas a essas questões demandam uma reflexão mais profunda, que perpassa não apenas a definição do transmigrante, que é, em suma, bastante específica, mas também as disputas entre as perspectivas apresentadas. Uma dessas perspectivas, avaliada por Portes (2004), mostrava que aqueles imigrantes que se dispersavam e que possuíam uma presença discreta, longe das discriminações, tinham menos chances de se dedicar a tais atividades. Porém, aqueles imigrantes que se encontravam em comunidades altamente concentradas, em especial naquelas em que ocorreu um acolhimento hostil, tinham maior probabilidade de se envolver com essas práticas. Essa noção é comum em estudos de empreendedorismo étnico, pois entende que:

“As grandes concentrações co-étnicas geram oportunidades múltiplas de empreendimentos transnacionais, ao passo que a discriminação generalizada vinda de fora obriga o grupo a voltar-se para dentro, incentivando ao mesmo

tempo os contatos com as comunidades de origem” (PORTES, 2004, p. 79-80).

Primeiramente, é preciso estarmos atentos ao fato de que nem todos os imigrantes estão envolvidos com práticas internacionais, da mesma forma que aqueles indivíduos que mantêm tais práticas podem fazê-las de maneiras muito variadas, em níveis, formas ou formalidade de envolvimento (LEVITT; DEWIND; VERTOVEC, 2003). As atividades transnacionais são bastante heterogêneas e variam inclusive entre as comunidades imigrantes. A própria forma de inserção nas sociedades de destino pode alterar ou afetar a forma como as atividades transnacionais ocorrem. Também já fomos alertados pelos pesquisadores sobre o fato de que a incorporação nos países de destino e as práticas transnacionais podem ocorrer simultaneamente (LEVITT; DEWIND; VERTOVEC, 2003). Em outro sentido, as atividades transnacionais não se tornaram a principal forma de adaptação econômica dos imigrantes, pelo contrário, apenas uma pequena minoria se torna empresário transnacional, por exemplo. A pesquisa de Portes (2004, p. 84) também mostrou que grande parte dos imigrantes continua empregado, principalmente no interior das próprias comunidades imigrantes.<sup>21</sup> Por outro lado, as ações transnacionais de caráter econômico realizadas com regularidade por determinado grupo, juntamente com outras atividades pontuais dos migrantes, mesmo que aqui estejamos tratando de uma minoria de migrantes que se envolve neste tipo de trocas transnacionais, “acabam por resultar num processo de significativo impacto econômico e social para as comunidades e para as próprias nações em causa” (PORTES, 2004, p. 77).

A principal crítica a essa abordagem se refere à excepcionalidade da atividade econômica transnacional desempenhada por imigrantes no país de destino e marca um ceticismo em relação à perspectiva transnacional (PORTES; GUARNIZO; HALLER, 2002, p. 281). Isso significa dizer que os estudos, apesar de interessantes, não possuem importância numérica no conjunto dos estudos migratórios. Contudo, é exatamente essa concepção que torna a perspectiva transmigrante não um modo de adaptação normativo, mas sim uma forma alternativa de adaptação dos imigrantes nas sociedades de destino, em especial para aqueles imigrantes que estavam em completo desacordo com os referenciais tradicionais da teoria da

---

<sup>21</sup> Portes chefiou um projeto de pesquisa intitulado Projeto Comparado sobre o Empreendedorismo Imigrante (*Comparative Immigrant Entrepreneurship Project – CIEP*), que contou com a colaboração de algumas universidades norte-americanas, no intuito de obter dados sobre as atividades empresariais de três grupos imigrantes nos EUA (colombianos, dominicanos e salvadorenses). Entre vários textos produzidos pelo grupo, utilizamos aqui duas publicações que sugerimos e que tratam dos resultados deste trabalho (PORTES; GUARNIZO; HALLER, 2002; PORTES, 2004).

assimilação (PORTES; GUARNIZO; HALLER, 2002, p. 279 e 284; PORTES, 2004, p. 84).

Assim, no interior das pesquisas econômicas, fica claro que:

Se o transnacionalismo imigrante celebrado na recente literatura significa alguma coisa, precisa ser uma forma distintiva de adaptação econômica. Em outras palavras, precisa ser uma distintiva classe de imigrantes que se engajam nestas atividades em uma base regular e que dependem delas como seu meio de subsistência primário. Desses empresários transnacionais, deve-se esperar que difiram, em vários aspectos, tanto da massa de imigrantes envolvidos em trabalho assalariado quanto dos empresários étnicos mais tradicionais cujas atividades se limitam aos mercados locais da sociedade de acolhimento (Landolt 2001; Levitt, 2001). (PORTES; GUARNIZO; HALLER, 2002, p. 284, tradução nossa<sup>22</sup>).

Uma segunda crítica, que nos interessa mais particularmente, é a de que não haveria nada novo no que se refere ao transnacionalismo, uma vez que os imigrantes europeus vindos para as Américas, na virada do século XIX para o século XX, estavam engajados nos mesmos padrões de viagem vai e vem e em empreendimentos econômicos internacionais. Reconhecendo a validade do argumento, Portes e seus associados consideram que ele é positivo por fazer uma conexão entre fluxos migrantes do passado e de hoje, considerando ainda que as iniciativas imigrantes transfronteiriças ocorridas em tempos passados não invalidam a perspectiva atual, muito menos diminuem sua importância teórica. A utilização do conceito de transmigração em perspectiva histórica ou em conexões até então negligenciadas destaca a significância do próprio conceito. Logicamente, faz-se necessária uma leitura histórica, uma vez que são nítidas as diferenças nas formas e nas condições dos processos antigos e dos atuais. Um exemplo pode ser obtido com as influências exercidas hoje pelas condições tecnológicas, tanto nos meios de transportes, quanto nos meios de comunicação. Em tempos passados, tais tecnologias não possibilitavam que as empresas transfronteiriças atingissem o alcance e a intensidade das que existem atualmente.<sup>23</sup>

---

<sup>22</sup> Tradução livre do texto: “*If the immigrant transnationalism celebrated in the recent literature means anything, it must amount to a distinctive form of economic adaptation. In other words, there must be a distinct class of immigrants who engage in these activities on a regular basis and who rely on them as their primary livelihood. These transnational entrepreneurs should be expected to differ, in a number of ways, from both the mass of immigrants engaged in wage labor and the more traditional ethnic entrepreneurs whose activities are limited to local markets of the host society* (Landolt 2001; Levitt 2001).”

<sup>23</sup> A discussão aqui apresentada pode ser vista em Portes; Guarnizo; Haller (2002, p. 281), veja também Levitt; Dewind; Vertovec (2003).

Após essas considerações iniciais, é preciso caracterizar de forma mais específica o empreendedor<sup>24</sup> transmigrante, posto que, como já mencionamos, tratamos a família pesquisada como um grupo empreendedor. Tomamos aqui novamente as reflexões originadas do grupo de pesquisa de Alejandro Portes. Uma das premissas fundamentais quando tratamos de empresas transmigrantes é que as atividades transnacionais estão “sistematicamente associadas a recursos mais elevados em termos de capital humano: mais instrução, mais anos de experiência nos Estados Unidos [país de acolhimento estudado pelo autor], e um estatuto ocupacional mais alto” (PORTES, 2004, p. 86). No mesmo sentido, essas atividades são desenvolvidas por pessoas do sexo masculino, casadas e com redes de relacionamento extensas, nas quais o capital social desempenha importante papel.<sup>25</sup> As redes de relacionamento dos imigrantes podem ser tanto de nível local, ou seja, entre as localidades de origem e destino, quanto de níveis extralocais (regional ou nacional), pois o que efetivamente importa é o tamanho das redes (PORTES; GUARNIZO; HALLER, 2002, p. 288 e seguintes). Portanto, estamos definindo o grupo de transmigrantes como um grupo específico, que, no caso brasileiro, podemos considerar a elite imigrante que se estabeleceu no país, formada por homens, com bom grau de instrução, casados e com família, com amplas redes de relações e com uma sólida implantação no país de acolhimento, quer dizer, com experiência, vínculos políticos, algum negócio estabelecido e, por vezes, com cidadania no país de destino, entre outros fatores.

O grupo de pesquisa de Portes define o empreendedor transmigrante como aquele imigrante independente, cuja atividade de negócios exige frequentes viagens ao estrangeiro e que depende, para o sucesso de suas empresas, dos contatos e dos associados em outro país, principalmente seu país de origem (PORTES; GUARNIZO; HALLER, 2002, p. 287-288). Não consideramos essa uma boa definição, especialmente porque a ideia de viagens frequentes limita o conceito a determinado perfil de empresários e aos meios de transportes existentes na atualidade, embora o cerne do que caracteriza um empreendedor transmigrante

---

<sup>24</sup> A noção de empreendedor remonta ao texto clássico de Schumpeter (1997). Uma leitura do conceito, em sua definição clássica nas Ciências Sociais, foi realizada por Martes (2010), que avaliou a perspectiva schumpeteriana da seguinte maneira: “Empreender é, segundo Schumpeter, inovar a ponto de criar condições para uma radical transformação de um determinado setor, ramo de atividade, território, onde o empreendedor atua: novo ciclo de crescimento, capaz de promover uma ruptura no fluxo econômico contínuo, tal como descrito pela teoria econômica neoclássica. A inovação não pode ocorrer sem provocar mudanças nos canais de rotina econômica.” (MARTES, 2010, p. 260).

<sup>25</sup> O autor (PORTES, 2004, p. 87) avalia: “Finalmente, além do capital humano, o capital social desempenha também um papel significativo em todo este processo. Os imigrantes com melhor inserção nas respectivas redes de relacionamento têm muito maior probabilidade de se tornarem ativistas transnacionais. Cada vínculo social adicional faz aumentar em 1% a probabilidade de empreendedorismo transnacional, e em 10% o número das atividades políticas transnacionais com periodicidade regular”.



esteja aí reproduzido, isto é, o fato de que o contato com amigos ou empresas no seu país de origem seja fator decisivo para a constituição de seus negócios. É possível que uma comparação deste conceito com outro contribua para encontrarmos uma definição apropriada.

Desde o início do doutorado, trabalhamos com a definição de empreendedor imigrante oriunda do grupo de pesquisa liderado por Ivan Light (LIGHT, BACHU, KARAGEORGIS, 2009), segundo a qual a abertura de empresas de propriedade de imigrantes em economias de destino e a consequente criação de empregos para os coétnicos, é o que delimita o empreendedorismo imigrante. Os empreendedores desse grupo acionam “redes de migrantes” como recursos para expandir as oportunidades econômicas que encontram nas economias de destino (LIGHT, 1972) e, assim, desenvolvem suas firmas. As delimitações parecem simples, mas contêm elementos importantes para diferenciar o empreendedor imigrante do transmigrante. O empresário imigrante é aquele que mantém seus negócios com mão de obra de conterrâneos, utilizando as redes migrantes para expandir seus negócios, criando, assim, uma forma de economia étnica (LIGHT; GOLD, 2000) em países de acolhimento. O empresário transmigrante também age dessa forma, mas acresce um fator decisivo em sua jornada, as ações de caráter transnacional realizadas regularmente como forma de sustentar sua atividade econômica. Além disso, há uma base transnacional que orienta sua vida cotidiana e suas decisões, como, por exemplo, qual tipo de maquinário ele deve possuir, quais cursos de qualificação ele deve fazer ou, ainda, qual educação seus filhos devem receber para gerir os negócios. Assim, a noção que adotamos abrange a complexidade dos laços transnacionais, especialmente, na dimensão econômica desses empreendedores.

Temos, até o momento, delimitado o transmigrante, definindo o perfil dos integrantes deste grupo e as suas formas empreendedoras. Precisamos, porém, mesmo que brevemente, tratar ainda de alguns fatores importantes, especialmente aqueles que dizem respeito à família migrante, às transmissões geracionais e à incorporação nas sociedades de destino. Ao longo da década de 1990, os estudos migratórios ganharam um novo conjunto de pesquisas, nos quais os investigadores passaram a se interessar pelas remessas de dinheiro que as famílias migrantes enviavam dos países de destino para seus familiares que permaneceram no país de origem. Esses estudos mostraram que as remessas não serviam apenas para o interesse mais imediato dos familiares, mas possuíam grande influência no desenvolvimento econômico dos países de origem. Nessa perspectiva, há uma inversão importante com relação às pesquisas que focam na lógica “família-migração-assimilação” no que diz respeito ao foco empírico da análise. Estudos clássicos tendem a avaliar o grupo familiar no exterior ou país de destino, ou seja, uma amostra seletiva e parcial do grupo familiar migrante, excluindo os membros do

grupo que permanecem na terra natal, bem como os contatos mantidos ao longo do tempo (PRIES, 2010, p. 35-36).

As famílias em processos migratórios internacionais reproduzem as estruturas das famílias estendidas, ou de outros parentescos, e as relações da rede social baseada na comunidade, portanto, não consideramos na análise apenas a famílias nuclear (pais e filhos), mas também seus relacionamentos familiares e parentais mais amplos. Na maioria das vezes, as redes migratórias familiares são bastante organizadas e determinadas. Por fim, as pesquisas que se interessam pelo tema devem considerar três ou mais gerações na análise.<sup>26</sup> As perspectivas mais tradicionais de análise tratam das famílias migrantes como unidades pais-filhos, considerando ainda que de tal migração se caracteriza por um permanente adeus das gerações ancestrais que ficaram no país de origem. A segunda ou terceira geração de filhos das famílias imigrantes é, então, assimilada ou integrada na sociedade de chegada e há um corte nas suas relações com familiares transfronteiriços. Nos atuais estudos de migrações internacionais, os pesquisadores estão atentos aos reencontros e retornos, tais como a abertura de um pequeno negócio na terra de origem com recursos oriundos dos emigrantes, e outras configurações, como, por exemplo, o neto de migrantes que volta à antiga terra natal para estudar ou trabalhar.

Nesta tese, trataremos de três gerações de uma família, concentrando-nos em um estudo de caso<sup>27</sup>, ampliando, assim, o escopo das análises qualitativas sobre o papel dos transmigrantes na sociedade brasileira, bem como sobre as relações sociais de caráter transnacional entre os grupos migrantes de meados do século XIX até o primeiro quartel do século XX. Nesse sentido, buscamos dar um corte longitudinal ao trabalho ao explorar a questão da transmissão geracional do transnacionalismo. É novamente Portes (2004, p. 88), quem nos traz a reflexão:

---

<sup>26</sup> A discussão desenvolvida aqui está em Pries (2010, p. 36-39), que avalia que “a decisão para emigrar, para o processo migratório a recuperação de informação necessária, o fornecimento de fundos e contatos assim como a organização da acomodação, trabalho e contatos sociais no país ou região de chegada, não acontece principalmente ou puramente de forma individual ou através de serviços de organização profissionais, mas antes primeiramente em ramos das redes familiares” (PRIES, 2010, p. 37, tradução nossa).

<sup>27</sup> Portes e seus associados criticam a má impressão que os estudos de caso refletem: “Estudos de caso qualitativos consistentemente possuem amostras de variáveis dependentes, ou seja, eles documentam em detalhes as características de imigrantes envolvidos em atividades transnacionais, mas dizem pouco sobre aqueles que não o são. Como um resultado dessa orientação metodológica, esses estudos frequentemente transmitem a impressão que o transnacionalismo tem se tornado a forma primeira da adaptação imigrante – política e econômica. Essa impressão pode ou não pode ter ocorrido” (PORTES; GUARNIZO; HALLER, 2002, p. 279, tradução nossa). No trabalho dos autores, é evidenciado que se trata de uma forma alternativa de adaptação, como já mostramos.

O transnacionalismo é sobretudo, ou exclusivamente, um fenômeno das primeiras gerações? Ou será de esperar que os filhos dos imigrantes nele participem em grande número? Várias opções se nos apresentam, desde a perpetuação do campo transnacional ao longo das gerações até ao uso instrumental destas atividades como forma de facilitar a integração com êxito da segunda geração de jovens na sociedade de acolhimento.

Acreditamos que é possível a transmissão entre as gerações dos aspectos ou dos benefícios transnacionais. Como hipótese, consideramos possível que as gerações de filhos e até netos de migrantes participem e recebam benefícios da condição transmigrante, quer seja da duplicidade de oportunidades e quadros de referência, desde que estejam inseridos na rede de relacionamentos constituída pelo migrante, mantendo atividades específicas e uma posição de destaque desde os primeiros momentos de sua socialização, ou seja, desde que ele seja também preparado para *fazer parte*.

Essa discussão nos remete às formas de integração ou incorporação dos migrantes na sociedade de destino. A teoria da assimilação, em geral, está vinculada a uma análise de referência espacial específica, quase sempre à sociedade de destino, na qual o grau ou o sucesso da assimilação depende da passagem de fases sucessivas que perpassam desde o primeiro envolvimento com a sociedade acolhedora até a concordância com os valores e as normas desta, mas que, em suma, levam de maneira linear a uma assimilação completa de costumes, crenças, amizades, etc. Na abordagem transmigrante, a incorporação social dos migrantes na sociedade de destino ocorre como resultado de um processo social aberto de integração econômica, cultural, política e social dos imigrantes a nível local, regional, nacional e transnacional, em que regiões de origem e destino são contempladas. Isso significa, por exemplo, que os padrões de pertencimento não são claramente atribuídos a um polo específico e que os quadros de referência e as estratégias transmigrantes estão baseadas em espaços e mapas mentais plurilocais transnacionalmente (PRIES, 2010, p. 64-65).

Para melhor caracterizarmos as incorporações presentes na vida de um transmigrante, Pries oferece um quadro com as disposições das incorporações do transmigrante, conforme Quadro 2, traduzido e reproduzido a seguir. As múltiplas incorporações estão divididas em país de origem, país de chegada e outros quadros de referência (outros países), cada um subdividido em três níveis: local, regional e nacional. Tais incorporações estão distribuídas entre as seguintes dimensões da sociedade: dimensão econômica, social, cultural e política. Os atributos são distribuídos pelas colunas por meio das letras A e B, que indicam diferentes intensidades de incorporação, sendo A para forte e B para fraca influência na vida dos

transmigrantes. A distribuição das incorporações que reproduzimos na tabela a seguir são meramente ilustrativas.

**Quadro 2 - Múltiplas e multilocais incorporações transmigrantes**

Referência	País de origem			País de chegada			Outros quadros de referência		
	Locais	Regionais	Nacionais	Locais	Regionais	Nacionais	Locais	Regionais	Nacionais
Dimensões									
Econômicas		A		A					
Sociais	B		A	A	A		A		
Culturais		A				B			B
Políticas		A				A	A		

Intensidade da incorporação: A – forte incorporação – B – fraca incorporação

Fonte: Adaptação de Pries (2010, p. 65, tradução nossa).

O quadro em questão nos auxilia a avaliar as possíveis múltiplas incorporações transnacionais do grupo familiar que estamos estudando. Outra questão a ser avaliada com maior profundidade é relativa às redes sociais. Conforme Portes (1995, p. 8, tradução nossa<sup>28</sup>), as “redes são importantes na vida econômica, pois são fontes para a aquisição de meios escassos, como capital e informação, e porque, ao mesmo tempo, impõem restrições efetivas na busca irrestrita de ganho pessoal”. No âmbito dos estudos migratórios ocorreram, como mencionamos anteriormente, transformações determinantes para o surgimento de novas possibilidades explicativas, especialmente a partir das análises de redes sociais (ARS). Nesse sentido, conforme Franco Ramella (1995, p. 11, tradução nossa<sup>29</sup>), “a imigração deixou de ser uma ação de desesperados, obrigados a partir por alguma situação catastrófica, e transformou-se em uma eleição realizada por indivíduos mobilizados por estratégias de superação social”.

A principal característica das ARS, conforme Dimitri Fazito (2002), é lidar com dados relacionais, isto é, dados que expressam relações (conexões ou laços) entre indivíduos ou grupos (objetos). Para Oswaldo Truzzi (2008), a adoção da perspectiva de redes interessa a todos os pesquisadores que trabalham com fenômenos imigratórios, mesmo em períodos pretéritos, apesar das complexidades próprias de uma perspectiva histórica, na qual se sobressaltam algumas dificuldades devido à carência de “fontes capazes de reconstituir com

<sup>28</sup> Texto original: “networks are important in economic life because they are sources for the acquisition of scarce means, such as capital and information, and because they simultaneously impose effective constraints on the unrestricted pursuit of personal gain.”

<sup>29</sup> Texto original: “la emigración dejó de ser una acción de desesperados, compelidos a partir a causa de una situación económica catastrófica, y se transformó en una elección realizada por individuos movilizados por estrategias de superación social”.

alguma fidelidade e de modo sistemático os laços sociais que prevaleciam entre os migrantes, as informações a que tinham acesso e, sobretudo, a mentalidade que as avaliava” (TRUZZI, 2008, p. 214). De qualquer forma, o conceito de rede revelou-se um valioso instrumento para se estudar a ação social. A rede de relações do indivíduo tem sido vista em termos do condicionamento que exerce sobre o comportamento deste ou, ainda, do uso instrumental que cada ator realiza de ditas relações para conseguir seus próprios fins. Nessa perspectiva, torna-se central o questionamento sobre os modos com que as relações criam solidariedade e alianças (RAMELA, 1995, p. 14).

Por sua vez, Charles Tilly (1990) mostra que a imigração não se produz a partir de decisões individuais isoladas, mas a partir de grupos de pessoas que estão interligadas. Desse modo, a imigração apresenta-se como um processo coletivo de transformação social, constituindo-se como estruturas coletivas passíveis de mudança e reorganização, pois redes migram e criam novas categorias. Para Ivan Light, Parminder Bhachu e Stavros Karageorgis (2009, p. 28), as pesquisas realizadas nas últimas décadas nos Estados Unidos mostraram que raramente os imigrantes não utilizam redes étnicas ou de parentesco, de trabalho ou de amizade no processo migratório, pelo menos em uma das três fases demarcadas pelos autores: na decisão de imigrar, na seleção do destino, ou durante o processo de ajustamento no país de destino.

Conforme Dimitri Fazito (2002, p. 8), na abordagem apresentada por Tilly:<sup>30</sup>

[...] o processo migratório seria definido por estruturas sociais próprias a cada coletividade organizada localmente – comunidades que enviam e recebem migrantes teriam, teoricamente, redes e categorias diferenciadas, e o próprio processo de seleção e adaptação dos indivíduos dependeria dos constrangimentos estruturais de tais “redes comunitárias”.

A análise de redes, portanto, observa todas as relações de um indivíduo, visando identificar padrões de comportamento e os grupos ou estratos sociais que se correlacionam com tais padrões (FAZITO, 2002, p. 10). O uso do conceito de redes percebe o migrante, individualmente ou com sua família, como um agente racional, ou seja, como um agente “que persegue objetivos e mobiliza recursos relacionais não apenas para escolher destinos, mas também para se inserir no mercado de trabalho na sociedade receptora” (TRUZZI, 2008, p. 208). Isso significa dizer, conforme Truzzi (2008, p. 208), que “o imigrante passou a ser visto como agente mobilizador de seu capital social”.

---

<sup>30</sup> Tilly (1990) acredita que a imigração possa ser compreendida por meio da noção de comunidade, visão que tem origem em uma abordagem estruturalista (FAZITO, 2002).

Contudo, inserir o imigrante nessa perspectiva implica a junção de sua posição como um agente econômico, ou seja, como um indivíduo que toma decisões baseadas na sua situação econômica, mas que também é observado por sua conjuntura social e cultural.<sup>31</sup> O aspecto mais importante está centrado nas relações do indivíduo, pois “o conceito de redes concebe a sociedade como um conjunto de relações, e introduz uma dimensão da estrutura social entendida como estrutura de relações, o que é bastante diferente de imaginá-la como estruturada segundo categorias agregativas” (TRUZZI, 2008, p. 214).

Ainda conforme Truzzi (2008, p. 211-212), o conceito de redes pode ser utilizado em três perspectivas distintas, dependendo do problema empírico a ser enfrentado. O primeiro é relativo aos “estudos de difusão”, que exploram a configuração de determinados fluxos-chave, perseguindo sua propagação no interior das redes. Um desses fluxos é a informação. A segunda é a “perspectiva sistêmica”, que leva em consideração todos os participantes da rede, focalizando a estrutura da rede. Já a terceira diz respeito aos estudos de “redes egocêntricas”, que identificam o escopo das relações sociais elaboradas em torno de um único ator. Esta última pode se apoiar na construção de perfis biográficos e explora a teia de relações tecidas por um único indivíduo ao longo de sua trajetória de vida.

As redes sociais não são usadas e transformadas pelos imigrantes apenas no tempo do deslocamento, uma vez que, como observa Tilly (1990, p. 91), elas garantem uma configuração para a vida no país de destino, criando a base para a solidariedade e a ajuda mútua. O mesmo autor descreve que o sucesso de empreendimentos, indústrias e comércios ou, ainda, nas situações de obtenção de emprego, está profundamente associado às redes locais dos imigrantes, nas quais se evidencia, por vezes, o predomínio de pessoas de mesma origem, especialmente em alguns ramos industriais. Como consequência, surge um acúmulo de capital por integrantes de grupos étnicos, que geralmente são construídos no âmbito do próprio processo imigratório. Mark Granovetter (1995) também aponta para as vantagens que os grupos imigrantes possuem em algumas atividades econômicas, principalmente, em empreendimentos. O autor propõe que o potencial para vantagens econômicas provém do “modo de incorporação” (PORTES, 1995) dos imigrantes em determinados países, ou seja, das condições e, por vezes, dos interesses da inserção de determinados grupos imigrantes em um país.

No entanto, Tilly (1990, p. 92-93) adverte que as redes criadas pela imigração também originam e perpetuam desigualdades. Ele chama a atenção para o fato de que não há

---

<sup>31</sup> Veja a discussão em Truzzi (2008, p. 208-209).

apenas resultados gratificantes, evidenciando dois pontos principais atrelados ao processo. O primeiro diz respeito ao fato de que, em vários casos, membros de um grupo imigrante exploram outros membros do grupo, pois não possuem condições de explorar grupos nativos. O segundo aspecto apontado pelo autor refere-se ao fato de que cada inclusão também constitui uma exclusão, isto é, grupos imigrantes conseguem ocupar um espaço em determinado local, tomando posições específicas (seja um ramo da indústria, um tipo de produto comercializado, etc.), enquanto que outros grupos ocupam outras posições, sendo muito difícil que ocorram trocas ou rompimentos entre essas posições. Poderíamos, particularmente, associar esta descrição a um tipo de nicho produtivo, comercial ou industrial.

Para Ivan Light, Parminder Bhachu e Stavros Karageorgis (2009), a crítica da teoria de redes sociais está no fato de que a teoria estaria ignorando a formação de uma “economia imigrante” (LIGHT; GOLD, 2000) como uma importante mudança estrutural, tendo em vista que a economia imigrante é formada por uma rede imigratória em um país de destino, na qual os imigrantes garantem acesso de maneira mais fácil a alojamento, transporte, emprego, proteção e até companheirismo, expondo dois aspectos promovidos nas e pelas redes: a “facilitação” e a “eficiência” – o que se dá, em primeira análise, pelo acionamento de quase todos os participantes da rede. Mesmo quando ocorre uma “saturação” (LIGHT, BACHU, KARAGEORGIS, 2009, p. 29), a rede pode mover-se para novos lugares ou ampliar suas possibilidades.

As redes, por sua vez, aumentam ainda a possibilidade de empreendedorismo entre grupos migrantes de três formas. Primeiramente, fornecem trabalhadores coétnicos de baixo custo as empresas de imigrantes nas economias de destino. Em segundo lugar, as redes transportam uma série de informações econômicas para os empreendedores e empresários, por meio de tecnologias, informações sobre preços, locais com maior desemprego, dificuldades produtivas, etc. O terceiro ponto é o acesso à assistência e à ajuda mútua. Muitos imigrantes adquirem experiência em negócios de coétnicos, podendo desenvolver suas próprias atividades ao longo do tempo, com apoio e até incentivo dos imigrantes já estabelecidos. Nesse sentido, evocam relações sociais, dentro de sua rede de imigração, para avançarem nos negócios. Tais auxílios se mostram importantes, especialmente, quando os imigrantes precisam lidar com a burocracia pública, com a introdução de novos produtos e com a obtenção de preços ou negócios mais vantajosos (LIGHT, BACHU, KARAGEORGIS, 2009, p. 36-40).

## 2.2 Capital social: as perspectivas de Bourdieu, Coleman e da Nova Sociologia Econômica

Definidos, assim, os pontos básicos que este trabalho pretende desenvolver, devemos delimitar o conceito de capital social aqui utilizado. Essa delimitação se faz necessária não apenas pela existência de vários tipos de definições, mas também para evitarmos armadilhas teóricas. Nas Ciências Sociais, o conceito de capital social possui como principais representantes os autores Pierre Bourdieu, James Coleman e Robert Putnam, além de outros autores que trabalharam com o termo. As diferenças nas concepções do conceito derivam das posturas com relação à concepção das Ciências Sociais para cada autor.

Para Odaci Luiz Coradini (2010), as Ciências Sociais são, na visão de Bourdieu, concebidas a partir de uma racionalidade própria, cuja principal condição é a autonomia relativa. Essa autonomia relativa, por sua vez, origina-se das possibilidades de tomar as lutas pelas classificações legítimas e pela formulação e imposição como objeto de análise. É mediante esses processos de objetivação e de legitimação social que se sobressaem as relações das diferentes espécies de capital. Nessa perspectiva, a posição social decorre do montante e da composição do capital que o indivíduo possui. Os campos de ação consistem na objetivação social e histórica dos recursos e dos princípios de legitimação. Tanto os recursos quanto os princípios de legitimação são de ordens distintas, possuem graus de autonomia e de contradições bastante variados. Os diferentes campos possuem uma relativa autonomia (CORADINI, 2010).

Para Bourdieu, há um espaço social definido por dois princípios de diferenciação, o capital econômico e o cultural. São as distribuições e as definições que ocorrem no entrecruzamento dos dois capitais (econômico e cultural) que acabam definindo as classes dominantes e dominadas.<sup>32</sup> O capital (BOURDIEU, 1997) é algo que se leva tempo para acumular, da mesma forma que a capacidade potencial para produzir lucros e reproduzir-se. Nesse sentido, é uma força inscrita na objetividade das coisas e pode apresentar-se de três formas principais: capital econômico, social e cultural. Contudo, o autor esclarece que, em muitos momentos, esses capitais podem funcionar como capital simbólico, ou seja, um capital que, independentemente de sua espécie, “quando percebido por um agente dotado de categorias de percepção resultantes da incorporação da estrutura da sua distribuição, quer

---

<sup>32</sup> Sobre essa discussão veja Bourdieu (1997), Portes (1998) e Coradini (2010).



dizer, quando conhecido e reconhecido como algo do óbvio” (BOURDIEU, 2009, p. 145).<sup>33</sup> O capital simbólico está intimamente ligado aos processos de distinção e a um poder simbólico.

O capital econômico é conversível em dinheiro e pode ser institucionalizado na forma de direitos de propriedade, já o capital cultural e o capital social também podem ser convertidos em capital econômico, sendo que o primeiro pode estar institucionalizado em certificados escolares e o segundo pode aparecer em forma de um título de nobreza, por exemplo. O capital social é composto por obrigações sociais e é considerado irreduzível, ele existe e é “utilizado” entre um conjunto ou rede de relações, que podem ter origens diversas (parentesco, amizade, coleguismo, etc.). Outra característica do capital social é que ele não é independente, pois o indivíduo que detém certo volume de capital individualmente tem seu capital incrementado pelos outros indivíduos, quer da família, da corporação ou do grupo a que o referido indivíduo está integrado.

Nesse sentido, o capital social, para o autor francês, pode ser decomposto em dois elementos: as relações sociais em si, que permitem aos indivíduos reivindicar acesso aos recursos possuídos pelos seus associados; e a qualidade desses recursos (PORTES, 1998, p. 3). A definição original de capital social, produzida por Bourdieu, encontra-se em um artigo de apenas duas páginas, publicado em 1980, na revista “Actes de la recherche en sciences sociales”, que exibiu os trabalhos produzidos pelo grupo de pesquisa do próprio autor. Conforme texto da época (BOURDIEU, 1980, p. 2, tradução nossa<sup>34</sup>):

O capital social é o conjunto de recursos atuais ou potenciais ligados à posse de uma rede de relações mais ou menos institucionalizadas e de interconhecimento, ou, em outras palavras, ao pertencimento de um grupo, como um conjunto de agentes que não são apenas dotados de propriedades comuns (susceptíveis de serem percebidas pelo observador, pelos outros e por eles mesmos), mas são também unidos por laços permanentes e úteis.

Para Alejandro Portes (2010), Bourdieu dá ao conceito um caráter mais instrumental, mostrando que as pessoas constroem intencionalmente suas relações pensando nos benefícios

---

<sup>33</sup> Bourdieu dá um exemplo de funcionamento do capital simbólico nesta passagem: “...para não ser reconhecido como capital e reconhecido como competência legítima, como autoridade exercendo um efeito de (des) reconhecimento, por exemplo, no mercado matrimonial e em todos os mercados em que o capital econômico não é plenamente reconhecido, quer em matéria de cultura, com as grandes coleções de arte ou grandes fundações culturais, ou no bem-estar social, com a economia de generosidade e o dom” (BOURDIEU, 1997, p. 49, tradução nossa).

<sup>34</sup> Texto original: “*Le capital social est l'ensemble des ressources actuelles ou potentielles qui sont liées à la possession d'un réseau durable de relations plus ou moins institutionnalisées d'interconnaissance et d'interreconnaissance; ou en d'autres termes, à l'appartenance à un groupe, comme ensemble d'agents qui ne sont pas seulement dotés de propriétés communes (susceptibles d'être perçues par l'observateur, par les autres ou par eux-mêmes) mais sont aussi unis par des liaisons permanentes et utiles*”.

que teriam mais tarde. No pequeno texto original, Bourdieu (1980) tratou da interação entre os capitais financeiro, social e cultural, para depois definir outros aspectos teóricos, em especial envolvendo os tipos de recursos que advêm das pessoas pelas virtudes de seus vínculos sociais.

Por outro lado, como mostra Coradini (2010, p. 25), as relações do capital social com as outras espécies de capital dependem das condições históricas das estruturas sociais. Coradini também avalia que, nessas relações entre os capitais, prevalece o problema da objetivação social dos meios de ação e dominação e dos princípios de dominação. Assim, “Com a objetivação social dos mecanismos de dominação através da formação de campos e instituições e agentes especializados, diminui a importância dos recursos que dependem dos esforços pessoais para sua manutenção” (CORADINI, 2010, p. 26). O capital social, portanto, não se legitima enquanto tal relativamente a um campo determinado, pois sua importância irá aumentar conforme o número e a intensidade das “ligações” ou relações, que, por sua vez, são estabelecidas por um espaço autônomo de posições, que autorizam os indivíduos a ocupar uma posição específica.

Entretanto, as definições de Bourdieu não foram recebidas pela comunidade acadêmica em sua totalidade. Portes (1998, 2010) afirma, por exemplo, que o texto original em francês não teve penetração da comunidade acadêmica de língua inglesa, e, embora descrito em poucos parágrafos, é um amparo fundamental para a reflexão do conceito conforme organizado e defendido por Bourdieu. Em outras palavras, em mais de um momento, são formuladas críticas quanto à utilização da obra do autor ou sobre a (pouca) profundidade com a qual as obras do autor são avaliadas. Wacquant (1992, p. 4) também critica a recepção da teoria de Bourdieu nos Estados Unidos, separando os especialistas que utilizariam apenas algumas concepções do sociólogo francês em três grupos. No primeiro, estariam os especialistas da área da Educação, depois, no segundo, os antropólogos, interessados na área da teoria do *habitus* e do capital simbólico, e, por fim, os sociólogos da cultura, focados na distinção.

As principais críticas, com efeito, são referentes ao uso do conceito de capital social, principalmente, quanto é transformado em instrumento de luta e posto a serviço de determinadas forças sociais e políticas. Contudo, alguns autores que mencionamos neste trabalho, como Coradini (2010) e Portes (2010), concordam que o principal problema está na definição conceitual e operacional do capital social. Nesse sentido, transparecem as divergências entre as definições, por vezes originadas fora das bases teóricas nas quais o conceito foi desenvolvido, isto é, os confrontos e as críticas relacionadas ao conceito de

capital social emergem dos usos descontextualizados do conceito, sem considerar os quadros teóricos, as unidades de análise e as bases epistemológicas originais. Esse problema acompanha a produção de Pierre Bourdieu, uma vez que vários de seus conceitos foram utilizados por autores, em partes diversas do globo, sem a devida cautela e preocupação conceitual exigida para a sua utilização (WACQUANT, 1992).

O capital social é uma das maiores “exportações” da sociologia para outras ciências sociais e acabou sendo incorporado ao discurso político nas últimas décadas. Contudo, o sucesso do conceito “veio com um preço”, posto que seu significado original foi subvertido, especialmente, por políticos que “sequestraram” o termo para outros fins (PORTES, 2010, p. 28). Algumas comparações e contrapontos entre diferentes conceitos de capital social podem contribuir para entender as possibilidades de utilização e suas variações conceituais. Começaremos mostrando algumas diferenças conceituais entre as proposições de Pierre Bourdieu e James Coleman.

Se, para Bourdieu, há uma racionalidade própria às Ciências Sociais, na qual se faz necessário um distanciamento frente às razões práticas do mundo e das lutas de classe; para Coleman, que adota as ideias da racionalidade calculista, oriunda da economia, “a sociologia é uma espécie de engenharia social, que estaria a serviço de uma empresa moral” (CORADINI, 2010, p. 26). Na concepção de Coleman, os principais problemas a serem enfrentados seriam o controle e a integração social e as Ciências Sociais compartilhariam da mesma racionalidade dos protagonistas do mundo social, apesar das diferenças existentes quanto aos meios de conhecimento. Desse modo, o principal fundamento seria a construção da relação entre a teoria social positiva e a filosofia social.

A reflexividade da Sociologia deve-se, segundo Coleman, ao crescimento das organizações formais, com o esfacelamento das relações primordiais. A maior eficácia da reflexividade está, conforme o autor, na sua instrumentalização como ferramenta da empresa moral. Para Coleman, a sociologia está baseada no normativismo (CORADINI, 2010, p. 24), e suas bases epistemológicas residem na economia neoclássica, a partir da teoria do capital humano de Becker e Schultz e da teoria da *rational choice*. Sua posição baseia-se na ação intencional e na aceitação de uma forma de individualismo metodológico.<sup>35</sup>

---

<sup>35</sup> Odaci L. Coradini (2010) aponta ainda uma segunda concepção fundamental para a teoria de Coleman, que é a chamada empresa moral subjacente. Nesse sentido, a obra de Coleman procura encontrar diagnósticos e prescrições para tratar da “erosão das relações e organizações primordiais”, bem como do capital social e de sua substituição por organizações formais. Não discutiremos essas questões detalhadamente neste momento. Para um aporte mais aprofundado, veja Coradini (2010, em especial, p. 26-29).

O conceito de capital social de James Coleman (1988) está inserido nos esquemas da economia neoclássica, da teoria da *rational choice* e da empresa moral direcionada ao enfrentamento do problema do controle e da interação social. O capital social, portanto, está fundado nas organizações primordiais, como a família, por exemplo, enquanto que, no caso do ator corporado construído propositalmente, a estrutura é formada por posições e ofícios, em que as pessoas são apenas ocupantes temporários das posições, que seriam particularísticas para Coleman. Nessa interpretação, o capital social é uma extensão de outras formas de capital (financeiro, físico e/ou humano), originado das relações entre os indivíduos. Ele aparece como difuso, atributivo e expressivo e pode ser obtido por meio de uma variedade de recursos, bem como por meio das informações transmitidas pelas pessoas, por normas e por sanções efetivas, e na base familiar, que seria sua mais importante forma, por atuar na criação de capital humano na próxima geração. O autor (1988, p. 98, tradução nossa<sup>36</sup>) define o termo da seguinte forma:

O capital social é definido pela sua função. Não é uma única entidade, mas uma variedade de entidades diferentes, com dois elementos em comum: todos eles consistem em algum aspecto das estruturas sociais e facilitam certas ações dos atores – sejam pessoas ou atores corporados – dentro da estrutura. Como outras formas de capital, o capital social é produtivo, possibilitando a realização de certos fins que, em sua ausência, não seriam possíveis. Assim como o capital físico e o capital humano, o capital social não é completamente fungível, mas pode ser específico para certas atividades. Uma dada forma de capital social que é valiosa na facilitação de certas ações pode ser inútil ou mesmo prejudicial para os outros.

A crítica ao conceito de Coleman está presente em Portes e Sensenbrenner (1993, p. 1322, tradução nossa<sup>37</sup>), os quais avaliam que:

Apesar de perspicaz, a contribuição de Coleman sofre de duas deficiências: em primeiro lugar, uma indefinição teórica que deixa em aberto a questão do

---

<sup>36</sup> Texto original: “*Social capital is defined by its function. It is not a single entity but a variety of different entities, with two elements in common: they all consist of some aspect of social structures, and they facilitate certain actions of actors—whether persons or corporate actors—within the structure. Like other forms of capital, social capital is productive, making possible the achievement of certain ends that in its absence would not be possible. Like physical capital and human capital, social capital is not completely fungible but may be specific to certain activities. A given form of social capital that is valuable in facilitating certain actions may be useless or even harmful for others*”.

<sup>37</sup> Texto original: “*Although insightful, Coleman's contribution suffers from two shortcomings: first, a theoretical indefiniteness that leaves open the question of what those social entities facilitating individual goal attainment are and where they come from; second, a marked instrumentalist orientation that views social structural forces only from a positive perspective. This positive bent sacrifices the insight (present in Granovetter's broader analysis of embeddedness) that social structures can advance as well as constrain individual goal seeking and that they can even redefine the content of such goals*”.

que são aquelas entidades sociais que facilitam a obtenção de metas individuais e de onde elas vêm; e, em segundo, uma marcada orientação instrumentalista que considera as forças estruturais sociais apenas sob uma perspectiva positiva. Esta inclinação positiva sacrifica a percepção (presente na análise mais ampla de Granovetter sobre imbricação) de que as estruturas sociais podem avançar, bem como restringir a busca individual por objetivos e de que eles podem até mesmo redefinir o conteúdo de tais metas.

Embora os dois autores até aqui discutidos, Bourdieu e Coleman, tenham concepções diferentes sobre as Ciências Sociais, a Nova Sociologia Econômica proporcionou uma definição particular de capital social, tomando o desenvolvimento original do conceito a partir da junção das definições dos dois autores, especialmente porque ambos centralizam as unidades de análise em indivíduos ou em pequenos grupos. Tal reposicionamento do conceito de capital social é teorizado e discutido por Alejandro Portes, um dos principais críticos do próprio conceito (CORADINI, 2010, p. 30-33).<sup>38</sup> Portes (1998; 2010) também avalia as leituras e as concepções do economista Glen Loury sobre o capital social. Loury apresentou discussões com base na crítica da teoria neoclássica sobre a desigualdade do rendimento racial e suas implicações sistêmicas. O economista “abriu caminho” para o trabalho de James Coleman, sendo particularmente influente no âmbito da Nova Sociologia Econômica norte-americana (PORTES, 1998, p. 4-5).

Coleman (1988), por sua vez, trata de uma espécie de celebração dos laços comunitários como uma importante ferramenta para os benefícios que chegariam aos indivíduos de forma geral. Esse atributo chamou a atenção de muitos estudiosos de outras disciplinas, especialmente da Ciência Política. Se, como primeira e principal crítica do capital social, temos a descontextualização do termo da sua base teórica, a segunda crítica, proveniente da Sociologia Econômica, é o “sequestro” do capital social e sua transformação em um atributo da comunidade em si, na qual os benefícios não são mais tanto individuais, servindo também para a coletividade, e, nesta conjuntura, torna-se um sinônimo de “civismo”.<sup>39</sup> Para Portes, o conceito emergiu como um “novo queridinho” da literatura focada na perda do espírito cívico na sociedade moderna; o que ocorreu, especialmente, nos Estados Unidos. A crítica proveniente de Portes é dirigida principalmente ao cientista político Robert

<sup>38</sup> Outro importante crítico é John Harriss (2002). Conforme Coradini (2010, p. 30): a principal crítica de Harriss é a transformação do conceito de capital social, tomado na definição originária de Coleman, em componente do arsenal das ideologias do ‘desenvolvimento’, com as categorias correlatas, como participação, sociedade civil, confiança, organizações não governamentais e categorias de gênero, com apoio numa série de interesses e instituições. A análise de Harriss, de 2002, trata do uso do termo capital social pelo Banco Mundial.

<sup>39</sup> Adaptado do texto original: “*In effect, the concept was kidnapped for its rhetorical value and public appeal in metaphors such as ‘bowling alone’.*” (PORTES, 2010, p. 30). O texto que contém a definição de Putnam é “*Making democracy work: civic traditions in modern Italy*”, publicado pela Princeton University, em 1993, com edição brasileira (PUTNAM, 2006).

Putnam, que aproxima o termo capital social de uma propriedade das cidades e até das nações. Conforme Leonardo Monasterio (2006, p. 30), para Putnam, “o capital social entra em cena com um papel claro: resolver os problemas da ação coletiva”. Para ele, o capital social faz referência às características da organização social, confianças e normas, por exemplo, tendo como atributo melhor eficiência da sociedade, por meio de ações coordenadas.

Como exposto, mesmo com diferenças significativas, tanto Bourdieu quanto Coleman partem de um conceito instrumentalizado para a utilização nas relações individuais, já a denotação do conceito utilizado pela Ciência Política tem como principal característica seu caráter coletivo. Em uma leitura brasileira do conceito de capital social, nos termos da Ciência Política, Baquero e Cremonese (2006, p. 9) afirmam que o “conceito de capital social está fundado na importância da cultura política e da sociedade civil no processo de construção democrática”. Assim, com relação especificamente ao surgimento e à utilização do conceito de capital social no interior das Ciências Políticas estão, entre outros fatores, deficiências do paradigma institucionalista e de uma base normativa de apoio da democracia (BAQUERO; CREMONESE, 2006, p. 10). Tal definição da Ciência Política teria dado origem ao “presente estado de confusão sobre o significado do termo” (PORTES, 2010, p. 30), uma vez que o termo perdeu sua função de mecanismo explanatório, para tornar-se um “valor público”, como sinônimo do que é bom na vida social.

A definição que estamos adotando neste trabalho provém da Nova Sociologia Econômica, ou seja, da junção entre as propostas de Bourdieu e Coleman exposta por Portes (2010). Mesmo assim, Coradini (2010) mostra que a definição tem sido usada de forma bastante próxima às concepções originadas de Bourdieu. A Nova Sociologia Econômica é orientada pelo conceito de *embeddedness*, ou imbricação, de Mark Granovetter (2007).<sup>40</sup> Em linhas gerais, no âmbito da teoria social, Granovetter (2007) questionou até que ponto a ação econômica estaria imersa nas relações sociais. O autor estabelece que ocorre uma imersão, na qual os comportamentos e as instituições (ou as decisões econômicas) são tão compelidas pelas contínuas relações sociais que não podem ser interpretadas como elementos distintos. Encontra-se, nesse sentido, uma crítica à tradição utilitarista e à economia clássica e neoclássica, que pressupõem a existência de um comportamento racional, no qual os interesses dos seres humanos seriam minimamente afetados pelas relações sociais.

---

<sup>40</sup> Optamos por traduzir o termo *embeddedness* para imbricação. Contudo, existem outras traduções comumente utilizadas, tais como enraizamento ou imersão. O texto original de Granovetter é de 1985, sob o título de “Economic action and social structure: the problem of embeddedness”, publicado no “American Journal of Sociology”, Vol. 91, Nº 3, pp. 481-510. Utilizamos, porém, a versão traduzida para o português, de 2007.

João Peixoto (2004, p. 9) alegou que a ideia da imbricação não era exatamente nova, pois Karl Polanyi já havia tratado da questão anos antes, contudo era a “operacionalização em diferentes contextos de pesquisa que a torna[va] (de novo) reveladora”. As proposições de Granovetter estariam entre uma perspectiva sociológica e os aspectos econômicos, e, assim, a vida econômica “não se desenrola apenas num campo de acção racional de indivíduos atomizados, procurando objectivos estritamente ‘económicos’, mas decorre no seio de (está *embedded* em) um campo de relações e estruturas sociais (relações pessoais, contextuais ou históricas concretas)”.

Em um importante trabalho, Alejandro Portes e Julia Sensenbrenner (1993) discutem sobre a relação do conceito de imbricação com o capital social. Os autores salientam o renovado interesse despertado pelo conceito, mas criticam a imprecisão teórica na qual é utilizado, como mostra o trecho a seguir.

A imbricação (*embeddedness*), por exemplo, fornece um ponto de vista muito útil para criticar modelos neoclássicos, mas quando girado para fornecer proposições concretas, sofre da imprecisão teórica. A observação de que os resultados são incertos porque dependem de como a acção econômica está incorporada, não nos ajuda a cumprir os objetivos positivistas de melhoria preditiva e acumulação teórica. Para cumprir esses objetivos, precisamos especificar melhor como a estrutura social constrange, apoia ou descaracteriza o comportamento individual de busca de objetivos (PORTES, SENSENBRENNER, 1993, p. 1321, tradução nossa<sup>41</sup>).

Portes e Sensenbrenner (1993, p. 1323) redefinem, então, o conceito de capital social “como aquelas expectativas de acção dentro de uma coletividade que afetam os objetivos econômicos e o comportamento de busca de objetivos de seus membros, mesmo que essas expectativas não estejam orientadas para a esfera econômica”. Em resumo, o conceito trata da capacidade dos indivíduos de comandar recursos escassos, seja em uma rede, seja em estruturas sociais mais amplas (PORTES, 1995, p. 12). Por outro lado, é preciso definir, nos termos de Portes e Sensenbrenner (1993), quais são as expectativas coletivas, quais suas fontes e como podem afetar seu comportamento econômico (fator que mais interessa em termos de sociologia econômica). Os autores organizam quatro expectativas, a partir de

---

<sup>41</sup> Texto original: “*Embeddedness, for example, provides a very useful standpoint for criticizing neoclassical models, but when turned around to provide concrete propositions, it suffers from theoretical vagueness. The observation that outcomes are uncertain because they depend on how economic action is embedded does not help us meet the positivistic goals of predictive improvement and theoretical accumulation. To fulfill these goals, we must better specify just how social structure constrains, supports, or derails individual goal-seeking behavior*”.

conceitos clássicos da Sociologia, que podem ser acompanhadas pelo Quadro 3 a seguir, e buscam compreender o funcionamento do capital social em pesquisas sobre imigração.

**Quadro 3 - Capital social: tipos e características**

<b>FONTES</b>	<b>PRINCÍPIO DE FUNCIONAMENTO</b>	<b>MOTIVAÇÃO INDIVIDUAL PARA SUA OBSERVÂNCIA</b>	<b>ORIGEM E APLICAÇÕES</b>
Valores introjetados	Socialização em crenças consensualmente estabelecidas.	Princípios	A referência clássica é Durkheim, com a análise dos fundamentos legais de contratos legais. Em geral, aplicada no campo da sociologia econômica funcionalista.
Trocas recíprocas	Normas de reciprocidade em interação cotidiana.	Instrumental	Originária de Simmel e sua análise das trocas díades e de provação. Aplicada em análises de trocas e de poder na vida social.
Solidariedade delimitada	Sentimentos reativos situacionais ou circunstanciais.	Princípios	Referência originada da análise da emergência da consciência de classe dos trabalhadores, teoria de Marx e Engels. Aplicada para avaliar laços de solidariedade em comunidades imigrantes e étnicas.
Confiança	Recompensas e sanções particularistas ligadas ao pertencimento a um grupo.	Instrumental	Origem na análise weberiana da racionalidade substantiva nas transações econômicas. Aplicada em dinâmicas de empreendedorismo imigrante.

FONTE: Traduzido e adaptado de Portes e Sensenbrenner (1993, p. 1326).

A primeira fonte de capital social, os valores introjetados, levam os indivíduos a se comportarem de maneiras diferentes da ganância, sendo um comportamento apropriado como recurso.<sup>42</sup> A segunda fonte é oriunda de transações primárias, em que os favores, a informação e outros itens são dados e recebidos, estando, assim, baseada em trocas recíprocas. A terceira e a quarta fonte de capital social são mais utilizadas em estudos migratórios. A terceira é a solidariedade delimitada e “centra-se nas circunstâncias situacionais que podem levar ao surgimento de um comportamento orientado a grupos de princípios, independentemente de qualquer introjeção de valor precoce” (PORTES, SENSENBRENNER, 1993, p. 1324, tradução nossa<sup>43</sup>). Chama-se delimitada ou limitada por estar restrita apenas aos membros de um grupo específico. Por fim, a quarta fonte de capital social é a confiança exequível, que é

<sup>42</sup> Segundo os autores, a fonte, embora criticada, permanece central para a perspectiva sociológica (PORTES, SENSENBRENNER, 1993, p. 1324).

<sup>43</sup> Texto original: “*The third source of social capital, bounded solidarity, focuses on those situational circumstances that can lead to the emergence of principled group-oriented behavior quite apart from any early value introjection*”.



um capital gerado pela adesão disciplinada dos membros de um grupo às expectativas do grupo, isto é, pressupõe a existência de uma “comunidade”. Esse capital é bastante utilizado em pesquisas de empreendedorismo étnico.

Vários autores diversificaram e deram maior abrangência e complexidade aos estudos desenvolvidos no escopo da Nova Sociologia Econômica, que, em especial, estão vinculados às concepções de confiança, redes e capital social (MARQUES, 2003), em diversos tópicos de pesquisa: redes, mercados e firmas, finanças, direito, estratificação, e estudos histórico-comparados (SWEDBERG, 2012). Atualmente, a Nova Sociologia Econômica busca aplicar conceitos e métodos sociológicos aos fenômenos econômicos, apoiada em concepções que remontam a Max Weber (2004; 2006), mesmo que sua concepção contemporânea esteja mais intimamente relacionada aos sociólogos americanos do pós-guerra, insatisfeitos com o modelo do estruturalismo-funcionalismo e com a imagem estabilizada e rígida oriunda da teoria parsoniana.<sup>44</sup>

A principal preocupação da Nova Sociologia Econômica é buscar responder até que ponto a ação econômica está imersa nas estruturas das relações sociais. A tese da imbricação social das ações econômicas afirma que a ação econômica é uma forma de ação social, isto é, além dos objetivos econômicos, os atores perseguem também objetivos sociais, como sociabilidade, reconhecimento, *status* e poder. Os indivíduos, por sua vez, não agem de maneira autônoma, pois suas ações estão imbricadas em sistemas concretos e contínuos de relações sociais, ou seja, em redes sociais (PORTES, 2010), de modo que a ação econômica não é explicável somente por mercados e cálculos individuais. Nesse sentido, formou-se uma chave explicativa a partir dos conceitos de capital social e de redes sociais, especificadamente, avaliando suas implicações em questões metateóricas. É nas redes que muitas das ações econômicas, embora nem todas, são ou estão socialmente imbricadas, e um dos mais importantes resultados dessa imbricação é o capital social (PORTES, 2010, p. 27).

É exatamente neste ponto que se origina a crítica principal a essa abordagem. Conforme Coradini (2010, p. 34), o problema refere-se às limitações instrumentais da chamada Nova Sociologia Econômica, pois a abordagem fica reduzida “às relações do capital social nas redes que ‘embebem’ o mercado e a estrutura social”. Dessa forma, estariam sendo

---

<sup>44</sup> Mesmo com certos privilégios legados ao papel das relações sociais nas análises sociológicas, “os interesses devem ser incluídos na análise porque constituem as forças que dirigem o comportamento humano, seja para realizar um lucro, seja para enfrentar um dia puxado de trabalho” (SWEDBERG, 2012, p. 26). Esses interesses são socialmente construídos e podem se concretizar por meio das relações sociais. Dessa forma, a compreensão subjetiva dos atores é central, apesar da dificuldade de identificar ou categorizar os interesses, tanto em termos emocionais quanto econômicos. É nesse sentido, por exemplo, que notamos a atualidade e a permanência da análise weberiana, que está na base das concepções aqui apresentadas.

excluídas questões importantes, “especialmente aquelas relativas às relações das redes que formam o capital social com as estruturas de poder [...], o recorte do objeto se limita às relações consideradas como constitutivas do capital social, excluindo as próprias condições de existência do mercado”. Mesmo sem uma resolução para essa problematização, as novas concepções da sociologia econômica oportunizaram uma gama de novas pesquisas. Como justificam Portes e Sensenbrenner (1993, p. 1320-1321), a teoria sociológica foi reforçada pela introdução do conceito de capital social, pela ênfase no poder preditivo de variáveis contextuais, além de características individuais e pesquisas referentes à estrutura e à dinâmica das redes sociais.

A esse respeito, Portes (2010, p. 28, tradução nossa<sup>45</sup>) é provocativo, afirmando que “Ao contrário de riqueza, contudo, o capital social está ao alcance de todos, tornando-se, teoricamente, um dos meios pelos quais classes subordinadas podem resistir ao poder de coerção das elites”. Portes está tentando demonstrar que os conceitos de capital social e de redes sociais incorporados às pesquisas econômicas podem contribuir para ampliar a agenda e instaurar novos objetos de análise. Isso pode ser observado em alguns campos específicos de pesquisa, caso dos estudos migratórios e das perspectivas apresentadas pela Nova Sociologia Econômica, especialmente quando enfrenta dinâmicas culturais. Assim,

As diferentes expectativas culturais nas quais atores econômicos são socializados, a necessidade da sociabilidade e a busca pela aprovação, as teias de expectativas recíprocas, criadas pela interação repetitiva, são todos fatores que afetam não somente o quadro no qual ocorrem às transações econômicas, mas também a verdadeira natureza do último (PORTES, 2010, p. 18).

Por fim, é preciso matizar uma importante questão com relação à análise do capital social em estudos migratórios e no empreendedorismo, que diz respeito à generalização produzida pela literatura existente. Como pontuam Ivan Light e Léo-Paul Dana (2013), encontram-se, no recente debate, argumentos pró e contra o uso do conceito de capital social nos estudos relacionados ao empreendedorismo. No primeiro grupo, os estudos têm apontado, com ampla pesquisa desenvolvida, que o capital social permite e reforça o empreendedorismo dos grupos pesquisados. Contudo, para os autores, as pesquisas mostram excessivamente os contextos sociais nos quais o capital social apoia o empreendedorismo e, assim, os autores

---

<sup>45</sup> Texto original: “*Unlike wealth, however, social capital is within reach of everyone, becoming, theoretically, one of the means by which subordinate classes can resist the coercive power of elites*”.

mostram que a afirmativa pode estar exagerada e não ser suficiente para explicar certas conjunturas. Os autores (LIGHT; DANA, 2013, p. 606, tradução nossa<sup>46</sup>) acreditam que:

O capital social normalmente aparece no mundo desenvolvido em conjunto com o capital cultural de apoio. Nestas circunstâncias, alguns leitores e revisores podem atribuir ao capital social todo o crédito pela promoção do empreendedorismo – com o risco de ignorar seu parceiro indispensável. Por conseguinte, as vantagens do capital social para o empreendedorismo estão exageradas. Os tratamentos teóricos mais sofisticados do capital social advertem contra esse erro sem, contudo, extrair as implicações metodológicas para a pesquisa.

Já o argumento contra o uso desse capital nas análises afirma, via de regra, que o capital social de grupos poderosos pode obstruir o empreendedorismo de grupos menos poderosos, aspecto que também tem sido demonstrado pela literatura especializada. Para Light e Dana (2013), a questão não pode ser generalizada e o desenvolvimento de trabalhos empíricos pode contribuir para dimensionar quando e em quais circunstâncias os grupos subordinados podem ser barrados pelos mais poderosos. Considerando esses alertas, é pertinente investigar entre os grupos imigrantes aqui pesquisados alguns aspectos relativos ao capital cultural e a influência dos laços transnacionais nessas diferentes dimensões.

---

<sup>46</sup> Texto original: “Social capital normally appears in the developed world in tandem with supportive cultural capital. Under these circumstances, some readers and reviewers might assign to social capital all the credit for promoting entrepreneurship—at the risk of ignoring its indispensable partner. Hence, claims of social capital’s advantageousness for entrepreneurship are overstated. The most sophisticated theoretical treatments of social capital warn against this mistake without, however, drawing out the methodological implications for research.”

### 3 Família, redes e negócios

Neste capítulo, pretendemos investigar a relação entre a família Rheingantz, suas redes sociais e a criação de suas empresas. Para realizar essa tarefa, foi necessário avaliar a formação das redes sociais da família em questão. Assim, intentamos, a partir de quando Jacob Rheingantz deixa a Alemanha, desenhar a sua rede de relações, reproduzindo a construção da rede migratória e procurando os principais integrantes dessa referida rede. Outro ponto que pretendemos avaliar é relativo à forma de instalação de Rheingantz no Brasil. A ideia central desse capítulo é de que a rede migratória proporciona uma configuração para a vida no país de acolhimento (TILLY, 1990).

Por outro lado, também estamos interpretando a família como uma rede, na qual estão as relações mais íntimas, ou seja, aquelas marcadas pelas relações de apoio social, pelas trocas afetivas e pela confiança mútua. Assim, torna-se necessário construir um perfil dos membros familiares por meio das três gerações aqui tratadas, etapa mais introdutória, que pretende auxiliar o leitor ao fornecer uma descrição dos integrantes das gerações familiares, embora a construção e a condução dos negócios seja o pano de fundo para o desenvolvimento do capítulo como um todo.

#### 3.1 Os alemães e suas redes: os laços entre Rio Grande e Hamburgo

*Le Havre*, França, entre maio e junho de 1840. Jacob Rheingantz estava na França desde o ano anterior. Por alguns meses, ele trabalhou, como estagiário, na área comercial da firma *Veuve Clicquot Ponsardin*<sup>47</sup>, famosa casa de champanhe do Reims. Rheingantz aguardava o navio *Ch. Colombe*, que partiria para a *América*, local onde, conforme a história da família, estaria o seu irmão mais novo, Henrique, que teria partido um ano antes para os Estados Unidos. Dessa maneira, os irmãos Rheingantz aparecem como exploradores do novo

---

<sup>47</sup> Firma fundada em 1772, por Philippe Clicquot, que faleceu em 1805, ano em que os negócios passaram a ser dirigidos pela viúva, Nicole-Barbe Ponsardin. Madame Clicquot morreu em 1866, após concentrar e consolidar os negócios na marca de champanhe. Atualmente, a marca pertence ao grupo Louis Vuitton Moët Hennessy. As informações foram recolhidas no próprio site da empresa: <<http://www.veuve-clicquot.com/us/house/history>>.

mundo. A história, passada de geração em geração, foi eternizada por Vivaldo Coaracy<sup>48</sup> (1957), na publicação comemorativa do centenário da fundação da colônia São Lourenço. Coaracy, para escrever o livro, consultou anotações e documentos que haviam sido usados por Carlos Guilherme Rheingantz, o filho mais velho de Jacob Rheingantz, quando escreveu um pequeno relato dos 50 anos da colônia.<sup>49</sup> A história foi, assim, repetindo-se. A comprovação do embarque dos irmãos pode parecer apenas um detalhe perdido em mais uma história de imigrantes, contudo, o discurso produzido pelos livros comemorativos e festivos da imigração interessa para nossa análise por extrapolar as representações do *self-made man*. O fato de Jacob Rheingantz começar um processo de imigração sozinho, enfrentar dificuldades, completamente sozinho, como a perda do irmão, falecido nos Estados Unidos, revela o discurso do imigrante vencedor, que se constrói do nada, sem dinheiro, sem família, sem passado. Por ser um empresário de relativo sucesso no país de recebimento, o Brasil, a ideia do *self-made man* preenche lacunas facilmente e reforça a perspectiva de que é possível vencer qualquer obstáculo pela força do próprio trabalho, quase que ignorando o que acontece ao redor. Essa versão, contudo, não responde satisfatoriamente aos nossos questionamentos.

A ideia de *self-made man* é comum tanto entre a burguesia industrial quanto entre o operariado do final do século XIX. Ela pode ser resumida na máxima: o “imigrante sem vintém que se tornou arquivilionário, pela contumácia no trabalho e na poupança” (MARTINS, 1976, p. 100). Essa máxima compunha a ideologia da industrialização, que, em parte, opunha-se à ideologia da riqueza de direitos, vinculada aos privilégios requeridos pela nobreza. Nessa lógica, a migração surge como mito-fundador essencial, pois reestrutura o sistema de forças, gerando oportunidades aos que, na terra natal, não teriam chances de conquistar lugares privilegiados ou melhores que os seus de origem. Um exemplo emblemático é o conde Francisco Matarazzo, que “não era um imigrante qualquer” e tornou-se o “operário nº 1” de São Paulo (MARTINS, 1976, p. 52 e 44, respectivamente). Nesse sentido, é preciso estarmos atentos aos discursos e às narrativas de vida dos personagens

---

<sup>48</sup> Vivaldo Coaracy (1882-1967) foi engenheiro, jornalista e escritor. Natural do Rio de Janeiro, mudou-se para o Rio Grande do Sul, onde cursou Engenharia Mecânica-Elétrica na Escola de Engenharia de Porto Alegre. Na década de 1920, mudou-se para São Paulo, onde cursou Jornalismo. Durante a Segunda Grande Guerra, defendeu veementemente no *Jornal do Comércio* a proibição da imigração japonesa para o Brasil. Teve uma dezena de livros publicados sobre filosofia e análises políticas. Não está claro o porquê de Coaracy ter sido escolhido ou convidado a escrever o livro que marcou o centenário da imigração de São Lourenço, em 1957.

<sup>49</sup> RHEINGANTZ, Carlos Guilherme. *Kolonie São Lourenço, Staat Rio Grande do Sul / Beschreibung ihrer Gründung durch Jakob Rheingantz*. Aus seinen hinterlassenen Papieren zusammengestellt von Carlos G. Rheingantz. Porto Alegre: Cäsar Reinhardt, 1907. Uma versão em português pode ser encontrada em: RHEINGANTZ, Carlos Guilherme. *Colônia de São Lourenço*. Breve Histórico de sua fundação, extrahido das notas do arquivo de seu fundador Jacob Rheingantz. IN: RODRIGUES, Alfredo Ferreira. *Almanak literário e estatístico do Rio Grande do Sul*. Porto Alegre: Pinto e Cia/Livraria Americana, 1909. p. 143-164.

analisados, pois há ambivalências e duplicidades permeando algumas informações.<sup>50</sup> O conceito é também bastante encontrado nas biografias e nos estudos sobre empresários imigrantes no Rio Grande do Sul. Como alegou Sandra Pesavento (1988, p. 127), devemos atentar para “o retrato que a burguesia elabora de si mesma e divulga perante a sociedade”. A autora buscou, por meio das biografias de alguns empresários de origem alemã, tais como Alberto Bins, A. J. Renner e Abramo Eberle, demonstrar como a visão do empresário está associada ao mito do trabalho, ao gênio ou ao talento nato, baseados na noção do *self-made man*. Tal noção é exacerbada quando tratamos de empresários de origem étnica, caso do “capitão de indústria” A. J. Renner, conhecido como um grande comandante, idealizador e “industrial por vocação”. Buscando aqui nos afastarmos dessas concepções baseadas no ideal de *self-made man*, partimos da ideia de que a família Rheingantz já integrava um processo migratório mais amplo, buscando melhores oportunidades de trabalho e ascensão social para todo o grupo familiar.

Optamos por explorar um pouco mais a situação pré-migração da família Rheingantz. De posse do nome do navio, do porto e de uma data, procuramos pelo registro da partida de Jacob Rheingantz, da França. Segundo Coaracy (1957, p. 30), o navio partiu em maio, com destino a Nova York. O que encontramos foi a chegada de um navio *Ch. Colombe*, em Baltimore, em 31 de julho de 1840, com sete Rheingantz na viagem, de uma lista de 160 migrantes, na sua maioria, alemães.<sup>51</sup> Os passageiros números 75 e 76 eram Jacques e Henrique Rheingantz. Além deles, havia o casal Schwarz [*sic*] (36 anos) e Margareth (38) e, aparentemente, seus filhos, Philippe (10), Friedrich (4) e Carolina (3 meses). Se admitirmos que Jacques é uma variação francesa para Jacob, poderíamos dizer que esses migrantes eram candidatos a serem Jacob e o irmão Henrique. Na listagem, Jacques tinha 22 anos e Henrique, 20 anos, o que aumenta a possibilidade de serem os dois irmãos, pois Jacob Rheingantz nasceu em agosto de 1817 e Henrique, em agosto de 1819 (RHEINGANTZ 1941), estando, portanto, próximos de seus aniversários de 23 e 21 anos, respectivamente. A referida listagem

---

<sup>50</sup> Veja, entre outros trechos, esta análise de José de Souza Martins (1976, p. 44): “O exame do material coletado, em particular no referente as suas opiniões e atitudes [de Matarazzo], indicou permanentes discrepâncias no sentido entre o agir e o sentir, expressas em ambivalências de conteúdo, como a condição de empresário capitalista e a valorização de títulos nobiliárquicos, essa mesma condição no início da sua vida no Brasil, além do fato de ser imigrante valorizador do ‘self-made-man’, e o consumo ostensivo, a biografia “real”, e a sua ‘deformação’ pela mesma ideologia, etc. Os dados sugeriram logo que havia dois Matarazzos: o ‘interior’ que se indicava pela ‘etiqueta’ de Conde; e o ‘exterior’ que era indicado pela ‘etiqueta’ de ‘operário n. 1 de São Paulo’.”

<sup>51</sup> Acesso às listas de imigrantes durante visita ao *Deutsches Auswanderer Haus*. O banco de dados é acessado por meio da página eletrônica do *Ancestry.com*, que disponibiliza as imagens dos documentos. No interior do museu, é possível acessar gratuitamente o banco de dados e copiá-los. A referência aqui é: Baltimore, Passenger and Immigrations Lists, 1820-1872. Film M255, Reel 2, List 57.

não apresenta a profissão dos imigrantes, mas encontramos a ficha do *Departamento do trabalho, imigração e serviço de naturalização dos Estados Unidos* para Hch. Rheingantz, que havia chegado no navio em data já citada. Nessa ficha, encontramos Jacques, com 22 anos, como *acompanhante* de Henrique. Contudo, os dois são descritos como agricultores, o que era bastante comum nas declarações de imigrantes.<sup>52</sup>

Considerando, primeiramente, que havia muitas falhas nestas listas, em segundo lugar, que há muitas listas desaparecidas para este período<sup>53</sup> e, ainda, em terceiro, que havia muitos Henriques e Jacobs na família Rheingantz, como é mostrado por Carlos Grandmasson Rheingantz<sup>54</sup> (1941), na sua pequena genealogia da família, não podemos concluir que esses imigrantes são realmente os irmãos que procuramos.<sup>55</sup> Ao completar os dados com

---

<sup>52</sup> Uma cópia dessa ficha está disponível em: Maryland, Baltimore Passenger Lists Index, 1820-1897, database with images, FamilySearch. Hch Rheingantz, 1840; citing NARA microfilm publication M327 (Washington D.C.: National Archives and Records Administration, n.d.); FHL microfilm 417,338. Disponível em <<https://familysearch.org/ark:/61903/1:1:QV9F-GX3R>>. Acesso em: 03 dez. 2015.

<sup>53</sup> Apesar de encontrarmos algumas listas de imigrantes disponíveis na internet, existem inúmeras listas que se perderam ao longo do tempo, outras contêm dados incompletos, como nomes dos passageiros, além de datas e idades equivocadas e toda uma gama de problemas. Alguns trabalhos acadêmicos discutem a questão, especialmente para períodos mais distantes (como 1840). Sugerimos o centro de pesquisa do DAUSA, *Forschungsstelle Deutsche Auswanderer in den USA* (ou *Research Center German Emigrants in the USA*), localizado na Universidade de Oldenburg, na Alemanha. Um dos principais pesquisadores é o Dr. Antonius Holtmann; entre os seus trabalhos podem ser vistos (propositalmente, sugerimos aqui as versões em língua inglesa): *No Reliefs from Previous Warnings! Pitfalls as Hitherto!: A Continuation of Germans to America. The Superfluous Edition*. In: (reeditada em) *The Palatine Immigrant* 31 (2006) 4, 3 – 13. Ou ainda: *Fifteen Years of "Germans to America": Truly Enough! Passenger Lists and their Outcomes*. In: *AEMI Journal* 1 (2003), 127 – 136. As publicações contêm explicações sobre as possíveis formas de pesquisa nestas listas e as dificuldades e os avanços das pesquisas na área. Os artigos e algumas listas podem ser encontradas na página eletrônica do centro de pesquisa: <<http://dausa.de>>. Acesso em: 25 jan. 2016.

<sup>54</sup> Carlos Grandmasson Rheingantz (1915-1988) era natural de Petrópolis, filho de Gustavo Adolfo de Sá Rheingantz e Marguerite Modeste Claire Lucie Grandmasson, neto de Carlos Guilherme e bisneto de Jacob Rheingantz. Formou-se em Engenharia Civil, mas dedicou-se às pesquisas genealógicas, sendo um dos fundadores do *Colégio Brasileiro de Genealogia*. Em 1939, esteve nas localidades de origem dos Rheingantz e, logo após, publicou a genealogia da família. No trabalho, o genealogista remonta até o ano de 1570, mas foca nos indivíduos de ascendência direta de Jacob Rheingantz, bem como descendência. Ao que tudo indica, não constam os nomes de todos os primos e parentes correlatos, o que dificulta a identificação dos membros familiares mais distantes, começando pelos tios e primos dos pais, por exemplo. As informações são de: Rheingantz (1941). Veja também a página do *Colégio Brasileiro de Genealogia*: <<http://www.cbg.org.br/novo/colégio/historia/patronos/carlos-rheingantz/>>. Acesso em: 25 abr. 2015.

<sup>55</sup> Um quarto ponto que poderia ser discutido aqui é que nem todos os migrantes estão nas listas de navios. Mesmo não sendo uma regra, é comum que migrantes que estavam em cabines ou na primeira classe não estivessem citados nessas listas. Entretanto, já encontramos várias informações sobre os Rheingantz viajando em cabines de primeira classe e sendo citados, portanto, é preciso tomar alguns cuidados com tais informações. Para esse assunto e para os temas relativos às listas de migrantes e às formas de pesquisa de famílias nos arquivos sobre emigração, especialmente Hamburgo, veja a coletânea de artigos editada por Jürgen Sielemann, Rainer Hering e Ulf Bollmann (2002) e publicada pela *Verein für Hamburgische Geschichte* (Sociedade de História de Hamburgo).

informações do *Familienbuch*<sup>56</sup> de *Sponheim*<sup>57</sup>, cidade natal da família, encontramos apenas a informação de que Henrique partiu para os Estados Unidos em 1840, não em 1839, e que Jacob Rheingantz se estabeleceu no Brasil, em ano não declarado, o mesmo ocorrendo com seus irmãos mais novos. Sabemos que Jacob Rheingantz partiu para a França e depois para os Estados Unidos, porém, não está totalmente completa a informação, além do mais, os pais da família não aparecerem como emigrados para o Brasil, o que de fato ocorreu na mesma data dos irmãos mais novos.

O que procuramos demonstrar com os dados dos sete Rheingantz no navio, em 1840, é que talvez o processo imigratório familiar seja mais amplo e complexo do que a alternativa do imigrante solitário buscando “fazer a América” tenta transparecer. O que podemos afirmar é que Henrique faleceu nos Estados Unidos, provavelmente ainda em 1840, e Jacob Rheingantz ficou trabalhando na Filadélfia até 1843, supostamente na área comercial de uma empresa que construía embarcações, motivo pelo qual viajaria ao Brasil.

\*\*\*

Rio Grande, 23 de junho de 1843. Rheingantz havia desembarcado no porto local. Ele estaria acompanhando a entrega de um pequeno vapor ao seu comprador, um comerciante alemão estabelecido na cidade portuária de Rio Grande, no extremo sul brasileiro. Havia uma relativa quantidade de comerciantes estrangeiros estabelecida nessa cidade, investindo na importação-exportação de mercadorias, como veremos mais à frente. O pequeno vapor comprado nos Estados Unidos seria denominado *Rio-grandense* e faria, além do transporte de passageiros, entregas de mercadorias por toda a extensão da Laguna dos Patos. Embora os

---

<sup>56</sup> *Familienbuch* ou *Familienbücher* (no plural), literalmente livros de família, são publicações que contêm os dados de nascimento, casamento e óbito dos habitantes das mais diversas cidades da Alemanha, a partir do tratamento e do cruzamento dos registros da Igreja Católica ou das igrejas evangélicas alemãs (reformadas ou luteranas). Os livros são organizados por localidade e, na sequência, por família, em ordem alfabética, formando uma obra valiosa e rara para a pesquisa histórica e genealógica. São também excelentes fontes secundárias de pesquisa, garantindo acesso rápido e fácil para pesquisadores não acostumados com as formas antigas de escrita, tais como a *Sütterlin*. Esses livros podem trazer dados de famílias católicas ou evangélicas ou de ambas, para os mais diversos períodos, em geral acompanhando o surgimento dos registros das referidas igrejas. Quando o livro traz apenas os registros de uma única igreja da determinada localidade, ele é chamado *Kirchenbuch*. O livro aqui citado é: SCHAUSS, Erich. *Familienbuch der evangelischen Gemeinde Sponheim (1814-1885)*. Teil 1. Burg Sponheim: Freudeskreis der Burg Sponheim e. V., 2008. Esse livro traz os registros da comunidade evangélica da localidade de Sponheim para o período citado, o que significa que os Rheingantz pesquisados não são uma família católica na Alemanha.

<sup>57</sup> Sponheim é um pequeno município no Estado da Renânia-Palatinado, na Alemanha. Ele pertence a associação municipal de Rüdeshem, no distrito de Bad Kreuznach. O Estado da Renânia-Palatinado é dividido em 24 distritos (*Kreis*), que por sua vez possuem subdivisões em associações municipais (*Verbandsgemeinden*), compostas por vários pequenos municípios, com uma só administração.



negócios não estivessem em boa fase, devido à Guerra dos Farrapos (1835-1845), a cidade portuária mantinha suas atividades comerciais.

O comprador da embarcação era Friedrich Wilhelm Ziegenbein,<sup>58</sup> que, a partir de agora, será tratado apenas por Guilherme Ziegenbein, natural de Bockenem, cidade localizada no distrito de Hildesheim, estado de Baixa Saxônia, centro da atual Alemanha. De religião luterana, nascido em 17 de maio de 1809, morava no Brasil desde pelo menos 1836.<sup>59</sup> Não encontramos informações sobre como Ziegenbein chegou ao Brasil, apenas podemos comprovar que mantinha uma casa de negócios em Rio Grande, a qual abriu uma filial em Pelotas, depois de 1846. Casado desde 1837, com Joana Hillert Martin, viúva do Barão von Fella,<sup>60</sup> ele batizou seus três filhos na Igreja Católica, conforme pode ser visto no Quadro 4 a seguir. Dois dos filhos tiveram por padrinhos moradores locais, já a filha mais nova teve por padrinhos J. Metzler, um comerciante natural de Bremen, e a Senhora Thonsen, esposa de Cristiano Thonsen, sócio de uma importante casa comercial de Rio Grande. Embora Cristiano e Florentina Thonsen tivessem nascido em Hamburgo, casaram-se em Rio Grande.

**Quadro 4 – Padrinhos de batismo para filhos de Ziegenbein**

<b>Nome</b>	<b>Data de batismo</b>	<b>Padrinhos</b>	<b>Perfil dos padrinhos</b>
Henrique Francisco	11.07.1841	Francisco Affonso dos Santos e sua esposa Belarmina Joaquina dos Santos	Moradores locais
Anna Guilhermina	15.03.1841	Estanislao José de Freitas e Ana de Freitas	Moradores locais
Guilhermina Dorotéia	10.07.1848	Jorge F. Metzler e Florentina Thonsen	Ele era de Bremen, comerciante em Rio Grande, ela era de Hamburgo, esposa de C. Thonsen, grande comerciante em Rio

<sup>58</sup> Não podemos afirmar se o vapor havia sido comprado por Ziegenbein para sua própria empresa, para uma firma que ele representava ou ainda para um grupo de investidores da cidade. De fato, alguns anos mais tarde, o *Vaporzinho rio-grandense* tornou-se propriedade de um grupo de investidores que dividiu a embarcação em várias partes, como cotas, formando o total de 24 ações. Consultando os registros de compra e venda de Rio Grande, encontramos transações entre alguns comerciantes especialmente para a década de 1850 e, assim, constatamos que, entre seus donos, estavam: Antônio da Silva Machado, que vendeu sua parte para Francisco Bento; o major João Augusto Penedo, que mais tarde venderia suas ações ao Major José da Silva Jr. que, por sua vez, juntou 16 ações da embarcação, vendendo-as ao Coronel Thomaz José de Campos, um dos maiores capitalistas da cidade, que já havia sido proprietário de inúmeras embarcações, tais como o *Continetista* e o *Charrua*. Veja, entre outros: *Escritura de venda que faz o Major José da Silva Junior, por seu procurador, ao Coronel Thomaz José de Campos da parte que tem no Vapor Rio Grandense, pela quantia de 12:000\$000 reis, como abaixo se declara*. APERS. Município de Rio Grande. 2º Tabelionato. Livro Notarial de Transmissões/Notas, nº 25, fl. 163. Veja também Rheingantz (1941) e Coaracy (1957, p. 32).

<sup>59</sup> Processo de requisição de cidadania de Friedrich Wilhelm Ziegenbein, em 09 jun. 1856. Staatsarchiv Hamburg. 332-7. B. I. Staatsangehörigkeitsaufsicht. a)1856/nº 861.

<sup>60</sup> Sobre o barão von Fella, veja Rheingantz (1941).

			Grande.
--	--	--	---------

Fonte: Batismos da Matriz de São Pedro do Rio Grande. Livro 13 (1838-1841), p. 142v e livro 14 (1839-1851), p. 191v.

Nota: os registros das meninas foram lavrados na mesma página, com a data de batismo diferente.

Ao longo dessa pesquisa, encontramos, em registros católicos, alguns estrangeiros que, na sua localidade de origem, professavam a religião protestante.<sup>61</sup> Em trabalho anterior (BOSENBECKER, 2011), já mencionamos alguns grupos alemães que registraram filhos na religião católica na colônia São Lourenço, embora na terra natal fossem protestantes. Como não foi foco dessa pesquisa analisar os comerciantes que mantiveram ou não tal prática, apenas podemos avaliar a conversão para os membros familiares aqui tratados. A princípio, tais registros podem ter razões mais simples, como a falta de outro tipo de registro no país, a falta de pastores, diferentes concepções religiosas, entre outros fatores. Assim, no começo da pesquisa dessa tese, tratamos a questão como um problema geral do estabelecimento de imigrantes na região sul brasileira. Todavia, há um aspecto simbólico que precisa ser discutido. Para elites imigrantes, caso dos comerciantes aqui tratados, a conversão religiosa ou reconversão é aspecto relevante no processo de adaptação no país de destino, diminuindo estranhamentos e auxiliando na inserção dos recém-chegados em um grupo estabelecido e bastante coeso. Para Guilherme Ziegenbein incorporar práticas, inclusive religiosas, comuns aos habitantes locais, era importante para integrá-lo como comerciante *bem estabelecido* na região. Ao que tudo indica, a adoção de algumas práticas comuns entre os grandes comerciantes estrangeiros também foi uma estratégia utilizada pela família Rheingantz para sua inserção nesse grupo.

A família Rheingantz, no Brasil, sempre foi um grupo católico, não há margem para dúvidas. Estudos preliminares (BOSENBECKER, 2011) mostraram que a família, em sua primeira geração, especialmente Jacob Rheingantz, não tinha muita participação em eventos de caráter religioso e quase não existem afiliados dos Rheingantz nesse período, o que difere consideravelmente de famílias abastadas brasileiras, seja de comerciantes, seja de fazendeiros. Consideramos, naquele momento, que apadrinhamentos e fatores religiosos não eram fatores relevantes para as relações da família. Durante o processo de conferência de dados, etapa importante da pesquisa da tese, não encontramos informações sobre a família nos livros de registros católicos alemães. Contudo, e praticamente ao acaso, descobrimos que toda a família

---

<sup>61</sup> Outro exemplo de comerciantes alemães e evangélicos que registram filhos na religião católica, para registros desta época, foi Carlos Júlio Bernardo Westendorff, de religião luterana, que batizou dois filhos, Carlos Júlio e José Júlio, em 1854 e 1856, respectivamente. Livro 15 de batismos da Matriz de São Pedro do Rio Grande, p. 100 e 141.

Rheingantz na Alemanha era evangélica, inclusive Jacob Rheingantz e seus irmãos foram batizados de tal forma.<sup>62</sup> Na genealogia da família (RHEINGANTZ, 1941), não consta a opção religiosa dos membros ao longo do tempo, excetuando uma única referência a um aspecto religioso: a existência de um antepassado presbítero e magistrado. Tal informação não é suficiente para elaborar sequer um esboço sobre as práticas familiares na antiga Prússia, até porque tanto Rheingantz quanto Ziegenbein parecem manter a religião protestante quando retornam à Alemanha.

A chegada da família no Brasil revelou a adoção de práticas religiosas diferentes. Um dos processos mais interessantes é do irmão de Jacob, chamado Guilherme, que chegou ao Brasil, com a esposa, em 1857. Guilherme e a esposa casaram-se civilmente na Alemanha, pois o ele era evangélico e ela era católica. Quando o primeiro filho do casal nasceu, o padre católico batizou o menino como sendo filho de mãe solteira, sem o nome de Guilherme no registro. O casal optou por realizar o casamento na religião evangélica, antes de emigrar para a América. Porém, após a chegada ao Brasil, o casal seguiu no rito católico. O grupo da família Rheingantz aqui citado, na sua origem na Alemanha, pertencia à Igreja Evangélica Reformada (também conhecida como calvinista).<sup>63</sup>

De fato, viver como grande comerciante em Rio Grande requeria algum conhecimento dos códigos específicos do grupo. O fato de ser estrangeiro não tornava os comerciantes *estranhos* perante os nacionais, pois a adoção de algumas práticas locais parece ter auxiliado na inserção dos recém-chegados, construindo um modo de vida bastante similar entre os membros do grupo. Ziegenbein, por exemplo, aprendeu muitas dessas práticas e, provavelmente, ensinou Jacob Rheingantz a conviver com os outros membros, como um igual. A incorporação de práticas comuns aos grandes comerciantes estabelecidos na região, estrangeiros ou brasileiros, foi fator decisivo para a inserção da família aqui pesquisada na sociedade local, uma vez que a família foi introduzida na rede desses comerciantes *bem*

---

<sup>62</sup> O primeiro dado suspeito foi encontrado, ou melhor, não foi encontrado no livro de famílias católicas de Sponheim: KARBACH, Franz, Josef; SCHMIEDEN, Josef, FINZEL, Hans. *Katholisches Familienbuch Pfarrei Sponheim (1683-1892)*. Köln: Westdeutsche Gesellschaft für Familienkund e. V., 1999. A família foi encontrada nos registros da comunidade evangélica da referida cidade: SCHAUSS, Erich. *Familienbuch der evangelischen Gemeinde Sponheim (1814-1885)*. Teil 1. Burg Sponheim: Freudeskreis der Burg Sponheim e. V., 2008, p. 107-108. Outra informação complementar e importante é que os Rheingantz de Sponheim são uma família relativamente pequena. O avô de Jacob Rheingantz migrou para Sponheim, provavelmente, por conta do seu casamento com Anna Gertrudes Klitz, que tinha maior ramo familiar na localidade. O núcleo maior da família Rheingantz permaneceu em Rheinböllen. Veja: FRAUENBERGER, Michael. *Gemeinsames Familienbuch der reformierten Pfarreien Rheinböllen 1700-1798 und Ellern 1744-1798*. Boppard: [edição do autor], 1995.

<sup>63</sup> Reformados e luteranos são grupos religiosos oriundos da Reforma da Igreja Cristã. Martin Lutero deu origem ao grupo de evangélicos luteranos. Já os reformados aqui citados foram o grupo de evangélicos que seguiram as correntes do suíço Huldrych Zwingli (Ulrico Zuínglio) e do francês João Calvino. Os reformados são mais conhecidos como calvinistas.

*estabelecidos*. Resta definir o que é ser um comerciante estrangeiro bem estabelecido no extremo sul brasileiro. Tomaremos mais uma vez o exemplo de Ziegenbein.

Ziegenbein integrava um grupo de grandes comerciantes. Ele manteve uma casa especializada em importação-exportação e, provavelmente, representava uma grande empresa internacional do ramo. Suas atividades apenas podem ser mapeadas para o fim da década de 1840 e início dos anos 1850 e restringem-se ao envio de produtos, na maioria das vezes para Hamburgo, e na recepção e distribuição de materiais industrializados ou processados para o extremo sul brasileiro. Possivelmente, suas atividades em anos anteriores não divergiam das que ele realizava nessa época. Os produtos exportados eram principalmente couros secos e sebo para velas. Chama a atenção um carregamento despachado no brigue<sup>64</sup> *Arminius*, de Bremen, com destino a Falmouth (cidade e porto na região sudoeste do Reino Unido), com mil couros secos de novilho,<sup>65</sup> mas, em geral, os carregamentos parecem ter sido menores, entre 100 e 200 couros por remessa. Entre os produtos importados pela casa da Rua da Praia, nº 138, estavam: veneno, tintas de diversas qualidades, sal, compotas, fitas de seda, fazendas, casimiras, xales e tecidos em geral.<sup>66</sup>

No início da década de 1850, Ziegenbein cruzou a Europa inúmeras vezes: em 1850, visitou sua cidade natal, em 1852 foi à Bélgica, e também em 1853, quando passou por Aachen, no ano seguinte, viajou a Berlin e Oberfalzbrum, e garantiu mais viagens com visto no Consulado Geral brasileiro em Hamburgo para a Alemanha e para Áustria. Em 1855, foi até Salzbrum e Paris, e, no ano seguinte, encaminhou o pedido de cidadania na Cidade Livre de Hamburgo,<sup>67</sup> onde já mantinha uma casa desde 1850, na Alsterdamm, nº 6, e onde passaria a residir com sua esposa e suas filhas. A escolha pela cidade hanseática deveu-se, em um primeiro momento, às ligações comerciais e pessoais estabelecidas por Ziegenbein com os hamburgueses e, em um segundo momento, à conjuntura apresentada pela cidade livre, nessa época final da *Liga Alemã* (1815-1866), como mostra Sylvia Ewel Lenz:

Diferente dos governos estatais, em que o poder coercitivo garante a soberania externa e a supremacia interna, os micro Estados, como as cidades hanseáticas, não dispunham de forças armadas. Acordos diplomáticos lhes

<sup>64</sup> Veleiro com dois mastros, muito utilizado para fins comerciais.

<sup>65</sup> Expediente d'Alfandega. Despachos d'exportação no dia 1. In: *O Rio Grandense*, Rio Grande, ano VI, nº 571, p. 3, 05 fev.1851.

<sup>66</sup> As informações aqui foram recolhidas na seção Expediente da Alfândega, importações e exportações, trazidas pelo jornal *O Rio-Grandense*, em edições do final de 1849 e meados de 1851.

<sup>67</sup> Há uma cópia do último passaporte de Ziegenbein e de outros documentos no processo. No pedido de cidadania, Ziegenbein incluiu os filhos e a enteada, Maria Carolina. Confira: Processo de requisição de cidadania de Friedrich Wilhelm Ziegenbein, em 09 jun. 1856. Staatsarchiv Hamburg. 332-7. B. I. Staatsangehörigkeitsaufsicht. a)1856/nº 861.

concederam a neutralidade política, sem a interrupção de navegação e comércio, mesmo em tempos belicosos. Às potências interessava, por meio dessas cidades portuárias, garantir o fluxo de bens e mercadorias na Europa, defendendo-as contra quaisquer intervenções externas. A condição social desses cidadãos, por sua vez, diferia da situação dos demais súditos de principados alemães ou das monarquias europeias (LENZ, 2008, p. 58).

Além da cidadania, os habitantes das cidades livres tinham mais mobilidade social e liberdade comercial e religiosa, o que se refletia nas escolhas matrimoniais, por exemplo, em comparação com os outros estados da *Liga*.<sup>68</sup> As filhas de Ziegenbein estabeleceram-se definitivamente em Hamburgo, onde casaram e constituíram suas famílias. Não há informações sobre possíveis atividades delas no Brasil, diferentemente do que ocorre com o filho, Henrique Francisco, que começou suas atividades comerciais em Rio Grande. Pelas nossas pesquisas, Henrique Francisco somente teria deixado o Brasil alguns anos mais tarde, pois encontramos uma firma de Henrique Francisco e de Albert Reinhold, datada de 1880, em Hamburgo, especializada na importação de charutos de Havana para Hamburgo.<sup>69</sup>

Ainda no início da década de 1850, existiam alguns importadores e exportadores estabelecidos no porto de Rio Grande, muitos dos quais eram representantes de empresas internacionais ou de grandes comércios regionais. Há algumas rotas bem estabelecidas, como de Rio Grande ao Rio de Janeiro, a Pernambuco e ao Rio da Prata, porém, os produtos transportados parecem variar bastante entre as próprias casas comerciais, predominando as exportações de charque, couros e sebo. Embora não seja possível caracterizar a frequência de tais viagens, até porque não é nosso objetivo aqui, podemos citar alguns desses comerciantes ou transportadores. Começamos com *A. Hugentobler*, que era o agente responsável pelo transporte de mercadorias entre Rio Grande e Estados Unidos, especialmente pela importação de tecidos, mas também encontramos outros produtos, como pregos, por exemplo. Outras firmas com negociantes estrangeiros eram *Calcagno Milford e Cia*, *Lind e Cia*, *P. Blandin*, *Law Irmãos e Cia*, *Holland Daveis e Cia*. Entre os luso-brasileiros, estavam: A. J. M. Madureira, J. A. F. de Souza, J. da Costa Pinto, M. da Costa Bezerra, P. F. Nunes, J. P. de Souza e J. D. de Azevedo, Paiva e Vianna, J. G. Gastão, entre muitos outros, que importavam tecidos, frutas, compotas, venenos, tintas, etc.

<sup>68</sup> Veja discussão em Lenz (2008, p. 75 – 78).

<sup>69</sup> Acreditamos que o Henrique Francisco dessa firma é o filho de Guilherme Ziegenbein especialmente porque seu nome está escrito e assinado “em português” e consta sua anterior ocupação em Rio Grande, no Brasil, diferentemente do nome do sócio, nomeado “em alemão”, Georg Heinrich Christian Albert Reinhold. A firma funcionou até 1929, nas mãos de Alberto Reinhold. Henrique Francisco deixou o negócio, em 1886, e faleceu em Hamburgo, em 1918. Conforme: Staatsarchiv Hamburg. Handelsregister B19069. Firmenwesen. Acta betreffend den Firmer Ziegenbein & Reinhold. Angefangen den 3. Mai 1880.

A cidade portuária de Rio Grande concentrava, portanto, as atividades comerciais e as empresas de importação-exportação de vários países. No que se refere aos imigrantes alemães que tratamos aqui, ou seja, aos comerciantes de médio a grande porte originados das cidades hanseáticas ou representantes de empresas lá sediadas, caso do próprio Ziegenbein, seu papel foi significativo. Essa posição, duramente conquistada, envolvia uma nova diretriz política dos governantes da Liga Alemã e das estratégias dos empresários e dos comerciantes das cidades mais importantes, como Hamburgo e Bremen, para firmar relações com o Brasil e aproveitar as oportunidades comerciais com a nação, como mostrou Lenz (2008, p. 82):

O comércio alemão no Brasil oitocentista raramente é mencionado pelos historiadores. Apesar de ter ficado à sombra do atacadista inglês, do varejista francês e dos secos e molhados dos luso-brasileiros, os negociantes alemães tiveram uma intensa atuação no mercado daqui, dedicaram-se à exportação de açúcar e café, drogas do sertão e matérias-primas, além de outros produtos. Já da Alemanha, importaram linhos e tecidos, móveis e pianos, ferramentas e brinquedos de Nuremberg, o que fomentou a produção manufatureira e depois, industrial, em algumas regiões da Liga Alemã. De um lado, conquistaram, gradualmente, o mercado brasileiro para os seus produtos, tornando-se uma alternativa aos ingleses e franceses; do outro, a importação de bens brasileiros, após os tratados de 1827, criou um mercado promissor na Alemanha...

O quadro que desenhamos aqui é, de maneira singela, um reflexo do grupo de grandes comerciantes do setor de importação-exportação que teve destaque na economia do Rio Grande do Sul em meados do século XIX. Esse setor estava ligado à exportação de derivados da produção agropecuária e à importação de industrializados ou manufaturados que abasteciam a então província. Infelizmente, não há um estudo mais substancial sobre o grande e o médio comércio no eixo Pelotas-Rio Grande nos moldes do estudo de Magda Gans (2004) sobre os imigrantes alemães que se ressaltaram nos setores comerciais de Porto Alegre.<sup>70</sup> A análise de Gans (2004), que remonta ao período de 1850 a 1899, mostra que os imigrantes alemães e seus descendentes possuíam um bom padrão de vida em Porto Alegre, ocupando especialmente nichos comerciais ligados à importação de produtos e ao comércio de alimentos e vestuário, também apresentaram melhor inserção no mercado de trabalho em comparação com os nativos, além de estarem bem localizados no espaço urbano da capital, com melhores moradias. A posição defendida por Gans (2004) parece aplicar-se aos grandes e médios comerciantes alemães que aqui citamos em Rio Grande e que são, por ora, representados por Ziegenbein. Nas principais cidades portuárias e comerciais do interior do

---

<sup>70</sup> Entre 1850 até 1889, a autora catalogou 343 comerciantes teutos estabelecidos em Porto Alegre, dos quais 142 foram classificados em grandes comerciantes e 176 em médios comerciantes (GANS, 2004, p. 89).

estado, Pelotas e Rio Grande, a presença de alemães como imigrantes espontâneos ocorreu também marcadamente no comércio e na indústria (SINGER, 1977; ROCHE, 1969, p. 434-449), dos quais o comércio e as fábricas construídas pela família Rheingantz foram um exemplo significativo.

Por outro lado, alguns autores acreditam que a inserção dos alemães na sociedade local (Rio Grande) parece não ser mais abrangente, ou seja, parece restrita ao predomínio do ramo comercial, sem maiores influências na sociedade. Particularmente, não partilhamos dessa ideia. Acreditamos que o grupo de imigrantes alemães especialmente ligado ao grande comércio tinha uma abrangente integração com a sociedade local e, por conseguinte, maior influência e mais interesses representados nos mais diversos níveis (econômico ou político, por exemplo). A percepção de que não há uma presença marcante dos alemães nas cidades do eixo Rio Grande e Pelotas está diretamente relacionada ao fato de que os alemães teriam permanecido isolados nessas cidades, como se formassem “colônias” urbanas (ROCHE, 1969, p. 192). Este quadro é desenhado por Roche (1969, p. 1393) da seguinte maneira:

[Os alemães] Desempenharam papel mais importante em Rio Grande, controlando, há uns cem anos, o grande comércio de importação. Era em Rio Grande, porta para o oceano do Estado, que faziam escala os navios europeus que não podiam ou não queriam subir até Porto Alegre; certas casas de comércio da capital possuíam uma agência em Rio Grande, às vezes mesmo era o inverso. Também em Rio Grande se fundaram as primeiras fábricas alemães, a dos tecidos Rheingantz e a dos charutos Poock. Os alemães, entretanto, nele se isolaram no comércio e nunca foram contados senão por centenas, ainda a maior parte deles olhava para a Alemanha antes que para o interior do Estado, em cuja vida pouco estavam integrados. Se excetuarmos, pois, algumas firmas comerciais e algumas marcas de fábricas, sua presença quase não se fará sentir, e essas cidades [Pelotas e Rio Grande] conservam até hoje<sup>71</sup> esse aspecto tipicamente luso-brasileiro: calçadas de mosaicos brancos e pretos, casas “uma porta e uma janela”; fachadas cobertas de azulejos ou caiadas de verde e rosa portuguesas.

Tais pressupostos, entretanto, precisam ser matizados para ampliarmos o escopo de análise sobre a situação dos alemães nas cidades de Pelotas e Rio Grande e para que seja possível mostrar, ao longo desse trabalho, que as influências da elite imigrante alemã estavam diluídas nos interesses e nas representações dos grupos dominantes das referidas cidades. A primeira questão colocada por Roche é a de que os alemães tinham maior representatividade em Rio Grande. Contudo, é preciso lembrar que boa parte dos grandes comerciantes alemães

---

<sup>71</sup> Jean Roche escreveu o referido livro durante a década de 1950, defendendo o trabalho como tese de doutorado em 1962, na Universidade de Paris V, Sorbonne. O autor pesquisou e reuniu o material durante estada de sua família no Rio Grande do Sul, entre 1945 e 1953. Veja mais informações em Dreher (2014).

de Rio Grande circulava também por Pelotas e que era esta última que monopolizava a construção das colônias agrícolas de imigrantes, algumas de propriedade desses comerciantes. Loner (2001) trabalha com dados para a região de Pelotas e Rio Grande para a virada do século XIX para o XX. Para a autora, os estrangeiros tinham peso significativo nas áreas urbanas das duas cidades, nas quais os imigrantes portugueses sempre foram metade dos números totais de estrangeiros para as zonas urbanas de cada uma das referidas cidades, lembrando ainda que Rio Grande possuía população rural muito menor. Em Rio Grande, os alemães destacavam-se como grandes comerciantes e empresários, mas a predominância no comércio em geral sempre foi dos portugueses (LONER, 2001, p. 59).<sup>72</sup>

O porto de Rio Grande concentrava o transporte de grande escala, que não tinha como ser realizado em Porto Alegre, devido ao calado dos navios ser maior que o permitido pela Laguna dos Patos. Porém, há um problema cronológico aqui. Até a virada do século XIX para o XX, Rio Grande era o centro de todo o comércio importador-exportador, perdendo esse posto para a capital gaúcha somente após a Primeira Grande Guerra (SINGER, 1977). O grande comércio marítimo continuou, entretanto, a ser feito em Rio Grande após esse período, mesmo que o porto local estivesse caracterizado como entreposto comercial frente à nova importância da capital rio-grandense, contudo, o porto ainda continuava sendo referência para o comércio a nível nacional e de ligação com a região do Prata (REINHEINMER, 2010). O porto de Rio Grande foi ainda outra justificativa para a fundação das grandes fábricas alemãs no extremo sul, aliado ao predomínio econômico do eixo Pelotas-Rio Grande, mesclando a melhor posição e estrutura local, que possibilitaria o transporte e o recebimento do mais moderno maquinário oriundo da Europa, que chegaria pelos navios, intermediado por outros comerciantes estrangeiros.

Roche acredita que os grupos alemães estabelecidos nas grandes cidades do extremo sul do Rio Grande do Sul olhassem mais para a Alemanha do que para o próprio Estado do Rio Grande do Sul. Assim, embora possamos concordar que os imigrantes alemães se importassem bastante com o que ocorria em sua terra natal, bem como dependiam economicamente das redes e das condições privilegiadas de negócios, eles também estavam preocupados com as posições e as condições de suas vidas no Brasil, adquirindo práticas locais e ampliando redes alemãs através do atlântico. Isso significa dizer que o referido grupo

---

<sup>72</sup> Sobre a situação da migração em Rio Grande, durante República Velha, Loner (2001, p. 56) afirma: “Quanto à imigração, ela foi apenas urbana, não sobrevivendo nenhuma das acanhadas tentativas de colonização oficial e nem havendo iniciativas particulares. O elemento imigrante constituía-se basicamente de portugueses e italianos, contando também com alemães, espanhóis e orientais, em menor número. Outros contingentes tinham escassa participação, a maioria vindo como contratados para o trabalho nas fábricas”.



estava perfeitamente integrado com a sociedade local, com extensas relações e interesses aliados aos grupos que poderiam proporcionar as melhores oportunidades, em especial aquelas de caráter econômico. Esse conjunto precisa ser considerado. Esses grupos alemães estavam fortemente aliados aos interesses dos grupos dominantes locais, talvez por isso Roche não percebeu que estava aí sua maior influência e inserção na sociedade local. Ao contrário, o autor procura as influências em aspectos mais concretos, como os sinais que busca na arquitetura das cidades da região, que, por sua vez, são reivindicações culturais dos portugueses. Por outro lado, quando Roche escreve tal texto [1950], a situação das cidades de Rio Grande e Pelotas é diferente da que está sendo apontada nesta pesquisa, bem como a participação das antigas elites imigrantes alemãs não se fazia mais presente. Dessa forma, é preciso considerar o fator tempo na análise dessas conjunturas locais.

Precisamos, ainda, pensar as empresas de navegação que envolveram imigrantes ou estavam relacionadas ao processo de colonização em geral. Conforme mostrou Dalva Reinheinmer (2010), o comércio e o transporte de mercadorias foi um lucrativo negócio, responsável pelo desenvolvimento econômico das regiões coloniais mais importantes do Rio Grande do Sul, com impacto direto na economia da capital, Porto Alegre. Embora a autora não use esses termos, é possível perceber um setor de investimento para os comerciantes mais abastados e a formação de uma rede comercial com vistas à exploração das linhas, bem como a formação de sociedades para investimentos maiores, ligados aos grandes comerciantes. Esse processo também envolveu as decisões centrais da política econômica do governo estadual para o período.<sup>73</sup> Contudo, há diferenças substanciais entre o estudo da autora e o quadro aqui desenhado. Primeiramente, o período de pesquisa da autora é bastante posterior, começando com o início do período republicano. Em segundo lugar, a Laguna dos Patos sempre ofereceu boas possibilidades de exploração aos comerciantes, com investimentos mais baixos em comparação aos realizados na região colonial do norte do Rio Grande do Sul. O transporte e comércio pela Laguna dos Patos foram aproveitados pelo próprio Ziegenbein e depois por

---

<sup>73</sup> Para o que tratamos aqui, empresas de navegação e sua relação com imigrantes alemães, em especial, veja o terceiro capítulo de Reinheinmer (2010): “A navegação fluvial e a atuação da iniciativa privada: organização das empresas e as viagens para o transporte de cargas e passageiros (1899-1920)”, no qual a autora trata das empresas de navegação que foram criadas e, embora não use propriamente esses termos, das redes de grandes comerciantes locais, formadas com a exploração comercial da produção colonial na região de colonização no norte do Rio Grande do Sul e de suas ligações com Porto Alegre. Talvez fosse mais apropriado compararmos aqui outra situação com a obra da autora, por exemplo, a criação das casas de exportação de produtos coloniais em São Lourenço, após a saída de Rheingantz do setor, e a formação de empresas e companhias de navegação dos comerciantes pequenos e médios, e até os grandes comerciantes da Região Sul, buscando exploração da produção entre colônia e cidades como Pelotas e Rio Grande. Alguns dados podem ser obtidos em Costa (1999), autor que também lista e descreve as principais embarcações e comerciantes, embora não se trate de um estudo específico sobre comércio.

Rheingantz. Em terceiro, as redes comerciais de grandes comerciantes estrangeiros, especialmente alemães e ingleses, em Rio Grande, fazem parte de um quadro mais amplo da atividade comercial marítima de meados do século XIX.

A Casa Ziegenbein, na Rua da Praia, em Rio Grande, foi construída, ao que tudo indica, pelo próprio Ziegenbein em dois terrenos que havia comprado entre em dezembro de 1844 e novembro de 1845.<sup>74</sup> O primeiro foi comprado de Francisco Vieira Braga, contendo oito braças de frente e 28 ou 29 de fundo, já o segundo era de uma casa de frente norte, com fundos ao sul a meia quadra, comprada de Antônio José Teixeira, em fevereiro de 1845, por meio de documento particular, apenas registrado em novembro. Esses dois terrenos não parecem ser limítrofes. Vinte anos depois, Ziegenbein vendeu uma morada de casas de sobrado, na Rua da Praia, com fundos ao sul a meia quadra. Apesar de a descrição da casa ser muito maior do que os registros da década 1940, acreditamos que ela foi construída no terreno comprado de Antônio José Teixeira, em 1845. Em 1865, Ziegenbein já havia se mudado para Hamburgo com a mulher e as filhas, deixando procurações para algumas pessoas na cidade de Rio Grande, entre as quais estava Antônio José de Azevedo Machado.<sup>75</sup>

Em 1867, o testamenteiro de Ziegenbein (falecido um ano antes), Carl Heinrich Laeisz, por meio do procurador Azevedo Machado, vendeu um grande armazém, localizado na Rua Pedro II, para Joaquim Gomes Campos.<sup>76</sup> Esse armazém tinha sido construído em um terreno comprado de Francisco Vieira Braga e estava situado na esquina com a Rua do Barroso, com sete portas na sua frente norte. Em 1845, o terreno comprado de Vieira Braga tinha como vizinho, pelo lado oeste, João Nicolau Bosse, que vendeu o terreno em 18 de janeiro do mesmo ano para Jorge Frederico Metzler, um comerciante de Bremen, também

<sup>74</sup> *Escritura de venda de um terreno na rua da Praia, d'esta cidade, que fazem Francisco Vieira Braga e sua mulher a Frederico Guilherme Ziegenbein, por 3:000\$000, moeda corrente.* APERS. Município de Rio Grande. 2º Tabelionato. Livro Notarial de Transmissões/Notas, nº 18, fl. 43 a 44, em 19 dez. 1844; *Escritura de ratificação de venda de uma casa, n'esta cidade, que faz Joaquim Ferreira Brandão, como procurador de Antônio José Teixeira e sua mulher a Frederico Guilherme Ziegenbein, como abaixo se declara.* APERS. Município de Rio Grande. 2º Tabelionato. Livro Notarial de Transmissões/Notas, nº 18, fl. 93 e seguintes, em 08 nov. 1845.

<sup>75</sup> *Escritura de venda, que fazem Frederico Guilherme Ziegenbein e sua mulher, a Joaquim Gomes Campos, de uma morada de casas de sobrado, com dois andares situada na Rua da Praia desta Cidade, pela quantia de 16:000\$000 reis, como abaixo se declara.* APERS. Município de Rio Grande. 2º Tabelionato. Livro Notarial de Transmissões/Notas, nº 28, fl. 120v e 121, em 18 abr. 1865. A procuração datava de 1861. Acreditamos que o Antônio José de Azevedo Machado citado na escritura seria o futuro barão de Azevedo Machado, que recebeu o título em 1885, falecendo em 1891.

<sup>76</sup> *Escritura de venda, que faz Carl Heinrich Laeitz, na qualidade de testamenteiro do falecido Frederico Guilherme Ziegenbein, a Antônio José de Azevedo machado, digo a Joaquim Gomes Campos, pela quantia de 16:000\$000 reis, como abaixo se declara.* APERS. Município de Rio Grande. 2º Tabelionato. Livro Notarial de Transmissões/Notas, nº 30, fl. 5v e 6, em 13 set. 1867. O nome Laeisz aparece grafado equivocadamente como Laeitz no final, mas, conforme a pronúncia do próprio sobrenome, podemos entender ser Laeisz. Carl Laeisz (1828-1901) era filho de Ferdinand Laeisz, proprietário da F. Laeisz, uma das mais importantes empresas hamburguesas de transporte e comércio marítimo, como veremos mais à frente.

bem estabelecido em Rio Grande.<sup>77</sup> No registro da venda realizado pelo testamenteiro em 1867, consta um documento, assinado por Metzler, sobre a divisão entre o terreno de sua propriedade e o pertencente a Ziegenbein, envolvendo um cerca de taboas. Nessa época, Metzler já havia vendido o seu terreno para José Pereira da Cunha. Em outras palavras, o terreno do armazém da Rua Pedro II é o mesmo da Rua da Praia de 1845 e todos os lindeiros aqui citados são grandes comerciantes na cidade.

Os dados apresentados até o momento, incluindo diversos perfis de comerciantes estabelecidos em Rio Grande, a descrição dos membros familiares próximos e a descrição das principais relações comerciais dos imigrantes a partir de Ziegenbein, mostram o funcionamento da rede comercial que seria utilizada por Rheingantz para construir seus negócios. O papel dessas redes em empreendimentos econômicos assume, dessa forma, uma importância central, como mostra Portes (1995, p. 8, tradução nossa<sup>78</sup>):

As redes sociais estão entre os tipos mais importantes de estruturas em que as transações econômicas estão incorporadas. Estes são conjuntos de associações recorrentes entre grupos de pessoas ligadas por laços ocupacionais, familiares, culturais ou afetivos. As redes são importantes na vida econômica porque são fontes de aquisição de meios escassos, como capital e informação, e porque impõem simultaneamente restrições efetivas à busca irrestrita de ganho pessoal.

Apesar disso, essas redes sociais desempenham outro importante papel na instalação de novos imigrantes. Foi o que ocorreu com Jacob Rheingantz, que, ao chegar ao Brasil, foi acolhido pela rede de comerciantes alemães bem estabelecidos na cidade de Rio Grande, ingressando em um espaço social que contribuiu sensivelmente para que pudesse desenvolver seus projetos econômicos. Em termos teóricos, a ideia de imbricação (*embeddedness*) busca explicar a situação a partir da análise de que, em tais conjunturas, existe um contexto social no qual os grupos imigrantes estão “embebidos” e, assim, podem influenciar e afetar as ações econômicas (PORTES; GUARNIZO; HALLER, 2002). Nesse sentido, a literatura existente sobre empreendedorismo imigrante demonstra que a formação inicial na firma de um

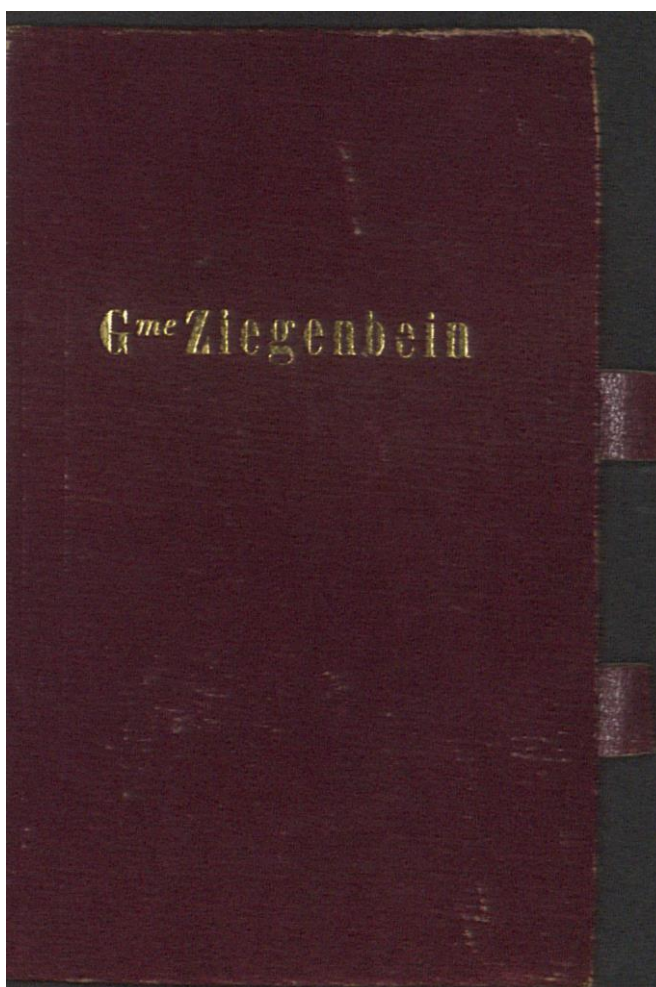
---

<sup>77</sup> Jorge Frederico ou George Friedrich Metzler casou-se em Rio Grande, em 1853, com Theresa Eulália de Oliveira, filha de Justino José de Oliveira, também homem de negócios em Rio Grande. Veja: *Escritura de venda de um terreno nesta cidade que faz João Nicolau Bosse a Jorge F. Metzler por 1:600\$000 reis*. APERS. Município de Rio Grande. 2º Tabelionato. Livro Notarial de Transmissões/Notas, nº 18, fl. 44 e seguinte, em 18 jan. 1845. E *Registro de Casamento de George Frederico Metzler*. Livro 13 de batismos-casamentos-óbitos da Matriz de São Pedro do Rio Grande, p. 46v.

<sup>78</sup> Texto original: “*Social networks are among the most important types of structures in which economic transactions are embedded. These are sets of recurrent associations between groups of people linked by occupational, familial, cultural, or affective ties. Networks are important in economic life because they are sources for the acquisition of scarce means, such as capital and information, and because they simultaneously impose effective constraints on the unrestricted pursuit of personal gain*”.

conterrâneo, de um coétnico, mesmo como etapa de aprendizado ou como estágio, marca o início da carreira de muitos empresários imigrantes em países de acolhimento (veja, entre outros, LIGHT; BHACHU; KARAGEORGIS, 2009).

Como podemos constatar, Ziegenbein foi um comerciante bem estabelecido na cidade de Rio Grande, ao menos até a primeira metade da década de 1850. Durante pelo menos 20 anos, ele estava instalado como qualquer outro grande comerciante da época, com grande armazém, casa central na cidade e embarcações próprias para transporte e negócios ou transações de grande volume. No entanto, Ziegenbein incorporava outros aspectos locais ao seu cotidiano, como, por exemplo, falava e escrevia em português e também assinava em português *Frederico Guilh.<sup>me</sup> Ziegenbein*, com o nome *Guilherme* abreviado como comumente se encontra em livros de registros da época e pode ser visto na Figura 1 a seguir.



**Figura 1 – Caderneta do passaporte de Ziegenbein.**

Fonte: Staatsarchiv Hamburg. 332-7. B. I.  
Staatsangehörigkeitsaufsicht. a)1856/nº861

Ele também incorporou outras práticas locais mantidas por grandes comerciantes, inclusive a compra de escravos para trabalhar nos armazéns. Encontramos três escravos, denominados Antônio, Júlia e Pedro, alforriados entre 1860 e 1862, em nome do casal Ziegenbein. As cartas de alforria de Júlia e Antônio foram assinadas por Henrique Francisco (que assina Heinrich Franz Ziegenbein), já que os Ziegenbein moravam em Hamburgo nessa época. Júlia foi alforriada em atenção aos serviços prestados e Antônio precisaria entregar noventa e seis mil réis (96\$000) no prazo de um ano para ser considerado livre. Já Pedro, de 18 anos, comprou sua alforria por um conto de réis (1:000\$000), do casal Ziegenbein e do casal Rheingantz, em 17 de maio de 1862.<sup>79</sup> Isto é, o casal Rheingantz aprendia as novas práticas necessárias para o bom estabelecimento na rede de comércio.

Ziegenbein parece ter atuado como um mentor para Jacob Rheingantz. Logo em 1846, quando de sua chegada, Ziegenbein o convidou para trabalhar em seu negócio. Em pouco tempo, Rheingantz aprendeu português, começou a entender as transações comerciais locais e a moeda brasileira e muito provavelmente percebeu os problemas de abastecimento e produção da região. Além disso, incorporou aspectos comuns entre os grandes comerciantes da cidade, investindo seus recursos na ampliação dos negócios. Em janeiro de 1856, Rheingantz comprou um terreno, com 13 braças de frente, na Rua Alegre, no qual construiu um grande sobrado, com mirante e cinco janelas na frente. Esse terreno foi vendido em outubro de 1860, junto com o terreno ao lado, de sete braças de frente, aforado à Câmara Municipal, que Rheingantz havia agregado à sua propriedade.<sup>80</sup> Rheingantz, nesta época, integrava um grupo muito específico de grandes comerciantes, com interesses delimitados. Porém, há lacunas que não podem ser supridas devido às falhas na documentação ou por omissões involuntárias. Durante a pesquisa, foram encontrados inúmeros documentos particulares, ou seja, aqueles que não foram registrados em tabelionatos. Esse procedimento parece ser comum entre alguns grupos ao longo do tempo. Infelizmente, só temos conhecimento da existência de tais documentos quando algo nos negócios não dá certo e a justiça precisa ser acionada para resolver impasses, conflitos e disputas. Não temos aqui como precisar que tipo de negócios em especial uniu Ziegenbein e Rheingantz e como estavam

---

<sup>79</sup> *Lançamento da Carta de liberdade da preta Julia, de nação Moçambique; Lançamento da Carta de liberdade do preto Antônio, nação Moçambique, e Lançamento de Carta de liberdade do africano Pedro.* APERS. Município de Rio Grande. 2º Tabelionato. Livro Notarial de Registros Diversos, nº 23, fl. 9 e 9v, e 78v, respectivamente.

<sup>80</sup> Conforme: APERS. Município de Rio Grande. 2º Tabelionato. Livro Notarial de Transmissões/Notas, nº 24, fl. 23 [No título da escritura, consta Rua das Flores e não Rua Alegre, mas a leitura do texto mostra claramente ter se tratado de um engano no referido título] e Livro Notarial de Transmissões/Notas, nº 26, fl. 68v.

organizadas as suas atividades, porque não encontramos nenhum documento relativo a essa questão, o que não quer dizer que não existiram acordos preestabelecidos entre os dois.

Assim, o único laço que permaneceu unindo os negócios dos dois comerciantes foi o casamento de Rheingantz com Maria Carolina von Fella, enteada ou filha adotiva de Ziegenbein. Maria Carolina é uma das mais importantes personagens nesta história. Alfabetizada em português e alemão, ela manteve uma postura firme e determinada, sempre ajudando Rheingantz nos negócios. Depois de analisar alguns documentos da família, acreditamos que algumas correspondências e relatórios da colônia São Lourenço foram “passados a limpo” por ela, já que Rheingantz, muitas vezes, deixava partes em branco em seus rascunhos ou com palavras escritas em alemão (BOSENBECKER, 2011). Respeitada por colonos e pelos demais comerciantes alemães, ela esteve presente nas discussões e nas disputas que emergiram na colônia São Lourenço. Após o falecimento de Rheingantz, controlou as rixas entre os filhos, fazendo valer seus desejos, e esteve à frente de um processo contra o governo do Rio Grande do Sul, no qual requeria indenizações por partes perdidas em terrenos que teriam sido comprados, mas nunca realmente possuídos pela família, no processo de colonização de São Lourenço.

No início da pesquisa, nossa intenção era remontar à rede comercial construída por Jacob Rheingantz, que contribuiu para a construção da colônia São Lourenço, seu mais importante negócio. Entretanto, não foi exatamente essa rede que foi encontrada. Ziegenbein tornou-se chave para entendermos o que ocorreu com o grupo de comerciantes alemães bem estabelecidos em Rio Grande. Ele é importante para nos mostrar que Rheingantz foi inserido em uma rede comercial já configurada, não ocorrendo a criação de uma nova rede. Naturalmente, a rede seria ampliada e alterada, mas manteria muitos dos nomes que aqui já foram citados. Rheingantz assumiu um papel nessa rede, que é ampla e envolve o interesse de comerciantes das cidades hanseáticas, especialmente de hamburgueses, estabelecidos no extremo sul brasileiro.

Também mostramos, até o momento, que Rheingantz incorporou práticas sociais comuns aos comerciantes estrangeiros estabelecidos na cidade portuária de Rio Grande. Entre essas práticas estão, por exemplo, a “conversão” para a religião católica, a construção do sobrado como sede da casa comercial, a compra de escravos, a boa relação com comerciantes brasileiros, entre outras que compunham o cotidiano dos comerciantes alemães no sul brasileiro. Apenas ainda não foi possível avaliar como se deu a sua relação com políticos locais, o que, aparentemente, não parece ter sido uma prática adotada pelos grandes

comerciantes nesse primeiro momento. Assim, uma análise mais ampliada da questão se faz necessária.

### 3.2 Trajetórias e transições: a família Rheingantz e suas empresas

A análise da história da família possibilita observar fases migratórias diferentes, bem como investigar a relação e as transformações que ocorrem em tais relações estabelecidas entre país de destino e de acolhimento. Até esse momento, poderíamos dizer que a migração dos Rheingantz, Jacob e Henrique, tinha como intenção a busca por melhores oportunidades de trabalho. No entanto, essa caracterização não define o processo migratório que delimita a família e a sua relação com a e/imigração. As diferentes fases migratórias que marcam a família em questão ao longo do tempo além de terem sido alimentadas pela busca por melhores oportunidades, também representam a concretização de resultados das oportunidades que estavam sendo conquistadas no decorrer do processo. A próxima fase migratória é a união do grupo familiar mais íntimo no Brasil, a qual ocorreu a partir da construção da colônia São Lourenço, primeiro grande investimento empreendedor do grupo Rheingantz. Assim, torna-se necessário delimitarmos quem são os membros familiares envolvidos e participantes da rede de relações que diretamente está envolvida nos projetos e nos negócios, bem como reconstruir seus perfis e suas principais características, especialmente formação e ocupação profissional e, principalmente, definir qual o papel de cada membro nesses negócios. Assim, a família é vista como a base das redes de relações, que, por seu nome comum, também pode garantir ou instituir recursos no interior das redes que ela constrói. Nesse sentido, a existência de uma rede de conexões não é um dado natural, pois esta é constituída e instituída e pode ser representada como uma genealogia, tratando-se de um grupo familiar. Isso significa que a existência das redes:

É o produto de um esforço sem fim como instituição, dos quais as instituições rituais - muitas vezes erroneamente descritos como ritos de passagem - marcam os momentos essenciais e que é necessário para produzir e reproduzir relações duradouras e úteis que podem garantir lucros materiais ou simbólicos (BOURDIEU, 1997, p. 52, tradução nossa<sup>81</sup>).

---

<sup>81</sup> Texto original: “It is the product of an endless effort at institution, of which institution rites - often wrongly described as rites of passage - mark the essential moments and which is necessary in order to produce and reproduce lasting, useful relationships that can secure material or symbolic profits (see Bourdieu 1982).”

O casamento de Jacob Rheingantz com Maria Carolina remete-nos a aspectos materiais e simbólicos. Em primeira análise, o casamento é um contrato que uniu efetivamente o interesse de dois comerciantes, garantindo a Rheingantz parte na firma de Ziegenbein. Em termos simbólicos, o casamento marcou novos rumos na vida familiar. Maria Carolina era a única filha do casamento entre Joana Hillert e o barão Carlos Adão von Fella. Ela nasceu a bordo de um brigue dinamarquês na viagem atlântica, já nas proximidades da costa brasileira, e foi batizada na colônia de São Leopoldo (RHEINGANTZ, 1941).<sup>82</sup> Casados em 1848, Jacob e Maria Carolina Rheingantz tiveram, ao todo, dez filhos (veja as três gerações familiares aqui trabalhadas no Anexo B). Carlos Guilherme, o primogênito, nasceu provavelmente em Pelotas, em 1849, quando Rheingantz estaria trabalhando na filial da firma de Ziegenbein, contudo, identificamos seu batismo em Rio Grande, onde foi apadrinho por Ziegenbein.<sup>83</sup> Depois, em Rio Grande, nasceram Theresa Guilhermina, Frederico Guilherme, Maria Guilhermina (que faleceu aos cinco anos de idade) e Alfredo Jacob.<sup>84</sup> O batismo dos dois últimos ocorreu em 7 de fevereiro de 1857, na casa de Rheingantz, em Rio Grande, constando nos registros de batismo, o nome dos avós maternos, pais de Maria Carolina, como Guilherme e Joana Ziegenbein, tamanha a visibilidade e a influência de Ziegenbein. O erro não se repete nos batismos anteriores ou posteriores, quando Carlos Adão von Fella é citado. Na colônia São Lourenço, nasceram Henrique e Luiz Valentim, além de Oscar, que nasceu na vila de São Lourenço. Já o último filho nasceu em Hamburgo, em 1870.<sup>85</sup>

Os irmãos, irmãs, pais e primos de Jacob Rheingantz somente chegariam ao Brasil em decorrência dos preparativos para a criação da colônia São Lourenço.

\*\*\*

Rio Grande, 7 de fevereiro de 1857. Guilherme Rheingantz, irmão de Jacob Rheingantz, e sua esposa chegavam ao Brasil. O casal chegava para auxiliar o irmão na

---

<sup>82</sup> Há divergências sobre essas informações. O barão von Fella seria irlandês (RHEINGANTZ, 1941) e possivelmente católico. Contudo, não encontramos o registro de batismo de Maria Carolina, nem em São Leopoldo, nem em Rio Grande.

<sup>83</sup> Livro 13 de batismos-casamentos-óbitos da Matriz de São Pedro do Rio Grande, p. 9. Este livro seria de casamentos, mas contém batismos e óbitos do ano de 1849. A madrinha do batismo de Carlos Guilherme foi Mathilde Carlota Bohre.

<sup>84</sup> Registros de batismo de Frederico Guilherme e Theresa Guilhermina, em 20 jul. 1854, e registros de batismo de Maria Guilhermina e Alfredo Jacob, em 7 fev. 1857. Livro 15 de batismos da Matriz de São Pedro do Rio Grande, p. 93 e 167, respectivamente.

<sup>85</sup> Batismo de Henrique Francisco, em 13 nov. 1859, que teve por padrinhos Henrique Francisco Giegenhein e Maria Rheingantz, e de Luiz Valentim, em 16 fev. 1862, apadrinhado por Valentim e Margarida Bauer, Livro 2 e 3 de nascimentos da Freguesia de N.ª Sr.ª do Boqueirão, respectivamente, p. (não anotada) e p. 2v. Oscar foi batizado na freguesia de São Lourenço, mas não encontramos o registro. Veja também Rheingantz (1941).



construção da colônia ou tornarem-se sócios, opção que parece mais provável. Nesse momento, o casal também era aguardado para o batizado de Alfredo Jacob, filho de Jacob e Maria Carolina Rheingantz, que receberia os santos óleos em 7 de fevereiro.<sup>86</sup> No decorrer desses primeiros meses de 1857, Rheingantz teria encaminhado um pedido de empréstimo para a Câmara Municipal de Pelotas, para cobrir custos com passagens e mantimentos entregues aos imigrantes e para a abertura de estradas de acesso à colônia. O valor pedido foi de trinta contos de réis (30:000\$000), pequena fortuna negada pela Câmara, que se limitou a auxiliar nas obras em estradas e pontes.<sup>87</sup>

Em abril do mesmo ano, Rheingantz estava no Rio de Janeiro tratando da instalação da colônia, angariando recursos financeiros e apoios políticos. O *Correio Mercantil*, importante jornal da Corte, introduzia-o como sócio da casa Ziegenbein, empresa que prestava serviços e auxiliava na introdução de colonos na província do Rio Grande do Sul. Infelizmente, não foi possível obter mais detalhes sobre essa atividade da casa comercial, mas o jornal apontava que, devido a tais serviços, não seria difícil ao comerciante conseguir mais apoio. Em 4 de junho, ele embarcou no vapor *Golden Fleece* para Hamburgo, onde trataria de organizar a primeira leva de imigrantes e da transferência dos pais e irmãos para o extremo sul brasileiro. Rheingantz retornou ao Rio de Janeiro em 12 de dezembro, assinou uma renovação do contrato de instalação da colônia e da compra das terras devolutas com o Governo Imperial, no dia 18 do mesmo mês, e partiu para o sul, onde esperaria a primeira leva aportar em Rio Grande, nos primeiros dias de janeiro de 1858.<sup>88</sup>

Outro irmão que se juntaria aos negócios da empresa foi Felipe Rheingantz. Segundo Coaracy (1957), Felipe já teria se transferido para o Brasil no final da década de 1840. Entretanto, não encontramos, nos jornais pesquisados, nenhum documento sobre a estada de Felipe no país nesta época, nem informações sobre possíveis viagens de navios. Felipe está presente na lista dos imigrantes de 1857, junto com os pais, João Guilherme e Maria, e as irmãs, Margarida, Maria, Ana e Elisabeth, mas claramente os familiares Rheingantz não integram o grupo dos primeiros colonos chegados a São Lourenço, que seriam os 88

---

<sup>86</sup> Guilherme e a esposa partiram do porto do Rio de Janeiro para Rio Grande no vapor Tocantins, em 24 jan. 1857. Neste anúncio, não aparece o filho do casal, chamado Pedro, que teria nascido em 1854. Confira: Chronica Diaria. In: *Diário do Rio de Janeiro*, Rio de Janeiro, ano XXXVII, n. 24, p. 1, 24 jan. 1857. E Registro de batismo de Alfredo Jacob, em 7 fev. 1857. Livro 15 de batismos da Matriz de São Pedro do Rio Grande, p. 167.

<sup>87</sup> *Correspondência de José Antônio de Oliveira Guimarães enviado ao Presidente da Província Angelo Moniz da Silva Ferraz, em 20 fev. 1858*. AHRS. Fundo: Imigração, Terras e Colonização. São Lourenço/empresário/diretor/diversos, mç. 72, cx. 37.

<sup>88</sup> Notícias diversas. In: *Correio Mercantil*, Rio de Janeiro, ano XIV, n. 116, p. 1, 29 abr. 1857. Além das sessões de entradas e partidas do porto do Rio de Janeiro: Rheingantz parte no vapor *Golden Fleece*, em 04 jun. 1857, e retorna no paquete inglês a vapor *Medway*, em 12 dez. 1857. Cf. *Diário do Rio de Janeiro*, Rio de Janeiro, ano XXXVII, n. 151, p. 1, 04 jun. 1857 e n. 338, p. 1, 13 dez. 1857.

imigrantes listados no navio *Twee Vrienden*. Os Rheingantz viajaram em cabines separadas, pois não foram engajados como colonos.<sup>89</sup> A união da família marca um processo migratório em rede, no sentido de que as decisões não são tomadas de forma isolada pelos migrantes:

Verdade que em qualquer estágio da imigração, alguns migrantes organizam suas relações por si mesmos e sem nenhuma ajuda da rede social. Eles são imigrantes desassistidos, e as teorias de redes migratórias não podem explicar totalmente suas escolhas locais. Contudo, décadas de pesquisa tem mostrado que a decisão para migrar ou ficar, a seleção do destino, e o processo de ajustamento no destino são massivamente influenciados por redes étnicas, parentesco, colegas de trabalho, vizinhos, e amizades nas quais pessoas participam... (LIGHT; BHACHU; KARAGEORGIS, 2009, p. 26, tradução nossa<sup>90</sup>).

O estabelecimento dos Rheingantz em São Lourenço foi marcado por perdas na família e, conseqüentemente, por alterações nos negócios e nas sociedades. Enquanto Jacob Rheingantz estava no Rio de Janeiro, preparando-se para partir para sua terra natal e organizar a vinda do restante da família, Guilherme faleceu abruptamente em 13 de abril de 1857, em Rio Grande, deixando a esposa grávida e um filho pequeno, Pedro. Quando instalados em São Lourenço, Elisabeth, a irmã caçula de Jacob Rheingantz, faleceu de febre tifoide, em 24 de janeiro de 1858, poucos dias após a chegada do grupo. Já o patriarca da família, João Guilherme, trazido por Jacob Rheingantz para ser o diretor da colônia, faleceu provavelmente entre 1859 e 1860, mesma época em que faleceu a pequena filha de Rheingantz, Maria Angélica, com cerca de quatro anos.<sup>91</sup>

Depois do falecimento do pai, Jacob Rheingantz assumiu o cargo de diretor, que, mais tarde, passou a ocupar conjuntamente com a de empresário colonizador e comerciante. É muito provável que Guilherme, seu irmão, tenha sido convidado a participar do

---

<sup>89</sup> *Lista de embarque da escuna holandesa Twee Vrienden*. Hamburgo, 31 out. 1857. In: BRG. Coleção Rheingantz, cx. 1, doc. 11. Os pais da família e os irmãos menores viajaram em uma cabine e Felipe, em outra, juntamente com Adam Harf e Martin Maurer. Não há maiores informações sobre os dois últimos imigrantes.

<sup>90</sup> Texto original: “*True, at any stage of a migration, some migrants arrange their relocation on their own and without any help from social networks. These are unassisted migrants, and migration network theory cannot fully explain their locational choices. However, decades of research have shown that the decision to migrate or to stay, the selection of destination, and the adjustment process at the destination are massively influenced by ethnic, kinship, workmate, neighbor, and friendship networks in which people participate* (Hugo, 1981: 208; Morawska, 1990; Grieco, 1987).”

<sup>91</sup> Todas as informações deste parágrafo foram retiradas da genealogia de Carlos Grandmasson Rheingantz (1941). Os pais de Jacob Rheingantz, João Guilherme e Ana Maria, faleceram provavelmente entre 1859 e 1864. Não encontrados registros para os óbitos e, mesmo Carlos Grandmasson Rheingantz, experiente e importante genealogista, que teve acesso há muitos livros que hoje não existem mais nas antigas Cúrias de Pelotas e Rio Grande, também não cita registros, apenas estabelecendo um ano aproximado para o óbito dos patriarcas, baseado em história oral. Também não há sepultamentos na colônia remanescentes desta época, exceto aqueles demarcados em campo aberto. Em geral, os túmulos mais antigos encontrados na colônia remontam à década de 1860.

empreendimento colonial como sócio, pois, após sua morte (em 13 de abril) e o nascimento do seu segundo filho (Jacob Sobrinho, em 29 de abril), Jacob Rheingantz parcelou uma herança aos dois sobrinhos. Rheingantz também teria sido nomeado tutor legal dos meninos, o que não pode ser confirmado, pois não encontramos processo respectivo, sequer inventário do finado. Guilherme deixou um capital de um conto, duzentos e oito mil e oitocentos e setenta e dois e meio réis (1:208\$872 1/2), que foi entregue ao padrasto das crianças em suaves parcelas anuais, sendo que, em 1871, por exemplo, o valor da parcela foi de setenta e dois mil réis (72\$000). Porém, não podemos confirmar se Rheingantz geriu a herança por ser tutor dos meninos ou se o capital havia sido depositado na empresa colonial. O padrasto dos meninos era Pedro Neutzling, antigo vizinho dos Rheingantz em Sponheim e integrante da primeira leva de colonos de São Lourenço. Ele casou com viúva de Guilherme em agosto de 1858 e recebia as parcelas repassadas por Rheingantz.<sup>92</sup>

É muito provável, portanto, que os membros da família participaram da empresa com capital financeiro, além da solidariedade e da confiança, essenciais na concretização e na administração do negócio. Talvez Felipe Rheingantz tenha trabalhado de forma mais direta do que auxiliando com valores, pois seria o responsável pelas medições de muitos lotes coloniais (IEPSEN, 2008). Outro importante elo dessa rede foi o húngaro João José Reguly (1811-1883), que se casou com a irmã de Rheingantz, Ana (1828-1882). José Reguly começou seus negócios com uma marcenaria instalada em Rio Grande, época em que foi casado com Leonor Filipina Renck (1835-1858), com quem teve dois filhos: João José e Leonor Angélica, a qual se casou com Emmerich Berta, importante industrial do Rio Grande do sul. Depois, José Reguly mudou-se para São Lourenço, deixando duas casas de moradia na cidade portuária. Na colônia, sempre desempenhou um papel moderador entre a família e os colonos

---

<sup>92</sup> Guilherme Rheingantz era casado com Catarina Jaenemann, natural de Sponheim, filha de João e Elisabeth Jaenemann, nascida em 1828. O casal teve dois filhos: Pedro, nascido em Sponheim, em 18 fev. 1854, e Jacob, nascido em Rio Grande, em 29 abr. 1857, e batizado no Boqueirão, em 07 ago. 1858. Apesar do nome, os padrinhos de Jacob [sobrinho] foram Felipe e Theresa Rheingantz. Essa Theresa pode ser a filha de Jacob Rheingantz, que nasceu em 1851, ou uma das irmãs da família, pois boa parte das mulheres da família tinha dois nomes, mas não sabemos os nomes completos de todas as mulheres que se instalaram em São Lourenço. Catarina casou-se com Pedro Neutzling, em 07 ago. 1858, na colônia São Lourenço, com quem teve três filhos. Ela faleceu em São Lourenço, em 23 jun. 1913. Conforme: Livro 1 de nascimentos da Freguesia de N.ª Srª do Boqueirão, p. 142 e Rheingantz (1941). Sobre a herança dos meninos, veja: *Recibo anual de quitação de herança assinado por Peter Neutzling, 1º jan. 1872*. BRG. Coleção Rheingantz, cx. 1, doc. 150.

(BOSENBECKER, 2011).<sup>93</sup> Dos outros irmãos de Rheingantz vindos para o Brasil, apenas Maria se casou, e seu marido, Eduardo Wilhelmy, trabalhou como caixeiro para Rheingantz.<sup>94</sup>

A criação de colônias e, mais especialmente, de empresas colonizadoras privadas que geriram processos de colonização no Brasil é ponto importante para refletirmos sobre a migração do século XIX e início do XX. Uma das questões centrais é a própria criação dessas empresas colonizadoras, o que envolve diretamente o agenciamento de imigrantes na Europa e presume a contratação de agentes e comissários no exterior para representar o interesse de cada nova companhia. Em parte, isso explica o capital ou interesse representado das empresas localizadas nos principais portos europeus, como Hamburgo ou Amsterdam. Outra questão pertinente é o comércio de terras criado com o processo. Nesse sentido:

Há um elemento novo que sinaliza as mudanças que serão introduzidas na legislação de 1850: o surgimento de colônias particulares, situação em que os colonos precisam pagar pela terra. Essa é uma questão central e não é gratuita a insistência de Abrantes de que a terra deve ser vendida para os imigrantes. Tratava-se, afinal, de introduzir no país escravista a lógica do capitalismo, suposta no elogio ao formato americano de colonização e seu corolário, o *farmer*. Daí, talvez, a concomitante proibição da posse de escravos para imigrantes localizados em projetos coloniais (SEYFERTH, 2002a, p. 92).

No período imperial (1822-1889) foram fundadas, no Rio Grande do Sul, 17 colônias do governo imperial, cinco do governo da província do Rio Grande do Sul (com outras sete fundadas no período republicano, entre 1889 e 1918), e calcula-se que existissem cerca de 200 colônias particulares na virada do século XIX para o XX (WILLEMS, 1980, p. 45), de pequeno, médio e algumas de grande porte. No sul do Rio Grande do Sul, pelo menos duas dezenas de colônias foram fundadas na região de Pelotas, a maioria de caráter privado e grande parte delas pequenas em relação à colônia São Lourenço (ULLRICH, 1998). Empresas privadas existiam pelo menos desde meados da década de 1850, após a lei de terras, caso da empresa Rheingantz e da tentativa empreendedora de Hermann Blumenau, que apresentou às autoridades brasileiras um projeto de colonização em larga escala, implantado em Santa

<sup>93</sup> *Inventário de Leonor Reguli*. APERS. Comarca de Rio Grande. Processo Judicial/Inventário n. 18, 1875, cx. 005.0694. O inventário somente foi realizado em 1875, quando a filha do casal já estava casada e o filho já havia completado 21 anos de idade.

<sup>94</sup> APERS. Município de Pelotas. Tabelionato do 4º distrito (Boqueirão). Livro Notarial de Transmissões/Notas, nº 1 (1857-1867), fl. 62. Eduardo Wilhelmy casou-se com Maria Rheingantz, em 07 out. 1864. Ele era filho de Theodor e Friederike Wilhelmy e tinha 28 anos nessa época. A cerimônia foi realizada na colônia, tendo por padrinhos Valentin Bauer e Alexandre Matznauer. Nesse registro de casamento, consta que o pai da noiva era falecido. Wilhelmy ainda trabalhava para Rheingantz em 1867. Na década de 1870, transferiu-se para Pelotas, onde fundou escolas, também atuando como pastor. Teve passagem ainda por Canguçu.

Catarina, na década de 1850. Seu projeto durou até 1860, quando a colônia idealizada por ele foi encampada pelo governo imperial, que manteve Blumenau na direção da colônia como funcionário do Império (SEYFERTH, 1999b; 2011).

Sem dúvidas, a maior empresa desse tipo foi a *Hanseatische Kolonisationsgesellschaft* ou Sociedade Colonizadora Hanseática, que atuou em Santa Catarina, sendo criada com a remodelação, realizada em 1897, da antiga *Sociedade Colonizadora de Hamburgo de 1849*, que contou com a participação das maiores empresas de navegação e comércio marítimo da Alemanha, como a *Norddeutsche Lloyd* e a *Hamburg Südamerikanische Dampfschiffahrts-Gesellschaft*, além de comerciantes, banqueiros e industriais de várias regiões alemãs (RICHTER, 1992). Nas mãos dessas grandes companhias, ficavam imensas áreas de terras, adquiridas do governo imperial, primeiramente, e, durante a república, dos estados diretamente. As empresas eram responsáveis pela medição, demarcação, regularização, venda e pelo que poderia ser chamado de administração, ou seja, manutenção e abertura de estradas, pontes e demais infraestruturas necessárias. Esse processo era fomentado pela lucrativa venda de terras aos estrangeiros, como bem analisou Emílio Willems (1980, p. 45-46):

[...] o único móvel da colonização privada é o comércio de terras. Fundadas com capital brasileiro ou estrangeiro, organizadas em moldes individuais ou sociais, as empresas de colonização não discutem a oportunidade da introdução de elementos estrangeiros, mas introduzem o maior número possível, vendendo-lhes as terras pelo maior preço possível, e adotando o sistema de colonização mais adequado a seus desígnios econômicos. [...] A construção de igrejas, escolas, hospitais e estradas obedece, primariamente, ao intuito de valorizar as terras e atrair para elas um número crescente de imigrantes acenando-lhes com “vantagens” destinadas a facilitar os reajustamentos que a situação nova exigir.

Rheingantz não lucrou apenas com a venda de terras, mas também com a comercialização da produção colonial e com o assentamento e o abastecimento dos colonos (BOSENBECKER, 2011).<sup>95</sup> A inserção de colonos nas áreas agrícolas, embora gerasse lucro e bons rendimentos para as empresas, era um processo complexo, no qual empresários ficavam responsáveis por regularizar o assentamento dos imigrantes e das terras, bem como por administrar as áreas. Assim, como mostra Seyferth (2002a, p. 97), esses empresários agiam autorizados pelo governo e, nesse sentido, a noção de particular precisa ser

---

<sup>95</sup> Alguns números sobre a colônia São Lourenço para esse período e posteriores podem ser vistos em Pellanda (1925, p. 148-157). Sobre a história da colônia, veja Coaracy (1957) e Rheingantz (1909). Uma análise sobre a constituição social dos imigrantes e a relação entre a colônia e as estâncias pode ser encontrada em Bosenbecker (2011). Sobre a construção da imagem da família na região, veja Iepsen (2008).

relativizada. Outra questão era o capital que formava as empresas colonizadoras. A empresa de Rheingantz tinha capital brasileiro, como veremos. Porém, as redes comerciais formadas pelos imigrantes alemães no Brasil e por comerciantes em Hamburgo contribuíram para operacionalizar o negócio. Esse tipo de imigração era parte de um projeto nacional amplo, em que a imigração foi pensada com a finalidade colonizar, fixando famílias brancas de origem europeia em terras devolutas distantes das grandes propriedades, que eram a base da produção destinada à exportação. As primeiras ações dos administradores brasileiros remontam ao final do período colonial, momento no qual D. João IV fundou a primeira colônia agrícola brasileira.<sup>96</sup> Como parte dessa política de colonização, “o único merecedor de subsídios, é o agricultor; mais do que isso, um agricultor branco que emigra em família” (SEYFERTH, 2002b, p. 119). Assim, a classificação dos aptos a migrar visava eleger, entre os europeus, os melhores indivíduos em relação ao seu potencial como agricultor ou camponês. Dessa forma, surgiram nas colônias qualificações como “bons colonos”, “bons agricultores”, “morigerados”, “sóbrios”, etc. Esse é um dos principais motivos que levou a política imigratória brasileira a estar alicerçada, basicamente, mas não exclusivamente, na regulamentação e na legislação referente à propriedade de terras no país.<sup>97</sup>

A fundação da colônia foi o momento da reunião da família. Foi o negócio que uniu os membros familiares no Brasil, como um grande projeto da família. Nessa perspectiva, a colônia marca uma nova fase familiar, unida a partir de então, por uma cadeia migratória, que pode ser entendida da seguinte maneira:

Como alternativa, determinados núcleos familiares podem ter a estratégia de enviar em primeiro lugar o chefe, individualmente, para sondar oportunidades e enfrentar o período mais crítico de adaptação à nova terra. Ao cabo de alguns anos e de várias remessas monetárias, os demais membros da família vão também se deslocando, reunindo-se progressivamente ao pioneiro, num processo característico das imigrações em cadeia (TRUZZI, 2008, p. 204).

No entanto, esse momento é apenas uma fase na história da família. A próxima fase é a de retorno, como veremos a seguir, possibilitada pela ascensão social do grupo, mais uma vez garantida pelo seu chefe familiar, Jacob Rheingantz.

---

<sup>96</sup> Referência à Colônia de Nova Friburgo, fundada em 1818. Sobre o decreto de criação da colônia e as discussões sobre a cooptação de pessoas de cor branca pelo governo, bem como sobre o propósito de aquisição de soldados com tal demanda colonizadora, veja discussão em Seyferth (2002b, p. 119). Sobre políticas nacionais e a colonização, veja também Seyferth (2002a).

<sup>97</sup> A regulamentação, contudo, não culminou em regularização fundiária, nem evitou conflitos, como já foi discutido por autores como Seyferth (1999) e Neumann e Tedesco (2013).

\*\*\*\*

Hamburgo, 8 de dezembro de 1870. Numa pequena casa no centro de Hamburgo, nasceu o décimo filho de Jacob Rheingantz. Pela primeira vez, a família retornava à Europa por algum motivo que não envolvia exclusivamente os negócios. De um lugar privilegiado, os Rheingantz assistiam ao nascimento do novo Império Alemão. Carlos Guilherme, o primogênito de Jacob Rheingantz, estudou em Hamburgo, para onde se mudou com apenas oito anos de idade.<sup>98</sup> Esse fato deve ter ocorrido, portanto, em 1857. Segundo a história, o pequeno Carlos Guilherme foi entregue aos cuidados do capitão de um navio, que o conduziu até o porto de Hamburgo. Nessa cidade, o jovem estudou no estabelecimento de ensino do professor Dr. H. Schleiden<sup>99</sup>, até 1865, quando concluiu o curso. Schleiden foi escritor, teólogo e pedagogo e mantinha uma escola para meninos das classes mais altas. Carlos Guilherme teria viajado sozinho para a Alemanha e lá enfrentado diversas dificuldades. Contudo, 1857 foi o ano em que os Rheingantz se mudaram para o Brasil, estando sempre em viagens de um lado a outro. Carlos Guilherme ficou aos cuidados de Ziegenbein, que um ano antes havia se estabelecido em Hamburgo. Carlos Guilherme não estava sozinho, muito pelo contrário, se pensarmos nos círculos de relações mantidas por Ziegenbein na cidade, identificaremos uma convivência entre os maiores comerciantes de então. Após concluir os estudos fundamentais, Carlos Guilherme fez uma viagem pela Europa e provavelmente ainda trabalhou como aprendiz em algum curso técnico. A primeira notícia que temos de Carlos Guilherme no Brasil é de 1868, quando ele e um grupo de seletos rapazes de Rio Grande *abrilhantaram*<sup>100</sup> os salões do Clube Comercial.

Depois das confusões na colônia São Lourenço ocorridas em 1867-1868,<sup>101</sup> os Rheingantz consideraram retornar para a Europa, mas não exatamente para a pacata cidade de origem. Pela primeira vez, em 1870, a família viajou para Hamburgo, onde permaneceu por

<sup>98</sup> Rheingantz, Oscar Luiz. *Centenário do Comendador Carlos Guilherme Rheingantz*. Palestra proferida no Rotary Clube de Rio Grande.

<sup>99</sup> Karl Heinrich Schleiden (1809-1890) manteve a escola em Hamburgo de 1843 até 1872, quando se converteu ao protestantismo e deixou a direção da sua escola (que era católica) para fundar uma nova instituição de caráter protestante. Sua escola conquistou boa reputação na Alemanha. As informações aqui são de: *Schleiden, Karl Heinrich*. In: HOCHÉ, Richard, *Allgemeine Deutsche Biographie*, v. 31, 1890, p. 416-417. Disponível em <<http://www.deutsche-biographie.de/pnd119457989.html?anchor=adb>>. Acesso em: 30 dez. 2015.

<sup>100</sup> Conforme expressão usada pelo jornal: *Diário do Rio Grande*, Rio Grande, ano XXI, nº 5754, 1 mar. 1868. Acervo da BRG.

<sup>101</sup> Já tratamos em trabalhos anteriores essa questão com mais detalhes, veja Bosenbecker (2011).

longos meses.<sup>102</sup> Ao que tudo indica, Carlos Guilherme estava no Brasil, concentrando suas atividades no comércio e administrando os negócios da família. Antes da viagem para Hamburgo, Rheingantz deixou escrito um testamento, datado de 31 de março.<sup>103</sup> Em apenas uma página e de maneira muito objetiva, totalmente diferente dos testamentos brasileiros desta época, Rheingantz estabeleceu quem deveria ficar com a tutoria dos filhos e quem seriam os seus testamenteiros, caso algo acontecesse a ele. Foram nomeadas três pessoas como testamenteiros<sup>104</sup>, em ordem de nomeação, Maria Carolina, Carlos Guilherme e Rudolfo Bonne, a quem Rheingantz chamou de “o meu parente” em Rio Grande. Esta é a primeira vez, e única, que Bonne aparece nos documentos da família, mas, para estar onde está, provavelmente mantinha uma relação de íntima confiança com Jacob Rheingantz. Bonne representa aqui um conjunto de pessoas que simplesmente não aparecem, não são identificáveis no interior de uma rede de relações íntimas e fechadas. Parte disso deve-se ao fato de que muitos documentos se perderam no tempo, mas esse não é o único motivo. As redes de relações montadas por Jacob Rheingantz envolvem um grupo de pessoas muito diversas, algumas bem conhecidas, como o banqueiro Krannichfeldt, que trataremos no próximo capítulo, familiares, como Guilherme Bauer, e um grupo de pessoas de sua inteira confiança, quase sempre estrangeiros e moradores de Rio Grande, mas que não são classificáveis, quer dizer, em relação às quais não é possível traçar um perfil, como idade, atividade, local de origem, tipo de envolvimento nos negócios da família Rheingantz, entre tantos outros aspectos necessários para a montagem da rede articulada pelo referido empresário.

Se tomarmos, por exemplo, os nomes das testemunhas da aprovação do testamento em cartório, realizada em 4 de abril de 1870, no tabelionato do Boqueirão (distrito onde se localizava a colônia), estava um grupo bem diverso de pessoas: Guilherme Bauer, caixeiro de Rheingantz; João Lautenschläger e Carlos Reichow, colonos de São Lourenço; Frederico Augusto Osório, que possivelmente era o filho do escrivão local Manoel Joaquim Cardoso Osório; e Johann Hartlehm, que não pudemos identificar. Esses grupos diversos e algumas

---

<sup>102</sup> Acreditamos que nessa viagem não estivesse presente a irmã de Rheingantz, Margarethe, que tinha estado na Alemanha, provavelmente na cidade natal da família, no início de 1868, retornando ao Brasil, em 25 abr. 1868, no navio Sal. Conforme: Staatsarchiv Hamburg. 373-7-I VIII A 1 Band 022. Margarethe viajou de primeira classe, em embarcação agenciada por Lobedanz.

<sup>103</sup> *Testamento de Jacob Rheingantz*. APERS. Comarca de Rio Grande. 1º Cartório de Órfãos e Provedoria. Processo Judicial/Testamento nº 2219, 1877, cx. 005.0676.

<sup>104</sup> Nos testamentos desse período, em regra, são nomeados três testamenteiros, em ordem de nomeação. Se o primeiro não aceitar a tarefa designada no documento, o segundo nomeado recebe a tarefa e, caso recuse, o terceiro listado no testamento deverá assumir o cargo de testamenteiro. Rheingantz, nesse documento, nomeou os testamenteiros, que por sua vontade também deveriam ser os tutores dos seus filhos menores, isto é, quem assumisse o cargo de testamenteiro deveria ser o tutor dos filhos menores de Rheingantz.



peessoas que verificamos apenas uma vez em documentos nos fazem refletir sobre a dimensão da rede estabelecida por Rheingantz. Com base nos poucos dados que contribuíram para montar sua rede, acreditamos que as suas relações estavam concentradas em pessoas importantes para os negócios, como um banqueiro, por exemplo, ou empresários do ramo de exportação e importação em Hamburgo, além de familiares, como pessoas de inteira confiança, que trabalhavam para Rheingantz no extremo sul do Rio Grande do Sul. Entretanto, essa rede, neste momento, não era tão extensa como sugerem os estudos sobre o tema (PORTES; GUARNIZO; HALLER, 2002; PORTES, 2004).

A composição das redes de relações da família Rheingantz é central para explicar como as redes proporcionaram acesso às oportunidades, abrindo ou fechando portas para os negócios da família. As oportunidades aqui são socialmente configuradas, isto é, o pressuposto não são as características pessoais dos atores ou seus atributos, mas as relações entre os atores. A base explicativa é formada pelas redes de relações de que os migrantes “fazem parte, e que eles constroem” porque são essas redes “que estruturam as oportunidades” (RAMELLA, 1995, p. 21).

Após deixar estipulado qual era a hierarquia familiar para comandar a família e, possivelmente, os negócios (Maria Carolina era a primeira na lista, somente na falta desta, Carlos Guilherme assumiria a posição mais alta), Jacob Rheingantz viajou com a esposa e os filhos menores para Hamburgo. Nessa cidade, em dezembro de 1870 nasceu o décimo e último filho de Rheingantz, que faleceu com oito meses, em setembro de 1871, ainda em Hamburgo.<sup>105</sup> O menino seria nomeado Lourenço Otto Rheingantz, nome mais que simbólico, pois reuniu o passado da família, construído no Brasil, com a esperança contida no nascimento da nova nação, como se vê da possível homenagem a Otto von Bismarck. Dessa forma, os Rheingantz assistiram de um lugar privilegiado à unificação alemã, além das ofensivas da guerra franco-prussiana (1870-1871) e das políticas agregadoras de Bismarck, ações que conjuntamente levariam à proclamada união em um Império Alemão, com a nomeação de Guilherme I como imperador, em 18 de janeiro de 1871, no palácio de Versalhes.

Acreditamos que Jacob Rheingantz voltou antes ao Brasil para enfrentar os problemas que afetavam a colônia e as determinações que o governo provincial tentava colocar em prática em São Lourenço. Maria Carolina e a filha Theresa voltariam no navio

---

<sup>105</sup> Staatsarchiev. Zivilstandsant (332-03), A-102, register n. 8115, 1870; C-100, register n. 6675, 1871.

*Brazilien*, que partiu de Hamburgo em 8 de novembro de 1871.<sup>106</sup> Cremos também que os filhos mais velhos de Rheingantz estivessem estudando na Alemanha, especialmente, Frederico Guilherme, Alfredo Jacob e Henrique, ou até os mais novos, Luiz Valentim, Ernesto Eduardo e Oscar, respectivamente, com dez, oito e seis anos de idade, mas não há fontes para comprovar onde estavam os meninos nessa época. Apenas os dois mais novos se formaram no ensino superior no Brasil, como veremos.

De fato, durante a década de 1870, a família parece ter passado mais tempo viajando, como pode ser visto nas Figuras 2 e 3 a seguir, que mostram os irmãos Guilherme e Theresa retratados por fotógrafos alemães em Hamburgo e Hannover, respectivamente. Em 1877, em nova viagem a Hamburgo para visitar os filhos que lá estudavam, Jacob Rheingantz faleceu, aos 60 anos.<sup>107</sup> Entre os filhos que estudavam na referida cidade, estava Henrique, que voltaria ao Brasil em 20 de agosto de 1878.<sup>108</sup> Nos registros civis de Hamburgo, o nome do declarante nas três ocorrências (nascimento e falecimento de Lourenço Otto e no falecimento de Rheingantz) foi o Pastor Johann Friedrich Wilhelm Blümer, doutor em filosofia, com escola estabelecida em Hamburgo no final da década de 1860. Ao que parece, fazia parte do círculo de amigos da família na Alemanha. No atestado de óbito de Jacob Rheingantz, apenas consta que a religião professada era cristã, embora a presença do pastor possa remeter à escolha de Rheingantz de manter a religião evangélica na Alemanha.

---

<sup>106</sup> Staatsarchiv Hamburg. 373-7-I VIII A 1 Band 025. Infelizmente, não encontramos informações sobre o retorno dos outros membros da família.

<sup>107</sup> Rheingantz faleceu em 18 jul. 1877. Registro em Hamburgo: Staatsarchiv. (332-5) Hamburgisches Standesamt, n. 1, Standesämter 26, Sterbe-Neben, V, register n. 2320, 1877. Há uma cópia da certidão de óbito em BRG. Coleção Rheingantz, cx 1, doc. 178.

<sup>108</sup> Henrique teria 20 anos de idade e declarou ser comerciante. Ele partiu de Hamburgo no navio Bahia. Staatsarchiv Hamburg. 373-7-I VIII A 1 Band 035B.



**Figura 2 – Carlos Guilherme Rheingantz.**

Fonte: Foto gentilmente cedida por Vera Rheingantz Abuchaim.

Nota: Início da década de 1870, Hamburgo.



**Figura 3 – Theresa Guilhermina Rheingantz.**

Fonte: Foto gentilmente cedida por Vera Rheingantz Abuchaim.

Nota: Década de 1870, Hannover.

O falecimento de Jacob Rheingantz marca profundamente a família. Carlos Guilherme assumiria parte dos negócios e a educação dos irmãos mais novos, ao mesmo tempo em que cuidava de seus próprios interesses, centralizados na expansão e no desenvolvimento da fiação de tecidos de lã, construída em 1873. A tentativa da família de retornar para a Alemanha não se consolidou, alterando-se assim a estratégia anteriormente desenhada. A segunda geração familiar, nascida no Brasil, iria procurar na Europa a educação que almejava, transformando o país de origem na referência para garantir a melhor qualificação educacional possível. Desse modo, a perda do chefe da família alterou o projeto de retorno migratório de seus membros.

Como mencionamos, logo após o falecimento do pai, Carlos Guilherme procurou uma escola para Luiz e Oscar. Provavelmente, sua primeira tentativa foi com um professor em Hamburgo, chamado J. Woisin [sic], o mesmo que garantia ou intermediava a educação de Henrique. Os contatos entre os dois ocorreram entre junho e setembro de 1878, mas eles não chegaram a um acordo. Mais tarde, Carlos Guilherme procurou um professor estabelecido em Pelotas, Bernardo Taveira Júnior, que ofereceu a Oscar a possibilidade de ingressar no Colégio Pelotense, onde lecionava. Em que lugar Oscar e Luiz completaram a educação de

nível básico e médio é impossível precisar. Oscar iria se graduar na Academia ou na Faculdade de Direito de São Paulo, na turma nº 55, em 4 de dezembro de 1886, e Luiz se formaria em Engenharia Mecânica, na Escola Politécnica de Zurique, na Suíça, em 1883.<sup>109</sup> Em relação aos irmãos mais velhos, Frederico Guilherme e Alfredo Jacob, não foi possível identificar onde e qual o curso fizeram.

\*\*\*

Ao longo do tempo e com o crescimento dos negócios, Carlos Guilherme levaria praticamente toda a família para trabalhar nas fábricas de tecidos em Rio Grande. Esse novo percurso atingiria a geração de Carlos Guilherme e a de seus filhos. A criação da empresa fabril<sup>110</sup> e o casamento de Carlos Guilherme estão profundamente atrelados à história da família, como veremos no próximo capítulo. Carlos Guilherme Rheingantz e Maria Francisca de Sá Rheingantz tiveram nove filhos, todos nascidos no Brasil, sendo duas meninas e sete meninos. No Quadro 5, a seguir, são descritos os padrinhos e as datas de nascimento dos filhos do casal Carlos Guilherme e Maria Francisca (veja também uma fotografia dos filhos reunidos na década de 1890, na Alemanha, que reproduzimos na Figura 4).

Podemos notar que os padrinhos dos filhos de Carlos Guilherme e Maria Francisca são familiares próximos das duas famílias, tanto por parte paterna quanto materna, havendo apenas uma exceção, a presença de um comerciante estrangeiro. Georg Lawson, comerciante inglês estabelecido em Rio Grande, mantinha forte ligação de confiança e amizade com a família Rheingantz, sendo um dos mais importantes parceiros de negócios da família. Ele foi membro da diretoria da Companhia União Fabril desde 1891 até 1916, ano em que faleceu. Além disso, era um dos principais acionistas da companhia, mantendo, ao longo dos anos,

<sup>109</sup> BRG. Coleção Rheingantz. Cx. 2. *Correspondência do Professor Bernardo Taveira Júnior para Carlos Guilherme Rheingantz*, 21 mar. 1879, doc. 17; *Diploma de Luiz Rheingantz*, com reconhecimento de título de Engenheiro Mecânico, pela Escola Politécnica de Zurique, Suíça, em 31 jul. 1883, doc. sem número. Correspondências entre J. Woisin e Carlos G. Rheingantz, 08 jun., 08 jul. e 05 set. 1878, doc. nº 6, 8 e 9, respectivamente. Veja também Franco (2011) e os dados da *Arcadas* (Associação dos antigos alunos da faculdade de direito de São Paulo), disponível em: <[http://www.arcadas.org.br/antigos\\_alunos.php?q=turma&qvalue=55&grad=#result\\_busca](http://www.arcadas.org.br/antigos_alunos.php?q=turma&qvalue=55&grad=#result_busca)>. Acesso em: 22 dez. 2015.

<sup>110</sup> Chamaremos de companhia Rheingantz, de forma geral, a empresa comandada por Carlos Guilherme, pois esta teve muitos nomes diferentes ao longo do tempo, tanto para as razões sociais quanto para os nomes fantasias. As razões sociais, por exemplo, foram *Rheingantz & Vater*, passando para *Rheingantz & Cia*, depois *Cia União Fabril e Pastoril* e, finalmente, *Cia União Fabril*. Já os nomes das três fábricas que formavam o complexo fabril, nos tempos de Carlos Guilherme, foram: *Fábrica Nacional de Tecidos de Lã*, *Fábrica de Algodões Rio-Grandense* e *Fábrica de Aniação Rio-Grandense*. Havia também, em Pelotas, a *Fábrica de Chapéus Pelotense*, administrada por outra firma de Carlos Guilherme. De fato, Carlos Guilherme parece ser o principal, quando não o único, responsável legal e com atribuições ilimitadas para com a empresa, além de ser o idealizador e administrador direto.

cerca de 170 ações. Ele foi casado com Gertrudes de Araújo, filha do Visconde de São José do Norte, com quem teve três filhos.<sup>111</sup>

**Quadro 5 - Filhos de Carlos Guilherme e Maria Francisca Rheingantz**

Nome do filho	Data de nascimento	Padrinhos	Relação com o batizado
Olga Clemência	15 ago. 1874	João de Miranda Ribeiro e Maria Carolina Rheingantz	Bisavô materno e avó paterna
Ida	21.jul.1875	Registro não encontrado. Ida faleceu com 9 dias de vida.	
Carlos Frederico	26 jul. 1876	Jacob Rheingantz e Maria Delfina de Miranda e Sá	Avô paterno e avó materna
Francisco Alberto	02 dez. 1877	James Darcy e Josepha de Sá Darcy	Tios maternos
Eduardo	20 jun. 1882	Registro de batismo não encontrado	
Alberto Luiz	03 jul. 1885	João de Miranda Riberio Sobrinho <sup>112</sup> e Sophia de Sá Miranda Ribeiro	Tios maternos
Adolfo Lourenço	08 jan. 1887	George Lawson e sua esposa Gertrudes de Araújo Lawson	Mantinha negócios com os pais da criança
Gustavo Adolfo	14 dez. 1887	Luiz Rheingantz e Olga Clemência Rheingantz	Tio paterno e irmã mais velha
Paulo Afonso	26 nov. 1889	Manoel Pinto Torres Neves e Oscar Felipe Rheingantz	Tio materno e tio paterno

Fonte: Nascimentos da Matriz de São Pedro do Rio Grande. Livro 19, p. 80 e 80v; livro 21, p. 23v e 24; livro 22, p. 44; livro 28, p. 27v; livro 30, p. 3 e 3v, livro 33, p. 5v e 6, respectivamente.

Já com relação à família materna, os Sá e os Miranda Ribeiro, as relações foram mantidas com muita proximidade, inclusive mantendo as relações no Rio de Janeiro, onde parte dos tios e das irmãs de Maria Francisca de Sá Rheingantz residiam. Maria Francisca tinha dois irmãos e cinco irmãs, das quais apenas a caçula não morou no Rio de Janeiro. A mãe de Maria Francisca, Maria Delfina de Miranda Ribeiro (1837-1911), era filha única, mas a família era bastante numerosa pelos parentes e primos Miranda Ribeiro. Já pelo lado paterno, os Sá, a família era muito extensa. Miguel Tito teve 13 irmãos, que viveram em

<sup>111</sup> Georg Wilcock (ou Wilcox) Lawson faleceu em 26 ago. 1916 e Gertrudes de Araújo Lawson, em 4 jul. 1916. Cf. *Inventário de Georg Wilcock Lawson e de Gertrudes de Araújo Lawson*. APERS. Comarca de Rio Grande, Processo Judicial/Inventário nº 5228, 1920, cx. 005.0238. Embora esse documento esteja catalogado como inventário, ele trata apenas de uma petição que os herdeiros encaminham para ser taxado e partilhado um imóvel que haviam esquecido de descrever no inventário original, que, por sua vez, não foi encontrado durante o levantamento de dados. Portanto, não é possível uma melhor caracterização do patrimônio ou dos investimentos industriais ou capitalistas de Lawson nesta pesquisa.

<sup>112</sup> João de Miranda Ribeiro Sobrinho Jr. (\*08 mar. 1850 - + 10 jan. 1889) era filho de João de Miranda Ribeiro Sobrinho e Leonídia Emília Soares e neto de Francisco de Miranda Ribeiro Sobrinho (que, por sua vez, é irmão do comendador João de Miranda Ribeiro) e, portanto, era primo em 3º grau da esposa Sofia Clemencia de Sá (\*04 nov. 1858 - +03 mar. 1890). Após João falecer, sua viúva casou-se, em 01 fev. 1890, com o engenheiro carioca Manuel Pinto Torres Neves, que era viúvo de Lucília Eduardina de Sá (\*13 out. 1865 - + 29 dez. 1883), também irmã de Maria Francisca de Sá Rheingantz. Todos os padrinhos citados aqui viviam no Rio de Janeiro (RHEINGANTZ, 1979, Título Antônio de Freitas Aguiar, a partir da p. 97 e, em especial p. 100 e 101).

idades brasileiras diversas, como Pelotas, Rio Grande, Porto Alegre, Rio de Janeiro e Salvador, bem como em países como França e Uruguai.<sup>113</sup> Esses parentes de Maria Francisca atuavam politicamente tanto na época imperial, quanto nos primeiros momentos da era republicana. Carlos Guilherme também atuou de forma contundente no escopo político republicano, como veremos. A Primeira República traria grandes mudanças e um crescimento espantoso dos negócios, apesar de todas as grandes crises econômicas que marcaram o período.



**Figura 4 - Filhos de Carlos Guilherme Rheingantz em visita à Alemanha.**

Fonte: Foto gentilmente cedida por Vera Rheingantz Abuchaim.

Nota: A foto foi feita em um atelier em *Bad Kreuznach*, cidade sede do distrito onde está localizada Sponheim, local em que nasceu Jacob Rheingantz, na Alemanha. A foto data provavelmente da segunda metade da década de 1890. Em pé: Olga, Alberto e Eduardo. Sentados: Adolfo, Francisco, Gustavo e Paulo.

A década de 1890 marcaria profundas mudanças na família. O grande crescimento das fábricas de Carlos Guilherme, que transformariam a União Fabril na maior empresa do Rio Grande do Sul,<sup>114</sup> possibilitaria novos projetos, que envolveriam todos os familiares. É preciso lembrar, contudo, que as fábricas Rheingantz não eram uma empresa familiar aos moldes, por exemplo, das fábricas da família Hering, como mostra Maria Luiza Hering (1987,

<sup>113</sup> As informações sobre a família de Maria Francisca de Sá Rheingantz são de Rheingantz (1979).

<sup>114</sup> Conforme Roche (1969, p. 506): “Em 1895, o Rio Grande do Sul contava com 30 sociedade anônimas, entre as quais 10 novas empresas industriais, fundadas a partir do fim do Império, e quase todas por alemães. A mais importante era a *União Fabril*, sucessora da Rheingantz, (capital, 3500 contos; produção, 5000 contos), com 907 operários e 102 costureiras (manufatura de capotes para o exército). Depois vinha a *Cia de Fiação e Tecidos Porto-alegrense*, criada em 1891, com capital de 2400 contos e produção de 2100 contos, com 263 operários...”.

p. 94) ao tratar do início da produção da fábrica: “As duas filhas mais velhas de Hermann Hering, Johanna e Nanny, aperfeiçoaram-se na costura e, em uma só semana, chegaram a aprontar nove dúzias de camisetas de malha...”. Esse desenho mostra uma empresa familiar, na qual os membros da família trabalham efetivamente nos mais diversos setores. A empresa fabril dos Rheingantz não era deste tipo, mas sim um negócio gerido por uma família de empresários. Por exemplo, entre os projetos de ampliação da Rheingantz estavam a abertura de filiais ou de novas fábricas em outros estados, como Rio de Janeiro e São Paulo, além da ampliação das agências da companhia, que se encarregavam das vendas dos produtos, abrindo ainda escritórios para transações ou pagamentos envolvendo as ações da empresa (agências de representações, não de vendas por atacado ou varejo). Contudo, como ocorreu na primeira geração, as grandes mudanças foram acompanhadas por perdas, que abalariam profundamente a família. Com a venda da colônia, dona Maria Carolina e a baronesa von Steinberg se mudariam para a Alemanha, suspeitamos que depois de alguns anos que passaram em Rio Grande (pelo menos dois ou três anos).

Em 1891, ou antes, Carlos Guilherme ofereceu ao seu irmão, Frederico Guilherme (que aparece na fotografia da Figura 5), comerciante em São Lourenço, um emprego pela companhia em São Paulo, onde já estava o outro irmão, Eduardo. As atividades que Frederico exerceu em São Paulo não foram divulgadas pela companhia, exceto que recebia salário como empregado. Existe, porém, a forte suspeita de que ele estivesse fazendo estudos para a abertura de uma filial. Frederico Guilherme faleceu quando tratava desses negócios, em 1896.<sup>115</sup> Seus filhos continuaram morando na região sul do Rio Grande do Sul.

---

<sup>115</sup> Quando faleceu, Frederico Guilherme morava há mais de cinco anos em São Paulo, por isso, não há exatidão de quando ele foi chamado a trabalhar pela companhia. As informações aqui tratadas são oriundas de: *Inventário de Frederico Rheingantz*. APERS. Comarca de Pelotas. Município: Pelotas. Processo Judicial/Inventário nº 183, 1896, cx. 006.0261.



**Figura 5 - Frederico Guilherme Rheingantz e sua esposa, Maria Angélica.**

Fonte: RHEINGANTZ (1941, s/p).

Nota: Data ignorada.



**Figura 6 - Luiz Valentim Bernardo Rheingantz.**

Fonte: RHEINGANTZ (1941, s/p).

Nota: Data ignorada.

Como mencionamos, o crescimento das fábricas de Carlos Guilherme possibilitou a inserção dos demais membros da família na empresa mediante a ampliação das atividades da companhia, especialmente em outros estados. Foi devido a essa tentativa de ampliação das fábricas que Luiz Rheingantz, também irmão de Carlos Guilherme, entrou para a firma, em posição mais vantajosa que Frederico. Luiz, que tem sua fotografia reproduzida na Figura 6, trabalhava na construção da filial da fábrica no Rio de Janeiro, fazendo estudos e orçamentos. Entretanto, Carlos Guilherme parece ter oferecido a Luiz a possibilidade de abrir sua própria fábrica, como sócio da filial projetada para ser erguida em Friburgo.<sup>116</sup> Em novembro de 1894, Luiz e Carlos Guilherme assinariam um contrato de sociedade, no qual Carlos Guilherme financiaria a construção de uma fábrica de tecidos de aniagens ou juta, incluindo 50 teares e demais maquinários, um valor para aquisição de um terreno (que Carlos Guilherme já havia comprado de Alfredo Doux, acionista da Rheingantz e integrante do conselho fiscal), além dos valores para gerir a fábrica e fazer as adequações no prédio existente, ou seja, praticamente todo o capital necessário. Esses valores somavam noventa contos de réis (90:000\$000), mais 4.000 libras, já acordadas com fornecedores na Inglaterra, além de até cinquenta contos de réis (50:000\$000) para o movimento da fábrica.

<sup>116</sup> A *Federação* noticiou, em 1891, que Carlos Guilherme faria uma filial da fábrica em Friburgo e que ele já havia conquistado um privilégio junto ao governo do Rio de Janeiro para o período de oito anos, além de mais favores, não explicitados pelo jornal. A empresa se obrigaria a construir a nova fábrica com vila operária, aulas e outros melhoramentos. Cf. *A Federação*, Porto Alegre, ano VIII, n. 225, p. 1, 29 set. 1891.



Tudo ficaria em nome de Carlos Guilherme, até que Luiz conseguisse amortizar o valor dos capitais empregados, retirando, entretanto, até quinze contos de réis (15:000\$000) para si anualmente durante o prazo de cinco anos, com renovação do contrato por mais três. Com o pagamento dos capitais empregados, Carlos Guilherme reservava-se o direito de atuar como sócio comanditário. Cabia a Luiz dois terços dos lucros líquidos, já descontadas todas as despesas de custeio, além da obrigação de não “*desviar sua atenção da fabrica a ponto de por isso ser prejudicado o funcionamento regular da mesma*”.<sup>117</sup> Esse contrato foi mediado por Oscar, assinado no Rio de Janeiro e não foi registrado em tabelionato.

Luiz tinha, nesta época, 34 anos e era tratado por Carlos Guilherme como se fosse seu filho mais velho, um dos motivos do grande investimento que o industrial fazia no irmão. Luiz havia investido o que ganhou de herança de seu pai e de seus trabalhos como engenheiro em ações de companhias ou similares, pois possuía, por exemplo, 20 ações da Estrada de Ferro São Paulo – Rio Grande. No Rio de Janeiro, onde parece ter se estabelecido, vivia com o sobrinho Carlos Frederico Rheingantz, o real filho mais velho de Carlos Guilherme, que estudava Engenharia e ainda não havia completado seus 19 anos. Luiz intermediava algumas despesas de Carlos Frederico e as quantias enviadas por Carlos Guilherme, como comprova um demonstrativo de contas entre os irmãos. Tal demonstrativo também esclarece que o prédio e o terreno já haviam sido pagos por Luiz, com dinheiro financiado por Carlos Guilherme. Contudo, em 1895, o Rio de Janeiro foi tomado por uma epidemia de febre amarela. A epidemia levou Carlos Frederico, em 4 de maio, e Luiz Valentim, no dia 13 do mesmo mês. Profundamente abalado, Carlos Guilherme desiste de qualquer plano que havia pensado para o Rio de Janeiro. Alfredo Doux organiza os sepultamentos no Rio de Janeiro, então capital federal. Mais tarde, para desfazer a sociedade e inventariar os valores que Luiz possuía no Rio, dona Maria Carolina define como seu procurador o barão de Ibirocay, Luís de Freitas Valle,<sup>118</sup> concunhado de Carlos Guilherme.

Os grandes parceiros de negócios de Carlos Guilherme foram seus irmãos Alfredo Jacob e Oscar. O primeiro estabeleceu-se, pelo menos desde 1877, em Rio Grande, tornando-se o braço direito de Carlos Guilherme na fábrica. Alfredo Jacob teve cinco filhos com sua

---

<sup>117</sup> *Contrato anexo no inventário de Luiz Valentim Rheingantz*. APERS. Comarca de Rio Grande. Município: Rio Grande. Processo Judicial/Inventário nº 352, 1895, cx. 005.0214, p. 34v (p. 2 do contrato).

<sup>118</sup> O barão de Ibirocay (1855-1919) era casado com Noêmia Geraldina de Sá (1860-1916), irmã de Maria Francisca de Sá Rheingantz. Ele era natural e radicado no Alegrete, onde se destacou na luta abolicionista, frequentou a Corte e teve vida social no Rio de Janeiro para onde se mudou provavelmente no fim do império. Foi presidente da Associação Comercial do Rio de Janeiro e, assim como Carlos Guilherme, recebeu a Ordem da Rosa. O barão e a baronesa de Ibirocay tiveram 14 filhos. A família Sá também tinha laços mais estreitos com seus parentes no Rio de Janeiro. Veja Rheingantz (1979) e Vasconcelos; Vasconcelos (1918).

esposa, Carolina Bezerra,<sup>119</sup> que era natural de Rio Grande (sendo que apenas o filho mais velho teria descendência<sup>120</sup>). Após o falecimento de Alfredo Jacob, em 1903, seus filhos foram estudar em Porto Alegre e no colégio São José, em São Leopoldo.<sup>121</sup> Carolina Bezerra Rheingantz descendia pelo lado paterno e materno da família Correa Mirapalheta, grupo de destaque na sociedade local. Seu pai, o Major José da Costa Bezerra, era sobrinho-neto do comendador Domingos Faustino Correia e administrador de *alguns negócios* que este tinha na cidade de Rio Grande. Ele foi nomeado seu segundo testamentário. Os bens do comendador e de sua esposa foram disputados na justiça por longos 107 anos entre os descendentes dos irmãos do casal. Entre os muitos legados deixados pelo comendador, estava “*O lance de sobrado que ocupa meu sobrinho Jose Bezerra, na rua Pedro Segundo, com o respectivo armazém, deixo a sua filha e minha afiliada*”. A sua afilhada era Carolina Bezerra Rheingantz. O legado parece ter sido recebido 20 anos após a morte do comendador, pelas mãos de Alfredo Jacob.<sup>122</sup>

Em 1903, Oscar assumiria a gerência da Companhia União Fabril, no lugar do falecido irmão Alfredo Jacob. Oscar, o mais novo dos irmãos, já tinha ocupado muitos cargos na companhia, entre os quais o de subgerente e, neste ano, 1903, havia assumido a recém-

<sup>119</sup> Os filhos de Alfredo Jacob e Carolina Rheingantz eram: Alfredo Carlos ou Alfredinho, que começou a trabalhar na fábrica provavelmente como administrador do armazém que atendia aos funcionários; Jorge Guilherme, que foi farmacêutico em Porto Alegre; José Henrique, que viveu no Rio de Janeiro; Luiz Jacob e Maria Carolina, que viveram em Rio Grande.

<sup>120</sup> Alfredo Carlos foi casado com Alahir Oliveira Terra, descendente de fazendeiros de Santa Vitória. Eles tiveram três filhas: Otília, Maria Helena e Heloísa (RHEINGANTZ, 1941). Maria Helena foi casada com João de Miranda Rheingantz, primos em 2º grau, por ele ser neto de Carlos Guilherme Rheingantz. Ela era advogada e tinha participação na Rheingantz, na época em que João era o gerente. João foi o membro da família que vendeu as fábricas no final da década de 1950.

<sup>121</sup> Carolina Bezerra Rheingantz e os filhos fizeram inúmeras viagens entre Porto Alegre e Rio Grande, grande parte das quais podem ser confirmadas nos jornais da época. Usamos, nesta pesquisa, especialmente *A Federação*. As viagens ficam mais intensas no período de 1909 a 1912. Jorge formou-se em farmácia em Porto Alegre, em 1913, cf: *A Federação*. Porto Alegre, n. 292, ano XXX, p. 3, 16 dez. 1913. Também segundo esse jornal, ele fez exames de admissão para o Ginásio Conceição, em São Leopoldo, em 1906 (*A Federação*. Porto Alegre. Ano XXIII, n. 287, p. 3, 12 dez. 1906). Jorge foi casado com Delalande do Nascimento, que morreu prematuramente em 1926. Ela era filha do político rio-grandino Alfredo Nascimento e de Agnella Corrêa do Nascimento. Cf: APERS. Comarca de Rio Grande. Processo Judicial/Sucessão nº 3255, 1932, cx. 005.0354. As filhas de Alfredo Jacob participavam das festas no colégio São José, em São Leopoldo, em vários anos posteriores, veja, por exemplo, *A Federação*. Porto Alegre, ano XXX, n. 293, p. 7, 17 dez. 1913.

<sup>122</sup> Carolina Lopes Bezerra nasceu em Rio Grande em 14 mar. 1869 e faleceu em 27 jul. 1951. Era filha de José da Costa Bezerra e de Carolina Lopes Bezerra, foi batizada em 16 mai. 1869 e teve por padrinhos o comendador Domingos Faustino Correia e Isabel Lopes Barcellos. Carolina Bezerra era neta paterna de Manoel da Costa Bezerra e Virgínia Correia Bezerra e materna de Jacintho Antônio Lopes e Carolina Correa Lopes. Sua avó paterna, Virgínia, era filha de Manoel Correia Mirapalheta, e sua avó materna, Carolina, era filha de José Correia Mirapalheta, isto é, suas avós eram sobrinhas, embora não herdeiras, de Leonor Maria Correia Mirapalheta, a esposa do comendador Domingos Faustino Correa. Dona Leonor, por não ter filhos, deixou sua parte da herança para os três irmãos mais novos: Evaristo, Francisco e Joaquim, que integravam uma família de nove irmãos ao todo. Veja: Livro 18 de nascimentos da Matriz de São Pedro do Rio Grande, p. 32. As informações sobre as datas de Carolina estão equivocadas em Rheingantz (1941). Sobre o inventário do comendador, incluindo cópias dos testamentos, veja Palma (2001). Sobre a petição de Alfredo Jacob: *A Federação, Porto Alegre, Ano X, n. 14, p. 2, 17 jan. 1893; A Federação, Porto Alegre, Ano X, n. 18, p. 2, 21 jan. 1893.*

inaugurada agência da companhia em Porto Alegre. Oscar Felipe Rheingantz casou-se com Alayde Machado Lopes, natural de Rio Grande. Alguns anos depois, adoeceu gravemente. Ele procurou tratamento de saúde na Europa, onde foi assistido de perto por Carlos Guilherme. Sem sucesso no tratamento, todos regressaram ao Rio Grande, no final de 1907, onde Oscar faleceu em 7 de fevereiro de 1908.<sup>123</sup>

Foi durante a gerência de Oscar que a terceira geração dos Rheingantz começou a participar dos negócios da família. A ocupação de cada um dos filhos na companhia pode ser vista no Quadro 6. O primeiro filho de Carlos Guilherme a ingressar nas fileiras das fábricas em Rio Grande seria Eduardo de Miranda Rheingantz, que retornou ao Brasil em 1905, após concluir seus estudos na Europa. Eduardo era considerado um empreendedor nos negócios da família e tido como um homem muito dinâmico. Contudo, afastou-se aos poucos da empresa, devido a uma grave doença. Eduardo, juntamente com Alberto Luiz, que também se afastou da companhia por problemas de saúde, e Paulo administrariam as fábricas em Rio Grande. Já Gustavo e Adolfo seriam correspondentes da empresa no eixo Rio-São Paulo.

**Quadro 6 - Formação e ocupação dos filhos de Carlos Guilherme**

Nome	Formação	Local da formação	Ocupação e envolvimento com a fábrica	Local de moradia
Olga Clemência Rheingantz da Porciúncula	SI	SI	Manutenção de ações	Petrópolis-RJ (último endereço)
Carlos Frederico Rheingantz	Engenharia	RJ-Brasil	Faleceu antes da formatura. Não foi possível identificar formação técnica na Europa.	
Francisco Alberto Rheingantz	SI	Europa	Administração da Fábrica de Chapéus Pelotense	Pelotas
Eduardo de Miranda Rheingantz	Técnica fabril e engenharia mecânica	Alemanha e Inglaterra	Gerência da União Fabril	Rio Grande
Alberto Luiz de Sá Rheingantz	Engenharia civil e administração de empresas	Europa	Gerência da União Fabril	Rio Grande e depois Rio de Janeiro
Adolfo Lourenço de Sá Rheingantz	Agronomia	Estados Unidos	Correspondente da fábrica	São Paulo
Gustavo Adolfo de Sá Rheingantz	Medicina	RJ-Brasil	Correspondente da fábrica	Rio de Janeiro
Paulo Afonso de Sá	Química	Europa	Gerência da União Fabril	Rio Grande e

<sup>123</sup> O casamento ocorreu em 05 dez. 1903, logo após seu estabelecimento em Rio Grande. A esposa de Oscar, Alayde Machado Lopes, nasceu em Rio Grande, em 29 jan. 1879, era filha do coronel Francisco Antônio Lopes e de Ana Leocádia de Azevedo Machado. Era neta paterna de João Antônio Lopes e Maria Joaquina Correia Mirapalheta, irmã de Leonor Maria Faustino Correia (esposa do comendador Faustino Correia), e neta materna do barão e baronesa de Azevedo Machado, ou seja, era aparentada de Carolina Bezerra Rheingantz, esposa de Alfredo Jacob (RHEINGANTZ, 1941). Oscar e Alayde tiveram uma filha chamada Ana Maria, que nasceu em 21 mar. 1907.

Rheingantz	Industrial			Pelotas
------------	------------	--	--	---------

Fonte: Relatórios da Cia União Fabril (1905-1930). CDH-FURG. Acervo de História Oral. Entrevistado: Oscar Luiz Rheingantz, em 29 jan. 1982. HO013.

Francisco Alberto Rheingantz assumiu, em 1905, o comando da *Fábrica de Chapéus Pelotense* (veja a Figura 7),<sup>124</sup> gerenciada por outra empresa criada por Carlos Guilherme, denominada *C. G. Rheingantz, Cordeiro & Wiener Successor*, que ainda antes do falecimento do comendador, salvo engano, iria se tornar *F. Rheingantz & Cia*. Francisco também havia se formado na Europa. A fábrica havia sido comprada por Carlos Guilherme provavelmente em 1892, embora o registro mais antigo da firma *C. G. Rheingantz, Cordeiro & Wiener Successor* que tenhamos encontrado date de 1893. A empresa era gerida por Guilherme Wiener, diretor técnico e um dos fundadores da fábrica em 1881, e Ricardo Peckmam.<sup>125</sup> Francisco e os irmãos Eduardo e Alberto participaram ativamente da vida social e política do Estado, bem como tinham reconhecidos nomes nas fileiras da indústria nacional.



Figura 7 - Comemorações dos 50 anos da Fábrica de Chapéus Pelotense (1931)

Fonte: Álbum comemorativo dos 50 anos da empresa (1881-1931), gentilmente cedido por Vera Rheingantz Abuchaim.

<sup>124</sup> *A Federação*, Porto Alegre, Ano XXII, n. 184, p. 3, 08 ago. 1905.

<sup>125</sup> Veja o processo de apelação movido pela *C. G. Rheingantz, Cordeiro & Wiener Successor* contra um credor em Uruguaiana, no qual estão vários documentos da firma anexos: APERS. Comarca de Uruguaiana. Processo Judicial/Apelação Cível nº 1746, 1903, cx. 095.0263.

Como vemos, a terceira geração investiu sensivelmente em qualificação técnica e formação acadêmica, grande parte realizada na Europa, dividindo-se entre Alemanha e Inglaterra. Como já havia apontado o pesquisador alemão Dietrich von Delhaes-Guenther (1973), a segunda e terceira geração de empreendedores industriais no Rio Grande do Sul, especialmente aqueles de origem estrangeira, usufruíram de educação e conhecimento industrial na Europa, especialmente na Alemanha e nos Estados Unidos. Segundo este autor, quase todos os filhos de industriais do Rio Grande do Sul aprenderam, nesses países, a lidar com equipamentos, ganhando experiência técnica e organizacional, além de encontrar mão de obra especializada para levar ao Brasil quando os estudos acabassem. Delhaes-Guenther acrescentou que todos os sete filhos de Rheingantz tiveram formação na Alemanha, sendo que três deles se formaram nas áreas de química e tecelagem, em Aachen, e os outros, na Saxônia (DELHAES-GUENTHER, 1973, p. 155). Como vimos no Quadro 6, não é totalmente exata a afirmação de Delhaes-Guenther, mas a maioria dos filhos teve sim formação acadêmica e técnica na Europa, nos ramos destacados pelo autor. Entretanto, segundo informações de descendentes, todos os filhos tiveram uma formação básica, quando eram ainda muito jovens, na Alemanha.

\*\*\*

Neste capítulo, foram avaliadas duas questões centrais. A primeira diz respeito ao espaço social no qual a família Rheingantz se inseriu desde a migração de Jacob Rheingantz para o Brasil. A premissa inicial resume uma ideia central da teoria de redes sociais que implica “uma visão da sociedade caracterizada por um conjunto de relações, de formas e sistemas de relações, ou melhor dizendo, de configurações móveis versus uma visão da sociedade concebida como conjunto de categorias construídas a priori, de uma vez e para sempre” (RAMELLA, 1995, p. 14, tradução nossa<sup>126</sup>). Assim, o conceito de rede tornou-se central na análise, possibilitando avaliar uma rede migratória conectando indivíduos no Brasil e na Alemanha, na qual podem ser encontrados comerciantes alemães com seu negócio próprio no Brasil e/ou representantes comerciais de grandes firmas europeias instaladas no principal porto do extremo sul brasileiro, Rio Grande, e empresários e comerciantes ou

---

<sup>126</sup> Texto original: “Esta nueva, perspectiva se basaba en un punto fundamental: implicaba una visión de la sociedad caracterizada por un conjunto de relaciones, de formas y sistemas de relaciones, o mejor dicho, de configuraciones móviles versus una visión de la sociedad concebida como conjunto de categorías construidas a priori, de una vez y para siempre.”

representantes comerciais vivendo na Alemanha, especialmente em cidades portuárias, como Hamburgo e Bremen.

Esse grupo de imigrantes integrou um tipo de migração espontânea, marcadamente por comerciantes, em comparação à política migratória desenvolvida pelo Estado brasileiro e reconhecida como colonização nos termos apresentados por Seyferth (2002). Como ficou evidente na análise de Gans (2004), comerciantes e pequenos artesãos imigrantes tinham melhores condições de vida nas grandes cidades, como Porto Alegre, em comparação à grande massa de imigrantes. O texto que construímos mostrou boas condições de vida vivenciadas por imigrantes na principal cidade portuária do extremo sul, contudo, tratamos de um grupo particular de estrangeiros, os grandes comerciantes. Assim, podemos avaliar de maneira mais detalhada um grupo de grandes comerciantes estrangeiros que classificamos como “bem estabelecidos” na sociedade local. Entre os aspectos que marcam o referido grupo na sociedade acolhedora, está não somente a posse de uma grande casa de importação e exportação de produtos, mas também a adoção de práticas comuns entre os grandes comerciantes, como a reconversão católica ou o batismo dos filhos na religião oficial brasileira; a compra de escravos para trabalharem no referido comércio; a manutenção de um bom relacionamento com outros comerciantes, grandes ou não; e o pertencimento a uma rede de relações formada tanto por locais quanto por estrangeiros e que possibilitaria o acesso a outros grupos, como integrantes da elite local e políticos, por exemplo, que, por sua vez, poderiam garantir boas oportunidades aos contatos no interior da rede.

Entre as práticas que apontamos está, entre outros, o aprendizado da língua portuguesa. Saber o idioma e conhecer a moeda nacional são aspectos importantes e garantem certa distinção para os grandes comerciantes bem estabelecidos, pois os diferencia de boa parte da população local, como também da grande maioria dos imigrantes. Contudo, saber ler e escrever é apenas o primeiro passo, pois o grupo que tratamos aqui aprendeu também “como escrever”, sabendo, dessa forma, o que dizer, a quem e quando. Esse é um requisito importante para conquistar liberdade no trato com políticos e negociantes locais, como mostramos nos processos de construção dos principais negócios da família pesquisada.

A ideia inicial deste capítulo era desenhar a rede social de Jacob Rheingantz. Contudo, não foi exatamente a rede de Rheingantz que narramos. Em contrapartida, o desenho da rede migratória aqui construído mostra, em primeiro lugar, uma ampla rede formada por imigrantes e não migrantes, entre Brasil e Alemanha, da qual Jacob Rheingantz é apenas mais um integrante. A descoberta dessa rede revela novas perspectivas para as análises de estudos migratórios envolvendo a imigração da Alemanha para o Brasil em meados do

século XIX. Formada por vários grupos em diferentes posições, essa rede migratória mostra primeiramente um grupo de comerciantes estabelecidos nos portos alemães interessados no comércio marítimo com a nação brasileira, formando o nó central da rede, além de um grupo de imigrantes “alemães” representando interesses do grupo central no Brasil. Paralelamente, o impacto dos interesses que circulavam nessa rede pode ser amplo e decisivo para o crescimento da imigração, incentivando os projetos de colonização, que seriam liderados pela família Rheingantz.

Já a segunda questão avaliada tratou de descrever os integrantes da família Rheingantz, traçando alguns perfis para os principais membros do grupo e destacando seus cargos e as posições ocupadas nas empresas de propriedade da família, ao longo das diferentes gerações aqui pesquisadas. A família também pode ser vista como uma rede, na qual estão avós, pais, filhos, netos, primos e outros integrantes familiares, além de amigos que compõem o que pode ser chamado de círculo íntimo familiar. O trabalho que apresentamos mostrou como a família transforma seus círculos mais íntimos ao longo das gerações e, por outro lado, como algumas práticas se mantêm, como mandar os filhos estudarem na Alemanha. As empresas, contudo, são o grande catalizador da rede migratória da família, pois é a partir da construção da primeira empresa que os familiares são chamados ao país, ganhando novas posições na reorganização realizada no âmbito doméstico. A segunda geração também passará por alterações para uma adequação entre a nova fábrica e as novas posições que os membros da família eram chamados a ocupar. Tais posições ocupadas pelos familiares são desiguais, pois há uma clara divisão entre os grupos que detêm a chefia dos negócios e os que apenas “trabalham” na empresa. Entretanto, é preciso cautela nessa avaliação, pois pode haver uma questão geracional influenciando nesse aspecto, uma vez que, embora estejamos tratando de irmãos, fica evidente que os irmãos mais novos não tiveram as mesmas experiências que os irmãos mais velhos. Carlos Guilherme e a irmã Theresa tiveram muito mais convivência com o pai do que os outros irmãos, além disso, Carlos Guilherme, que assume a chefia da família na segunda geração, praticamente conduz o processo educacional dos irmãos após o falecimento do pai.

Ressalta-se que a migração dos membros familiares para o Brasil não significou o abandono completo da terra natal. Embora o projeto migratório da família tenha começado como uma forma de migração em cadeia, que transporta quase toda a família para o país de acolhimento, ocorreu uma transformação no projeto, abrindo a possibilidade de os membros familiares mais enriquecidos, Jacob e Maria Carolina Rheingantz, retornarem com seus filhos para Alemanha, no que pode ser classificado como migração de retorno. Contudo, tal

estratégia foi abruptamente abandonada pela primeira geração, para ser retomada como projeto de vida somente na segunda geração, conquistando novos contornos com a aposentadoria, a necessidade de atendimento médico, a educação da terceira geração familiar, ou seja, transformando a história da migração da família Rheingantz em um tipo singular de sistema migratório que tem como principal característica as referências plurilocais (PRIES, 2010). Nesse sentido, era esperado, no início da pesquisa desta tese, que as referências no país de origem fossem distribuídas entre local e nacional, o que não ocorreu. Quanto à referência local, há uma forte ligação da primeira geração com sua cidade natal, que se tornou mais simbólica nas gerações posteriores. O fator nacional do país de origem é um ponto central de referência transgeracional, mas o aspecto mais importante é a forte ligação da família Rheingantz com a cidade de Hamburgo, cidade que se tornou seu principal espaço social de referência no país de origem. A cidadania adquirida por Ziegenbein foi a porta de entrada para a família Rheingantz na cidade. Para lá, foram enviados os filhos e alguns netos de Jacob Rheingantz, que receberam a educação básica ou intermediária que procuravam.

O projeto de vida da maioria dos familiares também está relacionado às empresas, uma vez que os filhos, ao longo de cada geração aqui abordada, receberam educação como parte de um planejamento que visava atender às demandas dos negócios. O desenho das atividades dos membros familiares mostra um projeto coletivo de ascensão social, que marca a migração de estrangeiros com o mínimo de capital para investir na América. Tal capital não é apenas financeiro, pois o capital social adquirido, ampliado e acessado pelos membros familiares, ao longo do processo migratório, nesta rede imigratória inicial que avaliamos, possibilitou o estabelecimento adequado e uma posição favorável para o grupo familiar de maneira geral. Os resultados foram as boas oportunidades para membros da família em mais de uma geração.



#### 4 Um mundo de novas oportunidades: as relações com os brasileiros

Neste capítulo, pretendemos avaliar as relações estabelecidas entre a família Rheingantz e as elites locais, a partir da construção dos negócios familiares. As elites locais que analisaremos são formadas por políticos e fazendeiros que estão estabelecidos (ELIAS; SCOTSON, 2000) na região sul do Rio Grande do Sul, especialmente nas cidades do eixo Rio Grande-Pelotas. Focamos, mais especificamente, em brasileiros, excluindo grupos da elite imigrante. A intensão do capítulo é identificar o tipo de relações que foram estabelecidas pelos Rheingantz com os membros da elite local durante a construção de seus principais negócios, bem como os anos iniciais ou de desenvolvimento das empresas familiares. Para tanto, dividiremos a análise em duas partes. Na primeira, trataremos da fundação da colônia São Lourenço, que ocorreu em final de 1857 e início de 1858, no quarto distrito de Pelotas, denominado Boqueirão. Já na segunda, abordaremos a fundação da primeira fábrica de Carlos Guilherme Rheingantz, uma tecelagem de lã construída na cidade do Rio Grande, em 1873.

Em termos teóricos, como discutimos anteriormente, o papel dos “locais” no empreendedorismo transmigrante não é central, o que realmente interessa é a “continuação de relações entre imigrantes e seus lugares de origem e como esse tráfego de vai e vem constrói campos sociais complexos que desalinha as fronteiras nacionais” (PORTES; GUARNIZO; HALLER, 2002, p. 279, tradução nossa<sup>127</sup>). Contudo, considerando as condições específicas brasileiras e a leitura histórica do processo de industrialização nacional, a relação entre empreendedores ou industriais imigrantes e famílias das elites locais é suficientemente conhecida (veja, entre outros, DEAN, 1991). Assim, mesmo não sendo aspecto central, é preciso considerar que esse tipo específico de empreendedorismo se configura pelas incorporações múltiplas, ou seja, também recebe influências das sociedades locais em seus diversos níveis. Por esses motivos, nossa hipótese é de que as relações criadas e mantidas pela família pesquisada com as elites locais contribuíram para o desenvolvimento das empresas Rheingantz em sua fase inicial.

Em outro sentido, também pressupomos que o capital social de Jacob Rheingantz foi acionado em diversos momentos para a manutenção das relações com esses grupos locais. Esperamos mostrar ainda que ocorreu um acúmulo desse capital social na primeira geração,

---

<sup>127</sup> Texto original: “*Instead of focusing on traditional concerns about origins of immigrants and their adaptation to receiving societies, this emerging perspective concentrates on the continuing relations between immigrants and their places of origin and how this backand-forth traffic builds complex social fields that straddle national borders*”.

ocorrendo uma transmissão dele para a segunda geração, que também irá acionar o capital social para manter as relações com as elites.

#### 4.1 As relações com os fazendeiros: a terra como nova oportunidade

Pelotas, 30 de outubro de 1855. O vereador pelotense Domingos José de Almeida respondia a Rheingantz que havia um grande terreno devoluto na Serra dos Tapes, com capacidade para a instalação de mais de 500 famílias e com ampla facilidade de transporte pela Laguna dos Patos, um perfeito lugar para a instalação de uma colônia agrícola. No entanto, a parte que mais nos interessa é o final da correspondência: “*contando [Rheingantz] como deve contar com o franco e leal apoio do Exmo. Sr. Presidente da Província e comigo [Domingos de Almeida] para tudo o mais em que ver espera ser prestável*”.<sup>128</sup> Essa carta pode ser a pista para o principal acordo que Rheingantz efetivou para tirar do papel a sua colônia, projeto que havia começado a desenvolver na segunda metade do século XIX. Rheingantz precisava de apoio, mais especificamente, do apoio “certo”, o que significa dizer que ele precisava do apoio de um político que realmente influenciasse as autoridades e as grandes capitalistas nacionais a investirem em um projeto colonial de grande porte. Além disso, o empresário estava lidando com um assunto que requeria cautela, uma vez que negócios envolvendo terra e propriedades agrícolas dessa magnitude chamavam a atenção de muitos políticos e estancieiros no sul da província. Domingos de Almeida era, sem dúvida, um dos políticos mais respeitados do Rio Grande do Sul, além de conhecer muito bem a região sul da então província.<sup>129</sup>

Entre 1855 e 1856, coincidentemente no mesmo momento em que Ziegenbein deixou o Brasil para se estabelecer em Hamburgo, Rheingantz começou a construir a *Colônia São Lourenço*. Esse empreendimento estaria alicerçado em três tipos de alianças que garantiriam seu funcionamento: a primeira, era formada pela família Rheingantz, que controlaria e administraria todo o negócio; a segunda, constituída pelos políticos e estancieiros locais, talvez a única forma de garantir a posse ou a compra de terras na região, como veremos; e, por fim, a aliança entre imigrantes alemães estabelecidos ou com interesses comerciais em Rio Grande. A primeira parte dessa grande rede foi tratada no capítulo posterior. Passaremos

---

<sup>128</sup> *Carta de Domingos de Almeida a Jacob Rheingantz, em 30 out. 1855.* Acervo do Museu da Biblioteca Pública de Pelotas.

<sup>129</sup> Sobre a influência política de Domingos de Almeida e suas redes sociais, veja Menegat (2009).

agora a avaliar o perfil e o papel dos integrantes do segundo grupo e como se desenvolveram as relações entre eles. No próximo capítulo, trataremos da última parte dessa rede.

Em dezembro de 1856, Rheingantz garantiu a compra *dos dois primeiros terrenos devolutos* que fariam parte da grande colônia, que somavam oito léguas quadradas.<sup>130</sup> Esse contrato seria renovado cerca de um ano mais tarde, em 18 de dezembro de 1857, como já mencionamos anteriormente. Como está bastante claro nas publicações existentes sobre a história da colônia São Lourenço, o contrato garantiu a compra de dois terrenos devolutos e a importação, via empresa Rheingantz, de até 1.440 colonos, para o prazo de cinco anos. Rheingantz ainda pagaria um pequeno valor para cada braça quadrada desses mesmos terrenos. Todavia, conforme o relatório do governo para o ano de 1857, Rheingantz também garantiu uma subvenção de sete contos e duzentos mil réis (7:200\$000), além de um auxílio para a medição dos terrenos no valor de um conto, novecentos e vinte mil réis (1:920\$000).<sup>131</sup> Segundo nossas pesquisas, a medição desses terrenos só ocorreria na década de 1870, a partir da erupção de inúmeros conflitos entre a família/empresa Rheingantz e os colonos, causando ou aumentando outros conflitos entre Rheingantz, posseiros e fazendeiros da região.

Esses dois terrenos foram avaliados, ainda em meados de 1856, por Rheingantz, que teria encomendado uma avaliação da área e uma medição da extensão local. Entretanto, essa área no centro da Serra dos Tapes possuía muitos posseiros e invasões, inclusive de estancieiros que agregaram datas de matos<sup>132</sup> aos seus campos. Ao longo dos anos, Rheingantz ampliaria as compras das terras devolutas do governo imperial neste pequeno espaço, conforme pode ser visualizado pelo Quadro 7, que mostra as áreas devolutas compradas do governo e não totalmente colonizadas até a morte de Rheingantz, em 1877. O empresário começaria a comprar terrenos adjacentes por volta de 1858, contudo um dos primeiros terrenos adquiridos nessa região da Serra dos Tapes foi comprado por Ziegenbein

---

<sup>130</sup> Existe uma relativa diferença entre légua quadrada (6.000 m x 6.000 m) e légua de sesmaria (6.600 m x 6.600 m). A maior parte da documentação do período está em léguas de sesmaria, mas as terras compradas por Rheingantz estão em léguas quadradas, quando não em braças quadradas. Isso significa que as terras compradas do governo imperial somariam 28.800 hectares.

<sup>131</sup> Conforme: *Ministério do Império. Relatório do ano de 1857 apresentado a assemblea geral legislativa na 2ª sessão da 10ª legislatura*, p. 65. O relatório pode ser acessado por meio das ferramentas de busca da página da Biblioteca Nacional Digital, na seção da Hemeroteca Digital.

<sup>132</sup> Datas de matos eram concessões de terrenos com mata nativa, bem menores em extensão se comparados às sesmarias, que eram concessões de grandes áreas de campo.

em setembro de 1857, por meio de um procurador chamado Luiz Braga, um advogado de Pelotas, que também atuaria como advogado e representante de Rheingantz.<sup>133</sup>

**Quadro 7 - Áreas adquiridas do Governo Imperial**

Nome	Confrontações	Área (em m <sup>2</sup> )
3º área colonial	Ao norte divide-se com oitava área, ao sul, com a segunda, leste, com décima e terras permutadas com Simão Soares da Silva, oeste, com posses de Pedro e Malaquias Rodrigues de Quevedo e terras compradas de Manoel Caetano da Fonseca.	41.536.300
5º área (Serrito)	Pelo norte, com Picada Sesmaria. Sul, com arroio do Touro e oeste, com Custódio Gonçalves Belchior.	20.590.330
7ª área	Pelo Norte, com prazo colonial n. 13, da Picada Benedito, já pelo sul, com o Arroio Grande. E oeste com herdeiros de Amador da Rosa e Silva.	1.450.044
8º área (Pinheiros)	Ao norte, com terras compradas do Visconde de Piratini, ao sul, com terceira área colonial, [leste], com decima área colonial, e oeste com terras compradas á Manoel Caetano da Fonseca.	13.782.942
10º área (Evaristo)	Norte divide-se com terras de Justino Pereira da Silva e Francisco do Amaral, herdeiros da Fazenda do Salso, dividida pelo Arroio Evaristinho, leste, com Pascoal Pacheco de Miranda e outros herdeiros, sul, com Simão Soares da Silva e oeste com terceira e oitava área colonial.	21.693.815
11º Área (Arroio Grande)	Norte com herdeiros Manoel Lopes de Moraes e herdeiros de Fernando Lopes. Oeste com Bento José Borges e Arroio Santa Barbara e herdeiros de Joaquim Pereira Machado. Ao Sul com João Gomes de Menezes e Josino da Silva Soares, além de posseiros e leste com José Joaquim Picanço e com Arroio Taquaral.	14.563.850 16.892.600

Fonte: *Bens de Raiz*. BRG. Coleção Rheingantz, cx. 3, doc. A/1 até A/5.

\*\*\*

São Lourenço, 7 de fevereiro de 1858. O presidente da província do Rio Grande do Sul, Ângelo Moniz da Silva Ferraz, requereu, por carta, informações sobre a nova colônia recém-fundada. O pedido, contudo, não foi enviado para Rheingantz, mas para José Antônio de Oliveira Guimarães, sócio-estancieiro da colônia. A carta era, assim, política, permeada

<sup>133</sup> Foi adquirida uma data de matos na Serra dos Tapes, com um quarto de légua de frente e meia légua de fundo, entre o Arroio Quilombo e o Arroio dos Pinheirinhos, dividindo-se pelo sul com terras de Antônio José de Azevedo e pelo norte com terrenos devolutos. Cf: *Escreitura de venda que fás Antonio José da Silva Braga e sua mulher Dona Maria das Dores Soares Braga, a Guilherme Ziegenvein, de uma data de mattos na Serra dos Tapes por 500\$000*. APERS. Município de Pelotas. 1º Tabelionato. Livro Notarial de Transmissões/Notas, nº 8, fl. 40v e 41, em 01 set. 1857. Veja também: *Correspondência de Jacob Rheingantz enviada ao Presidente da Província Jerônimo Francisco Coelho, em 20 mai. 1856*. AHRs. Fundo: Imigração, Terras e Colonização. São Lourenço/empresário/diretor/diversos, mc. 72, cx. 37.

dos códigos da época e formas que só podiam ser reconhecidas por políticos bem estabelecidos. Em outro sentido, ela mostra o claro distanciamento entre os avultosos líderes políticos regionais e as lideranças locais. Na correspondência constam 13 tópicos que formavam uma apresentação mais formal e política que a colônia requeria, além de uma breve apresentação e reconhecimento da importância que a atenção da presidência dispensava aos Oliveira Guimarães. José Antônio escrevia ao presidente:

[...] meus sinceros agradecimentos e louvores pela benignidade com que Vossa Excelência desce os degraus da sua alta posição para tratar-me com tanta benevolência. Este ato tão popular abrilhanta a elevada ilustração política de Vossa Excelência e firma no coração rio-grandense as mais belas esperanças na sua sábia administração.<sup>134</sup>

Na sequência de informações sobre a colônia, Oliveira Guimarães mostra que é igualmente fundador da colônia, assim como Rheingantz, além de avaliar que já haviam sido organizados três quartos de légua quadrada no núcleo colonial e que os dois fundadores estavam engajados na obtenção de maiores áreas. Além disso, esclarece que foram entregues pelos dois empresários aos primeiros colonos: mantimentos, ferramentas e alguns animais “necessários”, com carência de até quatro anos para o pagamento dessas subvenções. Neste mesmo artigo, de número 12, o político empresário também alega que os colonos poderiam plantar o que lhes conviesse e que eles teriam liberdade para “*venderem seus produtos a quem melhor lhes pagar*”. Sabemos que esta última parte do artigo apenas revela uma grande armadilha, uma vez que os colonos dependiam de Jacob Rheingantz para vender e transportar seus produtos, pelo menos na primeira década de existência da colônia. Apenas comerciantes já estabelecidos na região tiveram condições de gerir a comercialização da nova produção colonial. Este é mais um motivo que faz a aliança de Oliveira Guimarães com Rheingantz ganhar força neste momento: dividir os lucros comerciais usando a estrutura montada ou já existente administrada pelos dois empresários, no caso, o porto primitivo de São Lourenço, que era de Oliveira Guimarães, e o sistema comercial e de transporte pela Laguna até as maiores cidades da região, parte que pertencia a Rheingantz (BOSENBECKER, 2011).

Oliveira Guimarães tinha, entretanto, seus próprios planos. De posse novamente de parte da *Fazenda do Porto de São Lourenço*, ele tentava agora recuperar o prestígio político da família e, com o loteamento da fazenda e a construção do que viria a ser a futura cidade de

---

<sup>134</sup> Correspondência de José Antônio de Oliveira Guimarães enviada ao Presidente da Província Angelo Moniz da Silva Ferraz, em 20 fev. 1858. AHRN. Fundo: Imigração, Terras e Colonização. São Lourenço/empresário/diretor/diversos, mç. 72, cx. 37.

São Lourenço do Sul, recuperar o saldo financeiro, esfacelado quase uma década antes.<sup>135</sup> Rheingantz talvez estivesse ajudando substancialmente nesta reforma da imagem do estancieiro. É muito provável que Rheingantz e Oliveira Guimarães tenham se aliado pelas mãos de Domingos de Almeida, uma vez que o vereador pelotense, além de ser um padrinho político para Oliveira Guimarães, havia sido o seu tutor legal, antes de sua independência jurídica, obtida em 1851, e, possivelmente, também desejasse a melhora da posição dos Oliveira Guimarães. Em vários momentos, Domingos de Almeida aparece na história de José Antônio, seja apoiando-o, seja intervindo em suas decisões equivocadas. Resumidamente, tentaremos tratar um pouco das questões que envolvem a família Oliveira Guimarães em São Lourenço, por dois motivos. Primeiramente, porque, para entender a instalação dos Rheingantz na região e a construção da colônia, é preciso compreender os significados das relações estabelecidas com os grupos locais, e, conseqüentemente, as disputas pela *terra*. Além do mais, respeitar as hierarquias políticas locais era um jogo que Rheingantz tinha aprendido a jogar, em especial porque “a reprodução do capital social pressupõe um esforço incessante de sociabilidade, uma série contínua de trocas em que o reconhecimento é infinitamente afirmado e reafirmado” (BOURDIEU, 1997, p. 52, tradução nossa<sup>136</sup>).

Em segundo lugar, porque a instalação da colônia e da família Rheingantz nessa região teve o efeito de uma grande explosão no sistema agrário do litoral sul do Rio Grande do Sul. Entre as conseqüências da chegada de Jacob Rheingantz e da renovação comercial das terras locais, estão o acirramento de antigos conflitos e a criação de novos conflitos pela terra. Os estilhaços dessa explosão saltaram diretamente em Oliveira Guimarães, o que provavelmente motivou o rompimento entre os dois empresários alguns anos depois. Sem José Antônio de Oliveira Guimarães ou um nome importante na hierarquia política e social local, a instalação da colônia seria, provavelmente, impossível. Os dois terrenos adquiridos do governo imperial, como mostrado em Bosenbecker (2011), estavam cercados de estâncias e de posseiros, no centro da Serra dos Tapes. Havia uma primitiva estrada que conduzia os viajantes dos campos de São Lourenço até a freguesia de Canguçu, passando pela localidade de Quevedos, cortando parte do que seria a colônia. Foi necessário, entretanto, comprar alguns terrenos adjacentes, tanto para dar acesso à colônia, como para garantir novas áreas de colonização. É aqui que Oliveira Guimarães foi fundamental, embora enfrentar tais o

---

<sup>135</sup> *Inventário de Theresa da Silva Santos Oliveira e Inácio José de Oliveira Guimarães*. APERS. Comarca de Pelotas. Processo de inventário n. 310, 1849, cx. 006.0398.

<sup>136</sup> Texto original: “*The reproduction of social capital presupposes an unceasing effort of sociability, a continuous series of exchanges in which recognition is endlessly affirmed and reaffirmed*”.

problemas desgastasse a sua relação com os demais membros de sua família.<sup>137</sup> A primeira atitude foi garantir a efetiva posse de terrenos que ficariam justamente entre a área adquirida para a fundação da colônia e os campos de São Lourenço, incluindo áreas que pertenciam a Oliveira Guimarães e serviam como um caminho primitivo entre o porto nas margens do Arroio São Lourenço e a colônia.

José Antônio possuía uma parte da *Fazenda do Porto de São Lourenço*, deixada como herança por sua mãe.<sup>138</sup> Seu pai, por sua vez, foi um dos mais ricos estancieiros da localidade e um dos mais importantes farroupilhas da região, mas, devido às dívidas elevadas, acabou dividindo o patrimônio de seu primeiro casamento, do qual José Antônio era o único herdeiro vivo, entre o filho e os credores. O problema é que o pai de José Antônio, chamado Inácio José, escolheu a quais credores iria pagar, com quais objetos e quais os credores que de nenhuma maneira receberiam terras como pagamento.<sup>139</sup> Entre os credores que ficariam para trás, estava o padrinho e tio de José Antônio, Francisco Vieira Braga. A relação entre os Vieira Braga e os Oliveira Guimarães, ao que tudo indica, não era das mais amistosas, pois, apesar de inúmeros laços entre eles, a confiança já não fazia parte das relações há muito tempo e provavelmente havia sido destruída durante a Guerra dos Farrapos (1835-1845), quando as duas famílias ficaram em lados opostos.

Resumidamente, Inácio José fez tudo o que pode, valendo-se de uma complexa rede de relações com advogados, avaliadores judiciais, entre outras pessoas, para evitar que alguns credores recebessem partes de terra, escolhendo a sogra e a própria mãe, a quem devia a fortuna de cinquenta contos de réis (50:000\$000) em 1850, para receberem a maior parte da dívida entre quinhões das duas estâncias que tinha. Assim, a *Fazenda do Porto de São Lourenço* seria dividida em três partes: duas léguas de terra ficaram com Inácio José; uma légua e metade das benfeitorias, com José Antônio, que só as receberia a herança depois da maioridade; e meia légua de campo e a outra metade das benfeitorias para a sogra, dona Ana Joaquina da Silva Santos. Ao repassar boa parte da *Estância do Salso*, que teria quatro léguas de campo, juntamente com os animais que lhe pertenciam, para sua própria mãe, Inácio José garantiu que a terra ficasse na família, já que seus próprios filhos, do primeiro e do segundo casamento, eram os únicos herdeiros da avó. Quando Francisco Vieira Braga percebeu que

---

<sup>137</sup> A formação das estâncias e dos rebanhos de gado no Rio Grande do Sul foi estudada por Osório (2007). A autora também trata dos antepassados de José Antônio de Oliveira Guimarães, portugueses, comerciantes que começaram a vida profissional no Rio de Janeiro, adquirindo terras e estabelecendo-se como estancieiros no Rio Grande do Sul (OSÓRIO, 2007, p. 295).

<sup>138</sup> As informações a seguir são oriundas de: *Inventário de Theresa da Silva Santos Oliveira e Inácio José de Oliveira Guimarães*. APERS. Comarca de Pelotas. Processo de inventário n. 310, 1849, cx. 006.0398.

<sup>139</sup> Eu avaliei essas questões com maior profundidade em um texto intitulado “Terra, riqueza e guerra: a trajetória da família Oliveira Guimarães no Rio Grande do Sul (1796-1857)”, ainda sem previsão para publicação.

não teria terras como pagamento da dívida (pelas suas investidas, ficou claro que desejava receber terras como pagamento), ele entrou com um embargo no inventário, mas, como já havia sentença, foi realizado um processo apartado, como parte de uma artimanha jurídica, que possivelmente foi proposital para ajudar Inácio José. A sentença garantiu a partilha, de modo que terceiros não poderiam prejudicar os interesses dos herdeiros. Assim, apenas Inácio José arcaria com as dívidas, salvando o patrimônio dos descendentes. O processo durou mais de um ano nas estâncias superiores e, quando seu resultado chegou, Inácio José já havia falecido, outros credores conseguindo penhorar os bens que haviam sido partilhados para Inácio e José Antônio havia sido emancipado civilmente e, assim, assumiu a responsabilidade de cuidar da família.

Como pagamento por uma dívida de mais de vinte contos de réis (20:000\$000), Vieira Braga conseguiu apenas receber uma data de matos no valor de seiscentos mil réis (600\$000), contínua à Estância do Salso (não ficou claro se, além dessa data, o credor recebeu outros tipos de bens). Essa data seria vendida a Rheingantz em outubro de 1858. Em dezembro de 1857, dona Anna Joaquina da Silva Santos doou ao neto e afiliado José Antônio a metade das benfeitorias e da légua de campo que recebera na *Fazenda do Porto de São Lourenço*, reconstruindo parte do patrimônio de José Antônio e mostrando a Vieira Braga que não havia ficado satisfeita com suas investidas contra os Oliveira Guimarães. Em setembro de 1857, José Antônio começou as medições de datas de matos que possuía ou havia comprado para compor a colônia, invadindo terras de seu outro tio materno, chamado Antônio Francisco dos Santos Abreu. Dessa forma, disputou terras com os dois tios maternos que tinha. Santos Abreu entrou na justiça contra as medições realizadas por José Antônio, mas, por influência de Domingos de Almeida, acabou cedendo ao sobrinho partes das terras que equivocadamente



havia tomado. Rheingantz também compraria partes de datos de matos de Santos Abreu, provavelmente com intermediação de José Antônio.<sup>140</sup>

Como podemos observar, ocorreram grandes movimentações entre os principais proprietários de terra da região, especialmente devido às investidas de Oliveira Guimarães para compor a colônia. Devido à realização do inventário de Jacob Rheingantz<sup>141</sup>, em 1877, consta que ele havia adquirido alguns títulos da herança de José da Costa Santos e de Anna Joaquina da Silva Santos, comprados de José Antônio de Oliveira Guimarães e de Antônio Francisco dos Santos Abreu. Entretanto, não temos como precisar como ocorreu o acerto entre Oliveira Guimarães e Rheingantz, porque provavelmente foi por meio de contrato particular, prática muito comum na família Rheingantz. Confirma, no Quadro 8, os dados sobre esses terrenos.

**Quadro 8 - Negociações de terras que envolveram Oliveira Guimarães**

<b>Tipo</b>	<b>Extensão</b>	<b>Concessão inicial</b>	<b>Divisas</b>
Sesmaria	Meia légua de frente e duas de fundo	Concedida em 1815, para José da Costa Santos (avô de José Antônio de Oliveira Guimarães)	Sul com José Antônio de Oliveira Guimarães, leste com Jacinto E. M. Furtado, oeste José Ribeiro e norte, terras devolutas.
Data	Mil braças de frente e 1.600 braças de fundo	Em 1821, para Anna Joaquina da Silva Santos (avó de José Ant. Oliveira Guimarães).	Noroeste com José da Costa Santos, sudoeste com vertente que divide as terras de Dona Anna e desagua no Arroio Grande, dividindo a Serra, e com marcas da Fazenda São Lourenço.
Data	Um quarto de	Em 1824, concedida	Leste com arroio que divide da

<sup>140</sup> *Scriptura de venda que fazem o Coronel Francisco Vieira Braga e sua mulher Dona Anna da Silva Santos Braga de umas terras com matos na serra dos Tapes a Jacob Rheingantz, por 2:000\$000.* APERS. Município de Pelotas. 1º Tabelionato. Livro Notarial de Transmissões/Notas, nº 8, fl. 48 e 48v, em 10 jul. 1858; *Scriptura de doação intra vivos, que faz Dona Anna Joaquina da Silva Santos a seu neto José Antonio de Oliveira Guimarães de metade de sua casa terrea e pomar, metade da Olaria, metade de dois armazens, duas mangueiras e uma legoa de campo tudo no porto de São Lourenço, no valor de 11:240\$000 reis, como abaixo se declara.* APERS. Município de Rio Grande. 2º Tabelionato. Livro Notarial de Transmissões/Notas, nº 25, fl. 1 e 1v, em 10 dez. 1857; *Scriptura de cessão, e amigavel composição que fazem Antonio Francisco dos Santos Abreu, sua senhora Dona Perpetua da Silva Santos Abreu, a José Antonio de Oliveira Guimarães sobre limites de terras no Districto do Boqueirão.* APERS. Município de Pelotas. 1º Tabelionato. Livro Notarial de Transmissões/Notas, nº 8, fl. 59 e 59v, em 29 abr. 1859; *Scriptura de venda de huma porção de terras e matos sitas na Serra dos Tapes no Districto do Boqueirão contendo trez milhões e meia de braças quadras superficiaes, as quaes figuram fora da medição feita pelo Piloto José Maria Ribas, e de huma parte em huma data que existe no salso, que fazem Antonio Francisco dos Santos Abreu e sua mulher Dona Perpetua dos Santos Abreu por seu procurador o Doutor Amaro José Avila da Silva á Jacob Rheingantz pela quantia de dous contos de reis moeda corrente, como abaixo se declara.* APERS. Município de Pelotas. 1º Tabelionato. Livro Notarial de Transmissões/Notas, nº 8, fl. 69v e 70, em 29 set. 1859.

<sup>141</sup> Como já mencionamos anteriormente, não foi possível localizar o inventário de Rheingantz, apenas encontramos algumas cópias de documentos que remetem ao processo judicial do inventário ou que tiveram cópias anexadas ao inventário, como títulos de propriedade, por exemplo. Veja: BRG. Coleção Rheingantz, cx. 3. *Bens de Raiz*, doc. A/1 até A/5 e *Títulos de propriedades, posse já vendida á colonos, posse por dividir*, doc. A/132 até A/136.

	légua de frente e meia légua de fundo	a Graciana Maria de Jesus.	data de João Medeiros, norte a leste com a serra dos tapes e pelo sul com Ignácio José de Medeiros.
Data	Um quarto de légua quadrada	Em 1823, para João Pinto.	Pelo sul com José Pinto de Carvalho e pelo norte com matos devolutos.
Data	Rincão cumprido	Não consta informação	Não consta informação, mas integrava partes que foram compradas por José da Costa Santos.

Fonte: *Bens de Raiz*. BRG. Coleção Rheingantz, cx. 3, doc. A/1 até A/5.

Oliveira Guimarães também se envolveu em outra etapa do processo de colonização. Ele foi o responsável por passar uma das primeiras escrituras de compra e venda de um lote colonial a um dos imigrantes assentados em São Lourenço. Em 1863, J. H. H. Nebel, um dos primeiros imigrantes que chegou à colônia, recebeu a escritura de seu lote, comprado em 31 de março de 1858. Conforme o registro, Nebel recebeu a escritura após pagar ao empresário estancieiro a quantia de quatrocentos mil réis (400\$000).<sup>142</sup> Por sua vez, Rheingantz começaria a entregar as escrituras de compra e venda dos lotes coloniais aos colonos somente em 1869, após intervenção do governo provincial, que atendeu a essa reivindicação dos colonos durante a revolta do Natal de 1867 em São Lourenço. Autoridades provinciais organizaram a regularização dos lotes e exigiram de Rheingantz as escrituras, passadas no cartório da freguesia do Boqueirão, próximo à colônia.<sup>143</sup> Embora, nos referidos livros de notas do tabelionato, existam escrituras com nomes de imigrantes, esses não podem ser caracterizados como colonos, exceto Nebel, que foi o único colono que recebeu escritura no ato do pagamento da terra. Rheingantz, no entanto, retardou em uma década a regularização dos lotes. O ato de Oliveira Guimarães de entregar a escritura, considerando que o diretor colonial e responsável pela regularização era Rheingantz, pode ter ocasionado um novo conflito entre os sócios. O contrato entre os dois empresários tinha duração de cinco anos, terminando exatamente em 1863, mas o desgaste e os problemas relacionados às terras podem ter contribuído para o fim da amizade e a não renovação do negócio.

<sup>142</sup> *Escritura de venda de uma colônia, número dois, com cem mil braças quadradas de superfície, que faz o Capitão José Antonio de Oliveira Guimarães pela quantia de 400 mil réis*. APERS. Município de Pelotas. Tabelionato do 4º distrito (Boqueirão). Livro Notarial de Transmissões/Notas, nº 1, fl. 57, em 19 nov. 1863.

<sup>143</sup> APERS. Município de Pelotas. Tabelionato do 4º distrito (Boqueirão). Livro Notarial de Transmissões/Notas, nº 1 ao 18 (1857-1889). O primeiro livro de notas compreende o período de janeiro de 1857 até janeiro de 1867 e há apenas uma escritura de venda de lote colonial lavrada. Já o livro segundo, de 1867 até 1870, tem várias escrituras, que começaram a ser entregues em meados de 1869. O terceiro livro, por seu turno, compreende o período de janeiro de 1870 até março de 1870, continuando no quarto até 1871, todos com grande volume de escrituras de lotes coloniais lavradas. O livro quinto vai de 1871 até 1874, parecendo normalizar o volume das escrituras relativas aos lotes. Portanto, as escrituras para quase todos os colonos foram lavradas especialmente entre meados de 1869 e o ano de 1872.

As relações estabelecidas por Jacob Rheingantz com políticos, fazendeiros e comerciantes locais, enfim, com as elites locais, foram importantes para a construção e a manutenção da colônia. Não apenas as alianças e os contratos firmados, mas também a inserção de pessoas na rede de relações mais íntima da família contribuiu para o desenvolvimento dos empreendimentos e garantiu boas oportunidades, como a compra de terras em locais extremamente privilegiados, uma vez que, sem o contato e o esforço de Oliveira Guimarães, seria pouco provável a aquisição de faixas de terras contínuas naquela região. Por outro lado, as alianças com os fazendeiros proporcionaram a introdução da família no local onde seria instalada a colônia e abriram oportunidades novas, neste caso, a aquisição de novas terras e a relação com um novo conjunto de indivíduos, mesmo considerando que nem sempre tais relações fossem pacíficas.

As alterações provocadas nas sociedades de destino não são questões centrais das teorias aqui utilizadas, como já referimos anteriormente. Também são pouco avaliadas as participações dos “locais” nas redes imigrantes, ou, dito de outra forma, o modo como os encontros entre moradores locais e imigrantes ocorriam. Uma das críticas à teoria de redes nos estudos migratórios é oriunda do grupo de Ivan Light, que mostra que as pesquisas têm negligenciado o papel de redes imigrantes em criar a chamada economia imigrante (LIGHT; GOLD, 2000), uma vez que a introdução de imigrantes e de suas redes em uma sociedade de acolhimento modifica a economia existente nessa localidade (LIGHT; BHACHU; KARAGEORGIS, 2009, p. 37). Light, Bhachu e Karageorgis (2009) estão avaliando situações nas quais os “locais” também ganham benefícios com as redes imigrantes, em casos específicos, como, por exemplo, a construção de novas moradias em determinada cidade para atender às novas demandas criadas pela imigração. Assim, os dados que apresentamos demonstram que os locais também podem obter lucros ou ganhos com investimentos imigrantes nas economias de destino, como é o caso do comércio de terras proporcionado pela instalação da colônia no referido distrito de Pelotas. Todavia, a ideia de uma economia imigrante não contempla todo o conjunto que desenhamos, pois é preciso considerar que Rheingantz ganhou experiência política e manteve relações com grupos influentes economicamente, aliando-se a eles e mantendo negócios de amplo escopo. Nesse sentido, o conceito de incorporações múltiplas (PRIES, 2010) pode contribuir para a análise.

Assim, partindo de um processo social aberto de interação econômica, política e social em nível local na região de chegada (as relações com a região de origem serão tratadas no próximo capítulo), temos a incorporação de alguns aspectos importantes para os negócios e a vida cotidiana da família Rheingantz. Primeiramente, foi aberto um grande negócio no

Brasil, o que ocasionou a migração de boa parte da família para ajudar no novo empreendimento. Logo após, constatamos que as relações com os fazendeiros foram ampliadas, garantindo recursos financeiros e a compra de terras para ampliação da colônia. Em um terceiro momento, houve um processo de regularização de terras, o que perpassa a construção de um diálogo com lideranças locais e regionais. Desse modo, podemos dizer que, em nível político, houve uma forte incorporação nos âmbitos locais e regionais no país de chegada.

A ampliação das relações da família Rheingantz com fazendeiros pode ter auxiliado nos negócios em vários sentidos: melhorar as relações políticas, ajudar na regularização das terras e contribuir para ampliar o negócio, com novas compras de terras. Entretanto, isso não quer dizer que esse processo foi plenamente livre de conflitos. Ao longo do tempo, Rheingantz comprou e até permutou terras com vários outros estancieiros da região, como pode ser visto no Quadro 9, que mostra as áreas compradas e não totalmente colonizadas em 1877, ano do falecimento do empresário. Esse grupo de terras está localizado ao norte, ao sul e ao oeste das primeiras concessões que criaram a colônia, já que para leste ficavam os campos das fazendas de São Lourenço, ou seja, as terras de Oliveira Guimarães e seus familiares. Boa parte dessas datas havia sido concedida entre 1815 e 1825 e seus proprietários possuíam outras datas ou fazendas nas redondezas. Claramente, aqui tratamos daquelas datas que já haviam sido regularizadas, mas as investidas dos empresários coloniais eram mais amplas, incluindo posseiros e demais moradores da Serra dos Tapes, sem terras legalizadas, como mostra a decisão do Ministério da Agricultura de janeiro de 1863, na qual ordenava que medições na região não beneficiassem terceiros naquelas terras que tinham sido concedidas a Rheingantz, mas que já haviam sido ocupadas por moradores não regularizados, conforme já evidenciamos neste capítulo.<sup>144</sup>

**Quadro 9 - Outras áreas adquiridas e não totalmente colonizadas até 1877**

<b>Descrição e localização</b>	<b>Compradas de</b>	<b>Divisas</b>	<b>Área (em m<sup>2</sup>)</b>
Duas datas de matos em Pinheiros	Visconde de Piratini	Divide com terrenos comprados de Manoel Caetano da Fonseca a oeste	20.328.00
Uma data de matos em Pinheiros	Manoel Caetano da Fonseca	A leste com aquelas compradas do visconde de Piratini.	5.189.763

<sup>144</sup> A decisão também previa indenização a Rheingantz caso os juízes locais já tivessem medido e regularizado datas para posseiros em terrenos que tinham sido concedidos pelo Governo Imperial para a colônia. Cf.: BRASIL. Ministério da Agricultura, Comércio e Obras Públicas. Decisão nº 27, de 21 jan. 1863.

Uma data de matos em Quevedos	Francisca Maria de Jesus <sup>145</sup>	A leste com a Colônia e herdeiros de Reginaldo Claro da Cunha.	10.164.000
Uma data de matos	Israel Dias da Silveira e João Pinto Luiz	A oeste com arroio Taquaral e leste com a Colônia.	5.885.633
Uma data de matos no Taquaral	Herdeiros de Amador e Felisbina da Rosa e Silva	Norte com as terras compradas de Israel Dias da Silveira e João Pinto Luiz e a leste com a sétima área da colônia.	10.164.00
Uma data de terras	Antônio Rodrigues de Quevedo e Antônio Vieira de Brito <sup>146</sup>	Norte com Salvador Coreia da Silva e Francisco Lemes de Andrade e com a Colônia. Pelo leste com a Colônia. Sul com a Colônia e herdeiros de Felício Soares da Silva, já a oeste com as posses abandonadas dos herdeiros de Francisco Correia da Silva, com Salvador Correia da Silva, com Augusto Blank e Francisco Lemos de Andrade.	SI
Uma data de terras	Joaquim Antônio Barcelos <sup>147</sup>	Sul, com Felisberto José da Cunha e com Dr. Antônio José Gonçalves Chaves e irmãos.	SI
Uma data	Manoel Mathias da Terra Velho <sup>148</sup>	Norte com herdeiros de José Joaquim Picanço, dividindo-se pelo arroio Quilombo; leste com Colônia; sul com Arroio Pimenta e colônia, oeste com terras <i>que alega propriedade</i> Felisberto de Souza e Oliveira.	SI

<sup>145</sup> Provavelmente trata-se de: *Escritura de venda que faz Dona Francisca Maria de Jesus de uma data de matos no Cantão dos Quevedos, pela quantia de quinhentos mil reis a Jacob Rheingantz*. APERS. Município de Pelotas. Tabelionato do 4º distrito (Boqueirão). Livro Notarial de Transmissões/Notas, nº 2, fl. 14, em 02 jun. 1868.

<sup>146</sup> *Escritura de venda de huma data de terras e matos situada na serra dos Tapes, quarto districto d'este termo no lugar denominado Quevedos, com mil e duzentos braças de frente e mil e quinhentos de fundos, formando huma figura irregular, que faz Antonio Vieira de Brito Junior por si, e como procurador de sua mulher Dona Mauricia Rodrigues da Luz, a Jacob Rheingantz, pela quantia de trez contos de reis moeda corrente, como abaixo se declara*. In: APERS. Município de Pelotas. 1º Tabelionato. Livro Notarial de Transmissões/Notas, nº 12, fl. 148v e 149.

<sup>147</sup> *Escritura de venda de huma data de matos e terras na serra dos Tappes do outro lado do arroio de Pelotas com mil e quinhentas braças de fundo pouco mais ou menos, e mil quatro centos de frente ao sul, que fazem Joaquim Antônio Barcellos e sua mulher Marcolina Chaves Barcellos a Jacob Rheingantz da quantia de quatro contos de reis moeda corrente, como abaixo se declara*. APERS. Município de Pelotas. 1º Tabelionato. Livro Notarial de Transmissões/Notas, nº 12, fl. 133v e seguintes, em 11 jul. 1870. A data havia sido concedida em 1821 a dona Marcolina Chaves Barcellos.

<sup>148</sup> *Escritura de venda de huma data de terras e matos com sete centas e cincoenta braças de frente e mil e quinhentas de fundos, situada na serra dos Tapes, no lugar denominado arroio da Pimenta, que fazem Manoel Mathias da Terra Velho e sua mulher Dona Clara Virginia de Campos Belho por seu procurador Miguel de Souza Monteiro, a Jacob Rheingantz, pela quantia de hum conto oito centos e oitenta mil reis moeda corrente, como abaixo se declara*. APERS. Município de Pelotas. 1º Tabelionato. Livro Notarial de Transmissões/Notas, nº 13, fl. 43v e 44, em 19 dez. 1870.

Uma data	Antônio de Campos Jr.	Norte e oeste com Simão Soares da Silva; sul e leste com Colônia.	SI
Uma data de terras	de João de Medeiros, João Pinto, Graciana e João Pinto de Carvalho	Norte com a colônia, sul com Dr. Francisco Vieira Braga e posse de João Lopes Machado, leste com a Sesmaria que foi de José da Costa Santos, hoje pertencente ao predito proprietário desse título, e oeste com a Colônia.	SI
Uma data	Felisberto Ignácio da Cunha <sup>149</sup>	Norte com o Arroio Grande, sul com o Arroio Pimenta, com Colônia e com os herdeiros de Luiz Antônio Lopes e com Joaquina Lopes de Oliveira, leste com Custodio Gonçalves Belchior e oeste com Colônia.	SI
Uma data		Norte com colônia, sul com o Arroio Grande, oeste com terras devolutas, dividindo-se pelo arroio Taquaral e leste com terras devolutas e sétima área da colônia.	SI

Fonte: *Bens de Raiz e Títulos de propriedades, posse já vendida á colonos, posse por dividir*. BRG. Coleção Rheingantz, cx. 3, doc. A/1 até A/5 e A/132 até A/136.

O Quadro 9, entretanto, não apresenta áreas que já haviam sido totalmente ocupadas. Um dos exemplos mais interessantes da forte atuação de Rheingantz na região foi a aquisição de praticamente uma sesmaria inteira. Conforme pode ser visto na Tabela 1, Rheingantz comprou, entre 1858 e 1865, as heranças de vários descendentes do sesmeiro Inácio Ribeiro Leite, um dos primeiros a se instalar na freguesia. Rheingantz adquiriu o equivalente a 77% da sesmaria, excetuando apenas as partes que foram partilhadas com os dois filhos mais novos do sesmeiro, partes, aliás, bem menores em extensão. O maior quinhão adquirido de um herdeiro foi o recebido pela nora do sesmeiro, Theresa Maria Angélica de Jesus, que possuía o equivalente a 32% da propriedade. Contudo, o maior valor pelas terras foi pago ao negociante Major Manoel Jacinto Dias, que havia recebido dois quinhões de terra, que equivaliam a 12,3% da sesmaria, por conta de uma dívida da herdeira.<sup>150</sup>

<sup>149</sup> *Escritura de venda de hum pedaço de terras na serra dos Tapes com huma extensão de seis centos e doze mil novecentas e cincoenta braças quadradas que faz Felisberto Ignácio da Cunha como tutor de sues filhos menores Ernestina, Herminia e Felisberto, autorizado pelo respectivo alvará a Jacob Rheingantz pela quantia de um conto de reis*. APERS. Município de Pelotas. 1º Tabelionato. Livro Notarial de Transmissões/Notas, nº 14, fl. 25, em 07 mar. 1872.

<sup>150</sup> APERS. Comarca de Pelotas. 2º Cartório do Cível. Processo Judicial/Medição nº 634, 1867, cx. 006.0047.

Tabela 1 - Compras realizadas da Sesmaria dos Potreiros

Vendedor (a)	Extensão	Valor da compra	Data
Major Manoel Jacinto Dias <sup>151</sup> (receberam as terras de uma filha do sesmeiro por execução de uma dívida)	2 quinhões de terra (estima-se que seria 12,3% da área total da sesmaria)	700 mil réis	1858
Rita e Christina Ribeiro Leite (netas do sesmeiro)	50 mil braças quadradas	28 mil réis	1858
Francisca Maria da Conceição (nora)	400 mil braças quadradas	200 mil réis	1860
Euzébio Alves das Neves (neto)	170 mil braças quadrada em 3 partes (2 partes compradas de outros herdeiros)	88.900 mil réis	1860
Carlos Ribeiro Leite	200 mil braças quadradas	100 mil réis	1861
Theresa Maria angélica de Jesus (como tutora dos cinco filhos)	350 mil braças quadradas	170 mil réis	1861
Theresa Maria Angélica de Jesus (nora)	500 mil braças quadradas	200 mil réis	1865
Cypriano José da Silva (neto)	45 braças de frente e 2 léguas de fundo	100 mil réis	1862
Candido Alves das Neves (neto)	15 braças de frente e 100 de fundo	25 mil réis	1865

Fonte: APERS. Comarca de Pelotas. 2º Cartório do Cível. Processo de Medição nº 634, 1867, cx. 006.0047, autor Jacob Rheingantz, notificado Israel Alves das Neves e outros.

Após finalizar as compras, Rheingantz mandou medir a sesmaria. Feitos os trabalhos de medições e cumpridas as burocracias legais, foi dada sentença confirmando a medição em 4 de setembro de 1868. Pouco tempo depois, o vizinho da sesmaria, coronel Francisco Vieira Braga, já mencionado neste capítulo, embargou a medição, alegando que uma pequena parte entre a sua propriedade, chamada *Fazenda do Arroio Grande*, e a *Sesmaria dos Potreiros* foi medida e demarcada erroneamente, favorecendo Rheingantz. De forma bastante resumida, pode-se dizer que havia uma imprecisão nas cartas de concessão das duas propriedades sobre qual seria a divisa entre elas.<sup>152</sup> A disputa judicial entre Vieira Braga e Rheingantz estendeu-se até 1875, com decisão favorável à família Vieira Braga (Francisco já havia falecido). O juiz ainda condenou Rheingantz ao pagamento das custas do processo, pouco mais de duzentos e vinte e três mil réis (223\$000). Ao ser notificado, o empresário agiu grosseiramente com o oficial de justiça, alegando que não pagaria custa alguma e que faria “o que quisesse”. Irritado

<sup>151</sup> *Scriptura de venda que fás o Major Manoel Jacintho Dias e sua mulher Dona Felicidade Soares Dias a Jacob Rheingantz de uns mattos e terras na Serra, Distrito do Boqueirão por 700\$000.* APERS. Município de Pelotas. 1º Tabelionato. Livro Notarial de Transmissões/Notas, nº 8, fl. 52 e 52v.

<sup>152</sup> O Arroio Passo dos Carros foi tomado como divisa entre as propriedades e por ele correu a corda da medição, mas o limite, para Vieira Braga, seria o Arroio da Divisa ou do Salso, que passou a ser chamado de Bom Jesus pelos colonos, mesmo nome da picada, e que se localizava mais a oeste da medição, para dentro da parte que Rheingantz havia adquirido. Conforme: APERS. Comarca de Pelotas. 2º Cartório do Cível. Processo de Medição nº 634, 1867, cx. 006.0047, especialmente, os embargos, p. 167 e seguintes.

com a resposta, o juiz mandou penhorar os bens de Jacob Rheingantz, no valor das custas, o que foi realizado em 25 de novembro de 1875, quando a casa sede da colônia foi medida e oficialmente penhorada. Não há mais informações sobre o que aconteceu depois dessa confusão.

Rheingantz e a família Vieira Braga tiveram uma relação bastante conturbada no início da década de 1870. Mesmo com o processo na justiça, Rheingantz parece ter continuado a colonizar a área em disputa, enfurecendo o coronel Francisco Vieira Braga. Um mês após a sentença favorável aos Vieira Braga, os colonos que, ao que tudo indica, já estavam assentados na área em disputa, receberam às escrituras dos herdeiros do coronel, que faleceu antes do resultado final do processo judicial.<sup>153</sup> Aliás, Rheingantz manteve uma crescente de relações conturbadas com fazendeiros e posseiros na região da Serra dos Tapes e, embora contasse com apoio do governo provincial e poucas, mas precisas, alianças políticas, acabou por fazer grandes inimizades na região.

\*\*\*

Arredores da colônia São Lourenço, abril de 1868. Nas redondezas da colônia, três homens armados atiraram contra Jacob Rheingantz, que escapou sem arranhões dessa tentativa de assassinato. Em 19 de abril, contudo, as notícias de que o empresário teria sido assassinado chegaram a Rio Grande.<sup>154</sup> Por que alguém tentava assassinar o empresário não é uma pergunta difícil de responder. Rheingantz tinha muitas inimizades com proprietários de terras na região e, nesta época, também com colonos. Expulso de São Lourenço em dezembro de 1867, após uma grande revolta dos imigrantes, Rheingantz, segundo o jornal que consultamos, teria decidido voltar para a casa da família na colônia. A pergunta mais instigadora talvez seja: o que Rheingantz estava bisbilhotando ao caminhar escondido pelos matos nos arredores da própria colônia? Esta resposta não é simples e requer um esforço para entender as novas posições que a família ocupava, o que perpassa a análise da sua relação com os imigrantes e com o Estado.

Como mostramos, o comércio de terras e o comércio de produtos coloniais eram parte de um novo mundo de oportunidades. No entanto, no Brasil, o comércio da terra era um

---

<sup>153</sup> Encontramos quatro escrituras lançadas em 21 jul. 1875, nas quais a família Vieira Braga vendeu áreas a leste do Arroio Bom Jesus, local que tinha sido disputado na medição, para os colonos Alberto Scheunemann, Carl Lukow, Alberto Barz ou Bartz e Henrique Barz. Cf. APERS. Município de Pelotas. 1º Tabelionato. Livro Notarial de Transmissões/Notas, nº 15, fl. 62 a 64v.

<sup>154</sup> BRG. *O Commercial*, Rio Grande, ano XII, nº 89, p. 1, 20/21 abr.1868.



negócio novo, em contraste com o privilégio das antigas concessões. Lidar com fazendeiros e posseiros não representava exatamente um conjunto de relações pacíficas, como mostramos. Outro processo complicado era a regularização das terras da colônia. Essa regularização somente iria começar após uma grande revolta de colonos,<sup>155</sup> que eclodiu nas vésperas do Natal de 1867, quando cerca de dois terços dos colonos de São Lourenço se reuniram na casa do empresário para cobrar melhores procedimentos de Rheingantz, especialmente nas questões que envolviam a regularização das terras da colônia e as dívidas dos imigrantes. Depois de grande confusão, o colonizador comprometeu-se a ajustar algumas contas e rever procedimentos, mas, pressionado a cumprir o acordo e, provavelmente, sem condições de arcar com o que havia prometido, deixou às pressas sua própria casa, transferindo-se para Rio Grande, no final de 1867. Uma diligência composta pelo delegado de polícia de Pelotas e pelo chefe de polícia da província prendeu dez acusados de serem os líderes da revolta. Além disso, foi nomeado pelo governo um diretor interino, que também estava incumbido de mapear as condições da colônia. Rheingantz voltaria a São Lourenço, provavelmente, em meados de 1869, quando uma comissão especial designada pelo presidente da província recebeu as queixas dos colonos e demandou as medidas necessárias para devolver a ordem à colônia. A comissão seria convocada novamente mais de um ano depois, possivelmente, porque Rheingantz não estava cumprindo o prometido. Há três grupos de problemas desvelados pela revolta: o mau relacionamento que Rheingantz mantinha com parte dos colonos; uma série de irregularidades nas questões concernentes à terra; e um grupo organizado de oposição ao empresário, com especial interesse em fatias comerciais que estavam concentradas nas mãos de Rheingantz.

Se, por um lado, o empresário mantinha uma relação extremamente patriarcal com uma grande parte dos colonos, que ele mesmo chamava de “bons colonos” (BOSENBECKER, 2011), por outro, havia parte dos imigrantes que desconfiava de suas atitudes e estava insatisfeita com seus procedimentos, especialmente com a falta de títulos de terras, com as medições imprecisas, com as contas não creditadas a favor dos colonos e com outros procedimentos, como a denúncia de que o empresário abria cartas de imigrantes. Essas eram as queixas relativas ao caráter do empresário, suficientes para quebrar laços de confiança e reciprocidade entre os imigrantes, mas não o bastante para serem levadas em

---

<sup>155</sup> Abordamos em detalhes a revolta de 1867 na dissertação de mestrado (BOSENBECKER, 2011), especialmente no capítulo 2. A revolta foi movimento complexo que teve importantes consequências não só para os colonos como também para a família Rheingantz. Outra versão está publicada em Bosenbecker (2012).

consideração pelas autoridades locais, como se pode observar em uma correspondência sobre a situação da colônia, em janeiro de 1871:

além de queixas vagas acerca do character do proprietario, que não offerecem base alguma para uma intervenção do Governo[,] existião e ainda existem na Colonia de S. Lourenço duas classes de reclamações contra o proprietario: falta da devida discriminação de posse territorial e reclamações contra as contas apresentadas pelo empresario, seja por omissão de quantias pagas ou seja por julgarem os reclamantes as respectivas contas sobrecarregas por quantias [indevidas].<sup>156</sup>

Considerando os problemas concretos, podemos avaliar a situação a partir de dois quadros de reclamações que tratam dos problemas que originaram a revolta e continuavam a persistir na colônia São Lourenço. Tais quadros foram produzidos pela comissão especial nomeada pelo governo provincial para resolver as questões de São Lourenço. O primeiro quadro de reclamações data de julho de 1869, na época em que 143 colonos enviaram reclamações aos representantes da província, e foi organizado pelo então diretor interino da colônia barão de Kalden, nomeado pelo governo provincial. O barão de Kalden providenciou a remedição dos lotes, mas o empresário Rheingantz e o governo provincial recusaram-se a pagar a medição das terras, sendo assim suspensos todos os trabalhos. Já o segundo quadro data de dezembro de 1870, finalizado no início de janeiro de 1871,<sup>157</sup> e, além de repetir as informações anteriores, apresenta mais 21 queixas organizadas pela comissão especial, que encaminhou as medições e as conciliações, tendo sido presidida pelo agente intérprete da colonização, Lothar de La Rue.<sup>158</sup> No final de 1870, constava, na comissão especial, existirem na colônia 448 lotes e mais 52 lotes particulares, que nos parecem ter sido colonos trazidos por Rheingantz para uma área que não pertencia à colônia e foi retomada por seu verdadeiro proprietário.

<sup>156</sup> *Correspondência da Comissão informando situação das queixas na colônia (1871)*. AHRS. Fundo: Imigração, Terras e Colonização. São Lourenço/empresário/diretor/diversos, mç. 72, cx. 37.

<sup>157</sup> A nova comissão foi criada após desavenças entre Jacob Rheingantz e o diretor Affonso Mabilde, “contratado” por intermediação do governo provincial. Para atender a reclamação dos colonos sobre os títulos de propriedade foi necessário esperar a liquidação dos negócios entre Rheingantz e o governo Imperial, que apenas em 1869 entregou os títulos de terras devolutas vendidas a Rheingantz para a construção da colônia. Veja: *Relatorio com que o excellentissimo sr. dr. João Sertorio, presidente d'esta provincia, passou a administração da mesma ao ex.mo sr. dr. João Capistrano de Miranda e Castro, 1.o vice-presidente, no dia 29 de agosto de 1870*. Porto Alegre, Typ. do Rio Grandense, 1870, p. 68-69; *Relatorio com que o excellentissimo senhor conselheiro Francisco Xavier Pinto Lima abriu a 1.a sessão da 14.a legislatura da Assembléa Legislativa Provincial em 14 de março de 1871*. Porto-Alegre, Typ. do Rio-Grandense, 1871, p. 30-31.

<sup>158</sup> Conforme: *Traducção dos pactos que forão feitos entre os colonos allemães da colonia São Lourenço e o empresario Jacob Rheingantz, em 26 jul. 1869*. Com o acréscimo de notas das informações contidas em um rascunho intitulado: *Relação dos colonos q. apresentavão reclamações á Comm.ª em sua 1ª Sessão 23 – 10brº - 70*. AHRS. Fundo: Imigração, Terras e Colonização. São Lourenço/empresário/diretor/diversos, mç. 72, cx. 37.

A comissão contou, portanto, com 164 colonos reclamantes, dos quais apenas cerca de 50 tinham apenas uma reclamação contra o empresário, a grande maioria, duas reclamações e outros colonos, três reclamações de uma só vez. Do total de reclamantes, cerca de 80% requeriam a medição ou a verificação da medição do lote e 50% exigiam a regularização das estradas das picadas, incluindo a simples ligação com a estrada geral, ou a definição da estrada da picada, ou a resolução de invasões nos lotes por demarcações de estradas, entre outros. Havia ainda sete colonos que requeriam o título da propriedade por já terem pagado o lote e outros três que acusavam o empresário de ter vendido o lote colonial durante a ausência dos referidos colonos de São Lourenço (dois deles compraram o lote, desmataram e foram a Rio Grande buscar a família). Ainda havia mais nove reclamações de problemas diversos com o lote e, por fim, dois colonos que tinham comprados lotes, mas cujas terras tinham ficado em áreas que pertenciam a posseiros ou outros fazendeiros (especificamente uma área na Picada Serrito). Problemas dessa ordem acompanharam o processo de colonização em meados do século XIX, como mostrou Seyferth (1999, p. 297): “ao contrário do que pretendiam o governo imperial e os idealizadores da política de colonização, o estabelecimento de colônias não foi um processo tranquilo de ocupação de terras devolutas; e nem os imigrantes eram os dóceis camponeses idealizados até pior decreto”.

Além dessas, havia outras reclamações: 22 colonos exigiam revisão nos valores adiantados em Hamburgo (ou porque não haviam recebido o valor declarado pelo empresário ou por não ter sido creditado o pagamento); 15 colonos tinham problemas com os valores da passagem de Rio Grande para a colônia; oito colonos reclamaram que não tiveram quantias pagas creditadas pelo empresário, cinco colonos pediam indenizações pelos prejuízos que sofreram pela não mediação do lote de terra e cinco colonos cobravam por serviços prestados e não pagos por Rheingantz. Um dos colonos não teve aceita sua petição porque não era mais colono de São Lourenço, pois havia vendido irregularmente a sua terra e deixado a localidade. Foram realizadas 12 conciliações, das quais cinco não se verificaram, sendo encaminhadas ou para o juiz arbitral ou para a presidência da província. Outros nove colonos foram aconselhados a dar queixa para a autoridade competente sobre a destruição de matos, a irregularidade das estradas e demais disputas entre vizinhos. Entre os problemas relacionados a dívidas e à falta de pagamentos, quase não houve casos aceitos, e os que tiveram queixas aceitas acabaram com processos na justiça.

Foi dessa forma que o governo finalmente resolveu fiscalizar o que acontecia em São Lourenço, uma vez que Rheingantz sempre teve total liberdade para agir da forma que

quisesse. Assim, depois de mais de uma década da existência da colônia, os colonos recebiam as escrituras das terras, passadas à totalidade dos imigrantes a partir de 7 de dezembro de 1869 no cartório local do quarto distrito de Pelotas.<sup>159</sup> As autoridades provinciais mobilizaram vários agentes e influentes imigrantes para conseguir encontrar uma solução para tantas queixas.<sup>160</sup> Mesmo assim, todos pareciam perplexos diante do que tinha acontecido na colônia, como dissertou Lothar de la Rue:

Prescindindo por ora das informações que devia tirar directamente dos colonos por julgar que o material existente e as investigações minuciosas á este respeito me fornecião todos os dados necessarios cheguei a convencer-me que a cauza principal da desordem na colonia era em primeira linha a posição triplíce que Rheingantz occupava na Colonia, posição incompatíveis entre si e prejudiciais á manutenção da ordem. Jacob Rheingantz, ao mesmo tempo era empresario, Director e negociante na sua Colonia. Se os colonos tinhão de recorrer contra o empresario era ao Director aquem devião procurar; mas que confiança podião ter nas decisões deste, se era Juiz em causa propria! Ainda bem se o empresario guiando-se por principios justos tivesse tratado de harmonisar os interesses reciprocos. Mas pelo contrário excitava elle as suspeitas dos colonos procurando lucros mesquinhos como muitissimos casos evidencião.<sup>161</sup>

Por outro lado, havia “*alguns espiritos mal intencionados*”, conforme o agente intérprete, que se aproveitaram da situação. Eram os desafetos de Rheingantz, um grupo de colonos formado por aqueles que foram presos como chefes do movimento e outros colonos com grandes expectativas mercantis. Contra esses, Rheingantz usou de todos os recursos para cercar suas atividades, inclusive de uma força policial, a primeira que a colônia recebeu, constituída por soldados brasileiros pouco tempo antes da revolta. Esses soldados apenas sabiam o nome dos “turbulentos”, porque foram instruídos pelo empresário para vigiar seus

<sup>159</sup> APERS. Município de Pelotas. Tabelionato do 4º distrito (Boqueirão). Livro Notarial de Transmissões/Notas, nº 2.

<sup>160</sup> Segundo o próprio de la Rue escreveu ao presidente da província: “*julgo do meu dever fazer chegar ao conhecimento de V. Ex.ª o interesse que tomarão neste desempenho o Consul d’Alemanha do Norte o Senr.º L. Von Loesse que muito contribuiu para eu obter as concessões feitas aos colonos pelo empresario e o Senr.º João Breger, negociante da Cidade do Rio Grande que goza de muita sympathia e confiança na colonia de São Lourenço e que desenteressadamente me acompanhou até ali empregando toda a sua influencia para com os colonos e convencendo-os da justiça e utilidade das medidas propostas. E não foi facil esta tarefa á vista das desconfiança geral que reinava entre os colonos.*” In: *Relatório de Lothar de la Rue, Agente Interprete da Colonização em Porto Alegre enviado ao Presidente da Província Dr. João Antônio, 14 ago. 1869.* AHRS. Fundo: Imigração, Terras e Colonização. São Lourenço/empresário/diretor/diversos, mç. 72, cx. 37, p. 3.

<sup>161</sup> *Relatório de Lothar de la Rue, Agente Interprete da Colonização em Porto Alegre enviado ao Presidente da Província Dr. João Antônio, 14 ago. 1869.* AHRS. Fundo: Imigração, Terras e Colonização. São Lourenço/empresário/diretor/diversos, mç. 72, cx. 37, p. 1 e 1v.

desafetos.<sup>162</sup> Assim, como avaliou Seyferth (1999, p. 296), os “erros advindos de um contrato irresponsável e de uma política colonial mal planejada e sem recursos, porém, são sempre imputados aos imigrantes, acusados de ‘maus colonizadores’ com origem social pouco recomendável aos olhos da burocracia oficial...”. Após julgadas, as lideranças da revolta de São Lourenço foram absolvidas e retornaram à colônia. Devido à intermediação do governo provincial, foi executada uma série de medidas para regularização dos lotes dos colonos e das medições das propriedades limítrofes à colônia e para o retorno da tranquilidade na região.

A revolta teve consequências importantes para os negócios, especialmente por conta dos prejuízos que a família Rheingantz teve com todo o processo de regularização fundiária. Porém, não podemos deixar de lembrar que havia um lucro acumulado de dez anos, ao longo dos quais grande parte do trabalho de regularização não foi realizado. Além do mais, com as convocações para as reuniões da comissão especial, muitos colonos resolveram pagar dívidas, tendo como garantia a mediação do governo. Já a casa comercial que a família mantinha na colônia foi extinta, alterando-se os negócios nesse ramo. Em 1877, por conta do inventário de Rheingantz, havia um pequeno grupo de 11 colonos que tinha depositado valores em dinheiro nas mãos de Jacob Rheingantz, recebendo juros de 6% ao ano, no que parece ser uma atividade bancária, comum entre vendeiros coloniais, e mais uma forma de exploração colonial.<sup>163</sup> No âmbito econômico, sabemos que “O comerciante alemão foi o agente social que realizou uma forma de apropriação do excedente econômico produzido pela agropecuária colonial” (PESAVENTO, 1985, p. 28) mediante um processo que pode ser descrito da seguinte maneira:<sup>164</sup>

Neste circuito de acumulação, há que distinguir pelo menos três instâncias: os comerciantes rurais (“das vendas”), que se disseminavam pelo interior junto aos lotes coloniais, e que recolhiam os produtos agrícolas para vendê-los aos comerciantes do núcleo; os comerciantes do núcleo, ou das sedes das microrregiões em que se dividiu a zona de imigração como um todo, os quais se colocavam como intermediários entre o comerciante da venda rural e o grande comércio de Porto Alegre; o comerciante da capital da então província, o qual se dedicava especialmente às atividades de exportação e importação com outros centos maiores (PESAVENTO, 1985, p. 29).

Trocando “o grande comércio de Porto Alegre” por “o grande comércio do eixo Rio Grande-Pelotas”, temos apenas Rheingantz como comerciante da venda, do núcleo e do

<sup>162</sup> Foram presos como lideranças da revolta os colonos José Pons, Carlos Rheinbrecht, Felipe Schneid, Guilherme Könsgen e o irmão Pedro Könzgen, Jacob Vogt, Jacob Deker, Chistiano Luis Thurow, Jeremias Ostenberg e André Paulsen. As informações são do processo que investigou o conflito: APERS. Comarca de Pelotas. Tribunal do Júri. Processo Crime nº 520, 1868, cx. 006.0311. Veja também Bosenbecker (2011).

<sup>163</sup> O valor de capital dos colonos depositado com Rheingantz era de 6:080\$880 réis. Conforme: *Bens de Raiz*. BRG. Coleção Rheingantz, cx. 3, doc. A/1 até A/5.

<sup>164</sup> Veja também Telmo Moure (1980, p. 97).

grande comércio. Isso significa dizer que Jacob Rheingantz tratou de agregar todas as instâncias e tornou-se o único receptor dos reais ganhos da produção colonial de São Lourenço, durante, pelo menos, seus dez primeiros anos. Cabe pontuar que não estamos aqui desqualificando a participação dos comerciantes no processo de industrialização do Rio Grande do Sul, pelo contrário, estamos reforçando a importância da acumulação de capital comercial, oriundo do processo de colonização (MOURE, 1980, p. 99-100; PESAVENTO, 1985). Como mostra Moure (1980, p. 100):

O intercâmbio comercial gerou acúmulo de capital nas mãos dos comerciantes, proporcionando condições de investimentos em empreendimentos comerciais ainda maiores e em indústrias. Dinastias econômicas germano-rio-grandenses, como Trein, Ritter, Renner, Mentz, Bromberg, Dreher, Sperb, etc., originaram-se em atividades comerciais e instalaram fábricas importantes posteriormente. A prática histórica torna-se verdadeira e não desmente a dominação do comerciante na economia colonial do Rio Grande do Sul.

Embora os Rheingantz não tenham sido citados como parte das “dinastias econômicas germano-rio-grandenses”, a família, sem dúvidas, é sua representante e sua forma de acumulação é bem demonstrada pelas formas comerciais com que sempre atuou no Brasil. Contudo, ressaltamos que não assumimos essa visão como única forma de início da indústria do Rio Grande do Sul, uma vez que “a interpretação da implantação da indústria gaúcha com base no capital comercial não abarca a totalidade, impõe-se apenas como predomínio, deixando espaço, inclusive, a que uma ou outra indústria, como no setor coureiro-calçadista, tenha sua origem na atividade artesanal” (LAGEMANN, 1980, p. 133).

#### **4.2 As relações com os capitalistas estabelecidos no Brasil: a indústria como nova oportunidade**

Rio Grande, 1º de março de 1873. Carlos Guilherme Rheingantz e Maria Francisca de Miranda Sá casavam-se na igreja matriz da cidade (veja foto do casal pouco depois do casamento, em viagem à Alemanha, na Figura 8). Segundo a história oral que percorreu as gerações da família, Carlos Guilherme havia se apaixonado por uma das filhas mais novas de Miguel Tito de Sá. Ao pedir a mão da sua escolhida, Carlos Guilherme recebeu como resposta de Miguel Tito que apenas podia conceder a mão da mais velha, Maria Francisca. O

casamento realizou-se pouco tempo depois com a presença dos padrinhos George Lawson e Oscar Von Lind. Lawson foi um dos principais parceiros dos empreendimentos de Carlos Guilherme, inclusive atuando durante décadas na diretoria da Cia União Fabril, diferentemente de von Lind, que não atuou na empresa. Von Lind era um grande comerciante do ramo de importações e exportações da cidade de Rio Grande, sendo sócio, por anos, da companhia Thonsen, Loessl e Lind, uma das mais importantes empresas do ramo estabelecidas na cidade. Em 1873, essa companhia foi extinta e substituída pela Thonsen & Cia, encabeçada pelo antigos sócios, Oscar von Lind e L. von Loessl, que se tornavam comanditários, e Christiano Thonsen, o principal articulador do grupo, com a inclusão de Hugo Adalberto Thonsen, E. F. Ewel e Félix H. Kessel, que expandiram o capital para mil e duzentos contos de réis (1.200:000\$000). Von Lind voltaria para a Europa, onde se estabeleceria com sua família, em março de 1873.<sup>165</sup> As famílias dos comerciantes de origem alemã estabelecidos em Rio Grande fazem parte do conjunto de relações e pessoas de confiança da família Rheingantz no sul do Rio Grande do Sul.

---

<sup>165</sup> Von Loessl foi durante algum tempo o cônsul prussiano em Rio Grande. Veja: *Diário do Rio Grande*, Rio Grande, ano XXVI, nº 7197, 19 jan. 1873 e *Diário do Rio Grande*, Rio Grande, ano XXVI, nº 7281, 1º mai. 1873. Acervo da BRG. Também: Livro 6 de casamentos da Matriz de São Pedro do Rio grande (1863-1879). p. 17.



**Figura 8 - Carlos Guilherme e Maria Francisca Rheingantz na época do casamento.**

Fonte: Foto gentilmente cedida por Vera Rheingantz Abuchaim.

Nota: A foto é do famoso atelier hamburguês de E. Bieber.

Como já referimos no capítulo anterior, Carlos Guilherme, depois de terminar os estudos em Hamburgo e fazer algumas viagens pela Europa, provavelmente à Inglaterra, retornou ao Brasil no final da década de 1860. Suas atividades logo após o retorno são difíceis de precisar, contudo, segundo as informações encontradas, elas estariam circunscritas ao comércio. Que tipo de comércio, com quais pessoas, qual a variedade de produtos, quais os valores movimentados e quais os recursos investidos não sabemos. Assim, Carlos Guilherme pode ter trabalhado no comércio de produtos coloniais ou investido no ramo de importação-exportação. Este último, provavelmente, traria melhores oportunidades e recursos, além de experiência, importantes para a fundação e administração da indústria que ele desenvolveria mais tarde. Ele poderia, ainda, ter assumido o engajamento de imigrantes da Alemanha para o Brasil, negócio operado pelo pai. Sabemos somente que ele residia em Rio Grande, onde participava das atividades culturais da cidade. Como mostrou Dean (1991), grande parte dos empresários industriais tiveram alguma experiência com o comércio de importação, o que é



considerado um fator decisivo no processo de industrialização devido ao conhecimento adquirido nessa área e no próprio mercado interno, além do acesso ao crédito, uma vez que financiamentos e grandes capitais eram extremamente difíceis de serem conquistados. Dessa forma:

Na circunstância do mercado de fronteira, o conhecimento do mercado que possuía o importador se constituía em vantagem inestimável. O cálculo do custo relativo da manufatura nacional supunha uma familiaridade com as oscilações dos direitos aduaneiros e de sua aplicação que não estava ao alcance dos atacadistas e de nenhum outro empresário em potencial. Na década de 1890, antes que qualquer porto do Brasil publicasse a mais rudimentar classificação de mercadorias que passavam pela alfândega, o “ataque à lista de importações” só poderia ser desfechado por alguém cuja rotina comercial incluísse esse tipo de informações. Como o importador em lugar de ser um especialista, era quase sempre um negociante cujos interesses abrangiam a mais ampla série imaginável de mercadorias, desde a chita até locomotivas, esse conhecimento tinha todas as probabilidades de estar muito próximo da onisciência (DEAN, 1991, p. 28).

Com a rede de relações comerciais já existentes, parte delas herdadas do pai, Carlos Guilherme tinha uma boa vantagem para a construção da fábrica, pois conhecia o mercado interno, sabia como o comércio e os transportes funcionavam, estudou e importou as máquinas e a planta da fábrica e sabia de onde conseguir recursos financeiros. Todavia, possuía dificuldades em lidar com as elites locais, detentora de grande capital e com amplas redes políticas e sociais na cidade de Rio Grande, na capital da província e na Corte. O casamento de Carlos Guilherme com Maria Francisca contribuía, assim, para construir uma ligação entre as elites locais e os interesses industriais.

Essas redes de relações com as elites locais, que, por vezes, culminaram em casamentos, já são conhecidas dos estudos sobre o tema. Como mostrou Nicoloso (2013), em sua análise sobre a elite alemã de Santa Maria, no centro do Rio Grande do Sul, os casamentos oportunizavam ascensão econômica ou social. Conforme o autor (2013, p. 91):

A elite “alemã” de Santa Maria estava inserida num complexo emaranhado de relações, interligada pelos negócios, pela religião, pela política e atuação na burocracia ou pelos ambientes de sociabilidades. O matrimônio muitas vezes levava ao estabelecimento de sociedades nos negócios, era um contrato, que nos círculos de elite nunca se realizava de forma aleatória. Adentrar os círculos de uma família tradicional, fosse “nacional” ou “alemã”, poderia significar ascensão econômica e projeção social.

Outra análise sobre o papel dos apadrinhamentos e casamentos de grupos imigrantes alemães no Rio Grande do Sul é oferecida por Witt (2008), que avaliou a inserção e o crescimento dos negócios da família Voges no litoral norte gaúcho. O autor (WITT, 2008, p. 59) mostra como as relações firmadas pela família oportunizaram “a realização de negócios; no plano econômico, a aquisição de terras, a construção de moinho e engenho, a compra e a manutenção de escravos, a abertura de venda, a sociedade de navegação fluvial”. Especificamente sobre as segundas gerações migrantes, de comerciantes ou de fabricantes, durante o século XIX, ocorreram muitas alianças por casamento com as elites locais nas mais diversas cidades do país, como ocorreu em São Paulo<sup>166</sup>, por exemplo. Já no Rio de Janeiro, o casamento dos três herdeiros da *Röhe Irmãos*, empresa do ramo de transportes, construtora de carruagens e outros veículos, que se uniram com as filhas do vizinho da família, Manoel José Fernandes de Macedo, comerciante e fabricante de sabão, talvez seja o caso mais emblemático.<sup>167</sup> Contudo, como mostrou Kelli (2011, p. 96 e seguintes), o casamento não resultou em um imediato e direto aumento do capital econômico para a empresa Röhe. Isso significa que, em termos simbólicos, as relações também aumentavam o capital social da família, por meio de prestígio e melhores posições políticas, por exemplo. Para a primeira geração, entretanto, foram mais difíceis as uniões dessa forma. A união de imigrantes alemães com nacionais, na primeira geração, mesmo em grupos de elite, era exceção, como mostram Lenz<sup>168</sup>, que avaliou os alemães sediados no Rio de Janeiro entre 1815 e 1866, e Dean, em sua análise sobre São Paulo no período de 1880 a 1945.

Até a época da fundação da *Rheingantz & Vater*, primeiro nome social da fábrica, em 1873, não podemos identificar a atuação do industrial na cidade, sequer podemos detalhar os bastidores e os envolvidos diretamente da fundação da fábrica de tecidos de lã, a primeira do gênero no Brasil. Isso se deve a dois motivos principais: primeiro devido às fontes históricas para o período, que são poucas e bem específicas e, segundo, porque toda a fundação da

---

<sup>166</sup> Veja algumas discussões em Dean (1991), especialmente os capítulos IV – Origens sociais: a burguesia imigrante e V – A fusão das elites emergentes.

<sup>167</sup> Conforme Kelli (2011, p. 79): “Foi no ano de 1868 que as atividades administrativas e de produção foram transferidas para Henrique Christiano Röhe e Guilherme Frederico Röhe, irmãos, e, para João Ludolfo Röhe, primo destes. Entre os anos de 1872 e 1874, as famílias Röhe e Macedo selaram o seu processo de união. As filhas do casal Manoel José Fernandes de Macedo e Maria do Carmo Louzada Macedo, Carolina de Macedo, Maria da Glória de Macedo e Leonor de Macedo, casaram-se respectivamente com Henrique Christiano Röhe, Guilherme Frederico Röhe e João Ludolfo Röhe”.

<sup>168</sup> Conforme a autora: “Assim, mediante os casamentos se visava tanto aumentar o capital como firmar novos laços de parentesco, não só na Alemanha como no estrangeiro. Dessa forma, numa empresa tipicamente familiar, os cargos de direção eram confiados aos parentes, promovendo-se a abertura de muitas filiais dentro do velho continente e do mundo novo. Essa estratégia levava a uma rede parental e comercial de controle dos negócios mundiais em que se lidava com diversos tipos de produtos, de origem diferentes. No entanto, apesar dessas estratégias, as uniões de negociantes estrangeiros com brasileiras eram exceções à regra” (LENZ, 2008, p. 189).

fábrica foi monopolizada pelo capital social e político do sogro de Carlos Guilherme, chamado Miguel Tito de Sá, com o título de tenente-coronel.

Além do contrato particular entre Carlos Guilherme Rheingantz e Hermann Vater, seu sócio na fundação da *Rheingantz & Vater*, anos depois *Rheingantz & Cia*, apenas conseguimos encontrar publicações sobre a empresa em jornais da época. Os outros materiais que utilizamos aqui são os relatórios da empresa, as atas das reuniões, quando publicadas, entre outros documentos produzidos pela própria *Rheingantz & Cia*. Nos cartórios de Rio Grande, exclusivamente aqueles que enviaram a documentação para o Arquivo Público do Rio Grande do Sul, não encontramos nenhum tipo de documento, contrato ou escritura, sobre a fundação da fábrica ou possíveis empréstimos, sociedades, parcerias, repasses, ou qualquer outra pista sobre os acordos e os envolvidos na fundação desse empreendimento. Quando examinamos os jornais da cidade de Rio Grande da época da fundação dessa fábrica, especialmente o *Diário do Rio Grande*, as notícias são restritas às atividades e aos esforços de Miguel Tito de Sá para efetivamente abrir e regularizar a fábrica. As informações transmitidas pelas notícias dos jornais sugerem que a articulação política era um papel que Miguel Tito chamou a si, usando de toda sua influência na Corte para garantir privilégios para a fábrica, ou seja, para garantir direitos de produção e isenções fiscais.

Tomamos apenas o ano de 1873 para analisar as atividades que envolvem a fundação da fábrica. No *Diário*, na edição de 28 de maio, consta que havia sido enviado ao procurador interino da Corte, Soberania e Fazenda Nacional “*um requerimento do Sr. Miguel Tito de Sá e outros propondo-se a estabelecer uma ou mais fábricas de tecidos de lan e algodão, n’esta província [RS]*”. O mesmo jornal afirmava que Miguel Tito havia partido para a corte em 3 de dezembro e, em sua edição dominical, de 7 de dezembro, o *Diário* trazia uma coluna com maiores explicações sobre a fábrica:

O Sr. Tenente-Coronel Miguel Tito de Sá, e seu genro o Sr. Carlos Rheygantz, não têm esmorecido no propósito de fundarem n’esta cidade uma fábrica de tecidos de lan e algodão.

E embora até aqui não tenha o governo imperial concedido o privilégio que pediram, ainda assim mostram os maiores e melhores desejos de montarem a fábrica, quanto antes.

Esta será na rua Conde de Porto Alegre, na esquina fronteira á cadêa civil.

Já está mesmo em construção o edifício cujos paredes erão de tijolo de areia da fábrica de S. José do Norte.

E tem assim a empresa do srs. Tito Sá e Carlos Rheygantz um duplo merecimento.

Anima a nascente empresa do Norte, e empregando o material que no primeiro anno produzir o fará acreditar, sendo mais que possível que outros lhe sigam o exemplo, e dêmm preferência aos tijolos de areia para as construções, quando possuem todos as qualidades de solidez, resistencia e modicidade dos preços.

E a fábrica de tecidos, abrindo uma nova industria na cidade, empregando a materia prima da província, como que podemos prever, que em pouco tempo pelos arredores da cidade será cultivado o algodão.

Empresas de tal ordem, uteis em todos os sentidos, são assim dignas de todos os encomios.<sup>169</sup>

A organização de Miguel Tito e dos *outros* parece ter se intensificado no final de 1872, quando também foi escrito um contrato particular entre *os outros*, que são Carlos Guilherme Rheingantz e Hermann Vater.<sup>170</sup> Os diálogos com setores governamentais intensificam-se nos primeiros meses de 1873, especialmente com representantes do Ministério da Agricultura, Comércio e Obras Públicas, como a *Sociedade Auxiliadora da Indústria Nacional*.<sup>171</sup> O grupo liderado por Miguel Tito pedia ao Imperador o privilégio para serem, por 30 anos, os únicos na fabricação de tecidos de baeta e trançados de algodão, conforme amostras que apresentaram na Corte. Para tal merecimento, apresentavam como justificativa a sua contribuição no combate às importações estrangeiras e o abastecimento “*das classes e operários pobres, e especialmente aos colonos, um meio seguro de se proverem mais commodamente com seus tecidos*”,<sup>172</sup> além da existência de grandes obstáculos e despesas com a empresa, os empreendedores precisavam de garantias para levar adiante o projeto. Não havia grandes impedimentos ao pedido de privilégio, nem ao merecimento dos requerentes, exceto outro pedido de privilégio realizado, em agosto de 1872, por um mestre tecelão, sediado em Montenegro, que havia requisitado por 20 anos o privilégio do fabrico de tecidos de lã, linho e algodão, para que pudesse aumentar consideravelmente a pequena fábrica que já possuía. O mestre tecelão chamava-se Felipe Keller e havia apresentado bons exemplares dos produtos que fabricava, qualitativamente comparáveis aos importados, conforme a *Sessão de Indústria Fabril*. Além disso, Keller havia provado ser introdutor desse tipo de fábrica no Rio Grande do Sul. Sem barrar o pedido encabeçado por Miguel Tito, a comissão deixou a decisão final nas mãos do Imperador.

<sup>169</sup> Conforme: BRG. *Diário do Rio Grande*, Rio Grande, ano XXVI, nº 7303, 28 mai. 1873; nº 7459, 1º e 2 dez. 1873.

<sup>170</sup> O contrato foi escrito de próprio punho, em idioma alemão. Usamos aqui uma versão traduzida para o português, gentilmente cedida por Vera Rheingantz Abuchaim, bisneta de Carlos Guilherme Rheingantz. Conforme: “*Contrato. Os abaixo assinados CARLOS RHEINGANTZ e HERMANN VATER contratam nas seguintes resoluções, que se comprometem com palavra de honra e aperto de mão*”, em Rio Grande, em 15 nov. 1872.

<sup>171</sup> A sociedade foi fundada em 1831 e tinha por objetivo fomentar a indústria por meio de apoio a projetos ou da introdução de novas tecnologias. Desde 1860, era administrada pelo Ministério da Agricultura. Além de organizar exposições, mantinha um periódico chamado *O Auxiliador da Indústria Nacional*, que teve edições entre 1833 e 1892, das quais utilizamos aqui as edições nº 41 e 42, de 1873 e 1874, respectivamente, disponíveis na página eletrônica da Biblioteca Nacional, setor da Hemeroteca Digital.

<sup>172</sup> BN. Hemeroteca Digital. *O Auxiliar da Indústria Nacional*, Rio de Janeiro, n. 41, p. 133-134, 1873. Grifos nossos. O restante desse parágrafo também é baseado na edição referida, p. 133-135.

A viagem de Miguel Tito à Corte, no início de 1874, foi significativa para resolver a questão de forma favorável ao grupo de empreendedores e foi noticiada pelo *Diário do Rio de Janeiro* de 6 de janeiro de 1874, o qual afirmou que, na semana anterior, Miguel Tito de Sá, entre muitos outros visitantes, havia sido um dos súditos que “*tiveram a honra de cumprimentar a Suas Magestades Imperiais*”.<sup>173</sup> A visita surtiu resultados positivos e imediatos, pois, em meados de janeiro, foi registrada a nova firma *Rheingantz & Vater*, como sociedade comandita simples, que tinha Miguel Tito como *sócio-comanditário* e Carlos Guilherme Rheingantz e Hermann Vater como *sócios-comanditados*.<sup>174</sup> Embora não tenhamos encontrado o contrato original da empresa e, assim, não possamos afirmar qual o capital total subscrito a Miguel Tito como sócio, a contabilidade presente no seu inventário de 1875 revelou que ele havia integralizado dezessete contos de réis (17:000\$000) como “*capital entrado para a Fabrica Nacional de Tecidos de Lã de Rheingantz e Vater*”.<sup>175</sup> O valor, além de não ser pequeno, foi integralizado em praticamente dois anos, contando o tempo decorrido entre as negociações iniciais e a efetivação da fábrica e o falecimento de Miguel Tito, que ocorreu em 9 de abril de 1875. Como sabemos, a *Rheingantz & Vater* cresceu rapidamente.

Em uma sociedade comandita simples, o *sócio-comanditário* é aquele que possui uma responsabilidade limitada entre as obrigações atribuídas em um contrato, em geral, respondendo apenas com capital subscrito e, assim, completamente alheio à administração da empresa, que fica restrita aos *sócios-comanditados*. O capital previsto em contrato pode ou não ser integralizado pelo comanditário na firma ou pode ser introduzido na empresa com o passar do tempo, conforme necessidade ou vontade dos sócios. Já as obrigações dos *sócios-comanditados* são ilimitadas, pois contribuem com capital, trabalho, administração da empresa e responsabilidade ilimitada sobre as obrigações contraídas pela sociedade empresarial. Nesse tipo de empresa, o nome do *sócio-comanditário* não aparece na razão

<sup>173</sup> Noticiário. In: BN. Hemeroteca Digital. *Diário do Rio de Janeiro*, Rio de Janeiro, ano 57, n. 6, p. 1, 06 jan. 1874.

<sup>174</sup> Conforme o jornal: “*Foram registrados na semana passada no tribunal do comércio. Sociedade dos senhores Carlos G. Rheingantz, Hermann Vater e o comanditário Miguel Tito de Sá, comercio de fabrica de tecidos de lã, capital 90:000\$000, firma Rheingantz & Vater*”. Cf. *Contratos*. In: BN. Hemeroteca Digital. *Diário do Rio de Janeiro*, Rio de Janeiro, ano 57, n. 20, p. 1, 20 jan. 1874.

<sup>175</sup> *Inventário de Miguel Tito de Sá*. APERS. Comarca de Rio Grande. 1º Cartório de Órfãos e Provedoria. Processo Judicial/Inventário n. 989, 1875, cx. 005.0628.

social, pois tal ação implicaria sua total responsabilidade nas obrigações.<sup>176</sup> Embora o sócio-comanditário não tenha obrigações mais amplas na empresa, tem participação na distribuição dos lucros e pode fiscalizar a empresa. Em caso de falecimento do sócio-comanditado, a sociedade extingue-se, desde que o contrato não tenha estipulado um sucessor para o posto.<sup>177</sup>

A história da fundação da fábrica Rheingantz remete-nos diretamente às relações estabelecidas entre empresários estrangeiros, ou descendentes de imigrantes, e as elites locais. As circunstâncias de tais ligações poderiam parecer potencialmente conflituosas, especialmente por colocar em evidência posições e interesses antagônicos dos dois principais grupos dominantes economicamente, os empresários fabris e os fazendeiros, conforme apontou Dean (1991, p. 81) em sua análise sobre os princípios da industrialização em São Paulo:

Tudo faria crer que os fazendeiros, com o seu medo de uma plutocracia industrial e o seu ressentimento por se verem deslocados por imigrantes de terceira classe, se sentissem impelidos a relegar os novos ricos a uma posição inferior na ordem social. Por outro lado, poder-se-ia supor também que os imigrantes, sentindo-se vítimas de uma discriminação, empregassem, por seu turno, o poder econômico para conquistar posição social, hostilizando, assim, ainda mais, a elite fazendeira e intensificando o conflito econômico.

Os dados de que dispomos, todavia, dão a entender que essas fontes potenciais de mútua hostilidade social não foram ativadas.

Mesmo com antagonismos e disputas latentes, os dois grupos aliaram-se, chamando a atenção o volume de casamentos entre imigrantes ou descendentes com filhas de fazendeiros (DEAN, 1991, p. 81-82). Embora Miguel Tito fosse um típico representante da elite local, ele não foi exatamente um fazendeiro. Ele e sua esposa eram herdeiros de grandes proprietários de terras do Rio Grande do Sul, mas Miguel Tito era provavelmente o que podemos

---

<sup>176</sup> Embora mais usual nessa época, Dean (1991, p. 67) mostra que a sociedade comanditária foi uma opção benéfica para estrangeiros: “Outra forma de investimentos feitos por estrangeiros era a sociedade em comandita. Os imigrantes, às vezes, obtinham fundos de europeus – parentes, antigos sócios ou sócios-comerciais. É difícil traçar a aplicação de fundos estrangeiros em empresas e sociedades por ações. Nos termos da legislação brasileira, a sociedade era muito arriscada para os sócios não residentes no país, de modo que poucas sociedades nessas condições envolviam capital estrangeiro. As sociedades anônimas, por outro lado, não requeriam permissão especial para operar com fundos estrangeiros, a não ser que fossem bancos, companhias de seguros ou de serviços de utilidade pública e, assim sendo, a fonte do capital é geralmente obscura”.

<sup>177</sup> Veja: Coelho (2011, p. 176-177); COSTA, Salustiano Orlando de Araujo. *Código commercial do Império do Brazil : anotado com toda a legislação do paíz que lhe é referente, com os arestos e dicisões mais notáveis dos tribunales e juízes, concordado com a legislação dos paízes estrangeiros mais adiantados, com um vasto e copioso appêndice, também anotado, contendo não só todos os regulamentos commerciaes, como os mais recentes actos do governo imperial, quer sobre bancos e sociedades anônimas, quer sobre impostos, dispensando consultar-se a Collecção das Leis do Império*. Rio de Janeiro: Eduardo & Henrique Laemmert, 1878; e BRASIL. Lei n. 556, de 25 jun. 1850. Disponível em: <[http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/leis/L0556-1850.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/L0556-1850.htm)>. Acesso em: 30 nov. 2016.

caracterizar como um capitalista local. O termo *capitalista* aqui é utilizado em sentido comum, próprio às fontes documentais, e remete a um investidor financeiro. O perfil de Miguel Tito evidencia um homem com muitos cargos, grande visibilidade na vida social e presença marcante na política, além de ampla atuação como investidor. Com base em informações de alguns jornais, constatamos que ele foi presidente da *Sociedade Instrução e Recreio*; conselheiro da fábrica de tijolos artificiais; um dos fundadores do *Asilo Coração de Maria*, orfanato para educação de meninas; provedor da *Santa Casa de Misericórdia*; prior na *Ordem Terceira de Nossa Senhora do Carmo* e ministro da *Ordem de São Francisco*. Além disso, exerceu inúmeros cargos públicos, tanto eleito quanto nomeado para as posições (entre os cargos estavam, por exemplo, o de *Juiz Municipal de Rio Grande*) e integrou a loja maçônica *Acácia Rio-Grandense*.<sup>178</sup> No *Boletim do Grande Oriente do Brasil*, que comunica o falecimento de Miguel Tito, ele é descrito como maçom dedicado, exemplar companheiro de trabalho, conselheiro e, com relação aos negócios: “*onde desempenhou funções importantes, ligou a sua memoria a factos notáveis de civismo e de caridade, como a fundação do Asylo do Coração de Jesus*”.<sup>179</sup>

Em termos de investimentos, Miguel Tito empregava seus recursos em uma variada gama de negócios, desde empréstimos até ações de empresas de navegação, estradas de ferro, hidráulicas, sociedades culturais e empresas seguradoras, mas as ações não tinham valores muito representativos, variando entre um e quatro contos de réis em cada investimento. Pelo menos desde o início da década de 1850, ele emprestava valores em dinheiro para amigos e comerciantes. O mais alto desses empréstimos era de sete contos de réis (7:000\$000) e o menor de trinta e dois mil réis (32\$000). A maioria dos empréstimos era de mais ou menos duzentos mil réis (200\$000), dos quais Miguel Tito ainda não havia recebido de 46 pessoas um valor que ultrapassava os trinta e dois contos de réis (32:000\$000), conforme os dados contidos no seu inventário. Por outro lado, ele devia para 48 pessoas um valor maior que trezentos contos de réis (300:000\$000). Entre estes credores, estavam o *New & Brazilian Bank* (por letras vencidas das quais era o avalista), seu sogro João de Miranda Ribeiro (a quem devia mais de oitenta contos de réis), a *Mauá & Cia* (mais de oitenta contos em diferentes letras vencidas), Joaquim José de Assumpção e Barão da Graça (cerca de trinta contos para cada um), Eufrásio Lopes de Araújo (vinte e sete contos, com juros) e Ricardo José Ribeiro (vinte contos de réis). Além desse, havia mais 32 credores a quem devia valores abaixo de

<sup>178</sup> As informações são provenientes de: BRG. *Diário do Rio Grande*, Rio Grande, ano XXVI, nº 7217, 12 fev. 1873 e nº 7317, 13 e 14 jun. 1873. BN. Hemeroteca Digital. *Diário do Rio de Janeiro*, Rio de Janeiro, ano 58, n. 110, p. 1, 22 abr. 1875 e ano 36, n. 36, p. 1, 06 fev. 1872.

<sup>179</sup> BN. Hemeroteca Digital. *Boletim do Grande Oriente do Brasil*, Rio de Janeiro, ano 4, n. 4, p. 289, abr. 1875.

quinhentos mil réis (500\$000) e um grupo de sete credores a quem devia valores que variavam entre um conto e cinco contos de réis.<sup>180</sup>

As principais quantias, especialmente letras vencidas em 1874 ou que venceriam em 1875, eram de trinta contos de réis (30:000\$000), justamente para outros grandes capitalistas locais, como o Barão da Graça ou a família Assumpção. Contudo, apenas 14 credores apresentaram o comprovante das dívidas, especialmente os maiores credores. O patrimônio de Miguel Tito somava pouco menos de setenta contos de réis (70:000\$000), o que levou os herdeiros a desistirem da herança em favor dos credores. Consideramos estranho que até os herdeiros menores de idade, por meio de seus tutores legais, tenham igualmente aberto mão de uma possível herança, ficando também isentos de qualquer responsabilidade, já que os bens não eram capazes de cobrir os valores devidos. Dos sete grandes credores, apenas um não aceitou a decisão, a Mauá & Cia, que, no final do processo, acabou assinando o termo de aceite. Todos os outros, conhecidos capitalistas locais, aceitaram os termos da desistência, liberando os herdeiros de responsabilidades futuras.

Já o perfil do outro sócio da empresa é mais difícil de reconstruir. Provavelmente alemão, Vater era técnico na fabricação de tecidos ou engenheiro de tecidos e, entre suas habilidades, estava, por exemplo, a criação dos desenhos que seriam introduzidos nos tecidos e, mais tarde, em cobertores e tapetes. Ele teria conhecido Carlos Guilherme Rheingantz na Europa.<sup>181</sup> No final de 1872, Vater e Rheingantz assinaram um contrato particular no qual ficou estipulada uma aliança para fundar uma tecelagem mecânica, com comprometimento de “boa vontade” dos dois. Segundo o documento, ambos tinham direitos e obrigações iguais, cada um arcaria com 50% dos prejuízos, mas Rheingantz tinha 60% nos lucros. Além disso, Carlos Guilherme entrou na sociedade com quarenta contos de réis (40:000\$000) e Vater com apenas dez contos de réis (10:000\$000), sendo estipulado que seria integralizada a metade de cinquenta contos de réis (50:000\$000) para instalar o empreendimento. Os dois iriam para a Europa tratar da aquisição de maquinários e pessoal, Vater iria em janeiro e Rheingantz, em abril de 1873. O documento tinha validade até 1º de março de 1873 e podia ser substituído por um contrato legal e extenso, ainda não redigido. Não sabemos se o contrato “legal, extenso e definitivo” realmente existiu, pois a rescisão ou demissão de Vater da empresa em 7 de janeiro de 1875 foi escrita em outro contrato particular, no qual consta que Vater tinha

---

<sup>180</sup> As informações deste parágrafo e as subsequentes são oriundas de: *Inventário de Miguel Tito de Sá*. APERS. Comarca de Rio Grande. 1º Cartório de Órfãos e Provedoria. Processo Judicial/Inventário n. 989, 1875, cx. 005.0628.

<sup>181</sup> CDH-FURG. Acervo de História Oral. Assunto: Rheingantz – dados biográficos. Entrevistado: Jacques Rheingantz. Pelotas, em 29 jan. 1982. HO012; e Assunto: Funções exercidas na fábrica. O período Loréa. Aspectos atuais da fábrica. Entrevistado: Hilso Magalhães de Souza, em 09 mai. 1988. HO0028.



investido pouco mais de nove contos de réis (9:367\$500) e que, demitindo-se, receberia de pronto cinco contos e quinhentos mil réis (5:500\$000). Já o restante do valor seria repassado em melhor situação financeira, sendo permitida, até final de 1879, a consulta dos livros da empresa para que o demitido soubesse se poderia ou não reivindicar os valores. O documento também esclarece que Vater ainda deveria integralizar valores, mas que, com sua demissão, não teria mais nenhuma demanda para com a firma, ficando Carlos Guilherme de posse de toda a empresa.<sup>182</sup>

\*\*\*

Neste capítulo, tratamos das relações entre a família e as elites locais, a partir da construção das empresas da família Rheingantz. A ideia central é que as relações com os locais, que podemos chamar de estabelecidos (ELIAS; SCOTSON, 2000), proporcionou novas oportunidades de negócios para os empreendedores imigrantes. Esse aspecto precisa ser matizado quando o relacionamos à perspectiva de empreendedorismo que utilizamos. Nos dois tópicos do capítulo, abordamos as alianças e o desenvolvimento inicial dos negócios das duas primeiras gerações familiares, sendo a fundação da colônia São Lourenço por Jacob Rheingantz e a fundação da fábrica de tecidos de lã de Carlos Guilherme Rheingantz, ambos os negócios criados no terceiro quartel do século XIX.

Tratamos primeiramente das relações estabelecidas por Jacob Rheingantz com as elites econômicas e políticas do sul do Rio Grande do Sul, quando da fundação da colônia São Lourenço, o primeiro grande negócio da família. A construção de uma colônia agrícola remete diretamente à compra e venda de terras e, conseqüentemente, às relações estabelecidas com os fazendeiros, grupo da elite rio-grandense. Além dos fazendeiros, também há relações com posseiros e pequenos moradores da região, boa parte deles sem concessão ou posse legal de terras. As relações e parcerias mantidas com os fazendeiros locais foram extremamente importantes para a construção da empresa colonial, ao contrário do que se pensou no início da pesquisa, pois foram exatamente essas parcerias e trocas entre a família e os grandes fazendeiros que possibilitaram o rápido crescimento da empresa colonial, embora nem sempre tais relações fossem amistosas ou perdurassem pelo tempo maior do que eram necessárias. Por outro lado, as alianças com políticos “de carreira”, ou seja, com vereadores e deputados

---

<sup>182</sup> Conforme: “*CONTRATO. Entre os abaixo assinados Snrs H. Vater, com os Snr H. A. Schröett de um Lado e Snr Carlos G. Rheingantz do outro lado, foi nesta data feito o seguinte contrato.*” Documento em versão traduzida para o português, gentilmente cedido por Vera Rheingantz Abuchaim.

da região que, durante anos, ocupavam tais cargos, contribuíram para, de alguma maneira, desburocratizar demandas das empresas, conquistar apoios, benefícios, isenções ou agilizar a emissão de documentos ou pagamentos.

Estar em contato com um fazendeiro ou com um político – em contato relativamente constante considerando a conjuntura histórica desenhada na tese – é importante para o conceito de empreendedorismo envolvendo imigrantes, pois a principal função da rede como chave explicativa é proporcionar ao desenho da pesquisa a possibilidade de considerar aspectos como o repasse de informações como centrais na análise. Isso significa que as informações não estão disponíveis de forma livre e acessível para todos os indivíduos, mas que um contato na rede social pode contribuir para expandir as informações necessárias para os integrantes de determinada rede. No início deste capítulo, mostramos que, para construir a colônia, era necessário ter acesso ao terreno, saber onde estavam localizadas as melhores terras, como fazer para comprá-las, entre outros detalhes que levam à efetivação dos acontecimentos. Para acessar um “contato”, ou seja, um indivíduo que saiba como dar conta desses aspectos, é necessário um conjunto de recursos, que podem ser formados por vários elementos, como, por exemplo: saber escrever uma carta corretamente, saber a quem escrever ou saber a quem perguntar, isto é, saber como acessar a rede de relações por meio de um conjunto de recursos, que é formado por experiências, por todas as práticas incorporadas ou vividas e pela própria vivência na rede social. É nesse momento que constatamos o capital social agindo.

As transações envolvendo a compra e venda de terras provocaram grandes alterações na sociedade local. As transações envolvendo os grandes fazendeiros provocaram alterações em duplo sentido. A primeira grande alteração é devida à efetivação de um mercado da terra, que, embora já existisse, não tinha os contornos que Jacob Rheingantz inseriu no distrito de Pelotas: grandes compras de terras, datas de matos e até sesmarias inteiras, com pagamento em dinheiro, parcelado ou não, seguido de medições e regularização. Todo esse processo, que não era exatamente uma prática comum, foi utilizado em grande escala tendo em vista a quantidade de terras adquirida. Essa é uma ruptura que a empresa Rheingantz produziu no mercado da terra local.

A segunda grande alteração é nas práticas mantidas por fazendeiros locais no que diz respeito à sua relação com a terra, com a fazenda ou estância e com os outros proprietários de terra, enfim, com o espaço social no qual interage. Para Jacob Rheingantz, não fazia diferença comprar terras de um fazendeiro amigo ou de um inimigo de seus aliados, embora ele conhecesse os conflitos e soubesse quem era amigo ou inimigo de quem. Apesar de o

empresário respeitar as posições ocupadas pelos locais, no sentido de jamais as questionar, ele fez seu negócio crescer, implodindo paralelamente as antigas questões agrárias. Ao não tomar parte em nenhum dos lados dos antigos conflitos agrários, Rheingantz provoca uma pequena ruptura em antigos padrões locais e disputas entre fazendeiros.

Um terceiro grupo de alterações ocorridas na sociedade local se dá pelo próprio processo de colonização das terras, isto é, com a introdução da pequena propriedade e da agricultura, processo que foi capaz de valorizar antigas terras cansadas ou ainda aumentar o valor de terras antes improdutivas, como zonas de matos nas colônias, entre outros aspectos (PETRONE, 1982; SEYFERTH, 1990). Esse processo de colonização, contudo, gerou conflitos entre Rheingantz e os fazendeiros e entre Rheingantz e os colonos. Como vimos, a falta de regularização dos lotes coloniais provocou uma revolta de colonos e culminou na intervenção do governo provincial na colônia. Foi a partir dessa intervenção que a regularização das terras na região começou a ser efetivada, demandando fiscalização por parte do governo e um amplo trabalho da Justiça local.

Na segunda parte do capítulo, avaliamos como as alianças com as elites locais se consolidaram. Os casamentos entre integrantes da segunda geração imigrante com filhas dos representantes das elites locais são já conhecidos das pesquisas que versam sobre o processo de industrialização no país (veja, entre outros, Dean (1991)). As alianças entre esses dois grupos foram decisivas para a construção das fábricas dos Rheingantz não apenas em termos econômicos, pois, além de recursos financeiros, o apoio político foi determinante para agilizar a instalação da empresa. Assim como o pai, Carlos Guilherme Rheingantz não tinha o capital político necessário para construir a empresa que tencionava, assim, o capital político e social do sogro do fundador da fábrica, que era exemplar integrante das elites sul-riograndenses, monopolizou a fundação das industriais Rheingantz de tal forma que o próprio nome da família foi secundário durante a instalação da firma e o cumprimento das burocracias e demais pré-requisitos para efetivar a empresa. Os imigrantes “bem estabelecidos” continuaram participando dos projetos da família Rheingantz, por meio de alianças que intentavam manter uma relação que proporcione uma mútua oportunidade, ou seja, os estrangeiros integrantes dessa rede de imigrantes ajudavam uns aos outros, apoiando a construção de comércios e de fábricas, esperando em troca o mesmo tipo de auxílio quando intentassem construir seus próprios negócios. Contudo, o papel das elites locais nos negócios é muito mais amplo do que o imaginado e, nesse sentido, as alianças da família com as elites locais torna a leitura do conceito de empreendedorismo transnacional ainda mais interessante. Como mostrou Zhou (2004), um dos pensamentos presentes nessa teoria mostra que nem

sempre os negócios imigrantes surgem como resposta a possíveis desvantagens enfrentadas no país de acolhimento, pelo contrário, novas oportunidades podem existir com alianças com os locais e a utilização de suas redes binacionais. Por isso, na construção dos dois grandes negócios familiares, as oportunidades abertas devido às alianças dos Rheingantz com as elites locais foram decisivas para o sucesso e o desenvolvimento das empresas.

No entanto, como ocorreu com a introdução da colônia em São Lourenço, a implantação das fábricas provocou também transformações na sociedade local. A primeira, novamente em termos econômicos, deu-se com a abertura de novos postos de trabalho assalariado, uma nova produção e distribuição de produtos no porto, mas principalmente um novo setor de investimento que aglutinou capitalistas locais ao longo do tempo. Em outro sentido, essas transformações também alteram práticas desses grupos capitalistas e corroboram para a ampliação dos acordos e negócios entre grupos imigrantes e os enriquecidos investidores locais. Mais uma vez, a família fica em uma posição privilegiada de interlocutora entre interesses dos grupos imigrantes e aqueles das elites locais.

## 5 O papel dos “homens de confiança” na manutenção dos negócios

Neste capítulo, pretendemos avaliar as relações de confiança que integraram as redes de relações da família Rheingantz, no intuito de responder como operavam essas relações de confiança no interior das redes e como auxiliavam no desenvolvimento das empresas. Assim como no capítulo anterior, nos debruçaremos sobre os dois negócios familiares, a empresa colonial e o complexo fabril, com a diferença de que, neste capítulo, abordaremos a forma de funcionamento das empresas, como ocorriam as transações financeiras e como se operavam as principais transações empresariais, buscando observar de que modo as relações de confiança puderam contribuir para o desenvolvimento dos negócios. Solidariedade e confiança são dois aportes essenciais dos estudos migratórios, especialmente em pesquisas em termos de grupos étnicos. Como explicou Zhou (2004, p. 1049), a:

“Confiança executória” é o principal mecanismo de imposição contra a malversação entre potenciais empreendedores étnicos e quaisquer violadores de normas e padrões comumente aceitos. O poder de sanção da comunidade e sua capacidade de conferir status aos indivíduos ou excluí-los depende da organização da comunidade étnica. Estas duas características de grupo estão inseridas em estruturas sociais étnicas, constituindo uma importante fonte de capital social que facilita o crescimento empresarial.

Outros traços comportamentais podem ser considerados, como uma tradição empresarial ou a constituição de um grupo empresarial, por exemplo. Assim, como mostrou Marques (2003), redes sociais, capital social e relações de confiança são conceitos amplamente utilizados pela sociologia econômica como chave explicativa. Portanto, utilizamos o pressuposto de que as relações de confiança no gerenciamento das empresas Rheingantz não estão restritas a uma comunidade étnica, pois, já considerando os dados do capítulo anterior, esperamos que, neste círculo mais íntimo de relações, possam ser encontrados, além de familiares e outros imigrantes *bem estabelecidos*, membros das elites locais. Dessa forma, durante a etapa de pesquisa, investigamos a presença de indivíduos, como pessoas de confiança, de origem imigrante, não só alemães, e brasileiros.

Considerando também que as fábricas de Carlos Guilherme Rheingantz são um negócio muito mais complexo que a empresa colonial da primeira geração, esperamos alterações nas relações mais íntimas, embora acreditamos que a antiga rede formada por imigrantes possa continuar auxiliando no desenvolvimento dos negócios.

Também nesse capítulo, por meio do funcionamento das empresas familiares, pretendemos observar como o capital social se comporta entre os “chefes familiares” e como pode ser acionado ou requisitado no andamento de transações e negócios. A hipótese específica que acompanha o capítulo é a de que as relações de confiança e o acúmulo de capital social, conjuntamente, auxiliam no desenvolvimento e no rápido crescimento dos negócios.

### 5.1 Redes imigrantes: a imigração é um negócio

Colônia São Lourenço, 24 de junho de 1861. Rheingantz emitia uma carta ao governo provincial requerendo que não fosse mais necessário aos colonos dirigidos para São Lourenço viajarem para a capital, para que ficassem “*livres de seguirem do porto do Rio Grande para onde melhor lhes convenha, o que até agora não tem sido permitido a outros por mim anteriormente contractados e chegados a este porto, tendo sido obrigados a seguir á capital da Provincia o que me causa grandes embaraços*”. Por um lado, o empresário queria evitar o custo das passagens que ele precisaria antecipar aos imigrantes para a viagem Rio Grande - Porto Alegre - São Lourenço; por outro, ele queria ter a chance de angariar mais colonos que ficariam mais tempo em Rio Grande. Contudo, Rheingantz estava tentando se safar de uma grande confusão, como ele mesmo revelou na sequência: “*devem aportar a esta cidade nos navios “Fanny” de Hamburgo e “Charles Rogier” de Antuerpia, cerca de 200 colonos alli contractados por minha conta para a Colonia de S. Lourenço, porem avisando-me os Sen.<sup>res</sup> Steinmann e C.<sup>a</sup> d’Antuerpia que os vindos no navio “Charles Rogier” vem como se fossem por conta do contracto d’aquelles Sen.<sup>res</sup> com o Governo Provincial*”.<sup>183</sup> A empresa belga *Steinmann & Cia* acusava que os colonos foram remetidos como contratados pelo governo do Rio Grande do Sul, mas que teriam sido convencidos pelo comissário de Rheingantz (e também seu aparentado), Felipe Bauer, no porto de Hamburgo, a partirem para São Lourenço. Rheingantz alegou o contrário, que os passageiros assinaram papéis no porto que não sabiam o que eram, mas que já tinham contratos assinados com Bauer. Para provar tal

---

<sup>183</sup> *Correspondência de Jacob Rheingantz enviado ao Presidente da Província Joaquim Antão Fernandes Leão, em 24 jun. 1861. AHRS. Fundo: Imigração, Terras e Colonização. São Lourenço/empresário/diretor/diversos, mç. 72, cx. 37.*

afirmação, Rheingantz argumentou que, na lista do *Charles Rogier*, constavam os pais de Bauer e seus irmãos e, assim, não havia razão para a informação não ser verdadeira.<sup>184</sup>

Analisando o funcionamento da empresa colonizadora, especialmente tratando do processo de engajamento de imigrantes, constatamos, desde o princípio da pesquisa, que os principais envolvidos nesta etapa do projeto colonial eram alemães, em sua maioria comerciantes ou com experiência nesse ramo, dos quais uma parte era formada por parentes que trabalhavam no Brasil e na Alemanha e a outra era composta por estrangeiros, migrantes ou não migrantes, ou seja, pessoas que estavam trabalhando na Alemanha. Ao que tudo indica, as relações de maior confiança e solidariedade, que influíram no sucesso dos negócios, estão nesse grupo específico. Entre os grupos familiares que auxiliavam e trabalhavam na empresa colonial, estava a família Bauer, que partiu em maio de 1861, constando Valentim e Margarida, que era prima de Jacob Rheingantz, e seus dez filhos, entre os quais estavam Felipe e Guilherme, os dois mais velhos, que já trabalhavam para Rheingantz na Alemanha (incluindo o próprio pai da família, Valentim). Apenas Guilherme continuaria trabalhando para a empresa no Brasil.<sup>185</sup> A família instalou-se em São Lourenço, porém, excetuando-se os trabalhos na área comercial e o agenciamento de imigrantes realizados pelos dois irmãos, Felipe e Guilherme, não foi possível identificar se mais serviços foram praticados pelo grupo familiar. Entre esses parentes, havia uma importante relação de confiança e afinidade, que pode ser medida pelos apadrinhamentos entre os membros das famílias Bauer e Rheingantz, como trataremos adiante.

Em 31 de agosto de 1861, Rheingantz bradava contra a ordem do governo provincial que exigiu dele “*a subvenção de 10 colonos que vierão no navio “Dea” expedido em Antwerpia p.<sup>r</sup> Steinmann e Cia cumpra-me a levar ao conheciemnto de V. Ex.<sup>cia</sup>, que muito me surpredeo essas exigencias, porque esses colonos satisfizerão em Antwerpia suas enteiras passagens, sem que fossem engajados p.<sup>r</sup> Steinmann e C.<sup>a</sup>, nem reclamassem adiantam.<sup>10</sup> ou subvenção alguma desta casa*”.<sup>186</sup> Em setembro do mesmo ano, novos problemas surgiram e Rheingantz tentava literalmente enganar o governo provincial. Em um pequeno bilhete, ele alegou que 99 colonos chegaram a São Lourenço pelo navio Carolina, mas que 39 *preferiram* a oferta do governo provincial. Nas margens da folha da pequena carta, a lápis, o presidente

<sup>184</sup> *Correspondência de Jacob Rheingantz em resposta a ofício do governo [doc. 35], sobre agenciamento de Bauer, questionado por Steinmann.* BRG. Coleção Rheingantz, cx. 1, doc. 36.

<sup>185</sup> *Lista de passageiros expedidos pelo Sr. Steinmann e Cia, de Antuérpia a bordo do navio belga Charles Rogier, Cap. Müller, para o Rio Grande do Sul.* AHRS. Colonização, mç. 33, cx. 19.

<sup>186</sup> *Correspondência de Jacob Rheingantz enviada ao Presidente da Província, em 31 ago. 1861.* Com dois documentos anexos. AHRS. Fundo: Imigração, Terras e Colonização. São Lourenço/empresário/diretor/diversos, mç. 72, cx. 37.

da província (a quem a carta foi dirigida) encaminhou a carta e perguntou ao responsável da área de contratos do governo: “*São do contrato esses colonos?*”, ou seja, perguntou se eram colonos contratados pelo governo, que tiveram inclusive passagens pagas pelos cofres da província. A resposta, no verso da folha, infelizmente não assinada, diz que eram colonos remetidos segundo o contrato que havia entre o governo e a *Steinmann & Cia.*<sup>187</sup> Dois anos mais tarde, novamente Rheingantz tentou *engajar* colonos que seriam remetidos por conta do governo. Conforme o empresário:

Tendo chegado no brigue hamburgues “Hortencia”, 55 colonos, dos quaes 29 resolveram já na Alemanha de emigrarem para a minha Colonia S. Lourenço, a que foram levados por informações de parentes, que vim este fim lhes adiantaram os meios precisos, succede agora que todos os 55 colonos vieram por conta do contrato do Governo Provincial com a [casa] Steinmann e Cia. Esta casa, que tem um contracto especial commigo, em vez de embarcar os 29 colonos por m.<sup>a</sup> conta, como elles o exigiam, os illudio remettendo-se ao governo provincial.<sup>188</sup>

Rheingantz alegou, desta vez, que a firma *Steinmann & Cia* havia agido de má fé. Entretanto, a resposta do governo provincial foi categórica em mostrar que o empresário não tinha razão em recrutar tais colonos, uma vez que os contratos já haviam sido assinados na Antuérpia, de maneira bastante clara, engajando tais imigrantes por conta do governo provincial, e que a firma vinha mantendo suas obrigações. A empresa belga mantinha um contrato com o governo provincial desde 1859 (ROCHE, 1969, p. 107)<sup>189</sup> e também possuía um contrato com Rheingantz para engajar imigrantes para São Lourenço. No entanto, essa não era a única empresa especializada no transporte de imigrantes que havia sido contrata, havia outras, entre as quais estavam a *Wilh. Hühn & Cia*, que engajou imigrantes para Rheingantz desde os princípios da colônia, e a Lobedanz, que, salvo engano, atuou nas décadas de 1870 e 1880. Ambas as empresas eram de Hamburgo.

<sup>187</sup> *Correspondência de Jacob Rheingantz enviada ao Presidente da Província, em 19 set. 1861.* AHRS. Fundo: Imigração, Terras e Colonização. São Lourenço/empresário/diretor/diversos, mç. 72, cx. 37.

<sup>188</sup> *Correspondência de Jacob Rheingantz enviada ao Presidente da Província, em 03 set. 1863.* AHRS. Fundo: Imigração, Terras e Colonização. São Lourenço/empresário/diretor/diversos, mç. 72, cx. 37.

<sup>189</sup> Entre 1851 e 1871, o governo provincial manteve vários contratos com empresas colonizadoras, das quais quase nenhuma conseguiu cumprir o requisito mínimo de quantidade de imigrantes a serem inseridos na província exigidos em cada contrato. Além da empresa *Steinmann e Cia*, tiveram contratos com o governo provincial do Rio Grande do Sul: Pedro Kleudgen, Sociedade Montravel, Silveiro e Cia, Cia Hamburgo-Brasileira (representada por J. Knorr), Claussen-Bretan, Almeida Martins, Caetano Pinto e Holzweissig. Essa última empresa assinou o que é considerado o mais importante contrato com o governo, em 1871, que previa a inserção de 40.000 colonos em um prazo de dez anos. A empresa não apresentou os resultados esperados. Veja a discussão em Roche (1969, p. 106-107).



Em 1861, os imigrantes que chegaram ao Brasil em 12 de abril escreveram um abaixo-assinado reclamando dos valores cobrados pela firma *Wilh. Hühn & Cia*. Outros colonos, que partiram de Hamburgo em 7 de agosto, também produziram um documento de protesto por terem sido obrigados a assinar, a bordo do navio, documentos de empréstimos e adiantamento de recursos. Dois anos mais tarde, a firma cobrava os valores devidos dos colonos e pressionava Rheingantz com mais cobranças.<sup>190</sup> O diálogo entre Rheingantz e a empresa hamburguesa não foi amistoso. Ao que tudo indica, Rheingantz geria os contratos com a empresa, que engajava imigrantes para São Lourenço, fazendo pagamentos por meio de notas promissórias, endossadas pelo banqueiro Friedrich Ernst Krannichfeldt, sediado em Rio Grande. Basicamente, a empresa ou o agente que engajava imigrantes, no caso, a *Wilh. Hühn & Cia*, adiantava passagens e outros valores aos colonos contratados e remetia ao Brasil os imigrantes em navios de empresas como a *F. Laeisz*. Uma vez no país, os colonos pagariam para Rheingantz os valores devidos e, assim, o empresário Rheingantz repassaria os valores para os engajadores em Hamburgo, usando os serviços do banqueiro referido. Rheingantz tinha também negócios com outras firmas, inclusive com a *F. Laeisz*, uma das maiores empresas de navegação e comércio marítimo de então.<sup>191</sup> Nesta época, Rheingantz tentou subscrever notas endereçadas para a Hühn e Cia para pagar a *F. Laeisz*, enfurecendo Wilhelm Hühn, que estava no Brasil tratando de negócios em Santa Catarina.<sup>192</sup> Infelizmente, não sabemos como terminou essa discórdia entre os grupos, mas notamos uma diminuição dos engajamentos realizados pela firma *Hühn e Cia* para o empresário Rheingantz após essa data.

Hühn mantinha uma importante firma de engajamento de imigrantes em Hamburgo, era um conhecido empresário e possuía negócios em vários países, inclusive no Brasil, onde encaminhou imigrantes para Santa Catarina e para o Rio Grande do Sul. As cartas que ele trocou com Rheingantz, em meados da década de 1860, revelam grande tensão entre a empresa engajadora e o empresário colonizador. Pelas nossas pesquisas, o banqueiro Krannichfeldt investiu grandes valores para financiar o engajamento de imigrantes por parte de Rheingantz, pois, quando da morte de Rheingantz, em 1877, restava uma dívida com a massa falida do banco de mais de vinte contos de réis (20:000\$000), valores que somente

---

<sup>190</sup> *Abaixo-assinado contendo reclamações sobre o custo de passagens, 14 abr. 1861.; Documento de protesto contra Hühn & Cia de transporte assinado em 1861.; Correspondência da empresa Hühn & Cia para Jacob Rheingantz, com relação aos primeiros valores a serem pagos das passagens financiadas dos colonos, em 18 ago. 1863 e em 25 set. 1863.* BRG. Coleção Rheingantz.

<sup>191</sup> A empresa ainda é, atualmente, destaque no ramo de comércio e seguros marítimos. Veja as atividades da empresa hoje, bem como um histórico da companhia disponível em: <<http://www.laeisz.de/en/home/>>. Acesso em: 31 dez. 2015.

<sup>192</sup> *Carta de Guilherme Hühn a Jacob Rheingantz, em 18 ago. 1863.* BRG. Coleção Rheingantz, cx. 1, doc. 44 (em alemão).

seriam quitados por Maria Carolina, em 1890.<sup>193</sup> A ligação do banqueiro com a família era, contudo, mais pessoal. Friedrich Ernst Krannichfeldt também era natural de Hamburgo, mas descendia dos nobres Krannichfeld de Erfurt, na Turíngia. Casado, radicou-se no Rio Grande do Sul, onde teve dois filhos. Atuou como banqueiro até seu negócio falir em 1869, quando se suicidou. Amigo de Jacob Rheingantz, o banqueiro foi padrinho de Frederico Guilherme, 3º filho de Rheingantz, nascido em 1856.

Contudo, o funcionamento da empresa colonizadora narrado não parece ter sido a única forma de engajamento e transporte de imigrantes, pois Rheingantz também tinha contratos com grandes firmas, como mostram as dívidas do empresário deixadas após sua morte. A principal delas era com a própria *F. Laeisz*, para quem devia cerca de quatro contos de réis (4:000\$000). Não sabemos detalhar quais eram os negócios que a *F. Laeisz* manteve com Rheingantz, mas existia uma relação mais pessoal entre ambos, provavelmente intermediada por Guilherme Ziegenbein. Quando Ziegenbein faleceu, em 1866, os dois declarantes do óbito no registro civil de Hamburgo foram comerciantes da cidade, Christian Woellmer e Carl Laeisz, filho de Ferdinand Laeisz, fundador da companhia *F. Laeisz*. Carl Laeisz começou a atuar na empresa da família em 1852 e, nas décadas seguintes, ampliou as linhas regulares de transporte marítimo entre Europa, América Latina e Austrália, incluindo o transporte de imigrantes para tais destinos. Como mencionamos, Carl Laeisz também foi o testamenteiro de Ziegenbein em Hamburgo, já Ferdinand Laeisz assinou como testemunha o processo de cidadania de Ziegenbein em 1856.<sup>194</sup>

O grupo *Laeisz* representa aqui o conjunto de comerciantes e grandes investidores hamburgueses que sempre esteve interessado nos negócios migratórios, inclusive investindo e tendo contratos com os Rheingantz. A relação da *F. Laeisz* com os comerciantes alemães sediados no extremo sul brasileiro parece envolver o comércio marítimo de maneira mais ampla. Anos mais tarde, porém, o grupo faria grandes investimentos na área da colonização, como sócios da empresa *Hanseatische Kolonisationsgesellschaft* (Sociedade Colonizadora Hanseática, empresa que instalou a colônia Hansa, em Santa Catarina). O capital na época da reestruturação da companhia, em 1897, era de um milhão e meio de marcos, sendo integralizados um milhão e cem mil marcos até 1903. Em 1899, havia 95 quotas de capital,

<sup>193</sup> O valor exato da dívida era vinte e um contos, quatrocentos e oitenta e três mil e quinhentos e setenta réis (21:483\$570). Cf.: *Recibo de quitação de Maria Rheingantz para Krannichfeldt*. BRG. Coleção Rheingantz, cx. 2, doc. 83.

<sup>194</sup> Veja: Registro de óbito de Guilherme Ziegenbein. Staatsarchiv Hamburg. Zivilstandsamt (332-03), C-8, register n. 2326, 1866; e Processo de requisição de cidadania de Frederico Guilherme Ziegenbein, em 09 jun. 1856. Staatsangehörigkeitsaufsicht. 332-7. B. I. a)1856/nº861. Sobre a empresa e a família Laeisz, consulte Prager (1979) e Gerhard (2007).

das quais 54 estavam nas mãos das firmas portuárias de Bremen e Hamburgo, que somavam 70% do capital da firma. A *Hamburg Süd* tinha cento e vinte mil marcos e a *Norddeutsche* tinha cento e quarenta e oito mil marcos de capital investido. Os três principais cotistas individuais eram Heinrich Wiegand (diretor da *Norddeutsche Lloyd*, de Bremen), Carl Ferdinand Laeisz (da *F. Laeisz*) e Albert Ballin (da *Hapag*, de Hamburgo), cada um com dez mil marcos de quota. Os três formaram o primeiro conselho fiscal da empresa. Havia ainda quatorze quotas de capital na mão de comerciantes, banqueiros e industriais da Renânia do Norte-Vestfália, especialmente Köln, Düren e Elberfeld e Barmen (Wuppertal). O último grupo de acionistas era formado por juristas, nobres, políticos e acadêmicos de várias localidades alemãs (RICHTER, 1992, p. 25-26).

Em um primeiro momento, a intenção era mostrar as redes estabelecidas que garantiram o funcionamento da empresa colonial. Entretanto, o que encontramos nas fontes documentais são indícios de que Jacob Rheingantz tenha sido o integrante de uma rede de comércio internacional. Em outras palavras, ele foi membro de redes comerciais mais amplas, envolvendo grupos de comerciantes alemães que representavam, no Brasil, interesses de empresas de navegação e de grandes firmas comerciais internacionais. Acreditamos que Jacob Rheingantz usou essas redes comerciais, que herdou de Ziegenbein, um legítimo comerciante e representante das firmas de Hamburgo, para construir o empreendimento colonial e ampliar, assim, seu espaço de atuação no comércio local e regional.

Como demonstramos, existem ligações difíceis de precisar entre os homens de confiança que Rheingantz manteve em seus negócios. Podemos realizar um exercício para ampliar a rede de relações envolvendo negócios da colônia, baseando-se nos procuradores nomeados pela família nas décadas de 1850, 1860 e 1870. Temos então os nomes de Alexandre Wagner, Frederico Bier, João Cirer [sic], Alberto Rausch e Luiz Braga.<sup>195</sup> O primeiro deles, Alexandre Wagner<sup>196</sup>, foi procurador de Rheingantz quando da assinatura do contrato de 1856 com o governo imperial, para a compra e colonização de áreas devolutas na Serra dos Tapes. Ele era natural da Hungria, comerciante, com interesses comerciais específicos em Rio Grande, onde se casou com Josefa Geraldina de Sá, irmã de Miguel Tito de Sá, futuro sogro de Carlos Guilherme Rheingantz. Frederico Bier e Alberto Rausch

<sup>195</sup> As informações aqui provêm de: APERS. Município de Pelotas. 1º Tabelionato. Livro Notarial de Transmissões/Notas, nº 12, fl. 2 e Livro Notarial de Transmissões/Notas, nº 8, fl. 52 e 52v; *Correspondência de Jacob Rheingantz enviada ao Presidente da Província, em 27 abr. 1860*; e *Relatório de Lothar de la Rue, Agente Interprete da Colonização em Porto Alegre, enviado ao Presidente da Província Dr. João Antônio, em 14 ago. 1869*. AHRS. Fundo: Imigração, Terras e Colonização. São Lourenço/empresário/diretor/diversos, mc. 72, cx. 37.

<sup>196</sup> Wagner casou-se no Rio de Janeiro, em 1856, onde parecia residir na época. O casal e os filhos foram morar na França, onde Wagner faleceu em 1897 (RHEINGANTZ, 1979, p. 222).

parecem ter sido imigrantes que trabalharam para o empresário nas questões de regularização fundiária, os dois eram comerciantes. Já João Cirer também assinou diversos registros de compra de propriedades de matos e terras e escrituras de venda para colonos, como procurador e, além disso, foi padrinho de Maria Angélica, 4ª filha de Rheingantz, nascida em 1854<sup>197</sup>.

Luiz Braga foi um advogado pelotense que atuou como procurador de Ziegenbein e de Rheingantz. Esteve ainda envolvido na captação de recursos entre charqueadores e políticos de Pelotas e Rio Grande quando da fundação da colônia, escrevendo uma carta para Rheingantz, na qual relatou todo o conflito entre as visões de capitalistas locais e de empreendedores como Rheingantz. Na época, embora alguns dos mais importantes fazendeiros contribuíssem com alguns valores em dinheiro para apoiar a colônia, os recursos não eram significativos e havia dificuldades para encontrar financiadores mais robustos. Braga, ao que parece, assumiu o discurso e sensibilizou-se com a iniciativa de Rheingantz, como alegou ao revelar que eram poucos na cidade que poderiam “*conhecer as vantagens futuras d’uma colônia bem estabelecida: pois eles só gostão de vêr os seus Dinr.<sup>os</sup> amontoados, e sem aplicação alguma p.<sup>a</sup> o benefício seo, e do publico: esta é a ilustração d’estes ricos q. só enxergão a ponta do naris*”.<sup>198</sup>

Os desentendimentos por conta do engajamento de imigrantes não foram suficientes para abalar o apoio ou a confiança que o governo provincial tinha em Rheingantz. Ainda em janeiro de 1863, Rheingantz havia conseguido receber a primeira parcela da subvenção paga pela introdução de colonos desde a fundação de São Lourenço. Cada empresa que inseria imigrantes nas colônias recebia um valor em moeda corrente pela introdução de cada imigrante na província, discriminados entre adultos e crianças. Por exemplo, em 1857, o governo provincial pagou, para as empresas Cia Hamburgo-Brasileira e Claussen-Bretan, o valor “de 30 mil-reis por individuo de mais de 12 anos, e de 15 mil-reis por menino de 2 a 12 anos” (ROCHE, 1969, p. 107). Essas subvenções do governo eram chamadas de *prêmios*. Rheingantz recebeu os primeiros cinco contos de réis, faltando outros cinco contos de réis. O empresário, entretanto, continuava pressionando o governo provincial para receber a segunda parcela.<sup>199</sup> Como sabemos, a imigração para o Brasil em meados do século XIX era um bom negócio. Mantendo poucas, mas importantes, conexões, como estamos mostrando, Rheingantz

<sup>197</sup> *Batismo de Maria Angélica*, em 07 fev. 1857. Livro 15 de batismos da Matriz de São Pedro do Rio Grande, p. 167.

<sup>198</sup> *Carta de Luiz Braga a Jacob Rheingantz*, em 31 mar. 1857. BRG. Coleção Rheingantz, cx. 1, doc. 6.

<sup>199</sup> *Correspondência de Jacob Rheingantz enviado ao Presidente da Província*, em 10 jan. 1863. AHRs. Fundo: Imigração, Terras e Colonização. São Lourenço/empresário/diretor/diversos, mç. 72, cx. 37.

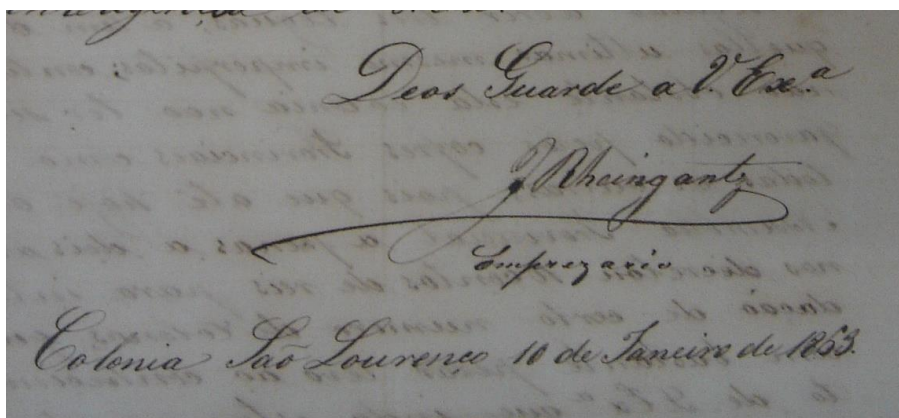
aprendeu a jogar os jogos políticos da província, como podemos observar em dois documentos datados de 24 de maio de 1876, enviados por Rheingantz, de Pelotas, para o presidente da província. A primeira correspondência informava que o distrito onde se localizava a colônia, quinto distrito de Pelotas (após a revolta e as medições de terras, foi criado um novo distrito somente para a colônia), estava sem oficial do registro civil e juiz de paz, citando inclusive os artigos da lei em vigor para serem supridos os cargos. Essa era a carta oficial, mas, em um segundo documento, menos formal, Rheingantz toma a liberdade de indicar um nome para o cargo de registro civil, pedindo desculpas por dirigir-se particularmente à sua excelência, o presidente da província, mas que o Dr. Mendonça havia assegurado que tal liberdade não seria tomada como um problema. Infelizmente, não sabemos a quem Rheingantz se referia, mas provavelmente seja um dos políticos pelotenses da família Jacintho de Mendonça, Alexandre ou Joaquim, ambos do Partido Conservador.<sup>200</sup>

Jacob Rheingantz tinha se tornado um rico comerciante e um reconhecido empresário, reivindicando para si tal posição, como pode ser visto na Figura 9, na qual se subscreve como empresário. O fundador da colônia tinha contatos com importantes políticos e uma boa relação nas instâncias governamentais. No caso brasileiro, embora não houvesse representatividade política para estrangeiros (não podiam ser votados ou eleger representantes, incluindo os integrantes das câmaras locais), isso não significou necessariamente que os imigrantes não possuíam algum tipo de influência ou articulação com tais políticos. Como ponderou Xosé Manoel Núñez Seixas (2006, p. 35), alguns estudos no Uruguai e na Argentina têm mostrado que a elite imigrante possuiu acesso mais fluído do que se pensava às estruturas de poder municipal.<sup>201</sup> Na Argentina, alguns grupos estrangeiros, mesmo com pouca representatividade política, integram redes de poder com participação e decisões especialmente nos níveis locais (BJERG; OTERO, 2006). Bem-sucedido nos negócios, Rheingantz ganhou visibilidade e respeito, conquistando a confiança das autoridades locais e regionais.

---

<sup>200</sup> *Correspondência de Jacob Rheingantz enviado ao Presidente da Província Tristão Alencar Araripe, em 24 mai. 1876a.; Correspondência particular de Jacob Rheingantz enviado ao Presidente da Província Tristão Alencar Araripe, em 24 mai. 1876b.* AHRS. Fundo: Imigração, Terras e Colonização. São Lourenço/ empresário/diretor/diversos, mç. 72, cx. 37. Joaquim foi deputado pela província em quatro oportunidades e Alexandre, em seis.

<sup>201</sup> Conforme Seixas (2006, p. 35), a falta de representação política dos estrangeiros exerce influência sobre as democracias latino americanas, como na Argentina, por exemplo. Sobre participação e inserção política de imigrantes veja, entre outros, Maria Liliana Da Orden (1995).



**Figura 9 – Recorte com assinatura de Jacob Rheingantz.**

Fonte: Correspondência de Jacob Rheingantz enviada ao Presidente da Província, em 10 jan. 1863. AHRs. Fundo: Imigração, Terras e Colonização. São Lourenço/empresário/diretor/diversos, mç. 72, cx. 37.

No desenho que estamos construindo, temos uma análise dos principais elementos que compõem a rede da família Rheingantz. Como sabemos, as redes de relacionamento de imigrantes podem estar em diversos níveis, local ou extralocal (regional ou nacional), tanto no país de origem quanto no de destino, mas o que realmente importa é o tamanho da rede (PORTES; GUARNIZO; HALLER, 2002). Por outro lado, quanto maior a rede, mais capital social é disponibilizado entre os membros ou acionado pelos integrantes do grupo (BOURDIEU, 1997). No caso aqui avaliado, não estamos dimensionando o tamanho da rede, mas caracterizando aqueles elementos que diretamente operam no funcionamento dos negócios coordenados pelos Rheingantz e, assim, realizando, de maneira qualitativa, uma análise do papel desses integrantes.

Como já salientamos, a rede social é um esforço e um investimento daqueles que compõem determinado grupo:

Em outras palavras, a rede de relacionamentos é o produto de estratégias de investimento, individual ou coletiva, consciente ou inconscientemente, que visam estabelecer ou reproduzir relações sociais que são diretamente utilizáveis, a curto ou a longo prazo, ou seja, a transformação das relações contingentes, como os do bairro, local de trabalho, ou até mesmo parentesco, em relações que são ao mesmo tempo necessárias e eletivas, implicando obrigações duráveis subjetivamente sentidas (sentimentos de gratidão,

respeito, amizade, etc) ou institucionalmente garantidas (direitos) (BOURDIEU, 1997, p. 52, tradução nossa<sup>202</sup>).

## 5.2 Os capitalistas de Rio Grande e as redes de investimento

Rio Grande, 18 de setembro de 1887. O sócio-gerente e solidário da *Rheingantz & Cia*, Carlos Guilherme, dirigia-se aos acionistas:

O unico receio que devemos ter é de uma demasiada concorrência, mediante o levantamento de outra fabrica identica á nossa. Abastecendo a nossa já o consumo de quasi todo o Imperio no artigo cobertores, traria outra fabrica desde mesmo artigo um excesso de produção e dificuldades para todos, posto que maiores para aquelles que viessem competir comosco. A produção de lans no Brasil, aliás a criação de ovelhas, é tão diminuta ainda, que – me parece – não deverá animar o estabelecimento de outra fabrica; emquanto á tecidos de algodão não influem os baixos direitos da Tarifa especial á que os capitaes da Provincia procurem applicar-se no exercicio desta industria.<sup>203</sup>

A pesquisa sobre a fase inicial da fábrica de lã de Rheingantz apresentou algumas dificuldades. A indústria começou com uma sociedade entre Rheingantz e Vater e estava estabelecida em um prédio construído especialmente para abrigar a fábrica de tecidos de lã, na Rua Conde de Porto Alegre, esquina com a Cadeia Civil.<sup>204</sup> Logo em 1876, Vater e Rheingantz rompem o contrato e Vater afasta-se da sociedade, embora ainda devesse receber alguns valores que havia investido. A fábrica de Carlos Guilherme foi um grande investimento, configurando-se como uma fábrica de grande porte. Carlos Guilherme levou apenas alguns anos (provavelmente dois ou três anos) para integralizar o capital de quarenta contos de réis (40:000\$000) na empresa, somado ainda com os valores de Vater e Miguel Tito

<sup>202</sup> Texto original: “*In other words, the network of relationships is the product of investment strategies, individual or collective, consciously or unconsciously aimed at establishing or reproducing social relationships that are directly usable in the short or long term, Le., at transforming contingent relations, such as those of neighborhood, the workplace, or even kinship, into relationships that are at once necessary and elective, implying durable obligations subjectively felt (feelings of gratitude, respect, friendship, etc.) or institutionally guaranteed (rights)*”.

<sup>203</sup> NPH. *Relatorio da Sociedade Commanditaria em Acções Rheingantz & C., que vai ser apresentado á assembleia geral ordinaria em 26 out. 1887*. Rio Grande: Tipografia do Trocadério, 1887, p. 8.

<sup>204</sup> BRG. *Diário do Rio Grande*, Rio Grande, ano XXVI, nº 5463, p. 1, 7 dez. 1873. O rompimento contratual entre Vater e Rheingantz ocorreu em 07 jun. 1876, por meio de outro contrato particular entre ambos, que delimitou as condições gerais da demissão de Hermann Vater. Cf.: “*CONTRATO. Entre os abaixo assinados Snrs H. Vater, com os Snr H. A. Schröett de um Lado e Snr Carlos G. Rheingantz do outro lado, foi nesta data feito o seguinte contrato*”. Versão em português do documento, gentilmente cedida por Vera Rheingantz Abuchaim.

e, possivelmente, chegando perto do capital social total da firma, que era de noventa contos de réis (90:000\$000). Essa situação é muito diferente da conjuntura que descreve o começo das fábricas têxteis de Santa Catarina, por exemplo. Hering (1987) traça o perfil de alguns pioneiros, entre os quais estão os irmãos Hermann e Bruno Hering. Conforme a autora, os irmãos começaram com apenas um tear para produção de meias. O tear e os fios ficaram submersos em uma grande enchente em 1880, sendo preciso um empréstimo junto ao Dr. Hermann Blumenau para recuperar o negócio. Esse teria sido o único empréstimo da empresa (HERING, 1987, p. 91 a 94). Outro reconhecido pioneiro do ramo, Carlos Renaux, começou sua fábrica com oito teares, em 1892, comprados com um empréstimo feito em uma instituição em Hamburgo. O negócio começou a operar como atividade complementar ao comércio e os teares eram movidos com a força que abastecia os armazéns comerciais. A dívida da compra dos teares só foi efetivamente quitada em 1917 (HERING, 1987, p. 116).<sup>205</sup>

Com a saída de Vater e o crescimento acentuado da fábrica de tecidos de lã, Carlos Guilherme propõe a instalação de uma segunda fábrica, desta vez de tecidos de algodão. Contudo, para dar continuidade aos projetos e acompanhar o crescimento da própria empresa, Carlos Guilherme não apenas mudou o nome para *Rheingantz & Cia*, como também alterou a composição social da firma. Assim, em janeiro de 1884, contando então dez anos da criação da fábrica, Carlos Guilherme alterou a firma de uma sociedade comanditária simples para uma sociedade comanditária em ações e criou a *Sociedade Comanditária em ações Rheingantz & Cia*, com duas fábricas: a Fábrica Nacional de Tecidos de Lã, que já existia desde 1873, e a Fábrica de Algodões Rio-Grandense, criada em 1884, mas que iria começar a operar efetivamente dois anos depois.

A sociedade em comandita por ações é similar à sociedade anônima, com alterações específicas, especialmente no que diz respeito à responsabilidade dos diretores, ao nome empresarial e às deliberações sociais. O acionista diretor da sociedade em comandita por ações geralmente é chamado de gerente e tem a responsabilidade ilimitada sobre as obrigações da sociedade. O restante da diretoria é de acionistas nomeados para o cargo por votação, conforme o estatuto de cada companhia. Os diretores também possuem responsabilidade ilimitada sobre as deliberações sociais, uma vez que “a assembleia geral não tem poderes para, sem a anuência destes, mudar o objeto essencial da sociedade, prorrogar o seu prazo de duração, aumentar ou reduzir o capital social, criar debêntures ou partes

---

<sup>205</sup> Com relação aos capitais investidos, a comparação é ainda mais difícil. A fábrica Hering, por exemplo, em 1892, tinha, em seu ativo total, o valor de 55:839\$400 e, em 1911, 1.183:808\$350. Os números da firma de Renaux mostram um ativo de 540:000\$000, em 1910 (HERING, 1987, p. 104 e 127).



beneficiárias” (COELHO, 2011, 261). Em caso de morte do gerente, a sociedade dissolvia-se, salvo disposição contrária em contrato.<sup>206</sup>

Com a abertura da empresa para o formato de ações, Carlos Guilherme aumentou o capital social da firma, que era de noventa contos (90:000\$000), para seiscentos contos de réis (600:000\$000), ficando ele como sócio-solidário, ou seja, como aquele que efetivamente respondia por todas as obrigações legais e sociais da empresa. O industrial também era o gerente da empresa, responsável pela administração das fábricas. Muitas vezes, ele assinou como sócio-gerente e não como sócio-solidário ou apenas gerente. As grandes mudanças na empresa, no início da década de 1880, alteraram profundamente a vida social da família Rheingantz e sua posição na sociedade. A empresa não parou de crescer e aumentar seu patrimônio e Carlos Guilherme não parou de investir. Nesta época, Carlos Guilherme não tinha apenas dividendos como acionista, ele também recebia como sócio-solidário um valor de 8% sobre o excesso do lucro bruto das fábricas sobre o capital social – veja mais detalhes na Tabela 2. Provavelmente, o período de 1880 a 1890 marca o de maior trabalho e empenho de Carlos Guilherme em promover as suas fábricas. Tal crescimento pode ser acompanhado na Tabela 2, que mostra os lucros da empresa e o pagamento dos dividendos aos acionistas.

---

<sup>206</sup> Em 1854, um decreto proibiu a divisão do capital no formato de sociedades comanditas por ações, prática de origem francesa. Apenas em 1882, as sociedades anônimas, incluindo as comanditas por ações, seriam regulamentadas. Veja: BRASIL. Decreto nº 1.487, de 13 dez. 1854. Disponível em: <<http://www2.camara.leg.br/legin/fed/decret/1824-1899/decreto-1487-13-dezembro-1854-590646-publicacaooriginal-115747-pe.html>>. Acesso em: 30 nov. 2016; BRASIL. Lei n. 3150, de 04 nov. 1882. Disponível em: <[http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/LEIS/LIM/LIM3150.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/LEIS/LIM/LIM3150.htm)>., veja também a respectiva regulamentação: BRASIL. Decreto n. 8821, de 30 dez. 1882. Disponível em: <[http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/decreto/Historicos/DIM/DIM8821.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/decreto/Historicos/DIM/DIM8821.htm)>. Acesso em: 30 nov. 2016.

Esse crescimento ficaria absolutamente marcado nas alterações que Carlos Guilherme faria na empresa em 1890 e 1891.<sup>207</sup>

Tabela 2 - Lucros e dividendos da *Rheingantz & Cia*

Ano	Repasso ao sócio-solidário (em réis) <sup>208</sup>	Lucro líquido das fábricas (em réis) <sup>209</sup>	Dividendos pagos aos acionistas
1884	5:961\$500	27:961\$500	10%
1885	SI	42:620\$285	6%
1886	774\$906	81:322\$873	8%
1887	16:000\$000	127:497\$896	10%
1888	65:186\$670	194:705\$880	16% <sup>210</sup>
1889	40:000\$000	196:213\$441	12%
1890	60:000\$000	275:818\$130	14%

Fonte: Relatórios da Rheingantz & Cia (1884-1890).

De 1884 a 1890, Carlos Guilherme geria a firma praticamente sozinho, embora Alfredo Jacob, seu irmão, já estivesse trabalhando como seu principal assessor. Nessa época, não havia uma diretoria, apenas um conselho fiscal, formado por três acionistas, escolhidos nas assembleias da empresa, as quais geralmente ocorriam em outubro. Os conselheiros fiscais eram, portanto, os principais acionistas da companhia e, na maior parte das vezes,

<sup>207</sup> Todas as informações relativas às fábricas e à relação de Carlos Guilherme com a empresa, bem como relativas à participação dos acionistas e aos números apresentados para este período existentes neste parágrafo e nos seguintes foram retiradas dos relatórios da própria companhia (1884-1890). Tivemos acesso a duas coleções dos relatórios. A primeira é pertencente ao *Núcleo de Pesquisa em História*, NPH/UFRGS, que mantém cópias incompletas, pois faltam as páginas que listam os acionistas na maior parte das fotocópias dos relatórios de 1884 a 1937 (com poucos anos faltando), no acervo: *Indústria e trabalho no Rio Grande do Sul – Industrialização e movimento operário entre 1889 e 1845*, por meio do banco de dados *O processo de Industrialização no RS entre 1889-1945*, catalogados sob nº NPH/156-E até NPH/167-E. A segunda coleção, praticamente completa (1884-1855), é formada pelos originais e encontra-se na Biblioteca Rio-Grandense, sob catálogo: Sala Silva Paes. Caixa 1, NR.33.942 – E.16 P.1 (1884-1916) e Caixa 2, NR.33.942 – E.16 P.1 (1917-1955). Os relatórios utilizados aqui são os seguintes: *Relatorio da Sociedade Commanditaria em ações Rheingantz e C. apresentado á Assembléa Geral em 31 out. 1884*. Rio Grande: Tipografia do Echo do Sul, 1884; *Relatorio da Sociedade Commanditaria em ações Rheingantz e C. Apresentado a assembléa geral em 21 nov. 1885*. Rio Grande: Tipografia Evangélica, 1885; *Relatorio da Sociedade Commanditaria em Acções Rheingantz e C. Apresentado á assembléa geral ordinaria em 29 out. 1886*. Tipografia da Livraria Evangelica, 1886; *Relatorio da Sociedade Commanditaria em Acções Rheingantz & C., que vai ser apresentado á assembleia geral ordinaria em 26 out. 1887*. Rio Grande: Tipografia do Trocadério, 1887; *Relatorio da Sociedade Commanditaria em Acções Rheingantz & C., que vai ser apresentado á assembleia geral ordinaria em 30 out. 1888*. Rio Grande: Tipografia do Trocadéro de J. Bastos, 1888; *Relatorio da Sociedade Commanditaria em Acções Rheingantz & C. que vai ser apresentado á assemblea geral ordinaria em 09 nov. 1889*. Rio Grande: Typ. Trocadero de Jose Bastos, 1889; *Relatorio da Sociedade Commanditaria em ações Rheingantz & C. que vai ser apresentado a assembleia geral ordinaria em 25 nov. 1890*. Rio Grande: Typ. Trocadeiro de José Bastos, 1890. A partir de agora, faremos referência aos relatórios como Relatório da Rheingantz & Cia, com o respectivo ano.

<sup>208</sup> O cálculo do lucro que era repassado ao sócio-solidário era bastante complexo. Resumidamente, ele tinha direito à “metade do excesso de 8% ao ano sobre o capital social”.

<sup>209</sup> Alguns anos incluem os valores dos aluguéis das casas dos operários e outros lucros, tais como ações da Carris Urbana, compradas em nome da firma, apesar de seus valores serem bem menores em comparação ao lucro líquido das fábricas.

<sup>210</sup> Divididos em duas parcelas: a primeira de 8% seria paga imediatamente, e uma segunda de 8% seria paga seis meses após a retirada da primeira parcela.

revezavam-se no conselho sempre os mesmos acionistas: Antônio Manoel de Lemos Júnior ocupou o cargo de conselheiro fiscal cinco vezes neste período; Virgilino José da Porciúncula e Miguel Fernandes Moreira, por quatro vezes cada um; Frutuoso José G. Mostardeiro, por duas vezes; e Lycurgo Telles de Meneses, José M. Rodrigues Vianna, Alexandre José da Silva, Menandro Perry e Alfredo Doux, uma vez cada. Grande parte desses acionistas ficaram na empresa por muitos anos, inclusive como integrantes dos quadros da diretoria, que seria criada em 1891. Esses conselheiros eram um importante grupo de *capitalistas* da cidade e foram os homens de confiança de Carlos Guilherme, embora não tivessem poder ativo de decisão no interior da firma, como ainda veremos.

Todo o material para a construção da fábrica de algodão veio da Inglaterra, incluindo a cobertura da fábrica, o motor, o sistema de transmissão e a caldeira, que usava carvão inglês do tipo Cardiff. Já as máquinas de fiação e tecelagem foram adquiridas na renomada *Platt Brothers*,<sup>211</sup> em Oldham, Inglaterra, que também contratou e enviou ao Brasil um mestre tecelão. A fábrica de tecidos de algodão foi instalada no antigo prédio da empresa, na Rua Conde de Porto Alegre, próxima à cadeia civil. Em 1885, foi finalizada a transferência da fábrica de tecidos de lã para as novas dependências, construídas no terreno adquirido paralelo à estação da estrada de ferro<sup>212</sup>. As obras do prédio principal e dos inúmeros galpões auxiliares e demais dependências eram fiscalizadas por Augusto Land e executadas pelo mestre Antônio dos Santos Lisboa. A inauguração das novas dependências, em 1º de março de 1885, contou com a presença do Imperador D. Pedro II e uma placa comemorativa foi colocada no motor principal pelo Príncipe do Grão-Pará.<sup>213</sup>

Efetivamente, a fábrica de tecidos só começou a funcionar em agosto de 1886, quando chegou o mestre tecelão enviado pelo fabricante dos teares. Carlos Guilherme, no ano anterior, havia pedido um aumento de duzentos contos de réis (200:000\$000) no capital social da firma para os acionistas, que acataram o pedido. Os novos valores foram integralizados nas máquinas e nos novos prédios. Por exemplo, em 1887, 13 novos teares, duas máquinas de fiação e quatro de cardar, entre outras três máquinas para tratar o fio de lã foram acrescidas na


---

<sup>211</sup> A Platt Brohers ou Platt Bros & Co Ltd foi uma fábrica especializada na produção de máquinas para a indústria têxtil. Ela foi fundada em 1797 e, no fim do século XIX, tornou-se a maior e mais importante fábrica do ramo. Seus proprietários também exploraram ferro e minas de carvão. A empresa ainda existe nos dias de hoje, embora com produção mais abrangente. Como exemplo, veja o histórico que a firma disponibiliza em: <<http://www.plattbros.com/history.php>>. Acesso em: 23 nov. 2015.

<sup>212</sup> Nas proximidades do cemitério do município. Os prédios das antigas fábricas ainda resistem nos dias atuais, mas em péssimo estado de conservação.

<sup>213</sup> Príncipe do Grão-Pará foi um título nobiliário pertencente à família imperial. O título era usado pelo primogênito do herdeiro do trono brasileiro. Assim, em 1885, ano que aqui estamos tratando, o Príncipe do Grão-Pará era D. Pedro de Alcântara, primogênito da princesa Isabel e neto de D. Pedro II.

nova fábrica de tecidos de lã. Além disso, foi realizada a troca do motor de força do prédio, que passou a 150 cavalos, e a construção de uma chaminé de mais de 30 metros de altura. No ano seguinte, foram construídos uma tinturaria e tanques internos, além de terem sido realizadas demais melhorias nos prédios auxiliares. Finalmente, a empresa ganhava o privilégio de fornecimento de panos azuis para as forças militares sediadas na província, contrato que Carlos Guilherme perseguiu durante anos. Assim, a empresa ganharia inúmeros novos teares, máquinas para torcer fios, teares largos para tecidos *caboclos* (veja Figura 10) e algodões de lençóis, além dos dois primeiros teares do tipo *Jacquard* (que produz um tecido entrelaçado, com desenhos mais complexos, usados na fabricação de cobertores). No mesmo período, outros ajustes eram feitos na fábrica de tecidos de algodão, que já havia conquistado dez novos teares e outras máquinas.



**CABOCLO**  
**RIO-GRANDENSE**

Para conhecimento do respeitavel publico se previne que acabamos de mandar registrar a nova marca de nossos algodões Caboclos, conforme o desenho acima.  
São os nossos caboclos iguaes, tanto em peso como em largura aos verdadeiros americanos e fabricados do melhor algodão em rama, nacional, por isso esperamos que merecerão a decidida preferencia do povo rio grandense, que assim protegerá não só a industria da provincia como a produção agricola nacional.

Concorrendo loeos para o desenvolvimento do consumo dos tecidos nacionaes de algodão, não deixará de desenvolver-se na provincia com mais vigor o cultivo do algodão em rama, o que traz augmento de riqueza para ella.

Assim, pois, appellamos para a protecção do povo rio-grandense e esperamos que não deixará de preferir o producto nacional ao estrangeiro.

Além dos algodões acima mencionamos fabricamos:

Tecidos de algodão	Tecidos de lã
Algodões grossos	Cobertores de 30 quilates
» trançados	Baetas
» para saccoes	Baetilhas
» lonas	Casemiras
» riscadas	Cassinetas
» regatas	Ponches
» mesclas	Chales
Fio de algodão em novellos	Panos

2" e 5" até 17 nov.

**RHEINGANTZ & COMP.**

Figura 10 - Propaganda dos tecidos *caboclo*

Fonte: *A Federação*, Porto Alegre, ano VI, n. 179, p. 4, 7 ago. 1889.

Nota: O mais vendido tecido de algodão produzido pela fábrica.

Com o crescimento da empresa, Carlos Guilherme propôs a mudança da fábrica de algodão para um novo edifício, construído ao lado das instalações da fábrica de lãs,

aproveitando assim a mesma força motriz, o que foi concretizado em 1889, com a mudança e ampliação da área dos tecidos de algodões. A seguir, a Tabela 3 mostra a evolução do patrimônio da empresa por meio do crescimento dos valores dos estabelecimentos (inclui o valor dos imóveis, maquinários, entre outros).

**Tabela 3 - Valor dos estabelecimentos da Rheingantz & Cia**

Ano	Valor dos estabelecimentos
1884	334:995\$030
1885	634:335\$660
1886	681:711\$400
1887	765:394\$570
1888	779:305\$800
1889	801:137\$460 <sup>214</sup>
1890	810:603\$660

Fonte: Relatórios da Rheingantz & Cia (1884-1890)

Com o grande crescimento das fábricas, Carlos Guilherme continuou investindo:

Os aumentos que desde já tenciono levar a efeito, alguns dos quaes são apenas alargamentos de nossos actuaes ramos de industria consistem em:

1. Uma pequena tecelagem de aniagens, provavelmente no edificio da antiga fabrica de algodões;
2. Uma fiação de fio penteado (*worsted*) e mais algumas machinas de urdição para a fabrica de lans.
3. Augmento de nossa fabricação de carapuças de lam para chapeos;
4. Accrescimo do grande edificio da fabrica de lans, em toda a sua frente, para receber os machinismos mencionados sob ns 2 e 3,
5. Aquisição para a fabrica de algodões de alguns aparelhos para aproveitar residuos e estopa.<sup>215</sup>

Desse modo, Carlos Guilherme deixou o irmão Alfredo Jacob no comando das fábricas e da empresa e viajou à Europa em 1890, onde pessoalmente compraria o maquinário para a fábrica de aniagem. Entre 1884 e 1890, as fábricas Rheingantz compravam “as existências”, ou a matéria-prima, entre as quais estavam a lã e o algodão (quase tudo vindo de Pernambuco e pago mediante *letras*), além das tintas e do carvão que abastecia as caldeiras, por exemplo, por meio de empréstimos bancários ou particulares (capitalistas locais), com taxas, em geral, de 6%, consideradas bastante vantajosas pelos associados. Entretanto, o item *Conta de empréstimos* dos balanços da firma não possibilita identificar quem foram os outros

<sup>214</sup> Não incluindo o valor do novo imóvel da fábrica de algodões. Para os valores de 1890, não estão inclusos o valor da nova parte da fábrica de algodões e do maquinário para a nova fábrica de aniagens.

<sup>215</sup> NPH. *Relatorio da Sociedade Commanditaria em Acções Rheingantz & C. que vai ser apresentado á assemblea geral ordinaria em 09 nov. 1889*. Rio Grande: Typ. Trocadero de Jose Bastos, 1889, p. 7.

capitalistas, empresários ou investidores. Por exemplo, em 1884, a firma ainda não possuía grandes valores nos itens relacionados a empréstimos ou credores, constando apenas uma dívida com a *H. Fraeb* (18:338\$810), casa comercial da família Fraeb. Essa casa comercial, instalada em 1829, foi a primeira do ramo de importações de Porto Alegre. Anos mais tarde, mudou sua sede para Rio Grande, mantendo-se como importante entreposto importador-exportador do Rio Grande do Sul até meados do século XX (ROCHE, 1969, p. 438).<sup>216</sup> Em 1885, surgiram duas dívidas nas contas da *Rheingantz & Cia*: a primeira com *Emílio de Barros* (786\$010), um dos principais comerciantes do Rio de Janeiro, e a segunda com a *Thonsen & Cia* (4: 863\$520), empresa especializada em importação e exportação de produtos, sediada em Rio Grande. Acreditamos que, nos anos posteriores, essas dívidas, que aparentemente estão relacionadas ao fornecimento e transporte dos produtos comprados ou vendidos pela companhia, tenham sido agrupadas no tópico relativo a *dívidas com diversos credores*.

Estudar os balanços da companhia é uma tarefa difícil. No item relativo ao *Passivo*, encontram-se o *Fundo de reserva* e os fundos especiais, caso do fundo contra incêndio, além dos *Dividendos* a serem distribuídos, quase sempre “arredondados”, com as sobras incluídas no tópico *Lucros e perdas*, que passaria a ser chamado de *Lucros suspensos*, sempre somados aos dividendos restantes do ano seguinte. Também havia os depósitos dos operários na *Caixa econômica*, administrados pela companhia Rheingantz, que apenas décadas mais tarde instalaria uma sessão bancária própria. O primeiro item confuso dessa conta era *Descontos e Juros*, que incluía tópicos muito variáveis, pois, por exemplo, ali eram descritos os juros a pagar por novas emissões de ações, ou os juros das letras e dos empréstimos, ou os descontos que a empresa oferecia para os devedores que pagassem antes do vencimento, entre outros. Outro tópico é o que podemos chamar de grupo de empréstimos e dívidas, nos quais estavam: *Diversos credores*, *Letras a pagar*, *Conta de empréstimos* e os bancos *English Bank* e *London & Brazilian Bank*. Os dois primeiros eram claramente referentes às dívidas com fornecedores. As letras, espécie de pré-datado da época, eram usadas para pagar o algodão que vinha da província de Pernambuco. Em geral, as letras possuem um avalista ou financiador, que tanto pode ser um banco quanto um capitalista.

---

<sup>216</sup> Segundo Roche (1969, p. 438), a casa da família Fraeb tinha por “Sua função primordial foi a importação de tecidos, linhas, artigos de armarinho, mas tarde, a de quinquilharia, da ferramenta, da cerâmica, dos produtos alimentícios, que vão do champanha (alemão) a farinha argentina, de artigos fabricados que vão dos automóveis aos pianos”. A importância das casas comerciais estrangeiras em Rio Grande no início do século XX pode ser consultada em Torres (2010).

Os bancos parceiros de então eram o *English Bank of Rio de Janeiro* e o *New London & Brazilian Bank*, que eram as maiores organizações financeiras do país, com capital inglês. Ambos ofereceram à companhia uma conta bancária com crédito, para serem realizadas as operações da empresa. O *English Bank* também oferecia empréstimos vantajosos a *Rheingantz & Cia*. Portanto, em nosso entender, precisamos somar a conta de empréstimos com os saldos devedores relacionados aos dois bancos, como o próprio Carlos Guilherme explicou aos acionistas: “*O debito no English Bank é puramente contra existencias e devedores daquela nossa agencia e o saldo de R\$. 104:84142715 está muito abaixo dos valores disponiveis*”.<sup>217</sup> De forma resumida, o que queremos mostrar é que a *Rheingantz & Cia*, sob administração direta de Carlos Guilherme, desenvolveu-se com um grande volume de capitais inseridos na empresa por capitalistas locais, mediante as ações, ao mesmo tempo que a empresa era gerida por meio de empréstimos de altos valores e transações monetárias, com todos os juros e as condições que o mercado podia oferecer na época e com a participação dos maiores bancos do país, que tinham capital estrangeiro. A Tabela 4, a seguir, permite acompanhar o volume dessas transações. É necessária uma atenção redobrada na análise dos empréstimos que Carlos Guilherme fazia com total apoio e aprovação dos associados. Tais empréstimos e a forma de geri-los são extremamente importantes para entendermos o início da industrialização e o desenvolvimento da grande indústria no Rio Grande do Sul, da qual os *Rheingantz* foram precursores.

**Tabela 4 – Empréstimos da Rheingantz & Cia**

<b>ANO</b>	<b>Diversos credores</b>	<b>Empréstimos</b>	<b>English Bank</b>	<b>London &amp; Brazilian Bank</b>	<b>Letras</b>
1884	SI	Nada consta	41:878\$115	SI	SI
1885	15:387\$930	178:014\$010	104:997\$395	52:371\$640	8:078\$680
1886	10:940\$620	218:561\$000	104:848\$275	23:016\$620	18:630\$000
1887	14:618\$386	273:530\$940	179:968\$925	29:380\$390	16:023\$000
1888	22:147\$750	365:353\$790	107:937\$145	Saldo favorável a empresa	SI
1889	99:980\$426	451:501\$920	74:754\$410	Saldo favorável a empresa	SI
1890	291:313\$750	352:589\$400	SI	Saldo favorável a empresa	SI

Fonte: Relatórios da *Rheingantz & Cia* (1884-1890).

Aqui é preciso lembrar o texto clássico que trabalha a industrialização em zonas de colonização alemã e que, durante a elaboração desta tese, foi diversas vezes sugerido como

<sup>217</sup> NPH. *Relatorio da Sociedade Commanditaria em Acções Rheingantz e C. Apresentado á assembléia geral ordinaria em 29 out. 1886*. Rio Grande: Tipografia da Livraria Evangelica, 1886, p. 8.

base para análise sobre a industrialização promovida por alemães, especialmente se tratando do ramo têxtil. O trabalho de Maria Luiza Renaux Hering (1987) avalia a formação e o desenvolvimento da indústria têxtil no Vale do Itajaí, em Santa Catarina. Esse texto, contudo, não tem alcance nas condições da industrialização nascente aqui tratada. O primeiro motivo se dá pela própria hipótese da autora, na qual ela afirma que “o desenvolvimento da economia do Vale do Itajaí obedeceu a dinâmica interna própria. O crescimento gradativo da indústria, a partir de recursos autogerados e de mercado interno, teve por base o isolamento regional” (HERING, 1987, p. 11). A autora está, logicamente, dialogando com as principais teorias em voga na época de seu trabalho e que defendiam uma posição periférica na economia para estados como o de Santa Catarina, por terem sido marcados pela função primordial de suprir grandes centros exportadores do sistema econômico nacional.

Assim, a autora desenvolve a tese segundo a qual a industrialização catarinense se desenvolveu de forma específica, acompanhando a evolução de uma conjuntura econômica interna, em que, basicamente, a população imigrante fornecia mão de obra e demais recursos, além de fomentar o mercado regional fechado. Portanto, Hering (1987) estabelece uma conjuntura própria de desenvolvimento industrial, que despontaria como concorrente a nível nacional somente nos anos de 1920, ligada a uma estrutura específica da colonização alemã na região, que é resumida da seguinte maneira:

As empresas têxteis do Vale do Itajaí caracterizaram-se pelo investimento exclusivo de recursos próprios, o que as tomou economicamente estáveis. Constata-se sua independência em relação ao governo pela ausência de subsídios e favores (isenções fiscais, licenças especiais) que as empresas mais próximas dos grandes centros recebiam, e em relação às instituições bancárias, inexistentes localmente. Decorre dessa autosuficiência e solidez a capacidade de manter-se no mercado e de resistir a conjunturas difíceis (HERING, 1987, p. 13).

Dessa forma, Hering mostra que o grande motor financeiro da economia do Vale do Itajaí foi a *poupança* dos imigrantes alemães, constituída pelo acúmulo de capital dos imigrantes que foi depositado nas mãos dos empresários do setor têxtil regional. Parte desses empresários vinha de famílias de comerciantes e parte tinha formação na área têxtil. A autora deixa claro que isso não significa uma expansão capitalista alemã, mas a simples relação pessoal e o intercâmbio de comerciantes alemães e os imigrantes ali estabelecidos. Mesmo quando considerarmos Jacob Rheingantz como agente acumulador do capital comercial para a segunda geração da família investir na indústria, nós precisamos considerar também que ele foi, durante anos, o único na cadeia de exploração comercial da colônia, monopolizando, para



a família, todo o ganho, que, portanto, não foi investido na colônia e na industrialização de produtos coloniais, muito menos revertido para a industrialização ou para a diversificação de produção na área onde estava localizada a colônia.<sup>218</sup>

Os grandes empréstimos, a participação dos capitalistas locais e dos grandes bancos, a procura pelo mercado nacional e a construção das fábricas Rheingantz como uma grande e moderna indústria, diferentemente das empresas catarinenses, bem como as diferenças de tempo na construção das fábricas aqui comparadas, compõem uma conjuntura histórica da formação e do desenvolvimento das empresas Rheingantz que se afasta daquela estudada por Hering. Aliás, até a conjuntura de acúmulo de capital comercial da família Rheingantz seria diferente também daquela proposta por Singer (1977) para a capital Porto Alegre e as colônias do norte do estado, como já avaliamos anteriormente (BOSENBECKER, 2011). Em suma, o caso aqui estudado mostra uma situação ímpar no processo de industrialização do Rio Grande do Sul e talvez do Brasil, possibilitando novas pesquisas sobre o tema.

Os empréstimos adquiridos pela companhia Rheingantz somavam grandes valores e passariam a afetar o gerenciamento da empresa, pois, como vemos, seu valor passava dos quatrocentos e cinquenta contos de réis (450:000\$000), em 1889. Tendo isso em vista, era preciso encontrar uma nova forma de gerir os empréstimos. Dessa maneira, Carlos Guilherme, já pensando em grandes ampliações para a firma, propôs aos acionistas um empréstimo por meio de *debêntures*.<sup>219</sup> Apesar de o governo imperial liberar um pedido de empréstimo em *debêntures* para a sociedade comanditária em ações, havia dificuldades para arcar com sua amortização, especialmente porque uma empresa nesse formato não possuía condições de assegurar altos empréstimos com prazos longos, necessários para alavancar a nova produção projetada, especial, mas não exclusivamente, porque a firma era uma sociedade por tempo limitado, do qual restavam ainda três anos pelo contrato vigente. Em outras palavras, havia dificuldades para adquirir empréstimos de longo prazo, tais como os realizados por *debêntures*, que, em geral, tinham um prazo de trinta anos, com amortização anual considerável. Uma das soluções seria aumentar o prazo da sociedade em mais dez anos,

---

<sup>218</sup> Veja a discussão dos investimentos do grande comércio do Vale do Itajaí em ramos industriais, especialmente os derivados da agropecuária, como a indústria leiteira (HERING, 1987, p. 60 a 67) ou a criação de associações de crédito (p. 68 e seguintes). Esta última ocorreu já no início do século XX, período que não pode ser comparado aqui, pois os Rheingantz já haviam deixado a área colonial. A fiação Rheingantz foi construída na cidade de Rio Grande, aproveitando consideravelmente o porto ali estalado e que era um dos principais portos do sul do país. Além disso, toda a região foi abastecida pela mão de obra que em parte vinha de áreas coloniais, mas isso não ocorre da mesma forma mostrada por Hering (1987), sendo melhor caracterizado na região sul do Rio Grande do Sul por Loner (2001).

<sup>219</sup> *Debênture* é um tipo de valor mobiliário emitido por sociedades por ações. É um instrumento que auxilia na captação de recursos, para que empresas possam financiar seus projetos, ou no gerenciamento de dívidas. Veja Coelho (2011, p. 222-225).

entretanto essa possibilidade vinha de encontro ao fato de que uma sociedade comanditária em ações dependia do tempo de vida do seu sócio-solidário, no caso, Carlos Guilherme, bem como ao fato de que as regras não eram tão amplas quanto às sociedades anônimas, por exemplo. Carlos Guilherme estava planejando um empréstimo inicial de setecentos e cinquenta contos de réis (750:000\$000). Foi assim que a *Rheingantz & Cia*, sociedade comanditária em ações, transformou-se em sociedade anônima, resultando na *Companhia União Fabril e Pastoril Sucessora da Rheingantz & Cia* em 1891.<sup>220</sup>

\*\*\*

Os acionistas sempre foram importantes para o aumento de capital das fábricas e para o crescimento da companhia.<sup>221</sup> Em 1884, quando a indústria se tornou uma sociedade comanditária por ações, foram incorporados à firma 162 acionistas, dos quais apenas 20 tinham entre dez e 30 ações, e havia apenas quatro grandes acionistas. As ações eram de quinhentos mil réis (500\$000): Carlos Guilherme possuía 57 ações, mais o capital de cinquenta contos de réis (50:000\$000); Francisco de Paula Mayrink e *H. Fraeb* contavam com 200 ações cada um; e *F Laeisz*, com 100 ações. No final da sociedade, em 1890, existiam 252 acionistas, dos quais cerca de 35 tinham entre dez e 30 ações. Com a mudança da empresa para a sociedade anônima, em 1891, a empresa ficaria com 350 acionistas, que dividiriam 25.000 ações de duzentos mil réis (200\$000). A maior parte desses acionistas

<sup>220</sup> As regras para as sociedades anônimas entraram em vigor em 1882 com a Lei n. 3150, de 4 nov. 1882. Disponível em: <[http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/LEIS/LIM/LIM3150.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/LEIS/LIM/LIM3150.htm)>, com sua respectiva regulamentação, Decreto n. 8821, de 30 dez. 1882, disponível em: <[http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/decreto/Historicos/DIM/DIM8821.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/decreto/Historicos/DIM/DIM8821.htm)>, acesso em: 29 jan. 2016. Estas leis foram amplamente divulgadas pela imprensa da época, caso do *Echo do Sul*, jornal de Rio Grande, que publicou o regulamento na íntegra, dividido em vários números não sequenciais, cf: BRG. *Echo do Sul*, Rio Grande, ano XXX, n.º 11, 12 jan. 1883. Veja também: NPH. *Relatorio da Directoria da Companhia União Fabril e Pastoril sucessora de Rheingantz & C.<sup>ia</sup> que vai ser apresentado á Assembléa Geral ordinaria em 30 nov. 1891*. Anno social de 1º set. 1890 a 31 ago. 1891. Rio Grande: Typographia da Livraria Rio-Grandense, 1891.

<sup>221</sup> A discussão que será desenvolvida neste tópico foi produzida a partir de: *Relatorio da Directoria da Companhia União Fabril e Pastoril sucessora de Rheingantz & Cia que vai ser apresentado á Assembléa Geral ordinaria em 30 de Novembro de 1891*. Anno social de 1º de Setembro de 1890 a 31 de Agosto de 1891. Rio Grande: Typographia da Livraria Rio-Grandense, 1891. *Relatório da Companhia União Fabril e Pastoril sucessora de Rheingantz & C. que vai ser apresentado á Assembléa Geral ordinaria em 30 de Novembro de 1892*. Anno Social de 1º de Setembro de 1891 a 31 de Agosto de 1892. Rio Grande: Typ. Liv. Rio-Grandense, 873, 1892. *Relatorio da directoria da Companhia União Fabril e Pastoril sucessora de Rheingantz & C. que vai ser apresentado á Asembléa Geral ordinaria em 25 de Novembro de 1893*. Anno social de 1 de Setembro de 1892 a 31 de Agosto de 1893. Rio Grande: Typographia Trocadero, 1893. NPH. Acevo: Indústria e trabalho no Rio Grande do Sul – Industrialização e movimento operário entre 1889 e 1945. NPH/156-E até NPH/167-E. Doravante, Relatórios da Cia União Fabril e Pastoril, com o respectivo ano. E também a partir relatórios da *Cia União Fabril* para o período de 1895 até 1930, que por serem muitos e com nomes extensos estão excepcionalmente citados em *Acervos e fontes documentais consultadas*, descrição das fontes do NPH/UFRGS, e serão citados apenas como Relatórios da Cia União Fabril (1895-1930).

possuíam poucas ações, mas havia agora um grupo de acionistas bem importante. A *F. Laeisz* e o comendador Mayrink continuaram com suas ações, mas a *H. Fraeb* havia vendido boa parte de suas antigas ações, mantendo apenas pequeno número nos anos seguintes.<sup>222</sup> A empresa *F. Laeisz* tornou-se uma acionista de tamanho médio, com 300 ações. Com mais de 300 ações, havia apenas nove acionistas, entre os quais estavam Mayrink, Antônio Manoel de Lemos Júnior, Emílio de Barros, entre outros, incluindo Carlos Guilherme, o maior acionista, que ficou com mais de 4.000 ações.<sup>223</sup> Ao longo do tempo, a companhia ganharia muitos acionistas, especialmente pequenos acionistas, mantendo ainda um grupo pequeno de acionistas grandes e um número razoável de acionistas médios, como pode ser visto na Tabela 5, a seguir.

Tabela 5 – Número de acionistas da União Fabril

Nº de acionistas com	1897	1907	1918	1928
1 a 50 ações	494 acionistas	497 acionistas	508 acionistas	397 acionistas
51 a 99 ações	31	34	45	25
100 a 200 ações	34	27	29	13
201 a 300 ações	2	5	14	10
300 ações ou mais	3	4	2	8
<b>Total</b>	564	567	598	453 <sup>224</sup>

Fonte: Relatórios da Cia União Fabril (1897-1928).

Nota: Total de ações distribuídas entre os acionistas em cada ano: 17.500 ações.

Firmas estrangeiras e brasileiras haviam sido importantes no começo da companhia Rheingantz. Entre as firmas alemãs, estava a *F. Laeisz*, que manteve ações na companhia até mais ou menos 1907. O mais importante grupo acionista alemão foi o *Brasilianische Bank für Deutschland*, que chegou a ter 1.800 ações por volta da eclosão da Primeira Guerra Mundial. Entre os locais, dois grandes acionistas ainda no final do século XIX eram Joaquim Martins Cardozo e José Antônio Machado Jr., que tiveram entre 700 e 1.000 ações cada um. O maior acionista sempre foi Carlos Guilherme, que permaneceu por muitos anos como o maior acionista da família Rheingantz na companhia. Como pode ser visualizado na Tabela 6, que mostra os grandes acionistas da empresa, a família Rheingantz iria se tornar o único grupo de grandes acionistas em meados da década de 1910, quando outros capitalistas locais ou

<sup>222</sup> Relatórios da Rheingantz e Cia (1884-1890) e *Relatorio da Directoria da Companhia União Fabril e Pastoril sucessora de Rheingantz & Cia que vai ser apresentado á Assembléa Geral ordinaria em 30 de Novembro de 1891. Anno social de 1º de Setembro de 1890 a 31 de Agosto de 1891. Rio Grande: Typographia da Livraria Rio-Grandense, 1891. BRG. Sala Silva Paes. Caixa 1. Anos de 1884-1916. NR 33.942 – E. 16 P. 1.*

<sup>223</sup> Os números de ações aqui reproduzidos somam ações integralizadas e ações ainda não integralizadas.

<sup>224</sup> No relatório da companhia constam 444 acionistas, contudo, somamos 453.

alemães e bancos deixariam de figurar entre os grandes acionistas. Assim, é possível concluir que os capitalistas locais foram extremamente importantes para o desenvolvimento das empresas Rheingantz em seu princípio. Esses capitalistas locais eram todos homens de relativa confiança entre si, acostumados a dividirem ações e investirem seus capitais financeiros em praticamente todas as grandes empresas existentes na região.

**Tabela 6 - Maiores acionistas da União Fabril (mais de 300 ações)**

Ano	Nome do acionista	Número de ações
1897	Carlos Guilherme Rheingantz	4000
	Joaquim Martins Cardoso	700
	F. Laeisz	300
1907	Carlos Guilherme Rheingantz	2246
	o <i>Brasilianische Bank für Deutschland</i> ,	1800
	Joaquim Martins Cardoso	700
	Tenente-coronel João Caetano Pinto	331
1918	Maria Francisca de Sá Rheingantz (viúva de Carlos Guilherme)	1317
	Olga Clemência Rheingantz Porciúncula (filha de Carlos Guilherme Rheingantz)	548
1928	Maria Francisca de Sá Rheingantz	2154
	Olga Clemência Rheingantz Porciúncula	2118
	Maria Francisca de Mendonça Assumpção (sogra de Francisco Rheingantz)	1299
	Eduardo de Miranda Rheingantz	562
	Paulo Affonso Rheingantz	462
	Dr. Emile Grandmasson (sogro de Gustavo Rheingantz)	433
	Alberto Luiz Rheingantz	430
	Dr. José Licério Primo de Seixas (sogro de Alberto Luiz Rheingantz)	400

Fonte: Relatórios da Cia União Fabril (1897-1928).

Os capitalistas locais acabavam mantendo e expandindo seus negócios, não apenas com recursos financeiros, mas também com laços de reciprocidade e confiança, como é visto no período que tratamos de 1891 até a morte do comendador Carlos Guilherme. Nesta época, a importância dos capitalistas locais para a empresa parece ter sido muito maior do que em outros períodos. Em 1907, havia 36 acionistas que possuíam 100 ações ou mais cada um. Entre a família Rheingantz, apareciam apenas Carlos Guilherme, sua filha Olga e Oscar Rheingantz como membros da família com mais ações. Os outros grupos de acionistas que se destacavam eram capitalistas da cidade ou grandes bancos. Depois da morte do comendador, a situação parece ter mudado bastante. Naturalmente, houve uma renovação de contrato da

empresa<sup>225</sup>, como oportunidade para os membros da terceira geração da família, segunda de industriais, ampliarem o volume de ações familiares e tornarem-se menos dependentes dos capitalistas locais. Em 1918, dos 45 acionistas que possuíam 100 ações ou mais, 26 não eram da família, mas, em 1928, havia 31 acionistas que possuíam mais de 100 ações cada um, dos quais apenas nove não eram da família ou relacionados a ela, como os sogros dos filhos de Carlos Guilherme. Desse modo, torna-se importante avaliar quem eram e qual o perfil dos acionistas mais envolvidos com a companhia.

Desde que foi criada, em 1891, até a morte de Carlos Guilherme, em 1909, a diretoria da *Companhia União Fabril* manteve os mesmos nomes. Os três diretores foram Carlos Guilherme, Antônio Chaves Campello e Georg Lawson, embora o primeiro tenha assinado apenas seis relatórios da companhia durante esse período. Lawson comprou suas primeiras ações em 1886, na época da *Rheingantz & Cia*, quando adquiriu três ações, já Campello era acionista desde 1884, começando com seis ações. Quando ausentes, os acionistas eram substituídos pelos membros do conselho fiscal: Lycurgo Telles de Menezes, Frutuoso José Gonçalves de Mostardeiro, ou outros conselheiros, como Afonso Faberet e Basílio G. Bastos, que aparecem apenas uma vez cada nos relatórios. A partir de 1910, o lugar de Carlos Guilherme na diretoria seria ocupado por Lycurgo Telles de Menezes, ficando Campello na sua vaga até sua morte, em 17 de abril de 1923, quando foi substituído por Domingos José Vaz Dias, que integrava o conselho fiscal, nesta época juntamente com Virgíliano José da Porciúncula e Frutuoso José Gonçalves Mostardeiro. A outra vaga permaneceu na família de Lawson. Georg ficou no cargo até seu falecimento em 29 de agosto de 1916, sendo substituído pelo seu filho mais velho, Eduardo Eufrásio Lawson, que já substituíra o pai durante suas viagens à Europa. Também em 1916, em 30 de junho, faleceu Lycurgo Telles de Menezes, substituído por Gustavo Poock Jr., proprietário da fábrica de charutos Poock, que apenas passou a possuir ações da *União Fabril* em 1915.

Entre os conselheiros fiscais, estavam Antônio Manoel Lemos Jr., falecido em 1902, Lycurgo Telles de Menezes e Antônio Caetano Ferraz, por vezes substituídos pelos suplentes, que também se tornaram conselheiros, como José Francisco da Silva e Frutuoso José Gonçalves Mostardeiro. Em 1904, entraria para o conselho fiscal o coronel Virgíliano José da Porciúncula Jr., que ocuparia o cargo em anos alternados. A partir de 1910, o conselho

---

<sup>225</sup> De fato, ocorreram várias alterações ao longo do tempo. As primeiras alterações da União Fabril foram em 1892 e 1895. Depois, na década de 1920, ocorreram três reformas: em 1921, 1925 e 1927. As outras reformas ocorreriam em 1940, 1947, 1948, 1951, 1952, 1953 (duas vezes) e 1956. Paralelamente às reformas da década de 1920, a família tornou-se o principal grupo acionário da empresa. As informações são de: *Auditoria na Companhia União Fabril, ago. 1960*. BRG. Acervo Dr. João Marinônio Carneiro Lages (sindicato). Cia União Fabril. Instalações, máquinas, utensílios e auditorias. 175.559 Gaveta P. 732 AG.

contava com os nomes de Virgilino (em apenas quatro ocasiões até 1930), Domingos José Vaz dias e Frutuoso José Gonçalves Mostardeiro, que saíram em 1923 e 1924, respectivamente, sendo substituídos por Carlos A. Cuello e Henrique Buhle, com inclusão ainda de Alcides Barcellos, em 1928. Na maior parte das vezes, o conselho, que era formado por três representantes, teve apenas duas assinaturas em seus pareceres.

Por serem homens de confiança dos acionistas e da família Rheingantz, torna-se necessário construirmos um perfil destes conselheiros e diretores. A maior parte deles eram *capitalistas* na cidade de Rio Grande, com investimentos em todas as grandes empresas locais. Com relação aos negócios que mantinham na *União Fabril*, excetuando Virgilino José da Porciúncula Jr. e Frutuoso José Gonçalves de Mostardeiros, os quais, ao longo do tempo, mantiveram um número baixo de ações na companhia, os diretores Campello, Lawson e, mais tarde, Lycurgo, estavam entre os médios acionistas, que sempre mantiveram mais de 150 ações cada um. Por exemplo: em 1907, pouco tempo antes da morte do comendador, Campello e Lawson possuíam respectivamente 145 e 178 ações da companhia. O guarda-livros Antônio José Monteiro, por sua vez, possuía 260 ações. Já entre os conselheiros fiscais daquele ano, Lycurgo tinha 156 ações, Mostardeiro, apenas oito ações e Domingos José Vaz Dias, 60 ações. Esses eram integrantes de um grupo bastante importante na fase que compreende o período entre o início da União Fabril, em 1891, e a morte de Carlos Guilherme, em 1909.

Como vemos, grandes capitalistas da cidade foram fundamentais para manter o funcionamento da fábrica e garantir a estabilidade desejada pelo comendador. Após o falecimento de Carlos Guilherme, a situação se alteraria profundamente e a família Rheingantz (viúva, filhos, noras, sogros dos filhos e outros parentes colaterais) concentraria um volume tão grande de ações que a importância dos capitalistas na empresa diminuiria substancialmente. Contudo, os diretores não tinham grande autonomia ou tomada de decisão, especialmente em empresas controladas pela família proprietária, como mostra Cardoso (1964, p. 118):

Quanto à autonomia real dos diretores-funcionários, é forçoso reconhecer que ela é pequena. Mesmo nos consórcios industriais, a utilização de gerentes para o controle de departamentos e de fábricas constitui a norma. As decisões continuam afetas aos proprietários, muitas vezes reunidos sob a forma de *board of directors*, nos quais podem ter assento diretores-funcionários, mas onde o comando efetivo é exercido pelos proprietários. No caso das empresas familiares, a não ser como exceção, o diretor-funcionário é considerado pura e simplesmente em termos da relação patrão-empregado, como alguns empreendedores deixaram transparecer. Em muitos casos, a

diretoria é mais uma organização formal, sob cuja capa comanda uma ou duas pessoas que são os donos do negócio. Trata-se, contudo, de uma formalidade importante, não só por causa das imposições legais, mas, principalmente, porque as empresas podem apresentar-se aos funcionários e ao público como uma verdadeira Companhia. Em mais de um caso, os empreendedores afirmaram nas entrevistas que suas empresas eram administradas colegiadamente, apontando os cargos que compunham as diretorias e posteriores declarações ou informações mostraram-nos que, efetivamente, o controle era exercido unipessoalmente.

Na companhia Rheingantz, a administração sempre coube ao gerente. Cabe notar que, no início da empresa em formato de ações, a gerência era o cargo ocupado pelo representante legal da firma, o qual, em termos jurídicos, efetivamente administrava e controlava as fábricas. Assim, a figura de gerente, presente na sociedade comanditária, parece ter continuado a existir nas empresas ao longo da primeira metade do século XX. Contudo, o papel dos diretores na empresa nesta época mais antiga provavelmente foi diferente do exposto por Cardoso (1964), pois a importância dos diretores e acionistas em uma rede de confiança parece ter contribuído substancialmente para o crescimento das empresas estabelecidas na região.

Vejamos um perfil sobre alguns capitalistas-acionistas-diretores, começando com Antônio Chaves Campello. Ele foi casado com Ricardina Maria de Sá, irmã de Miguel Tito de Sá, sogro de Carlos Guilherme. Era um importante capitalista da cidade e mantinha ações em quase todas as grandes companhias locais.<sup>226</sup> O outro diretor, George Lawson, era um comerciante inglês, radicado em Rio Grande, onde casou e criou seus filhos. Lawson viajava rotineiramente para a Europa, assim como Carlos Guilherme. Infelizmente, não foi possível encontrar documentos suficientes para criar um melhor perfil desse diretor. Já Lycurgo Telles de Menezes faleceu em 1916 e, em seu inventário, podemos identificar uma grande gama de investimentos: havia apólices dos municípios de Pelotas e Rio Grande, dez ações da Cervejaria Ritter, dez ações da Sociedade de Seguros Marítimos e Terrestre Porto Alegre, ações da Cia. de Charutos Poock, ações da União Fabril, do Banco Comercial Franco-Brasileiro, do qual Lycurgo foi um dos acionistas fundadores, debêntures da Cia Fiação e

---

<sup>226</sup> Apenas encontramos dados sobre as atividades econômicas de Campello em decorrência do falecimento de sua esposa e da realização de inventário em 1888. Nesse momento, a distribuição de ações da Rheingantz & Cia era bastante singela. Campello e a esposa possuíam alguns imóveis, dez ações da Rheingantz & Cia, quatro da Cia Carris Urbanos, cinco da Cia de Seguros rio-grandense, uma apólice da Câmara Municipal e uma ação do Prado rio-grandense. Veja: *Inventário de Ricardina Maria De Sá Campello*. APERS. Comarca de Rio Grande, Processo Judicial/Inventário nº 1273, 1888, cx. 005.0614.

Tecidos Pelotense, ações da Cia Frigorífico Rio Grande, além de 11 imóveis e 17 devedores por conta de empréstimos e notas promissórias.<sup>227</sup>

Antônio José Monteiro, o guarda-livros e acionista da fábrica, também era o que podemos chamar de capitalista local, embora não tivesse bens imóveis. Monteiro faleceu em Portugal, sua terra natal, deixando, para os sobrinhos e as irmãs, a sua herança, além de uma parte que ficou com a dona da pensão onde passou a morar por conta de sua aposentadoria. Constavam, entre seus bens: 260 ações da União Fabril, 100 da Cia de Charutos Pooock, dez da Cia de Seguros, oito da Cia Hydraulica do Rio Grande, além de dividendos a receber das companhias e saldo em dinheiro no Banco da Província, bem como dinheiro em moeda corrente em Portugal.<sup>228</sup>

Em 1905, entrou para o conselho fiscal da companhia Domingos José Vaz Dias, que, em 1924, assumiria como diretor. Seus filhos Albino Vaz Dias e Domingos Jr. também participariam das atividades da companhia, porém, essa família não possuía um conjunto de ações da empresa tão substancial: Domingos possuía 60 ações em 1907 e apenas 17 ações em 1918 e 1928, quando já era diretor. Ele faleceu em 1936, aos 90 anos de idade, deixando como herança dezenas de imóveis e ações da Cia de Seguros Marítimos de Rio Grande, da Cia Força e Luz de Porto Alegre, da Cia. Ítalo-Brasileira, 25 ações da Cia União Fabril, além de 479 apólices relativas ao município de Rio Grande, tanto emitidas pela câmara quanto pela antiga intendência e pela nova prefeitura, e 65 apólices do Banco do Estado do Rio Grande do Sul.<sup>229</sup> Outro integrante do conselho fiscal, de 1887 até 1890 e depois, aparecendo algumas vezes, entre 1904 até seu falecimento em 1931, foi Virgilino José da Porciúncula Jr., um dos mais importantes capitalistas da cidade, mas que sempre manteve uma faixa muito pequena de ações na Rheingantz, com seis ações em média. Entre os investimentos do coronel Virgilino, estavam cerca de 60 imóveis e terrenos na cidade do Rio Grande, dezenas de apólices do município, 20 ações da Cia Seguros Marítimos, 112 ações da Ítalo-Brasileira, 11 ações da Drogaria Unicum (que pertencia à família de Alayde Lopes Rheingantz, viúva de Oscar Rheingantz, e que tinha membros da família e da direção da fábrica como acionistas), dez ações da Varig, dez ações da Cia de Charutos Pooock, sete da Cia Balnear Atlântica (uma das empresas responsáveis pelo loteamento de terras no Cassino, empresa que tinha familiares Rheingantz em seus quadros), ações do Club Militar de Oficiais da Guarda Nacional, além de

---

<sup>227</sup> *Inventário de Lycurgo Telles de Menezes*. APERS. Comarca de Rio Grande, Processo Judicial/Inventário nº 171, 1916, cx. 005.0338.

<sup>228</sup> *Inventário de Antonio José Monteiro*. APERS. Comarca de Rio Grande, Processo Judicial/Inventário nº 59, 1913, cx. 005.771.

<sup>229</sup> *Inventário de Domingos José Vaz Dias*. APERS. Comarca de Rio Grande. 2º Vara de Família e Sucessão. Processo Judicial/Inventário nº 422-A, 1936, cx. 005.0721.



outros diversos títulos, quantias em dinheiros e dividendos a receber pela *Ítalo-Brasileira*, companhia da qual era também diretor.<sup>230</sup>

Desse modo, o quadro de diretores da companhia mostra que os capitalistas da cidade investiam em vários negócios locais, quase sempre atuando nas direções ou nos conselhos das companhias. A própria família Rheingantz também participaria de vários outros negócios como acionistas, por vezes como acionistas fundadores, como ocorreu quando foi fundada a empresa de charutos de Gustavo Poock, como ainda veremos.

Em outros setores, como nos quadros técnicos, por exemplo, não estavam necessariamente alemães, como pensamos inicialmente. A direção interna dos estabelecimentos era ocupada por ingleses, que tinham conhecimento sobre a operacionalidade do maquinário. Assim, o primeiro diretor foi J. W. Broadbent, que ficou até 1894, quando foi substituído por John Storey, que deixou a fábrica em 1907, por motivos de saúde. Nesta época, assumiu a diretoria interna o engenheiro brasileiro Alfredo Lopes. Na tesouraria da empresa, estava Antônio José Monteiro, cidadão português que fez fortuna no sul do Brasil com ações de empresas e companhias rio-grandinas. Ele ficou no cargo até 1905, após 21 anos de trabalho, aposentando-se e regressando a Portugal. Com sua saída, foram criados um caixa e um guarda-livros, cargo ocupado por Antônio Caetano Ferraz, que, por vezes, exerceu cargo no conselho fiscal. Já os técnicos alemães estavam em outras funções, localizados no “chão da fábrica”, pois eram os chefes das seções. Havia, por exemplo, o técnico da “escolha da lã”, da lavanderia, da tinturaria, da tecelagem, da fiação cardada, fiação penteada e dos tapetes.<sup>231</sup>

Assim, nem diretores, nem conselheiros ou outros cargos mais importantes, como o diretor interno, por exemplo, eram alemães, no período aqui destacado. Alguns operários e especialmente os chefes de sessão, que eram técnicos, tinham origem alemã. Naturalmente, os acionistas de grandes firmas e bancos alemães e os descendentes e/ou imigrantes alemães ligados ao comércio e residentes no sul do Rio Grande do Sul foram fundamentais na constituição da empresa, seja auxiliando com recursos financeiros, empréstimos ou grande

---

<sup>230</sup> *Inventário de Virgílio José da Porciúncula Júnior*. APERS. Comarca de Rio Grande. 2º Vara de Família e Sucessão. Processo Judicial/Inventário nº 1310, 1931, cx. 005.0764.

<sup>231</sup> Os alemães parecem ter sido mantidos como técnicos até o período final da fábrica, conforme um entrevistado relatou. Para os últimos anos das fábricas, os técnicos eram assim definidos: “Cada sessão tinha um chefe, que era alemão: Aqui, na escolha da lã, era o senhor Henrique, na Lavanderia era o senhor Victor [Starran, também na tinturaria], na tecelagem era João Schmidt, na fiação cardada era o senhor Eugênio Lienemkamper e na fiação penteada era Fischer. Nos tapetes era Herbert Wartmes [ou Wartner]. Sempre foram os alemães que ocuparam as posições técnicas e de responsabilidade. Depois vinham os subalternos, operários com conhecimento mas que eram subordinados aos técnicos”. Cf: CDH-FURG. Acervo de História Oral. Assunto: Pioneirismo na firma União Fabril. Entrevistado: Pedro Carlos Peixoto Júnior, em 24 out. 1984. HO015.

volume de ações, ou com recursos simbólicos, como confiança, por exemplo. Entretanto, essa talvez seja uma característica restrita ao período analisado aqui, uma vez que é corrente nas análises uma forma diferente de administração das empresas, revelando o papel das redes imigrantes ou do empreendedorismo étnico. Um resumo pode ser obtido a partir da leitura de Cardoso (1964, p. 115-116):

Quando se trata de empresa de famílias estrangeiras ou de empresas controladas por descendentes de imigrantes que guardam contato estreito com a pátria de seus ancestrais, uma das condições importantes para o acesso aos postos de alta responsabilidade de direção é ter a mesma origem nacional dos proprietários. É comum nas empresas pertencentes a famílias italianas, por exemplo, preencher os cargos da diretoria que devem ser entregues a estranhos ao grupo doméstico, através do contrato de funcionários italianos. Muitas vezes um titulado por uma escola estrangeira de ensino médio ou superior, ainda que não possua formação específica para direção de empresas, transforma-se em especialista e torna-se hierarquicamente superior aos funcionários que tem preparo especializado obtido no Brasil.

\*\*\*

Porto Alegre, 23 de maio de 1901. A grande exposição estadual havia sido um sucesso na capital do Rio Grande do Sul. Vários seguimentos industriais estiveram presentes e as empresas Rheingantz tiveram grande participação. Um *chalet*<sup>232</sup> da companhia montado como estande impressionou os visitantes. A comissão organizadora tratou de elogiar os maiores representantes da indústria têxtil rio-grandense, a União Fabril, a Fiação e Tecidos Porto-Alegrense, fundada em 1891, pelo Tenente Coronel Manoel Py (que também foi acionista da União Fabril), e a Ítalo-Brasileira, fundada por italianos e brasileiros e instalada em Rio Grande. Segundo *A Federação*, as fábricas “*pelos produtos que apresentaram, são uma garantia segura de sua prosperidade e um baluarte inexpugnável para o progresso do nosso bello Rio Grande do Sul*”.<sup>233</sup> Neste momento, a companhia Rheingantz já estava consolidada, ou seja, já tinha seu lugar privilegiado como uma das principais e maiores indústrias do Estado. E continuava a crescer.

Em 1891,<sup>234</sup> quando foi criada a *Companhia União Fabril e Pastoril*, sucessora da *Rheingantz & Cia*, a empresa era em formato de sociedade anônima, não mais comanditária,

<sup>232</sup> Chalé, em português. A expressão aqui reproduzida foi originalmente publicada em francês no jornal *A Federação*.

<sup>233</sup> *A Federação*, Porto Alegre. Ano XVIII, n. 120, p. 2, 23 mai. 1901.

<sup>234</sup> As informações contidas nos próximos parágrafos foram retiradas dos relatórios da companhia para o período de 1891 até 1909.

como já mostramos, e seu capital era de cinco contos de réis (5:000\$000). Por tal transformação, que foi baseada em estudos e pareceres do acionista e dirigente da companhia no Rio de Janeiro, o conselheiro Francisco de Paula Mayrink, um dos homens mais ricos do país na época, Carlos Guilherme recebeu por seus direitos de sócio-solidário e como indenização pelos lucros a que tinha direito, conforme antigos estatutos, o valor de quinhentos contos de réis (500:000\$000). Os planos para a empresa eram muitos: a instalação da fábrica de aniagens, a expansão da fábrica de tecidos de lãs e a criação de ovelhas no Rio Grande do Sul, além da construção da filial da fábrica em Friburgo, no Rio de Janeiro. Para essa fábrica do Rio de Janeiro, Luiz Rheingantz tinha feito os estudos sobre a força motriz e Carlos Guilherme tinha comprado o terreno. Contudo, a Revolta da Armada, em 1894, deixou incomunicável a região onde seria instalada a fábrica e, devido à morte de Luiz Rheingantz, Carlos Guilherme tentava vender o terreno, desistindo-se assim do projeto de ampliação da companhia.

Para a criação de ovelhas, foi contratado um criador na Escócia e, em 1892, comprados 30 cães pastores, 346 ovelhas e 115 carneiros, alocados em um terreno provisório nas imediações de Rio Grande. O próprio Carlos Guilherme pagou por isso, não colocando nas contas da firma tal investimento, insistindo que somente o faria quando o investimento desse lucro. Em 1893, a Revolta Federalista tomou conta do Rio Grande do Sul e irritou Carlos Guilherme, que estava tratando de adquirir grandes créditos em instituições de Londres e de Hamburgo para as ampliações que desejava fazer. Algumas ovelhas já haviam morrido em função de grande seca que assolava o estado e outras foram mortas pelas tropas federalistas, nos campos próximo à linha férrea nos arredores de Bagé, onde se pretendia montar o estabelecimento pastoril. Dadas as grandes despesas e o final do contrato dos funcionários escoceses, a firma encerrou as atividades e o termo *Pastoril* saíria do nome social da empresa em 1895.<sup>235</sup>

Apesar da crise que assolava o país durante a Primeira República, as vendas e a produção da fábrica mantinham-se regulares, com rendimentos excelentes e contas equilibradas. Em 1896, o capital social da companhia sofreu uma redução para três contos e quinhentos mil réis (3:500\$000), mas as fábricas receberiam manutenção constante,

---

<sup>235</sup> Entre 1899 e, pelo menos, 1907, Carlos Guilherme organizou uma sociedade com um engenheiro agrônomo, provavelmente alemão, chamado Albert Welhäuser, para introduzir a plantação de trigo em pequena escala no interior do Rio Grande do Sul. O engenheiro fez diversos estudos e as primeiras plantações foram realizadas em Dom Pedrito, a partir de 1901 ou 1902. Em 1907, Carlos Guilherme foi bastante criticado pela forma de introdução do plantio, pois alguns produtores queriam expandir a produção para uma escala maior. Veja: *A Federação*, Porto Alegre, ano XVI, n. 214, p. 1, 28 set. 1899; *A Federação*, Porto Alegre, ano XVII, n. 53, p. 1, 6 mar. 1900; *A Federação*, Porto Alegre, ano XIX, n. 281, p. 2, 4 dez. 1902; *A Federação*, Porto Alegre, ano XXIV, n. 242, p. 1, 16 out. 1907 e *A Federação*, Porto Alegre, ano XXIV, p. 1, 12 nov. 1907.

começando a ganhar teares novos. No ano seguinte, já com problemas para entregar a produção de algodão, a empresa começou a investir na produção de tecidos mais requintados. A partir de então, o câmbio se tornaria o maior problema e as matérias-primas oscilariam drasticamente. Em 1900 e 1901, uma grande crise comercial tomaria conta do país, diminuindo consideravelmente a produção de aniagens. Mesmo assim, a companhia orgulhava-se de manter as modernas instalações, com manutenção contínua e novas aquisições. Apesar dos altos impostos, a empresa mantinha bons resultados e as fábricas expandiam-se, especialmente os setores de lã e de fiação penteada. Em 1907, por exemplo, a *Fábrica Nacional de Lãs* funcionou em horário diferenciado para poder atender à demanda.

Devido aos grandes lucros possibilitados pelas fábricas na virada do século, os acionistas passaram a pensar em melhorias. As atitudes empresariais de Carlos Guilherme, no período final de sua vida, visaram obter os melhores e mais modernos maquinários, o que proporcionaria, para a terceira geração, um belo começo na gerência da fábrica. Em 1905, começou o plano de renovação da fábrica de aniagens, que, entretanto, não sairia do papel tão cedo. No ano seguinte, a estratégia votada pelos acionistas foi substituir o maquinário antigo por máquinas mais modernas e, conseqüentemente, por melhor e mais eficaz força motriz. A partir de então, seriam votados pelos acionistas valores que chegaram, no total, a seiscentos contos de réis (600:000\$000) para a substituição das máquinas antigas por novas e mais modernas. Esse processo foi interrompido com a eclosão da Primeira Grande Guerra. Em 1912, a usina elétrica da fábrica começaria a funcionar atendendo como nova força motriz da companhia. O projeto da usina e os estudos para sua implantação foram o último grande trabalho de Carlos Guilherme, que acertou, em Berlim, a aquisição de modernos instrumentos oferecidos pela *Allgemeine Elektrizitäts-Gesellschaft*, num investimento de duzentos e oitenta contos de réis (280:000\$000). No ano seguinte, com ajustes e aquisição de uma turbina e uma torre de condensação, as fábricas ganhariam iluminação também elétrica. Todas as decisões mais importantes e estratégicas para o crescimento das fábricas eram tomadas por Carlos Guilherme, que, contudo, não estava mais no Brasil, pois aproveitava sua aposentadoria na Alemanha. Como mostrou Pesavento (1988, p. 22), algumas empresas enfrentaram melhor os problemas políticos e econômicos desse período:

Ao longo da República Velha, as alterações da política econômico-financeira federal, ao propiciarem alta ou baixa de câmbio, alternaram períodos favoráveis e desfavoráveis à importação de tecnologia estrangeira. Sabe-se, contudo, que determinados estabelecimentos, independentemente dessas oscilações cambiais, sempre estiveram investindo na aquisição de máquinas.

Como mostramos anteriormente, na virada do século XIX para o XX, grandes investimentos foram feitos para modernizar os teares, os implementos em geral e a força motriz das fábricas de Carlos Guilherme, inclusive na fábrica de chapéus, em Pelotas, que já havia adquirido força elétrica pouco tempo antes que a Cia União Fabril. Tal atitude legou à terceira geração da família e segunda a comandar as fábricas um começo tranquilo e próspero em suas atividades administrativas. Mesmo em períodos mais difíceis, como no início da Primeira Guerra Mundial, as vendas foram satisfatórias. Em 1915, dado o alto custo de produção, a escala foi reduzida. Em 1918, a fábrica de algodões teria menor produção e a de aniagens pararia por completo. No entanto, as lãs garantiram o lucro pelo fornecimento aos militares. A partir de 1919, os bons resultados voltaram. Com os três irmãos (Eduardo, Alberto e Paulo) dividindo a administração da companhia na década de 1920, a empresa dinamizou seus setores: além da fábrica de lãs e algodões, foram criadas ainda a seção de tapetes e lãs para bordar e, em 1927, uma seção bancária, além de uma de acolchoados e uma de curtume.<sup>236</sup> A Figura 11 mostra o quadro que marcou as comemorações dos 50 anos da companhia em 1923, com as fotos de Carlos Guilherme e dos três filhos, Eduardo, Alberto e Paulo.<sup>237</sup>

---

<sup>236</sup> A fábrica de aniagens produzia muito pouco nesse período, ficando grande parte do tempo sem funcionar em decorrência dos altos custos de produção e da falta de manutenção. Havia planos de transferir a instalação da fábrica do antigo prédio na Praça da Cadeia para junto das outras fábricas, aproveitando assim a nova força motriz, contudo, a transferência não ocorreu.

<sup>237</sup> Não estão identificados os três membros que aparecem abaixo da foto de Carlos Guilherme (centro), contudo, acreditamos que podem ser os diretores da época do centenário da empresa: Gustavo A. Pooch Jr., o coronel Antônio Chaves Campello e Edward Eufrásio Lawson.



**Figura 11 - Quadro comemorativo dos 50 anos da Cia União Fabril (1873-1923)**

Fonte: Cópia gentilmente cedida por Vera Rheingantz Abuchaim.

Nota: Na parte superior, estão fotos dos membros da família.

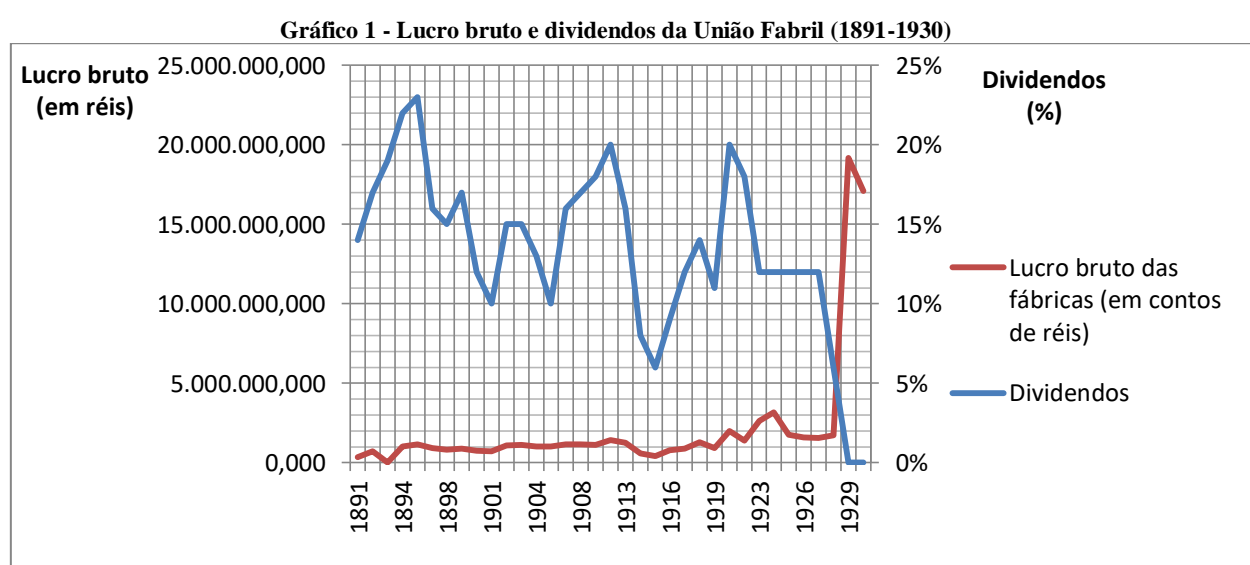
Carlos Guilherme ocupa a parte central,  
com seus filhos Eduardo, Alberto e Paulo, nas fotos acima.

No final da década de 1920, a empresa manteria grande atividade de produção e vendas. Aliás, um dos maiores incrementos da terceira geração foi a criação de um sistema de vendas mais eficiente, mas os altos custos da matéria-prima e a crise no setor têxtil, além da crise de 1929, reduziram os lucros da companhia, embora não os dividendos, que seriam interrompidos em 1929 e 1930, quando a empresa não os distribuiu aos seus acionistas. A crise levou a novas alterações na empresa, que teria a fábrica de chapéus pelotense incorporada à companhia, apresentando lucros satisfatórios. Em 1930, pela primeira vez, a companhia receberia um empréstimo de um banco público, o Banco do Estado do Rio Grande.<sup>238</sup>

O Gráfico 1, a seguir, evidencia algumas das questões tratadas aqui, além de reproduzir as bruscas alterações históricas e econômicas vividas pela grande empresa do Rio Grande do Sul, entre 1891 e 1930. A primeira constatação são as quedas nos lucros e a diminuição dos dividendos em períodos de agitação política e conflitos armados, caso da Revolução Federalista, de 1893, que abalou sensivelmente a fábrica, e a Primeira Grande

<sup>238</sup> Informações baseadas nos dados coletados nos relatórios da companhia para o período e CDH-FURG. Acervo de História Oral. Assunto: Rheingantz – dados biográficos. Entrevistado: Oscar Luiz Rheingantz, em 29 jan. 1982. HO013.

Guerra (1914-1918). Todavia, a Revolta de 1923 não parece ter provocado efeitos tão devastadores quanto o conflito de 1893. Em termos de lucros brutos, a década de 1920 apresentou uma elevação, que culminou na grande quebra de 1929, com grande desvalorização da moeda e grave crise econômica.<sup>239</sup> Contudo, incluem-se nos lucros brutos de 1929 e 1930, as vendas realizadas por meio do varejo da empresa e da incorporação da Fábrica de Chapéus Pelotense. Em 1930, com a desvalorização do preço das matérias-primas, “que perderam 50% do seu valor”, a fábrica fechou o balanço com déficit de pouco mais de dois contos de réis (2:000\$000).



Fonte: Elaborado pela autora a partir dos Relatórios da Cia União Fabril e Pastoril (1891-1893) e Cia União Fabril (1894-1930).

Nota: A coluna “Lucro Bruto” lê-se de 0 a 25 mil contos de réis.

O gráfico nos auxilia, entretanto, a compreender outra questão. Ainda antes do falecimento de Carlos Guilherme (em 1909), a companhia deu início a um processo de modernização da fábrica, como já referimos, o que se tornaria um legado extremamente importante para a geração da família que assumiria os negócios. A oscilação na distribuição dos dividendos, em relação aos lucros, mostra, em parte, o investimento realizado na modernização da companhia. Assim, a estabilidade financeira marcou a sucessão administrativa e familiar da empresa no início do século XX.

<sup>239</sup> Devido à desvalorização da moeda e à crise financeira, os números da companhia sofreram grande variação no final da década de 1920. Em 1928, o lucro bruto foi de 1.739:339\$725, já em 1929 foi de 19.189:222\$740.

\*\*\*

Ao longo deste capítulo, tratamos das relações que consideramos fundamentais para a manutenção dos negócios da família Rheingantz ao longo do tempo, as relações de confiança. Também nele, avaliamos as duas principais empresas familiares, a colônia e a companhia fabril.

Durante o período em que a empresa colonial se desenvolveu, o engajamento de imigrantes, que eram contratados pela empresa para se estabelecerem na colônia agrícola, foi o palco de intensas disputas entre companhias europeias especializadas no serviço de engajamento, empresas de transporte, a família Rheingantz e os próprios imigrantes. O Estado brasileiro pouco se manifestou sobre essa questão, deixando a cargo das províncias o regulamento e uma mínima fiscalização das empresas e do processo em si. Mostramos como esse processo de engajamento funcionou e, assim, avaliamos como os integrantes da família trabalhavam em diversos setores e como era acionada a rede de imigrantes aqui no Brasil e fora dele. Os principais membros da rede, aqueles chamados de pessoas de confiança, eram acionados para intermediar conflitos, tratar de problemas financeiros e intervir nas questões pendentes com autoridades. Acreditamos também que, por serem pessoas de extrema confiança, recebessem maior contrapartida da empresa colonial, mas não parece que os negócios se realizavam dessa forma. Ao que tudo indica, nessa fase da empresa, cada pessoa de confiança tinha um papel e uma posição estabelecida em uma grande rede de imigrantes e os benefícios que recebem já estavam mais ou menos delimitados por essas posições. Quer dizer, o banqueiro já recebia os lucros por ser banqueiro. Naturalmente, há oportunidades novas com o negócio da família Rheingantz e ele indiretamente se beneficiou desses negócios. Em suma, fazer parte da rede, como mostra o conceito de redes, já garante certos benefícios aos integrantes.

Enquanto avaliamos os primeiros anos de funcionamento da fábrica de Carlos Guilherme Rheingantz, constatamos algumas alterações na composição das redes, no quesito pessoas de confiança, uma vez que o número de indivíduos oriundo das elites locais, e não de estrangeiros, aumentou significativamente. Esses indivíduos integrariam o grupo de acionistas na primeira fase em que a companhia teve esse formato, e seu papel na empresa era considerável. Os laços de parentes originados das ligações matrimoniais da segunda geração da família Rheingantz também altera a composição da rede, pois acresce esse novo grupo e, em parte, seus interesses. Além disso, a grande quantidade de pequenos acionistas mostra que



o capital local era força motriz considerável nos negócios. Gerenciar tantos interesses ampliou sensivelmente o capital social de Carlos Guilherme e, conseqüentemente, o da família Rheingantz como um todo.

Entretanto, isso não significa o desaparecimento das antigas redes imigrantes, que embora transformadas ainda mantêm famílias e membros vitais para as relações de confiança e o funcionamento dos negócios. Assim, os bem estabelecidos permaneceram atuantes. A rede migratória da qual a família fazia parte desde a primeira geração contribuiu sensivelmente para o projeto de ascensão familiar, pois direcionava os investimentos dos integrantes da rede, distribuía informações, acomodava alianças e contratos entre os interessados e facilitava a construção de negócios pelos critérios de confiança intrínsecos à rede e ao capital social de seus membros. O que parece acontecer na segunda geração familiar é que os membros da família tomam um lugar cada vez mais central entre os imigrantes/descendentes *bem estabelecidos* na sociedade local.

Reconstruir o funcionamento das fábricas, em suas fases mais antigas, exigiu que esta tese lidasse com questões inesperadas. A primeira delas é relativa ao grande conjunto de investimentos que as fábricas Rheingantz receberam. Ao contrário do que sugere a maior parte da literatura para as primeiras indústrias de propriedade de imigrantes, as fábricas Rheingantz sempre foram um grande investimento e sempre receberam empréstimos e créditos de grandes bancos e outras grandes companhias, o que é pouco comum nesse período histórico. Esses investimentos foram constantes e resultaram no aumento do patrimônio das empresas e, conseqüentemente, no da própria família Rheingantz. A segunda questão diz respeito a grande quantidade de investidores locais na cidade de Rio Grande. O grupo que detinha os maiores recursos econômicos esteve presente em todos os grandes empreendimentos da cidade e, junto com grupos médios, oferecia dinheiro em forma de empréstimos. Médios e pequenos investidores também estavam presentes na companhia Rheingantz como acionistas, investindo valores significativos ao longo de muitas décadas. O papel desses grupos de investidores ainda é impreciso, carecendo de pesquisas mais amplas que possam responder sobre seus perfis e níveis de participação em grandes ou médias empresas, de propriedade imigrante ou não, especialmente, no início do processo de industrialização no Rio Grande do Sul.

O acúmulo de capital social de Jacob Rheingantz possibilitou à família Rheingantz reivindicar um novo lugar na sociedade sul-rio-grandense. Rheingantz gerenciava uma gama variada de interesses de grupos imigrantes, estava no centro das discussões que envolviam as questões de terra e sua regularização, espaço de disputas entre os mais privilegiados homens

da então província, e, além disso, tinha grande capacidade de administrar conflitos, ou de gerá-los, representar interesses e investir recursos, o que levou Jacob Rheingantz a chamar a si o posto de empresário, uma nova posição social. Empresário tem um significado próprio ao contexto da construção dos negócios da família Rheingantz. Esse significado precisa ser entendido no interior do próprio tempo histórico em que ele é reivindicado e usado.

## 6 Patrimônio, sucessão e transmissão de capitais

Neste último capítulo, trataremos mais especificamente das transmissões entre as gerações familiares, com relação ao patrimônio financeiro e ao capital social especialmente entre os chefes da família em cada geração. Na primeira parte do capítulo, apresentamos dados sobre o patrimônio e a transmissão de recursos econômicos entre as gerações, seja em forma de heranças, seja em forma de investimentos repassados em vida pelos pais aos filhos. Nessa dinâmica, as formas de sucessão nos negócios também são passíveis de investigação nessa etapa do capítulo. Já na segunda parte, discutimos algumas questões relacionadas aos legados mais simbólicos do grupo familiar, ou seja, buscamos avaliar o capital político e cultural transmitido ou não entre as gerações familiares ou possíveis investimentos, até mesmo simbólicos, como um apoio a uma carreira política, por exemplo.

A partir da crítica de Ivan Light e Léo-Paul Dana (2013) de que as pesquisas estariam excessivamente se concentrando no capital social como grande propulsor do empreendedorismo, ignorando o papel do capital cultural, por exemplo, investigamos possíveis influências do capital cultural ou político no sucesso dos negócios. Isso envolve também estratégias de transmissão de capitais ao longo das gerações e formas de sucessão no seio familiar. Portanto, este capítulo tem como foco explorar como os diversos tipos de capital podem influenciar na construção e no desenvolvimento dos empreendimentos por meio da análise da sucessão e da transmissão de capitais ao longo das gerações familiares aqui trabalhadas.

### 6.1 Patrimônio e sucessão

Pelotas, 25 de agosto de 1877. Era autuado o inventário de Jacob Rheingantz no Juízo de Órfãos da cidade. Por meio das cópias de documentos anexados ao processo, podemos avaliar melhor os investimentos que o pai passou aos filhos e as formas de sucessão moldadas no grupo familiar. Entre os recursos financeiros que foram certamente repassados por Jacob Rheingantz, estavam os quarenta contos de réis (40:000\$00) iniciais integralizados por Carlos Guilherme para realização do primeiro empreendimento fabril, a *Fábrica Nacional*

de *Tecidos de Lã*,<sup>240</sup> pois, como mostram os rascunhos do inventário de Jacob Rheingantz, o próprio Carlos Guilherme devia à herança pouco mais de quarenta contos de réis (42:156\$200) e, em 1877, havia ainda uma “*divida de Rheingantz e C.<sup>a</sup>, no Rio Grande, quantia esta sujeita á liquidação*”, em valor que ultrapassava os dezessete contos de réis<sup>241</sup>. Carlos Guilherme foi o único dos filhos que recebeu um investimento dessa magnitude.<sup>242</sup> Esse investimento faz parte de um projeto de ascensão social familiar.

O patrimônio dos Rheingantz, dividido entre Maria Carolina e os oito filhos, somou, pelo *monte-mor* do inventário de Jacob Rheingantz, o valor de duzentos e vinte e sete contos, quinhentos e sessenta e quatro mil e cento e onze réis (227:561\$111), nos quais constavam as dívidas de Carlos Guilherme e da *Rheingantz & Cia*, além das dívidas dos colonos, pouco mais de setenta e dois contos de réis (72:000\$000) e “*cento e quarenta e dous milhões, cento e nove mil oito centos e dezesseis metros quadrados de terras ainda não subdivididos e a caza de moradia situada nas mencionadas coloniais incluídas acima* [eram quatro colônias de terras que pertenciam a família no interior da Colônia São Lourenço]”,<sup>243</sup> que foram avaliadas em cento e quarenta e cinco contos, cento e nove mil e duzentos e noventa e cinco réis (145:109\$295). Como já mostramos em outro momento neste trabalho, a colonização sempre foi um processo lucrativo de exploração dos imigrantes e das terras, que pouco tinham de impróprias, como pensavam os principais setores produtivos do Rio Grande do Sul e do país durante o século XIX. A criação de um amplo mercado de terras, a valorização de terras com o trabalho agrícola dos colonos e a integração de novas áreas e, como evidenciou Petrone (1982), a valorização de terras cansadas são oportunidades abertas pela colonização e imigração e a nova relação com a terra.

Na divisão dos bens, dona Maria Carolina ficou com todas as dívidas (ativas e passivas), além dos quatro lotes coloniais e da casa da família em São Lourenço, bem como áreas colonizáveis. Já os filhos: Theresa, Frederico Guilherme, Alfredo Jacob, Henrique,

---

<sup>240</sup> Quase todos os autores alegam que Rheingantz e Vater tinham sociedade, integrada ainda pelo sogro de Carlos Guilherme. Poucos autores, entretanto, comentam sobre a origem do dinheiro de Carlos Guilherme. Lembramos aqui de Martin Dreher (2014, p. 201), que refere ao capital acumulado pelo pai de Carlos Guilherme, com a casa comercial colonial e a venda de terras na empresa colonizadora, como a forma de obtenção do capital de Carlos Guilherme Rheingantz.

<sup>241</sup> Para ser exata: 17:426\$575. Esse valor de pouco mais de dezessete contos de réis pode ter sido usado como capital de giro da fábrica ou, como suspeitamos, pode ter sido usado para comprar a parte do finado Miguel Tito, pois não está claro o que ocorreu com seu capital na firma.

<sup>242</sup> As informações desse parágrafo são procedentes de: BRG. Coleção Rheingantz, cx. 3. *Bens de Raiz*, doc. A/1 até A/5 e *Partilha*, doc. 16. Veja também: *Carta de sentença civil de formal de partilha passada a favor do herdeiro Carlos Guilherme Rheingantz, com o teor do pagamento de sua legítima extrahida dos autos de inventario que se procedeo por morte de seo pai Jacob Rheingantz, como abaixo se declara*, doc. A56 até A74, e *Correção da herança de Carlos Guilherme Rheingantz*, doc. A130.

<sup>243</sup> *Bens de Raiz*. BRG. Coleção Rheingantz, cx. 3, doc. A/1 até A/5.

Ernesto Eduardo, Luiz e Oscar receberam, em terras colonizáveis, o valor de quinze contos, cento e dezenove mil e seiscentos e vinte sete réis (15:119\$627) cada um. Carlos Guilherme também recebeu sua parte em terras colonizáveis, mas, em 1880, redigiu com a mãe um novo documento, devidamente registrado em cartório, no qual abatia parte de sua dívida com os valores partilhados a seu favor.<sup>244</sup> A falta do processo de inventário original dificulta análises mais profundas sobre as condições financeiras da família, embora algumas informações possam ser supridas pelas anotações e pelos rascunhos, ou ainda pelas cópias de exórdios de partilha, encontrados na *Coleção Rheingantz*, em Rio Grande. Contudo, nenhum dos documentos encontrados sobre a herança de Jacob Rheingantz nos revela se havia valores em dinheiro economizados pela família, o que é de certa forma bastante estranho. Constatamos a existência de algumas dívidas, que podemos considerar absolutamente normais para uma grande empresa, como aqueles valores devidos para o banqueiro Krannichfeldt, citado anteriormente. Também havia dívidas de colonos com a empresa colonial, algumas envolvendo a negociação das terras da colônia, outras envolvendo adiantamentos para os imigrantes, como passagens, implementos, entre outros. Porém, somente os valores repassados para Carlos Guilherme em moeda corrente constam como recursos financeiros investidos por Jacob Rheingantz fora de transações da empresa colonial propriamente dita.

Sem dúvidas, a viúva, Maria Carolina, assumiu todas as funções de inventariante e da administração dos bens, repassando aos filhos, ao longo do tempo e conforme a própria colonização das áreas coloniais restantes e partilhadas, os valores a que cada um tinha direito. Para tanto, os filhos passaram autorizações por escrito para que dona Maria Carolina vendesse as áreas coloniais que cada um havia recebido pela partilha.<sup>245</sup> Por isso, a partilha dos bens entre os filhos, restrita às terras ainda colonizáveis, não possui grandes efeitos, pois estes não receberam e gerenciaram os bens, que foram sempre administrados por Maria Carolina. Excetuando-se Carlos Guilherme, todos os outros filhos seriam tratados da mesma forma e, nesta época mais próxima à morte do pai, receberiam educação na Europa, excetuando os menores, que receberiam formação superior no Rio de Janeiro ou em São Paulo. A partir de 1890, Carlos Guilherme passa a direcionar todos os irmãos para trabalharem na fábrica ou pela empresa fabril.

---

<sup>244</sup> *Correção da herança de Carlos Guilherme Rheingantz*. BRG. Coleção Rheingantz, cx. 3, doc. A/130. O documento foi assinado em 4 abr. 1880 e registrado em APERS. Município de Pelotas. Tabelionato do 4º distrito (Boqueirão). Livro Notarial de Transmissões/Notas, nº 18, fl. 57v e 58, em 12 abr. 1880, Esse livro de notas foi lavrado pelo oficial de registro Vitor de Oliveira, que havia sido sugerido para o cargo por Jacob Rheingantz, nas cartas que trocou com o governo provincial em 1876.

<sup>245</sup> Entre os muitos documentos com o mesmo teor, veja, por exemplo: *Autorização de venda de terras da herança de Alfredo Jacob Rheingantz, em 15 set. 1885*. BRG. Coleção Rheingantz, cx. 3, doc. 138.

O primeiro a receber valores referentes à herança foi Frederico Guilherme, entre setembro de 1878 e fevereiro de 1879, com os últimos valores passados em 1880, mesma época em que a sua irmã Theresa, juntamente com seu marido, receberiam sua parte. Frederico Guilherme Rheingantz casou-se em 17 de agosto de 1878, na colônia São Lourenço, com sua prima Maria Angélica Reguly, filha de José e Ana Reguly (Ana era irmã de Jacob Rheingantz). Dois dias depois, em Rio Grande, Theresa Guilhermina casaria com o Barão Curt von Steinberg.<sup>246</sup> Os dois casais estabeleceram-se na colônia e aí permaneceriam até pelo menos o início da década de 1890. O barão von Steinberg, depois das tentativas frustradas de dona Maria Carolina em colocar um dos filhos na administração da colônia, assumiu a direção da Colônia São Lourenço. Frederico Guilherme manteve na colônia, por muitos anos, uma casa de residência e uma casa comercial com moinho a vapor e terrenos. Ele e a esposa tiveram sete filhos. Além do barão e da baronesa von Steinberg e de Frederico Guilherme Rheingantz e família, continuaram estabelecidos na colônia ou na região próxima a família Reguly e os filhos do finado irmão de Jacob Rheingantz, chamado Guilherme, como já mencionamos anteriormente.<sup>247</sup>

Logo após o falecimento de Jacob Rheingantz, Carlos Guilherme assumiu a administração da colônia, embora tenha ficado pouco tempo no comando da empresa familiar, uma vez que sua fábrica, já fundada em Rio Grande, exigia cada vez mais o envolvimento do empresário. Desse momento, ressaltamos o relatório enviado por ele, em nome de sua mãe, para a presidência da província, com um detalhado levantamento sobre a situação da colônia, um profundo e elogiado movimento em favor de seu pai como colonizador e empresário, e

---

<sup>246</sup> As datas aqui citadas são de Rheingantz (1941). Theresa e o barão não tiveram filhos. O Barão Curt August Adolf Wilhelm Ernst von Steinberg era filho dos barões Ernest Georg Karl e de Charlotte von Steinberg e, por ter emigrado ao Brasil, quando seu pai morreu em 1886, o seu único irmão, Ernest von Steinberg tomou seu lugar na linha sucessória, aposentando-se do serviço militar e tomando uma série de honrarias nas mais altas camadas prussianas. Com a morte do tio paterno, Ernest herdou todas as terras da família em Brügggen, sendo em 1888 nomeado Conde von Steinberg. O conde teve duas filhas, falecendo em 1911, quando se extinguiu a linhagem paterna dos Steinberg. Algumas informações sobre a família podem ser encontradas em: GREIFFENHAGEN, Karl. *Die Geschichte des Schlosses und Dorfes Brügggen* a. d. L. in Verbindung mit der kurz skizzierten jeweiligen Landesgeschichte. Osterode am Harz, Giebel & Oehlschlägel, 1927.

<sup>247</sup> Os filhos de Guilherme Rheingantz eram Pedro e Jacob Rheingantz. Os dois cresceram na colônia aos cuidados do padrasto Pedro Neutzling, que ainda gerenciava valores que Jacob Rheingantz repassava como herança para os meninos em 1877. Pedro Rheingantz, nascido ainda em Sponheim, faleceu na colônia em 1920. Ele casou-se primeiramente com Catarina Dilly, filha do casal Dilly, que integrou a primeira leva de imigrantes para São Lourenço, e casou-se pela segunda vez com Christina Rockenbach. Ele deixou dois filhos, um de cada casamento, que tiveram descendência em Pelotas. Já o mais novo dos meninos, Jacob, faleceu na colônia, com cerca de 20 anos de idade (RHEINGANTZ, 1941). Ao que tudo indica, esse ramo da família teve uma vida mais simples, pois alguns de seus netos, por exemplo, foram agricultores ou pequenos comerciantes, localizados nos 1º e 2º distritos de Pelotas. As informações podem ser encontradas nos livros de registro civil, como, por exemplo: *Registro de casamento de João Baptista Rheingantz* (agricultor, era neto de Pedro Rheingantz) e *Zeferina Dornellas Rosa*. APERS. Cartório do Registro Civil (Dunas, Pelotas). Casamentos. Talão 12, p. 28.

uma crítica substancial sobre a falta de atenção que o Estado despendia para com os assuntos coloniais na região, como evidencia este trecho:

Que ideia vão formando os colonos das autoridades do paiz, se vêem ser commettidos debaixo do manto da lei todos os abusos possiveis. Dirigião-se ao fallecido empresario, que de sua parte se dirigia ao Governo, porem raras vezes resposta recebia. O que poderão fazer os herdeiros agora, se não se instituir autoridade que possam entender-se com os colonos e que mereção respeito?

Para tirar aos colonos a falsa supposição que ao empresario compete vigiar a ordem publica, a instrucção e o culto, necessita-se que o Governo determine uma representação energica e justiceira das leis e uma sã organisação das escolas e das igrejas.<sup>248</sup>

A grande responsável pela gestão da colônia foi Maria Carolina Rheingantz, que não assumiu diretamente a administração do negócio, mas sim o posto estratégico das negociações, especialmente com os órgãos governamentais. Por vezes, contudo, Carlos Guilherme interferia e assumia interinamente a administração da colônia, como *encarregado*, conforme denominação que ele mesmo reivindicou nas cartas enviadas à presidência provincial.<sup>249</sup> Essas intervenções perduraram até a nomeação definitiva do barão von Steinberg para o cargo de diretor. A atuação do barão na direção foi bastante conturbada, especialmente por conflitos de terra ocorridos por volta de 1885, envolvendo colonos da 5ª área colonial. A área colonizada estava em litígio há anos com a família do coronel Joaquim de Sá Araújo. A família Rheingantz alegava que a área havia sido concedida oficialmente, pelo governo, para Jacob Rheingantz e que sua divisão e colonização eram legais, já o coronel Sá e seus herdeiros alegavam possuir a área, comprada anos antes do coronel José de Castro Antiqueira. O coronel Sá tentou resolver a questão primeiramente com Carlos Guilherme, propondo o coronel ficar com as áreas já colonizadas pelos Rheingantz, endossando a posse dos colonos que lá moravam. Carlos Guilherme recusou a proposta, pois desconfiava de avanços ilegais realizados pelo coronel em terras devolutas compradas por seu pai, conforme mapas que apresentava de terras concedidas.

O coronel Sá também havia colonizado uma área ao redor das áreas já colonizadas por Rheingantz, e, após sua morte, os herdeiros, liderados por Israel de Sá Araújo, mantiveram por mais de um ano, até meados de 1882, negociações com Carlos Guilherme.

<sup>248</sup> *Relatório de Carlos Guilherme Rheingantz enviado ao Presidente da Província Francisco de Faria Lemos, em 24 out. 1877.* AHRS. Fundo: Imigração, Terras e Colonização. São Lourenço/empresário/ diretor/diversos, mç. 72, cx. 37, p. 3 e 3v. Há um rascunho desse documento em BRG. Coleção Rheingantz, cx. 2, doc. 1.

<sup>249</sup> Como ocorreu, em 1881, quando Carlos Guilherme representou a empresa colonial e tratou com o governo da eleição de um pastor para atuar em três picadas da colônia. Conforme: *Correspondência de Carlos Guilherme Rheingantz enviada ao Presidente da Província Henrique Francisco d'Avila, em 30 set. 1881.* AHRS. Fundo: Imigração, Terras e Colonização. São Lourenço/empresário/diretor/diversos, mç. 72, cx. 37.

Porém, alegando haver direito legítimo na propriedade das terras, decidiram entrar na justiça para reaver a área que consideravam de sua propriedade. O processo ficou muito tempo em poder do judiciário, o qual parece ter ordenado uma medição de terras na região em litígio, que ainda não havia ocorrido em 1885. Sequer os herdeiros do coronel Sá haviam sido intimados das decisões da justiça.<sup>250</sup> A situação piorou drasticamente quando, da parte dos Sá, foi ordenado um avanço dos lotes em terras já colonizadas pelos Rheingantz, transformando a questão em uma guerra entre colonos. Os colonos de São Lourenço, por sua vez, pediram ajuda ao presidente e ameaçaram o barão von Steinberg, então diretor<sup>251</sup> (sobre essas questões, veja KLIEMANN, 1986).

As relações entre os três principais moradores da colônia, o barão von Steinberg, José Reguly e Frederico Guilherme Rheingantz, sempre foram amistosas. Ambos mantiveram, até 1893, uma posição de liderança, embora a posição de autoridade recaísse sobre o barão. Entre as contribuições para o crescimento e a industrialização da região, estava o apoio que o barão efetuava com a plantação de lúpulo na colônia, como mostra o depoimento de um fabricante de cervejas estabelecido no Rio Grande, em 1883:

Habitava de principio e na maior confiança a chácara do Sr. Frederico Rheingantz, aonde fez a primeira plantação de lúpulo, e hoje em dia, depois de seis meses de trabalho peníveis e insanos e uma segunda plantação, consegui fazer prosperar as minhas plantas na propriedade do sr. Reguly, alimentando ellas por um pequeno systema de irrigação. [...]

Não há expressões para ousar louvar a assistencia e a protecção que me dispensou o sr. Barão Curt von Steinberg, morador n'aquela colônia, assim como o sr. Reguly, muito conhecido n'esta cidade [Rio Grande], que da melhor vontade, e não obstante a sua grande idade ofereceu-me a sua amável assistência em todas as ocasiões.

Com o apoio de 2 homens de progresso desta qualidade, não é difficil fazer bem, empregando-se sobretudo o trabalho, a intelligência, as próprias capacidades e a força de vontade.<sup>252</sup>

<sup>250</sup> Confira: BRG. Coleção Rheingantz, cx. 2. *Correspondência do Coronel Joaquim de Sá Araújo para Carlos Guilherme Rheingantz*, sem data, doc. 28; *Correspondência de Joaquim de Sá Araújo para Carlos Guilherme Rheingantz*, em 31 jan. 1881, doc. 32; *Correspondência de Israel de Sá Araújo para Carlos Guilherme Rheingantz*, em 09 mai. 1881, doc. 38; *Correspondência de Israel de Sá Araújo para Carlos Guilherme Rheingantz*, em 04 abr. 1882, doc. 46; *Correspondência de Israel de Sá Araújo para Carlos Guilherme Rheingantz*, em 13 jul. 1882, doc. 48. Outro herdeiro do Coronel Sá era Eduard Tepke, que segundo colonos estaria provocando conflitos na região em disputa, cf. *Denúncia dos colonos de São Lourenço*, em 19 out. 1885, doc. 68.

<sup>251</sup> Conforme: “Ex.<sup>mo</sup> Snr. Presid.<sup>e</sup> da Provincia. Os colonos da quinta Area da Colonia pedem à V. Ex. providencias contra os herdeiros do Coronel Sá, que mandou seus colonos invadir as terras da quinta area, não obstante recommendação de V. Ex.<sup>a</sup> de chegar a um accordo com o Juiz Commissario. [...] Wilhelm Fraz, Alberto Ha--, Ludwig Guthouh, Alberto Pebrerg, Alberto Wierhke, Fer. Müller.” In: *Relatório de Felix de Mattos enviado ao Presidente da Provincia*, em 05 out. 1885. AHRs. Fundo: Imigração, Terras e Colonização. São Lourenço/empresário/diretor/diversos, mç. 72, cx. 37, com telegrama anexo, de 12 mar. 1885.

<sup>252</sup> BRG. *Echo do Sul*, Rio Grande, ano XXX, nº 17, p. 2, 3 jan. 1883. Colônia São Lourenço. Depoimento de Ignácio Francisco José Reymann, plantador de lúpulo e fabricante de cervejas.



Os outros filhos de Jacob Rheingantz não permaneceram muito tempo na colônia. Seguindo na ordem de nascimento, temos Alfredo Jacob e Henrique. Alfredo Jacob é o irmão do qual menos informações possuímos sobre formação e atividades antes da sua nomeação para a fábrica Rheingantz. Ele foi oficialmente nomeado como gerente da Companhia União Fabril e Pastoril entre 1890 e 1891, mas, conforme o próprio relatório da empresa, a direção estaria apenas oficializando o que, na prática, já existia pelo menos desde 1877.<sup>253</sup> Já Henrique estudou na Europa e, ao que tudo indica, já trabalhava na Alemanha no ramo comercial e permaneceu pouco tempo no Brasil. Também acreditamos que Henrique tivesse alguma patente militar, embora não tenha sido possível precisar qual. Ele casou-se na Grécia, em 30 de dezembro de 1884, onde se estabeleceu como proprietário de terras nos subúrbios de Corfu, capital da ilha de mesmo nome. Teve um filho e quatro filhas e faleceu em Bremen, em 1927, quando tratava de sua saúde. Sua única participação na empresa de Carlos Guilherme era na manutenção de um grupo de ações em seu nome, com aumentos ocasionais, por pedido do irmão. Aliás, as ações seriam o único bem declarado por ocasião de sua morte, pois, embora se declarasse proprietário, não constavam mais terras em seu nome. Em 1920, sem grandes perspectivas na Grécia, o filho de Henrique, chamado Jacques Rheingantz muda-se para Rio Grande, reivindicando o lugar que o pai teria na companhia. Jacques instalou-se em Pelotas e passou a trabalhar na *Fábrica de Chapéus*, junto com seus primos Francisco, filho de Carlos Guilherme, e Curt, filho de Frederico Guilherme. Mais tarde, a viúva de Henrique e suas filhas solteiras também se instalariam em Pelotas.<sup>254</sup>

Já os três irmãos mais novos da segunda geração avaliada aqui, Luiz Valentim, Ernesto Eduardo e Oscar Felipe,<sup>255</sup> foram praticamente criados por Carlos Guilherme e as relações entre eles foram muito próximas. Contudo, Ernesto Eduardo ficou mais afastado das ligações familiares em geral, especialmente depois da maioridade, pois se estabeleceu em São Paulo, onde faleceu em 1908. Não sabemos se tinha formação superior ou em que tipo de ramo específico ele trabalhava, exceto que era empregado da companhia Rheingantz. Luiz,

---

<sup>253</sup> Segundo o registro: “Esta Directoria confirmou os prepostos *já ha muito empregados nesta empreza*, sendo o Sr. Alfredo Rheingantz na qualidade de Gerente, o Sr. J. W. Broadbent na qualidade de Director interno das officinas e o Sr. Antonio J. Monteiro na qualidade de Thezoureiro e Guarda-livros. Resolvemos de accordo com o Art. 17 §10 de nossos Estatutos marcar para estes 3 prepostos sobre os quaes recahe uma boa parte da responsabilidade da gestão *uma porcentagem nos lucros liquidos*, conforme se vê pelo extracto da conta de Lucros e Perdas.” In: *Relatorio da Directoria da Companhia União Fabril e Pastoril sucessora de Rheingantz & C.ia que vai ser apresentado á Assembléa Geral ordinaria em 30 nov. 1891*. Anno social de 1º set. 1890 a 31 ago. 1891. Rio Grande: Typographia da Livraria Rio-Grandense, 1891, Direção interna, p. 11, *grifos nossos*.

<sup>254</sup> *Inventário de Henrique Rheingantz*. APERS. Comarca de Pelotas. Processo Judicial/Inventário nº 177, 1929, cx. 006.027 e CDH-FURG. Acervo de História Oral. Assunto: Rheingantz – dados biográficos. Entrevistado: Jacques Rheingantz, em 29 jan. 1982. HO012.

<sup>255</sup> Respectivamente nascidos em 19 abr. 1861, 26 nov. 1863 e 26 ago. 1865 (RHEINGANTZ, 1941).

Oscar e Alfredo Jacob receberiam, das mãos de Carlos Guilherme, suas partes da herança somente após 1890.<sup>256</sup>

\*\*\*

São Lourenço, 22 de julho de 1893.<sup>257</sup> Os Rheingantz começam a deixar a colônia São Lourenço depois de mais de três décadas de negócio. Maria Carolina Rheingantz passava, neste dia, por intermédio de seu procurador Oscar Rheingantz, a escritura de compra e venda da área colonial, que foi adquirida por João Baptista Scholl. Foram vendidos setenta e dois milhões, quatrocentos e vinte e sete mil e seiscentos e cinquenta e nove metros quadrados (72.427.659 m<sup>2</sup>) pelo expressivo valor de cento e sessenta e um contos, trezentos e quatro mil e oitocentos e vinte réis (161:304\$820), embora parcelado. O número de terras vendidas representava a quantidade de terras ainda não colonizadas pelos herdeiros e mostrava que Maria Carolina e os filhos continuaram adquirindo muitas propriedades limítrofes à colônia deixada por Jacob Rheingantz 16 anos antes.

O valor da venda precisa ser acrescido a outro montante havido em forma de indenização repassada pelo governo sul-rio-grandense no ano anterior, com recursos oriundos do Governo Federal. Desde meados dos anos de 1880, Maria Carolina disputava com o governo local uma indenização que requereu tendo em vista uma grande área devida pelo governo nas concessões realizadas para a empresa colonizadora. Ao todo, a empresa colonizadora da família Rheingantz havia adquirido do governo a área de terras devolutas na Serra dos Tapes que correspondia a trezentos e trinta e seis milhões, trezentos e vinte e dois mil e duzentos e vinte metros quadrados (336.322.220 m<sup>2</sup>), em uma série de compras realizadas ao longo do tempo. Entretanto, parte dessas terras já estavam ocupadas ou foram perdidas pela família em litígios e medições que ocorreram durante toda a década de 1870,

<sup>256</sup> *Recibos*. BRG. Coleção Rheingantz, cx. 3, doc. A8, A9, A16, A17, A131, A143, A144, A145.

<sup>257</sup> Segundo uma versão oficial, a família vendeu a colônia e seus direitos sobre ela em 1898 (COARACY, 1957), contudo, encontramos a escritura e acordos do ano de 1893. Dona Maria Carolina ainda ficou com posse de alguns terrenos na colônia e Scholl foi seu procurador na venda de alguns lotes ainda em 1893 e também nos anos seguintes, o que mostra que ele assumiu efetivamente nessa data as funções de colonizador. As informações estão em: “*Escritura de compra e venda que faz Dona Maria Carolina Rheingantz à José Baptista Scholl de terras e mattos, n’este Município e no de São Lourenço por cento e sessenta e um contos tresentos e quatro mil oitocentos e vinte reis, tudo como adiante se declara*”, em 22 jul. 1893. APERS. Município de Pelotas. 2º Tabelionato. Livro Notarial de Transmissões/Notas, nº 30, fl. 31 e seguintes. Veja também: “*Escritura de plena e geral quitação da quantia de sessenta contos de reis, moeda corrente que dá D. Maria Carolina Rheingantz á João Baptista Scholl, como abaixo se vê:*” em 21 out. 1893, e “*Escritura de convenção e accordo que fazem Dona Maria Carolina Rheingantz e João Baptista Scholl, como abaixo se vê:*”, em 24 out. 1894. APERS. Município de Pelotas. 2º Tabelionato. Livro Notarial de Transmissões/Notas, nº 30, fl. 95 e 96, respectivamente. É importante lembrar que dona Maria Carolina vendeu a empresa colonial, mas não os lotes de terra que pertenciam à família no centro da colônia (que seriam quatro lotes).

uma das decorrências da revolta dos colonos de 1867. Essas perdas nas terras repassadas não apenas se deram por conta de avanços ilegais, que eram corriqueiros em toda a região, mas também por conta do próprio governo, que concedeu áreas e nunca efetivamente fiscalizou tais concessões. Assim, Maria Carolina cobrava do governo uma área de sessenta e seis milhões, quatrocentos e noventa e oito mil e cento e cinquenta e oito metros quadrados (66.498.158 m<sup>2</sup>) vendida, mas nunca efetivamente possuída pela empresa colonial.<sup>258</sup>

Em meados da década de 1890, o governo rio-grandense reconheceu “*os serviços prestados por seus herdeiros á causa da imigração n’aquelle lugar, recebeu como boas e valiosas as provas oferecidas em favor de seu direito*”.<sup>259</sup> Contudo, o despacho da Secretaria de Agricultura ordenou que fossem medidas e concedidas as terras faltantes em área próxima à colônia, ficando Maria Carolina de posse da área, independentemente das despesas, “*mas também certa de que não terá mais direito de fazer reclamação alguma*.”. Essa última frase da decisão provavelmente foi tomada como uma provocação pela família Rheingantz, que dificilmente abandonaria o direito de fazer reclamações em troca da concessão demorada de terras, até porque os Rheingantz tinham perfeito conhecimento de que não havia mais terras nessa quantidade para ser “concedidas” na região. Os trâmites do requerimento, assim, continuaram até a aprovação de um valor indenizatório, bancado pelo governo central, a partir do Projeto de Lei Orçamentária nº 242, de 1892, que garantiu aos Rheingantz o valor indenizatório de cento e quatorze contos, novecentos e noventa e sete mil e oitocentos e quarenta e três réis (114:997\$843).<sup>260</sup>

O motivo da venda da colônia exige maior investigação, embora saibamos que, em parte, esteja associado à doença sofrida pelo barão von Steinberg, que acabou falecendo em 24 de agosto de 1893, e à dificuldade dos filhos de Maria Carolina em administrar a colônia, caso de Luiz Rheingantz, o qual substituiu o barão devido a este apresentar problemas de saúde no início de 1890. Particularmente, acreditamos que o motivo que melhor explicaria a venda da colônia esteja relacionado ao planejamento da mudança da família para a Alemanha, que parece ter tomado a agenda familiar como um todo na primeira metade da década de 1890.

---

<sup>258</sup> O que em outras palavras significa dizer que a família Rheingantz comprou e efetivamente possuiu um total de 269.824.062 m<sup>2</sup> de terras devolutas, ou seja, aquelas adquiridas do governo.

<sup>259</sup> A *Federação* publicou o comunicado da Secretaria de Agricultura do governo do Estado no qual consta a decisão aqui citada e os trechos transcritos. O mesmo periódico divulgou todo o requerimento e as votações relativas a indenização requerida por Dona Maria Carolina, durante todo o trâmite. Cf: *A Federação*, Porto Alegre, Ano VII, n. 147, p.1, 30 jun. 1890, Governo do Estado – Secretaria da Agricultura. Expediente. Dia 26 de junho.

<sup>260</sup> BRG. Coleção Rheingantz, cx. 2. *Projeto de lei orçamentaria nº 242, de 1892*, doc. 99.

O barão dirigia a colônia São Lourenço e parece ter sido um importante gestor. Além disso, há um valor simbólico em ter um barão comandando a parte empresarial agrícola administradas pelos Rheingantz. O barão foi o único membro da família que manifestou seu desejo perante o cônsul alemão de Rio Grande de continuar como cidadão alemão, tendo em vista o processo de naturalização promovido pela República. Lembramos que os Rheingantz são brasileiros de nascimento, inclusive Maria Carolina. A maior parte dos nomes da lista apresentada pelo cônsul ao governo do Rio Grande do Sul trazia o nome dos principais comerciantes da região, incluindo alguns vendeiros coloniais.<sup>261</sup> Nessa época, Gustavo Pock era o cônsul alemão interino da cidade de Rio Grande, até que assumiu oficialmente o consulado já no início da década de 1890. Antes dele, o representante oficial foi Louis Fraeb, membro da família que também mantinha renomadas empresas comerciais na cidade. Outro comerciante alemão que integrava o grupo de pessoas ligadas ao consulado, ou que ocuparam cargos por ausência de um de seus representantes oficiais, foi Carl Nickle.<sup>262</sup> Essas pessoas estariam envolvidas com os Rheingantz diretamente, especialmente em relações comerciais, empresariais e monetárias de grande valor, como já mencionamos nos capítulos anteriores e ainda veremos.

O arrolamento de inventário do barão é um processo, sem dúvidas, curioso.<sup>263</sup> Esse documento e alguns outros de integrantes da família Rheingantz compõem um conjunto de documentos que, no mínimo, poderíamos chamar de omissos. O inventário do barão seria autuado em outubro de 1895, mais de dois anos após a sua morte. Além da viúva meeira e inventariante, foi nomeado herdeiro do barão o seu irmão, *conde Ernest von Steinberg*, que residia em Brüggem, na Alemanha, onde estavam localizadas as terras da família Steinberg. O barão deixou de herança duas partes de um lote colonial, as quais juntas mediam trezentos e sessenta e três mil metros quadrados (363.000 m<sup>2</sup>) e que, mais tarde, tornar-se-iam apenas duzentos e quarenta e dois mil metros quadrados (242.000 m<sup>2</sup>), pois, além de ter sido construída uma Igreja Luterana no terreno, parte da estrada passava pelas terras. Contudo, havia as dívidas deixadas pelo barão, que eram o pagamento aos médicos pelo tratamento de saúde e os valores despendidos com o sepultamento, todos pagos por Maria Carolina, além de

---

<sup>261</sup> Veja: *Rol dos subditos alemães, residentes no districto do Consulado Imperial da Allemanha no Rio Grande do Sul, que, em virtude das disposições da constituição dos Estados Unidos do Brazil, declararão, perante o referido Consulado, a sua intenção de conservar a sua nacionalidade allemã*. AHRS. Consulados e Legações, mç. CN-1, cx. 1.

<sup>262</sup> Veja o material existente sobre o consulado de Rio Grande em: AHRS. Consulados e Legações, mç. CN-1, cx. 1.

<sup>263</sup> Todas as informações sobre o inventário remontam a: *Arrolamento de Inventário do Barão Court Von Steinberg*. APERS. Comarca de Pelotas. Juízo Distrital de São Lourenço. Processo Judicial/Inventário nº 267, 1895, cx. 006.0229.

algumas contas pagas por Carlos Guilherme, entre as quais estavam pequenas quantias pagas a comerciantes em Rio Grande por suprimentos comprados pelo barão, como charutos, por exemplo. As dívidas somavam mais de dois contos de réis (2:147\$970, para sermos exatos). Carlos Guilherme usou um processo de justificação para provar as dívidas que o barão possuía com ele, que somavam quase um conto e quinhentos mil réis (1:500\$000). Na justificação, anexa ao inventário do barão, consta o depoimento de dois comerciantes de Rio Grande, garantindo os valores alegados por Carlos Guilherme. Os dois depoentes foram Carlos Nieckele e Antônio Chaves Campello.

O irmão do barão, conde von Steinberg, mandou procurações e concordou com todo o processo de inventário. As terras do barão foram avaliadas inicialmente em um conto e quinhentos mil réis (1:500\$000) e foram passadas aos credores Carlos Guilherme e Dona Maria Carolina, que venderam os bens em praça pública, por pedido da viúva baronesa von Steinberg. O leilão ocorreu na frente da Intendência Municipal de São Lourenço, com as terras arrematadas por Konrad Mauch, colono radicado em São Lourenço pelo menos desde 1880. Mauch pagou dois contos de réis (2:000\$000) pelas terras. Porém, o recibo de pagamento tenha a data de 22 de outubro de 1894, quase um ano antes do inventário começar. Isso indica que o leilão era uma farsa, como também parece ser o próprio inventário, pois não há nenhum valor em moeda corrente, nem ações da Companhia União Fabril, por exemplo. Revendo os relatórios da companhia, encontramos ações em nome da baronesa (6 ações em 1891 e 20 ações em 1895, por exemplo). Assim, tudo indica que os bens já em nome da baronesa não aparecem como pertencentes ao casal no inventário, que era padrão para a época. O inventário do barão mostra que algumas questões relativas à transmissão de patrimônio entre os membros da família não seguem o padrão habitual. Mas esse apenas é o primeiro indício.

Outro inventário avaliado pela pesquisa também causou surpresa pelas informações divulgadas. Como já mencionamos, Frederico Guilherme Rheingantz faleceu prematuramente, em 4 de abril de 1896, em São Paulo, onde estava trabalhando como encarregado dos negócios da companhia Rheingantz. Em julho do mesmo ano, a viúva Maria Angélica Rheingantz deu entrada no processo de inventário, alegando que ele apenas havia deixado algumas dívidas e que as informações sobre São Paulo seriam enviadas por Eduardo Rheingantz. Como de praxe, o juiz de órfãos nomeou um curador geral *ad'hoc*, convocando Antônio Crespo Centeno, o qual, em 10 de outubro, declarou que não concordava com as declarações realizadas pela inventariante, questionando onde estava o patrimônio do falecido, a saber, móveis, imóveis e um moinho a vapor. O inventário foi então enviado ao coletor

estadual, o experiente João Baptista Soares, que exclamou: “*é notoriamente publico que o inventariado deixou bens casas terras e um moinho á vapor e nesta repartição não consta de transmissões de propriedade desses bens que são situados neste município*”.<sup>264</sup> Maria Angélica responderia numa eloquente correspondência ao juiz, junta aos autos, e provavelmente redigida com auxílio de um advogado. Nesse documento, ela mantinha firmemente sua posição, alegando que estranhava a argumentação dos representantes da coletoria e da curadoria, tentando colocar dúvidas sobre o trabalho de ambos. Resumidamente, alegou que seu marido havia vendido os bens antes de viajar; que seus filhos tinham recebido uma doação em dinheiro da avó paterna, dona Maria Carolina, pouco mais de cinco contos de réis (5:000\$000), que lhes rendiam *algum juro* e que ainda havia de declarar uma parte na herança de sua irmã, Luiza Reguly, falecida solteira.

Tanto o coletor quanto o curador responderam que as informações existentes diziam que havia bens imóveis hipotecados para uma firma comercial e que ainda pertenciam ao falecido. Logo após, Eduardo declarou, no inventário, que o irmão Frederico era empregado da firma e que já havia retirado todos os seus ordenados. Por ordem do juiz local, os autos foram encaminhados ao juiz de direito da comarca Dr. Frederico Bastos, em Pelotas, que simplesmente julgou por sentença o arrolamento, encerrando o processo. O Dr. Bastos também foi o juiz de direito que deu a sentença final no inventário do barão. A pergunta que nos fizemos durante a leitura desse inventário foi onde exatamente moravam a viúva e os sete filhos menores de 18 anos que estavam estabelecidos na Reserva, localidade no interior do município de São Lourenço. Esse inventário omite claramente informações sobre os bens do finado e de sua família, mesmo considerando o lado materno, os Reguly, que poderiam amparar, inclusive financeiramente, os herdeiros de Frederico Guilherme. Portanto, os inventários não se mostraram fonte confiável para a análise do patrimônio material dos membros da família, pois escondem parte ou grande parte das informações sobre a situação financeira do grupo. Por outro lado, podem revelar que outros padrões de transmissão de patrimônio podem ter existido entre membros de famílias de elite imigrante (ou de seus descendentes).

---

<sup>264</sup> *Parecer do Coletor das Rendas do Estado* incluso no *Inventário de Frederico Guilherme Rheingantz*. APERS. Comarca de Pelotas. Município: Pelotas. Processo Judicial/Inventário nº 183, ano 1896, caixa 006.0261, p. 7v.

\*\*\*

Hamburgo, 6 de julho de 1899. Em um dos principais portos europeus, Carlos Guilherme Rheingantz aguardava a partida do *Navio Amazonas*, com destino ao Brasil. Ele declarou ser “*Fabrikant*” e residir em Wiesbaden, na Alemanha. Pouco mais de quatro anos depois, também em Hamburgo, enquanto aguardava o *Navio Prinz Waldemar*, também com destino ao Brasil, ele declarou ser “*Industrieller*” e morar no Rio Grande do Sul. Os dois termos usados para caracterizar a profissão remetem-nos ao conceito de industrialista, termo bastante usado neste período para designar os empresários industriais. Entretanto, com relação ao local de moradia, a situação é mais complicada de explicar. Carlos Guilherme morava nos dois endereços, residindo em Wiesbaden e, periodicamente, viajando para Rio Grande, na maior parte das vezes no segundo semestre de cada ano, quando eram realizadas as reuniões dos acionistas da companhia e os balanços das fábricas. Carlos Guilherme afastou-se aos poucos das fábricas, mas não dos negócios. Ele manteve-se na diretoria da empresa, inclusive em cargos especiais, como o de superintendente, que reunia algumas funções especiais como a escolha e a compra de maquinário ou novas tecnologias, adquiridas na Europa e introduzidas nas fábricas brasileiras. Em suma, Carlos Guilherme vivia uma espécie de aposentadoria, em companhia da esposa, Maria Francisca, da irmã, a viúva baronesa Theresa von Steinberg, e de sua mãe, dona Maria Carolina Rheingantz. De 1891 até 1909, ano da morte de Carlos Guilherme, o industrial e os familiares fizeram uma grande quantidade de viagens entre Europa e Brasil. Nem sempre Carlos Guilherme partia de portos alemães, como Bremen ou Hamburg, algumas vezes, a partida era realizada em Southampton, na Inglaterra, parada obrigatória quando a viagem envolvia a compra de teares ou outros equipamentos. Veja no Quadro 10, as viagens realizadas pelo industrialista.

**Quadro 10 - Viagens de Carlos Guilherme entre Brasil e Europa**

<b>ANO</b>	<b>Brasil</b>	<b>Europa</b>
1890	Vivia no Brasil	Viagem à Inglaterra para comprar maquinário
1891	Vivia no Brasil	Não viajou à Europa
1892	Retornou a Rio Grande em final de outubro, depois de viagem à Europa.	Vigem em junho ou início de julho para Inglaterra, com a esposa, para tratar de assuntos particulares e de uma transação de crédito em Londres
1893	Vivia no Brasil	-
1894	Vivia no Brasil. Esteve parte do ano no Rio de Janeiro	-
1895	Vivia no Brasil	-
1896	Não consta que retornou ao Brasil neste	Passou a viver na Europa

	ano	
1897	Volta ao Brasil em outubro, partindo de Southampton. Era aguardado em Rio Grande, em novembro para reunião dos acionistas da companhia.	Vivia na Europa
1898	Não há informações de que tenha regressado ao Brasil	Estava na Europa
1899	Regressou ao Rio Grande em setembro, quando retomou as atividades da empresa. Participou da criação de uma agência da companhia em Porto Alegre.	Vivia na Europa
1900	Era aguardado em novembro para a assembleia da companhia.	Vivia na Europa
1901	Não veio ao Brasil.	Vivia na Europa
1902	Não veio ao Brasil.	Vivia na Europa
1903	Retorna ao Brasil, com partida em fins de outubro. Era aguardado para a assembleia dos acionistas.	Vivia na Europa
1904	Permaneceu em Rio Grande de dezembro de 1903 até abril de 1904. Assumiu novamente a direção da fábrica após a morte do gerente Alfredo Jacob.	Viagem em maio para Inglaterra. Estava na Alemanha em novembro, quando sua mãe faleceu.
1905	Volta ao Brasil em junho. Eduardo, filho de Carlos Guilherme, assume como auxiliar da gerencia. Alberto Luiz era incluído como ajudante na agência do Rio de Janeiro.	Vivia na Europa
1906	SI	SI
1907	Volta ao Brasil em novembro, junto com a esposa e Oscar, que buscou tratamento de saúde, possivelmente, na Inglaterra.	Voltou para Alemanha possivelmente entre março ou abril.
1908	Era aguardado no Brasil, antes do final do ano.	Parte do ano na Europa.
1909	Morre no RJ, antes do retorno a Europa.	

Fonte: Elaborado pela autora a partir dos relatórios da Companhia União Fabril para o período de 1890-1909, com auxílio das listas de embarque do porto de Hamburgo e da Inglaterra.

Como podemos constatar, na segunda metade da década de 1890, Carlos Guilherme e a esposa passariam muito tempo na Europa, precisamente em Wiesbaden. Para tratar de negócios, o industrial também iria muitas vezes para a Inglaterra. Essa mudança se devia, em parte, ao incrível sucesso da companhia e ao desejo de aposentaria de Carlos Guilherme. Por outro lado, era comum que ricos capitalistas fixassem residência na Europa e viessem ao Brasil com regularidade, e não estamos tratando apenas daqueles industriais que tinham origem estrangeira. Algumas dessas situações podem ser extraídas dos jornais e de suas colunas sociais, como, por exemplo, o casamento da filha do importante capitalista Simão da Porciúncula, que ocorreu em Paris, local onde a família havia se instalado tempos antes, e que contou com a presença de outros importantes membros do comércio, dos militares e dos



representantes diplomáticos, colegas do noivo, cônsul em Berna, além da família Rheingantz.<sup>265</sup> O filho de Simão da Porciúncula, Oscar, já havia se casado, também em Paris, com Olga Clemência, filha mais velha de Carlos Guilherme (RHEINGANTZ, 1941).

Ao tratarmos das viagens do casal Rheingantz, a primeira impressão é de que esta fase que compreende os últimos anos do século XIX e os primeiros anos do século XX teria sido marcada por um momento de transição entre os membros da segunda e da terceira geração, especialmente na alteração dos nomes na administração da companhia, quer seja, a preparação dos filhos de Carlos Guilherme para assumirem a gerência e os cargos de diretoria da Companhia União Fabril. Entretanto, não foi exatamente isso que ocorreu, como pode ser observado no Quadro 11, a seguir, que mostra os cargos ocupados pelos membros familiares na companhia. Por pelo menos dez anos, as fábricas continuaram a serem administradas da mesma forma, com os irmãos Alfredo Jacob e Oscar na efetiva direção das fábricas, como reais administradores da companhia, os olhos e os braços de Carlos Guilherme durante os meses e anos de sua ausência. Essa situação somente se alteraria com o falecimento de Alfredo Jacob.

Alfredo Jacob trabalhava na gerência da fábrica desde 1877, sendo, na prática, o administrador *do chão das fábricas*. Claro que Carlos Guilherme, quando foi sócio-gerente, antes da instalação da diretoria, efetivamente administrava *a companhia* em todos os seus detalhes, mas suas funções eram muito mais amplas, como, por exemplo, decidir quando e de que forma seriam realizados aumentos e ampliações de maquinários e construções. Contudo, aqui queremos ressaltar que sempre existiu um administrador *no chão da fábrica*, uma pessoa que fiscalizava os tecidos e que contava os rolos de fio de lã, que, no caso, sem dúvidas, foi Alfredo Jacob. Após a criação da diretoria e o afastamento de Carlos Guilherme dos assuntos rotineiros das fábricas, foi Alfredo Jacob quem tomou o cargo e seguiu como os “olhos” da família na empresa. É preciso, porém, muito cuidado ao tratar das fontes históricas com relação a essas informações, pois, por exemplo, quando Alfredo Jacob casou, em 1891, com Carolina Bezerra, consta no registro que ele era “*empregado na fábrica de tecidos*”, mas claramente sabemos que ele não era apenas um trabalhador das fileiras da fábrica.<sup>266</sup>

---

<sup>265</sup> *A Federação*, Porto Alegre, Ano XXI, n. 29, p. 2, 04 fev. 1904.

<sup>266</sup> Alfredo Jacob nasceu em Rio Grande, em 22 nov. 1856, e faleceu na mesma cidade, em 14 fev. 1903. Casou-se, em 14 fev. 1891, com Carolina Bezerra. As informações do casamento são de: Livro 12 de casamentos da Matriz de São Pedro do Rio Grande (1890-1894), p. 18v e 19; e Livro 32 de óbitos da Matriz de São Pedro do Rio Grande, p. 60.

**Quadro 11 - Cargos ocupados pelos familiares na companhia em Rio Grande<sup>267</sup>**

<b>Nome</b>	<b>Cargo</b>	<b>Período</b>
Carlos Guilherme Rheingantz	Sócio-solidário ou Sócio-gerente da Rheingantz e Cia	De 1884 a 1891
	Diretor Superintendente	De 1891 a 1895
	Diretor Cia. União Fabril	De 1896 a 1909
Alfredo Jacob Rheingantz	Gerente	Começou a trabalhar em 1877, mas oficialmente ocupou o cargo de gerente de 1891 até 1903
Oscar Rheingantz	Subgerente	De 1896 a 1900
	Encarregado da Agência em Porto Alegre	De 1900 até 1903
	Gerente	De 1903 até 1907
Ernesto Alves de Castro (não é membro da família).	Auxiliar da gerência	De 1900 até 1905
Eduardo de Miranda Rheingantz	Auxiliar da gerência	1905 até 1907
	Gerente	A partir de 1907
Alberto Luiz de Sá Rheingantz	Ajudante do encarregado da Agência do Rio de Janeiro	A partir de 1907
	Subgerente	A partir de outubro de 1911
Paulo Affonso de Sá Rheingantz	Auxiliar da gerência	A partir de 1922

Fonte: Elaborado pela autora a partir dos relatórios da empresa para o período de 1884 até 1930.

\*\*\*

Wiesbaden, Alemanha, 18 de novembro de 1904.<sup>268</sup> Maria Carolina Rheingantz, matriarca da família, faleceu na Alemanha. Oscar, no Brasil, deu entrada no processo de inventário da finada mãe. A morte de dona Maria Carolina encerraria a cordialidade e exporia uma disputa entre dois grupos de herdeiros. Carlos Guilherme e a baronesa von Steinberg viviam na Alemanha, em Wiesbaden, há muitos anos e tinham seus próprios ganhos. Além deles, Oscar tinha trabalho e posições nas fábricas. Os filhos de Alfredo Jacob, que já era falecido, estavam estudando e alguns trabalhariam também na companhia. Eduardo, outro dos

<sup>267</sup> Excetuando os cargos de representantes exercidos pelos familiares em outras cidades, pois sabemos que Ernesto Eduardo e Frederico Guilherme, irmãos de Carlos Guilherme, e Adolfo e Gustavo, filhos do comendador, representavam a companhia em agências criadas em diversas cidades, tais como Porto Alegre, São Paulo e Rio de Janeiro.

<sup>268</sup> Stadtarchiv Wiesbaden. Sterberegister Wiesbaden, 1904/nº 1515.

irmãos, vivia em São Paulo e, juntamente com Henrique, estava mais afastado do núcleo local rio-grandense da família. Do outro lado, estavam os filhos de Frederico Guilherme, chamados Frederico Alberto, Josefina, Elsa, José Alberto, Carlota, Frida e Curt. Dos meninos, Frederico e José Alberto faleceriam prematuramente, o primeiro era formado em técnicas mecânicas, o segundo era comerciante. Já Curt Guilherme teria outros rumos. Apadrinhado pelo barão e pela baronesa von Steinberg, Curt, durante muitos anos, receberia licença do Governo Federal para pesquisar petróleo e gases naturais nos municípios de Arroio Grande e Santa Vitória do Palmar. Curt também foi sócio de Francisco Rheingantz na fábrica de chapéus em Pelotas e manteve outras atividades empresárias.<sup>269</sup> As meninas moravam em Pelotas, excetuando Frida, que casaria em São Lourenço.

Entre os bens de Maria Carolina, declarados no Brasil, estavam os antigos lotes coloniais que pertenciam à família e uma data de terras em Canguçu, além de ações da Companhia União Fabril, da Companhia Industrial Bageense, da Sociedade Anônima Estrada de Ferro São Paulo-Rio Grande e do Banco Iniciador de Melhoramentos. Dona Maria Carolina havia investido especialmente em outras companhias de comerciantes que já são bem conhecidos deste trabalho: Maria Carolina havia emprestado para a *Sociedade Poock & Cia* vinte contos de réis (20:000\$000), além de mais de quinze contos (15:000\$000) para a *Fraeb, Nickele e Cia*, empresa de comércio internacional que uniu as famílias de Carlos Fraeb e Carlos Nickele. O auto de inventário não citou bens na Alemanha e, infelizmente, pesquisas em Wiesbaden não puderam comprovar a existências de bens dos familiares.<sup>270</sup> Oscar, mais uma vez, foi o interlocutor da família e angariou a confiança de todos os irmãos e sobrinhos para conduzir o inventário, recebendo procuração de todos os interessados, incluindo a de Carlos Guilherme, enviada de Wiesbaden, na qual o comendador autorizou Oscar “*em seu*

<sup>269</sup> Frederico Alberto faleceu em 07 dez. 1913, aos 26 anos, em São Lourenço da Mata, em Pernambuco, onde trabalhava em um engenho. José Alberto faleceu aos 32 anos, em Canguçu. Os dois eram solteiros e não foram esclarecidos os motivos das mortes. As meninas moravam em Pelotas e viajam algumas vezes para a capital do Estado, conforme a coleta de dados realizada no jornal *A Federação*. Frida casou-se em São Lourenço com o fazendeiro Manoel Gabriel Soares Ferreira, com quem teve uma filha. Ela faleceu em 31 jul. 1931. Dados obtidos em: *Inventário de Frederico Rheingantz e José Alberto Rheingantz*. APERS. Comarca de Pelotas. Município: Pelotas. Processo Judicial/Inventário nº 142, 1917, cx. 006.026; *Arrolamento de Inventário de Frida Rheingantz Ferreira*. APERS. Comarca de Rio Grande. Processo Judicial/Arrolamento nº 614, 1931, cx. 006.0288. Sobre a exploração de petróleo veja decretos: nº 4466, de 1º de agosto de 1939; nº 7626, de 14 de agosto de 1941; nº 10548, de 30 de setembro de 1942; nº 13140, de 11 de agosto de 1943; nº 17011, de 26 de outubro de 1944; nº 21472, de 19 de julho de 1946; 25546, de 21 de setembro de 1948; nº 28864, de 14 de novembro de 1950; nº 36099, de 20 de agosto de 1954. Os decretos podem ser acessados na *Página eletrônica da Câmara dos Deputados*.

<sup>270</sup> No *Hessisches Hauptstaatsarchiv*, em Wiesbaden, foi requerida uma pesquisa que pudesse revelar propriedades da família pesquisada no Estado do Hesse. Os documentos de especial interesse eram os *Nachlassakte* (atos de propriedade). Já no *Stadtarchiv Wiesbaden*, foi explicado que parte dos documentos da cidade foi perdida durante um bombardeio na Segunda Guerra Mundial. Restaram apenas o registro de endereço dos familiares na cidade e o registro de óbito de Maria Carolina.

*nome [a fazer] desistencia de toda e qualquer participação na herança de sua mãe e sogra, em benefício dos demais herdeiros...*<sup>271</sup> Contudo, em 15 de novembro de 1905, Carlos Guilherme encaminhou petição ao juiz de órfãos dizendo que se arrependia da desistência e que já tinham sido partilhados pelos herdeiros, amigavelmente, todos os bens. O motivo dava-se “*por entenderem posteriormente que melhor realisariam os seus intuitos repartindo o que lhes coubesse em sua legitima com as suas cunhadas viúvas para auxiliá-las na educação de seus filhos, netos da inventariada.*” E que “*Tendo-lhes tocada em partilha as colonias de S. Lourenço, que a nenhum herdeiros convém, porque residem todos em outra parte é intenção dos supplicantes vendel-as e distriuir o producto pela forma indicada*”. Todavia, essas terras em São Lourenço continuaram pertencendo à família durante muito tempo após essa narrativa de Carlos Guilherme.<sup>272</sup>

Em 12 de maio de 1908, a situação ficou tensa entre os herdeiros. Em Rio Grande, a baronesa von Steinberg redigiu seu testamento, legando ao afilhado Curt um valor em dinheiro especialmente declarado e nomeando os filhos do seu falecido irmão Frederico Guilherme Rheingantz e os filhos do seu irmão Henrique Rheingantz, que ainda viviam na Europa, e o sobrinho José Henrique, filho de Alfredo Jacob, como seus herdeiros. Por fim, dizia que era de sua vontade que cada um recebesse partes iguais e que os bens da Europa fossem preferencialmente divididos entre os herdeiros que lá morassem. Não sabemos detalhadamente quais eram os bens que a baronesa possuía na Europa, embora já desconfiássemos da possível existência deles quando ocorreu a morte do barão.<sup>273</sup> Infelizmente, não foi possível encontrar dados sobre o desfecho das tensões entre os herdeiros, mas aqui se tornam visíveis as distinções entre os grupos mais ricos da família e os menos privilegiados.

A leitura atenta dos inventários é ferramenta importante para análise da sucessão e transmissão dos bens, bem como do capital econômico mantido pela família. Parece-nos claro que a família Rheingantz tenha investido em empresas ou comprado casas em outros países, contudo, essas informações não estão disponíveis nas fontes brasileiras. Aliás, boa parte dos inventários aqui usados revelam que alguns membros da família sequer possuíam uma casa.

<sup>271</sup> Procução de Carlos Guilherme e Maria Francisca de Sá Rheingantz para Oscar Rheingantz, passada em Wiesbaden, em 25 jan. 1905. Cf: *Inventário de Maria Carolina Rheingantz*. APERS. Comarca de Rio Grande. Processo Judicial/Inventário nº 1240, 1904, cx. 005.0562, p. 22v.

<sup>272</sup> *Petição de Carlos Guilherme Rheingantz, em 15 nov. 1905*. In: *Inventário de Maria Carolina Rheingantz*. APERS. Comarca de Rio Grande. Processo Judicial/Inventário nº 1240, 1904, cx. 005.0562, 95 e 95v.

<sup>273</sup> Os testamentários nomeados foram Francisco Rheingantz, Alexandre Reguly (primo da baronesa) e Eduardo de Miranda Rheingantz. Theresa von Steinberg faleceu em Pelotas, em 23 jul. 1932, e seu testamento foi entregue à justiça em fevereiro de 1933. ARQUIVO DO JUDICIÁRIO. Processo Judicial/Testamento da Baronesa Terezinha von Steinberg, 1933. s/n.

Logicamente que eles não moravam na rua, o que existe é uma forma diferente de distribuição do patrimônio e é preciso chamar a atenção para estas armadilhas quando tratamos de uma pesquisa serial com processos de inventários. Outra questão diz respeito aos bens registrados em nome das mulheres. Já não consta grande volume de bens em poder delas quando examinamos seus inventários, pois os filhos já receberam os principais quadros do patrimônio, como parece ter ocorrido com os bens das esposas de Alfredo Jacob e Oscar.

Alfredo Jacob faleceu no começo de 1903, aos 47 anos de idade. Não foi possível encontrar seu inventário, embora tenhamos encontrado informações de sua existência.<sup>274</sup> O segundo passo foi tentar encontrar alguma informação sobre a situação da viúva, Carolina Bezerra Rheingantz, que teve seu inventário realizado quase 50 anos após o do marido. Nesse documento, consta que Carolina Bezerra era proprietária de um grande prédio na cidade de Rio Grande e mantinha algum valor em dinheiro em uma poupança. Entretanto, Carolina Bezerra Rheingantz, que tinha mais de 80 anos de idade, já havia entregado seus bens aos filhos, e não podemos incorrer no erro de avaliar a condição financeira da família usando uma fonte que não poderá nos assegurar tais dados. Alternativamente, encontramos três processos ou notificações de despejo de casas alugadas que tinham por autores os herdeiros de Alfredo Jacob. As notificações ocorreram em 1909, 1923 e 1928, e com auxílio de documentos anexos a esses processos, como recibos de impostos prediais pagos pelos herdeiros, foi possível identificar que um investimento da família envolvia a compra e a manutenção de casas para locação. Há pelo menos quatro casas que pertenciam aos filhos e eram gerenciadas por Carolina Bezerra Rheingantz.<sup>275</sup>

Já Oscar Rheingantz faleceu em 1908, em Rio Grande e não foi possível encontrar maiores informações sobre a situação da sua viúva, mas, ao que tudo indica, ela também vivia do aluguel de casas na cidade de Rio Grande, como mostra um processo de despejo de 1921, do qual ela foi autora. Anexo ao processo, consta o pagamento do imposto predial urbano

---

<sup>274</sup> No inventário de Carolina Bezerra Rheingantz, esposa de Alfredo Jacob, consta que ela possuía um único imóvel, um prédio em mau estado, descrito como: “*Este imóvel foi havido no inventario e partilha dos bens deixados pelo finado Alfredo Jacob Rheingantz, conforme certidão passada em 9 de julho de 1903, pelo escrivão ajudante do Cartório de Órfãos e Ausentes, desta Cidade, João Bernardino Fuão...*” Confira: *Arrolamento de inventário de Carolina Bezerra Rheingantz*. APERS. Comarca de Pelotas. Processo Judicial/Arrolamento nº 3839, 1951, cx. 005.0374, p. 3.

<sup>275</sup> As informações são oriundas de: *Arrolamento de inventário de Carolina Bezerra Rheingantz*. APERS. Comarca de Pelotas. Processo Judicial/Arrolamento nº 3839, 1951, cx. 005.0374; *Processo de despejo movido contra Alfredo Castro*. APERS. Comarca de Rio Grande. Processo Judicial/Despejo nº 45, 1909, cx. 005.0002; *Processo de notificação movido contra Nicolau Elps*. APERS. Comarca de Rio Grande. Processo Judicial/Notificação nº 2445, 1928, cx. 005.0090; *Processo de notificação movido contra Ismael Dias dos Santos*. APERS. Comarca de Rio Grande. Processo Judicial/Notificação nº 1396, 1923, cx. 005.0054.

referente a sete casas.<sup>276</sup> A única filha do casal, Ana Maria, continuou como acionista da companhia, herdando as 150 ações que Oscar mantinha, mais as dez ações de sua mãe. Em 1927, Ana Maria Rheingantz casou-se com Giuseppe Renato Pernigotti, que, na época do casamento, havia começado a trabalhar como auxiliar da gerência na *Companhia de Tecelagem Ítalo-brasileira*, empresa da qual a família Pernigotti era uma das principais administradoras.<sup>277</sup>

Contudo, a parte central da análise aqui pretendida, aquela que investe nos líderes de cada geração, especificamente Carlos Guilherme na segunda geração, não terá um merecido desfecho. Não foi possível construir um perfil econômico mais amplo da segunda geração da família tendo em vista a falta de fontes que pudessem fornecer informações sobre o patrimônio dos principais membros. Da mesma forma, não pudemos medir a extensão dos negócios de Carlos Guilherme, mesmo tendo dados suficientes sobre suas fábricas, pois o industrial mantinha ações em todas as grandes companhias do sul do Estado, além de algumas na capital estadual e na capital federal. Quanto dinheiro e quais companhias são questões que não poderemos responder. Só na cidade de Rio Grande, Carlos Guilherme esteve presente em todas as grandes companhias, como, por exemplo, a *Hormain & Cia*, a *Cia de Seguros Marítimos e Terrestres Rio-Grandense*, a *Poock e Cia* e a *Empresa de Navegação Sul Rio Grandense*.<sup>278</sup> Os dados aqui reunidos mostram que tanto Carlos Guilherme, quanto Alfredo Jacob e Oscar tiveram processos de inventário constituídos, mas, nas buscas que realizamos nos arquivos, esses documentos não foram encontrados, o que não ocorre apenas pela ação do tempo, mas também por um gerenciamento arquivístico e uma política de preservação histórica no mínimo questionável.

Outra etapa da pesquisa pretendia revelar possíveis bens da família na Alemanha, o que não foi possível realizar. A partir do endereço de Carlos Guilherme Rheingantz e de Maria Carolina Rheingantz, procuramos por imóveis, mas as buscas em arquivos no estado do Hesse apenas comprovaram que parte dos documentos foi destruída e não havia mais possibilidades de encontrar documentos de propriedade, por exemplo. No arquivo de

---

<sup>276</sup> Não foi possível encontrar o inventário de Oscar, de forma que não é possível construir um perfil econômico mais detalhado. As informações utilizadas neste parágrafo procedem de: *Processo de despejo movido contra Francisco Ennes Costa*. APERS. Comarca de Rio Grande. Processo Judicial/despejo nº 1126, 1921, cx. 005.0046 e Rheingantz (1941).

<sup>277</sup> NPH. Acervo: Indústria e trabalho no Rio Grande do Sul – Industrialização e movimento operário entre 1889 e 1845. *Relatórios da diretoria da Companhia de Tecelagem Italo-Brasileira, para os anos 1922 – 1930*. NPH/459-E A NPH/475-E.

<sup>278</sup> Algumas atas das companhias nos auxiliam a identificar a participação de Carlos Guilherme, mas não a amplitude dos investimentos. Este material foi publicado em: *A Federação*, Porto Alegre, ano X, n. 67, p.3, 22 mar. 1893; *A Federação*, Porto Alegre, ano XII, n. 122, p.5, 25 mai. 1895; *A Federação*, Porto Alegre, ano XII, n. 233, p. 2, 3 out. 1895; *A Federação*, Porto Alegre, ano XXIII, n. 288, p. 3, 13 dez. 1906.

Wiesbaden, um de seus pesquisadores alertou-nos para a possibilidade de Carlos Guilherme Rheingantz ter vivido em um hotel na cidade durante a virada do século XIX para o XX, o que era bastante comum na referida cidade, um balneário que recebia anualmente centenas de ricos comerciantes e empresários, não apenas alemães de nascimento, que passavam várias temporadas na região, quase sempre para descanso e passeio. O prédio na *Wilhelmstraße*, 10, endereço oficial de Carlos Guilherme, embora reformado, ainda mantém os mastros para bandeiras e estampa na fachada alguns brasões, características comuns em hotéis. Como já dissemos anteriormente, Carlos Guilherme tinha uma aposentadoria no mais tradicional estilo alemão, para grandes industriais e enriquecidos comerciantes, e característica também de empreendedores brasileiros de sua posição.

## 6.2 Investimentos e legados simbólicos

Porto Alegre, 15 de dezembro de 1889. Pelas ruas da capital, desfilavam os mais ilustres cidadãos em homenagem à Nova República. Junto à bandeira brasileira, recém-confeccionada, seguia a bandeira d'A *Federação*, jornal do Partido Republicano Rio-grandense (PRR), empunhada pelo próprio Júlio de Castilhos, que tinha ao seu lado todo o gabinete do governo: Ramiro Barcelos, superintendente dos assuntos da fazenda, Antão de Farias, dos negócios da agricultura, Major Caldas, dos correios, e Oscar Rheingantz, então diretor interino da instrução pública, substituindo temporariamente Ernesto Alves. No desfile, além das mais *gradas* pessoas, estavam os membros do *Jornal do Commercio* e da *Folha da Tarde*, seguidos pelo Exército. Logo que retornou de São Paulo, Oscar entrou nas fileiras do Partido Republicano local. Amigo de Júlio de Castilhos, ele manteria ampla rede de relações nas altas esferas do partido e, conseqüentemente, dentro do governo. Oscar foi, sem dúvidas, o elo entre as empresas Rheingantz e o Estado.<sup>279</sup> O PRR havia surgido com “uma base social mais ampla do que aquela traçada pelo grupo no poder” (PESAVENTO, 1988, p. 94) naquele momento, contemplando seguimentos sociais que incluíam desde os filhos de estancieiros de Pelotas, Rio Grande e Bagé, descontentes com o Partido Liberal, às novas camadas médias

<sup>279</sup> *A Federação*, Porto Alegre, ano VI, n. 288, p. 2, 16 dez. 1889. Para a nomeação para diretor interino da instrução pública: *A Federação*, Porto Alegre, ano VI, n. 274, p. 1, 29 nov. 1889. Ele ficou neste cargo apenas dois meses: *A Federação*, Porto Alegre, ano VII, n. 12, p. 1, 15 jan. 1890. Veja também: BRG. Coleção Rheingantz, cx. 4, documentos avulsos - documento sem numeração. *Carta de Júlio de Castilhos para Oscar Felipe Rheingantz*, em 29 nov. 1902; *Carta de Júlio de Castilho para Oscar Felipe Rheingantz*, em 22 dez. 1902; *Carta de Borges de Medeiros para Oscar Felipe Rheingantz*, em 22 nov. 1902.

urbanas, não representadas na política imperial, e outros grupos cooptados especialmente entre integrantes do núcleo colonial-urbano, mais prósperos ou “enriquecidos”, como banqueiros, industriais e comerciantes, abrangendo ainda alguns pequenos proprietários de origem imigrante (veja discussão em PESAVENTO, 1988, p. 94-95). A base mais ampla proporcionava o incremento de novas ideias, assim, “A proposta republicana, que implicava a mudança do regime em nível nacional, estava associada à idéia de redistribuição do poder no plano provincial e à reorientação da economia gaúcha como um todo” (PESAVENTO, 1988, p. 93). Esses ideais integravam, certamente, os planos do grupo Rheingantz e podem ter contribuído para uma nova posição política da segunda geração da família.<sup>280</sup>

Oscar trabalhava na área executiva do partido republicano, especialmente nos escritórios, e foi também membro da comissão eleitoral partidária. Outra de suas funções foi no engajamento de políticos do interior para as fileiras do partido. Essa tarefa era realizada com viagens pré-agendadas a encontros com correligionários no interior do Rio Grande do Sul. Oscar viajava até as cidades mais longínquas e discursava sobre as causas republicanas na busca por novos apoiadores. Todas essas tarefas eram publicadas pelo jornal *A Federação*, órgão do partido. Oscar também atuou na advocacia, área de sua formação, e foi nomeado promotor público para a comarca que, na época, unia os municípios de Montenegro e São Sebastião do Caí.<sup>281</sup> Já Luiz Valentin Bernardo Rheingantz, ao que tudo indica, retornou ao Rio Grande em 1885, mas estabeleceu-se efetivamente no Rio de Janeiro pouco depois. Ele foi o braço direito dos Rheingantz nas discussões sobre a construção da estrada de ferro no Rio Grande do Sul e, em 1891, chefiou uma comissão de engenheiros a serviço da *União Industrial dos Estados do Brasil*, que pretendia construir um porto artificial em Torres.<sup>282</sup>

Alfredo Jacob foi diretor da *Associação Comercial de Rio Grande*, enquanto Oscar, na mesma época, foi presidente da *Praça de Comércio de Porto Alegre*, cargo que ocupou até 1903, quando regressou a Rio Grande e ingressou na associação comercial local. Outros postos ocupados por Alfredo Jacob em Rio Grande foram: administrador do *Centro Republicano*, conselheiro da *Sociedade de Propaganda do Tiro Brasileiro*, além de ser

<sup>280</sup> Aproveitamos a discussão para frisar que a relação dos industriais da família com o operariado das fábricas não é objeto de análise desta tese, por isso não será tratada mais profundamente aqui. As atitudes paternalistas da empresa e o pioneirismo na introdução de assistência social aos funcionários, embora parte integrante da ideologia presente no pensamento burguês da época e arcabouço de dominação capitalista, são melhor abordados por Pesavento (1988), que trata da Cia União Fabril ao longo do tempo. Veja, em especial, a análise da p. 67 a 82. Sobre a situação operária na região, veja Loner (2001).

<sup>281</sup> *A Federação*, Porto Alegre, ano IV, n. 133, p. 1, 3 jun. 1887; *A Federação*, Porto Alegre, ano VI, n. 191, p. 1, 22 ago. 1889. Uma das cidades visitadas por Oscar na tentativa de cooptar mais apoiadores foi a Vila de Santa Cristina do Pinhal, em 4 ago. 1889, cf.: *A Federação*, Porto Alegre, ano VI, n. 178, p. 2, 6 ago. 1889.

<sup>282</sup> *A Federação*, Porto Alegre, ano II, n. 53, p. 1, 21 mar. 1885; *A Federação*, Porto Alegre, ano VIII, n. 168, p. 1, 23 jul. 1891.



nomeado tenente-coronel da grande nacional pelo 59º batalhão da reserva.<sup>283</sup> Como bem lembrou Sandra Pesavento (1980, p. 180):

O apoio ao partido no governo (PRR) revela-se indispensável no caso, na medida que representa a forma de angariar favores. Os alemães, que conseguiram eleger deputados ao longo da primeira República, tiveram seus representantes da mesma forma cooptados pelos esquemas de poder. Os nomes do Dr. Jacob Kroeff Neto, Cel Frederico Link, Tem. Cel. Edmundo Bastian, Tem. Cel. Arno Philipp e Major Alberto Bins são exemplos disto. Ingressando nos quadros do PRR, recebendo títulos da Guarda Nacional, notabilizaram-se pela sua eficiência em trabalhos de comissões e comitês. O fato de apoiarem a situação política no Estado e de ocuparem posições de destaque na vida econômica os tornava elementos legitimados pelo sistema e seus defensores.

Por outro lado, tanto Alfredo Jacob quanto Oscar sempre figuravam como acionistas de diversas companhias, integrando, inclusive, os conselhos fiscais de algumas delas, como ocorreu na empresa *A. L. Torres & C.*, instalada em 1894, em Rio Grande, dedicada à fabricação de conservas alimentícias de vários produtos, como frutas, peixes, carnes, entre outros, da qual Alfredo Jacob foi conselheiro fiscal e principal acionista, perdendo apenas para os membros da família proprietária em número de ações.<sup>284</sup> Outras vezes, junto com Carlos Guilherme, participava das assembleias de acionistas de empresas, na maior parte das vezes, situadas em Rio Grande, como ocorreu em 15 de agosto de 1891, quando os dois irmãos estiveram presentes na reunião a partir da qual foi constituída a *Sociedade Comanditária em Ações Pooch & Cia.* Embora Alfredo Jacob contasse, no ato da fundação, com apenas cinco ações, contra 80 de Carlos Guilherme, ele integrava o seletivo grupo de 12 acionistas fundadores da empresa que tinha por sócio-solidário Gustav Pooch, além dos conselheiros e diretores da Companhia União Fabril: George W. Lawson, Lycurgo Telles de Menezes e o guarda-livros Antônio José Monteiro, entre outros distintos sócios que não raramente formam os quadros de acionistas de quase todas as empresas da cidade.<sup>285</sup> No início

<sup>283</sup> *A Federação*. Porto Alegre, ano XIX, n. 160, p. 1, 11 jul. 1902, n. 225, p. 1, 27 set. 1902 e n. 257, p. 2-3, 05 nov. 1902. *A Federação*. Porto Alegre, ano XX, n. 6, p. 1, 8 jan. 1903; n. 8, p. 1, 9 jan. 1903 e n. 65, p. 1, 18 mar. 1903.

<sup>284</sup> *A Federação*. Porto Alegre, Ano XII, n. 26, p. 2 e 3, 30 jan. 1895.

<sup>285</sup> Além da família Pooch e dos integrantes da Companhia União Fabril, formavam o quadro de acionistas no momento da fundação da sociedade: Antônio da C. Corrêa Leite e João Luiz Viana, os dois maiores acionistas com 90 ações cada, Arnaldo José Pereira (que também conselheiro fiscal da Companhia União Fabril), H. Falkmann, H. A. Schiött, Luiz Kallfels (os três também tinham ações na União Fabril), Henrique Kuhleke, José Soares Viana e Santiago de Castro. Confira: Acta da reunião da assembleia geral de constituição da Sociedade Comanditária em ações Pooch & C. in: *A Federação*. Porto Alegre, Ano VIII, n. 202, p. 2 e 3, 01 set. 1891. Veja também: *A Federação*. Porto Alegre, Ano VIII, n. 178, p. 1, 04 ago. 1891.

dos anos de 1910, a empresa de Poock seria considerada a maior fábrica de charutos do país (PESAVENTO, 1983, p. 199).

Por sua vez, Carlos Guilherme Rheingantz, que no Império havia sido agraciado pelo Imperador com a comenda da Imperial Ordem da Rosa<sup>286</sup>, em 1883 (RHEINGANTZ, 1941), ocupou alguns cargos no período republicano, como membro do PRR. Com a instalação da República, a Câmara Municipal de Rio Grande foi dissolvida, formando-se uma comissão que interinamente iria administrar a cidade até as eleições municipais. Carlos Guilherme foi nomeado membro dessa comissão, formada por três ilustres cidadãos rio-grandinos.<sup>287</sup> Nessa época, Carlos Guilherme ocupou-se com a aquisição do novo maquinário para as fábricas e viajou à Europa pouco tempo depois, sendo substituído na comissão municipal por Theophilo Azevedo. As eleições para o novo conselho municipal da cidade ocorreram no ano seguinte, com o nome de Carlos Guilherme na chapa republicana. O comendador foi o quarto mais votado, ficando empatado com outro candidato, mas assumiu a vaga como conselheiro municipal logo depois. Uma revolta em 8 de novembro, parte do que podemos considerar a primeira *Revolta da Armada*, que terminou com a renúncia de Deodoro da Fonseca da presidência, tomou a junta municipal de Rio Grande e a sessão de posse dos conselheiros foi cancelada. Carlos Guilherme ficou enfurecido e usou a imprensa para mostrar seu desagrado. Em carta à junta revolucionária, ele devolveu o diploma e decidiu não tomar mais cargos públicos, que, com tanta facilidade, eram tomados.<sup>288</sup> Carlos Guilherme assinou as correspondências com a expressão “Saúde e fraternidade”, comum entre os republicanos nesse período. Os membros da intendência devolveram o diploma e criticaram a falta de patriotismo que Carlos Guilherme devotou ao movimento que instalou novamente a legalidade. Carlos Guilherme respondeu:

Longe de mim censurar o movimento restaurador da legalidade; o que censuro e comigo deverão todos os patriotas censurar, envidando todos os esforços para que não se repitam semelhantes excessos, é ter-se aproveitado tão louvável pronunciamento para abater sem motivo autoridades eleitas pelo povo e assim trazer a anarchia e produzir geral desgosto de prestar serviços á causa publica.<sup>289</sup>

<sup>286</sup> Foi uma ordem honorífica brasileira criada pelo Imperador D. Pedro I. A comenda era oferecida pelos imperadores brasileiros a pessoas de destaque ou que prestavam serviços à Corte. Comendador era um dos graus de distinção oferecidos pela referida Ordem.

<sup>287</sup> *A Federação*, Porto Alegre, Ano VI, n. 288, p. 3, 16 dez. 1889; *A Federação*, Porto Alegre, Ano VII, n. 127, p. 1, 5 jun. 1890. O jornal publicou o Ato nº 13, de 15 dez. 1889, assinado pelo Visconde de Pelotas, no palácio do governo, em Porto Alegre. Os outros dois membros da comissão eram o coronel José Luiz de Mesquita e o dr. Manoel Antônio Affonso dos Reis.

<sup>288</sup> *A Federação*, Porto Alegre, Ano VIII, n. 213, p. 1, 15 set. 1891; *A Federação*, Porto Alegre, Ano VIII, n. 219, p. 1, 22 set. 1891; Sobre o diploma de conselheiro e a troca de cartas entre Carlos Guilherme e os revoltosos, veja: *A Federação*, Porto Alegre, Ano VIII, n. 289, p. 2, 15 dez. 1891.

<sup>289</sup> *A Federação*, Porto Alegre, Ano VIII, n. 289, p. 2, 15 dez. 1891.

Durante todo o período marcado pela revolta federalista no Rio Grande do Sul (1893-1895), Carlos Guilherme sofreria com as incursões dos revoltosos e teria alguns prejuízos, por exemplo, com a tomada de cargas nas linhas de trem. A maior perda foi relativa aos projetos de ampliação do setor pastoril da empresa, em especial os carneiros e as ovelhas criados pela companhia para produção de lã que abasteceria a fábrica, um dos novos projetos iniciados por Carlos Guilherme. Alguns carneiros e ovelhas foram mortos pelas tropas federalistas, que usaram os animais para alimentar os soldados.<sup>290</sup> Esses fatos precisam ser considerados para entendermos o afastamento gradual de Carlos Guilherme não só do estado, mas também do país. Tais tensões políticas, somadas aos prejuízos de caráter econômico e ao falecimento do irmão Luiz e do filho mais velho, são fatores que contribuíram para a mudança da família Rheingantz para a Europa. Por outro lado, o afastamento político de Carlos Guilherme e Oscar acentuou-se com o falecimento de Júlio de Castilhos, em 1903.

Anos mais tarde, em 1907, Carlos Guilherme novamente seria sondado para concorrer a cargos no município de Rio Grande, mas negou qualquer intenção de retornar às atividades políticas. Contudo, manteve pequena e estratégica participação, por exemplo, quando da visita do presidente Affonso Penna ao Rio Grande do Sul, momento no qual foi um dos integrantes da comissão organizadora da visita presidencial na cidade de Rio Grande, tendo ainda presenteado toda a comitiva com ponchos, cobertores e tecidos das fábricas.<sup>291</sup> Anos mais tarde, Francisco Rheingantz, então administrador da *Fábrica de Chapéus Pelotense* recebeu inúmeros prêmios em níveis local, estadual e nacional e aproveitou tais ocasiões para seguir essas práticas políticas. Em uma das exposições de que participou, Francisco presenteou a comitiva da presidência da república com chapéus da fábrica, recebendo inúmeros agradecimentos de políticos e homenagens da imprensa rio-grandense.<sup>292</sup>

O cenário aqui avaliado mostra a ampla participação da segunda geração da família na política local, regional e nacional no Brasil. Como alertou Martiny (2009, p. 83), “Por muito tempo a historiografia da imigração insistiu em afirmar que aos alemães as portas da política mantiveram-se fechadas”, ou seja, que não havia participação política, especialmente em cargos ou postos mais altos das esferas públicas. Conforme a autora, essa “interpretação baseou-se fundamentalmente, em um conceito de política que esteve limitado ao Estado e as

---

<sup>290</sup> CDH-FURG. Acervo de História Oral. Assunto: Rheingantz – dados biográficos. Entrevistado: Oscar Luiz Rheingantz, em 29 jan. 1982. HO013.

<sup>291</sup> Veja a cobertura política das ações do comendador nos jornais, citamos aqui: *A Federação*, Porto Alegre, ano XXIV, n. 115, p. 1, 17 mai. 1907 e *A Federação*, Porto Alegre, ano XXIII, n. 194, p. 2, 20 ago. 1906.

<sup>292</sup> *A Federação*, Porto Alegre, ano XXV, n. 269, p. 2, 18 nov. 1908.

instituições” (MARTINY, 2009, p. 83). Estudos mais recentes contestaram essa versão apolítica da vida de imigrantes e descendentes, em especial, mas não somente, nas colônias.<sup>293</sup> Tais novos entendimentos podem estar vinculados ou à introdução do conceito de cultura política nas análises (MARTINY, 2009, p. 84), ou aos “avanços do Estado rumo à normatização da vida em sociedade, fruto da sua própria racionalização e secularização, ao longo do século XIX”, que “despertaram uma reação dos teuto-brasileiros enquanto cidadãos ativos que mesmo restringidos em sua atuação, agem na qualidade de e com as armas de cidadãos brasileiros” (OLIVEIRA, 2008, p. 57) ou às amplas redes de relações e interesses aliados aos grandes núcleos de poder local e/ou regional, como mostrado nesta tese.

O que interessa mais especialmente ao trabalho aqui desenvolvido é mostrar as redes constituídas, os interesses reivindicados e compartilhados com elites ou outros imigrantes e a mobilização política do grupo familiar Rheingantz. Os resultados desse tipo de investimento político de grupos familiares podem contribuir para posições econômicas privilegiadas, bem como para a manutenção de relações sociais em diversos níveis, geralmente envolvendo uma posição de liderança das famílias envolvidas. Um exemplo é mostrado por Luz (2010), que trata das três gerações da família Kroeff e de sua participação política. Antes dos resultados, porém, é necessário pensar nas formas de mobilização e na participação política desses grupos familiares. Assim, é preciso notar:

[...] que a Política era um segundo meio de manutenção ou até de ampliação do capital original. Embora o “salário” fosse apenas uma ajuda de custo e não uma possibilidade de ganho permanente, ser político produzia um capital mais importante, porque ajudava a desburocratizar, acelerava as pendengas e uma série de impedimentos comuns à vida econômica (LUZ, 2010, p. 132).

\*\*\*

Petrópolis, *Legação do Império Alemão no Brasil*, 26 de maio de 1908. O ministro alemão no Brasil na época, cargo atualmente equivalente ao de embaixador, barão de Reichenau encaminha uma carta para Carlos Guilherme Rheingantz, amplamente divulgada nos jornais rio-grandenses:

---

<sup>293</sup> Entre alguns exemplos desses estudos, podemos citar Gertz (2002), Witt (2008), Martiny (2009), Luz (2010), Mossmann (2014) e Oliveira (2008). Entre esses autores ressalto a tese de Oliveira (2008), que trata da relação entre colonização alemã, poder e cidadania brasileira, e o trabalho de Mossmann (2014), que discutiu às fortes oposições políticas ao PRR em antigos núcleos coloniais, como ocorreu em São Lourenço, onde foi registrada oposição ao castilhismo no início da República.

Sua alteza o sr. chanceller do imperio me incumbiu de communicar-lhe que sua magestade o imperador e rei houve por bem acceitar o exemplar, por v. mcê offerecido, de sua brochura: “A fundação da colonia S. Lourenço e o seu fundador Jacob Rheingantz.”. Ao mesmo tempo fui autorizado a transmittir a v. mcê a expressão do imperial agradecimento. A esta prova de apreço de sua magestade me permitto accrescentar minhas felicitações pessoaes pelo brilhante exito de seu trabalho. É-me uma satisfação e um especial prazer que o nome Rheingantz, cuja importancia para a colonia allemã no sul do Brasil é geralmente conhecida, tanto aqui como na Allemanha, tenha merecido da parte de sua magestade tão honroso apreço.<sup>294</sup>

O eloquente reconhecimento das mais importantes autoridades alemãs vinha em um momento relativamente complicado da relação binacional. A própria *A Federação* vinha retomando o volume de elogios a Carlos Guilherme depois de um tempo de menor apreço por sua figura, que coincidiu com o início do primeiro governo de Borges de Medeiros (1898-1908), do qual Carlos Guilherme se fez crítico, apesar de republicano, principalmente pelas opções econômicas adotadas e pela alta carga de impostos sobre as matérias-primas e sobre a produção, bem como pela falta de combate ao contrabando. Já em 1902, os elogios retornavam ao comendador: um “*industrialista de largas vistas, fundador da grande e notavel fabrica de tecidos do Rio Grande, que honra o Estado e que não tem superior no Brazil*”. Em 1906, novos elogios “*O distincto industrialista patricio, commendador Rheingantz, espirito culto e emprehendedor*” e um engrandecimento das atitudes políticas do republicano Carlos Guilherme: “*não só tem realisado proveitosas e beneficas iniciativas industriaes como tem dedicado no Estado larga somma de esforços no sentido de sua prosperidade e da propagação de nossos progressos no estrangeiro, especialmente na Allemanha*”. Esse trecho foi escrito não por acaso quando Carlos Guilherme visitava Porto Alegre, na companhia do filho Eduardo.<sup>295</sup>

Embora a carta de reconhecimento do ministro alemão estivesse vinculada à publicação que Carlos Guilherme havia empreendido para comemorar os 50 anos da colônia São Lourenço e para preservar a imagem do pai, ela também envolve o nome Rheingantz e seu papel na imigração alemã de maneira geral. Por sua vez, o retorno aos elogios oriundos das lideranças republicanas e de seu principal estandarte – *A Federação* – também envolvia as ações mais amplas de Carlos Guilherme para assegurar uma boa imagem ao Estado do Rio Grande do Sul e, conseqüentemente, ao governo local, perante desconfianças dos governantes alemães. De forma resumida, os problemas atingiram o governo rio-grandense quando autoridades alemãs se queixaram, em jornais também alemães e utilizando as reuniões das

<sup>294</sup> *A Federação*, Porto Alegre, ano XXV, n. 190, p. 2, 14 ago. 1908.

<sup>295</sup> *A Federação*, Porto Alegre, ano XXIII, n. 181, p. 2, 4 ago. 1906.

*Sociedades Coloniais* existentes na Alemanha, de que o governo rio-grandense estava *incomodando* os colonos alemães aqui assentados com uma reorganização das terras, exigindo os títulos de posse, e, possivelmente, culminando em novos pagamentos pelos lotes já adquiridos. Para talvez surpresa dos líderes republicanos locais, Carlos Guilherme saiu em defesa da administração rio-grandense e usou de todas as ferramentas que pôde para desfazer as dúvidas sobre as intenções dos governantes brasileiros.



**Figura 12 - Comendador Carlos Guilherme Rheingantz**

Fonte: Gentilmente cedido por Vera Rheingantz Abuchaim.  
Nota: Cópia digital de uma pintura do comendador em data desconhecida.

Carlos Guilherme, que pode ser visto na fotografia da Figura 12, explicou que, com o princípio da República, em 1889, as terras devolutas ficaram a cargo dos Estados da federação. Em 1890, o governo rio-grandense começou um grande levantamento das terras devolutas, em busca de novas áreas e na tentativa de evitar fraudes. Assim, segundo o comendador, que recebeu informações da presidência por carta, em 1901, o governo havia descoberto cento e dezesseis mil novecentos e setenta e oito hectares (116.978 ha) de terras ocupados de forma irregular. De todas as formas, buscou-se mostrar aos governantes e intelectuais alemães que não seriam os colonos que compraram as terras os elementos prejudicados, mas os intermediários e especuladores que haviam vendido irregularmente as

terras devolutas. Tais especuladores tentaram um acordo com o governo, que não aceitou os termos e considerou ilegítimas as vendas. Contudo, os colonos que compraram as referidas terras teriam o direito de adquirir a posse regular por meio de acordo com o governo, que, na fiel opinião republicana, estaria facilitando a legalização dos lotes de terra. Para fazer tal defesa, Carlos Guilherme usou os jornais alemães, como *Frankfurter Zeitung*, por exemplo, e a tribuna da Sociedade Colonial Alemã de Wiesbaden, onde morava. A atitude do comendador teve ampla repercussão na imprensa alemã e até na França. A defesa do governo foi levada ao grande congresso sobre imigração que ocorreu em Berlim em 1902, culminando com o reconhecimento, por parte das autoridades alemãs, das boas intenções do governo rio-grandense.<sup>296</sup>

Foi dessa maneira que a família Rheingantz reivindicou para si a posição de liderança alemã no Rio Grande do Sul, constituída a partir de sua importância no processo imigratório para o Brasil, ao mesmo tempo em que construía também sua imagem na velha nação como grandes colonizadores que levaram o nome da Alemanha para o além mar. Tratando-se da imagem e do papel da família para a imigração alemã no Brasil, ao que parece, os Rheingantz mantiveram-se afastados dos tradicionais grupos intelectuais que pensaram a *germanidade* no sul do Brasil, como Martin Dreher (2001, p. 8) expõe:

No seu todo, porém, a germanidade no RS esteve dividida, grosso modo, em três facções: liberais, luteranos e católico romanos. Na primeira delas, a liderança foi do jornalista e político Karl von Koseritz; na segunda houve inúmeras lideranças eclesiásticas, destacando-se as figuras de Wilhelm Rotermund e de Hermann G. Dohms; na terceira destacaram-se sacerdotes jesuítas, merecendo ser nomeados Theodor Amstad e Max von Lassberg. Enquanto o grupo em torno de von Koseritz pôde atuar até o final do Império, quando foi alijado da atuação política, a facção luterana e católica puderam atuar até os primeiros anos após a Segunda Guerra Mundial.

A três gerações analisadas da família Rheingantz não cumpriram seu papel da forma exposta por Dreher. Eles não fazem parte de nenhum dos três grupos mencionados e, dificilmente, poderiam ser analisados dessa forma.

---

<sup>296</sup> As informações são oriundas de: A Federação, Porto Alegre, ano XIX, n. 194, p. 1 e 2, 21 ago. 1902; n. 197, p. 1, 25 ago. 1902; n. 217, p. 1, 17 set. 1902; n. 239, p. 1, 14 out. 1902.

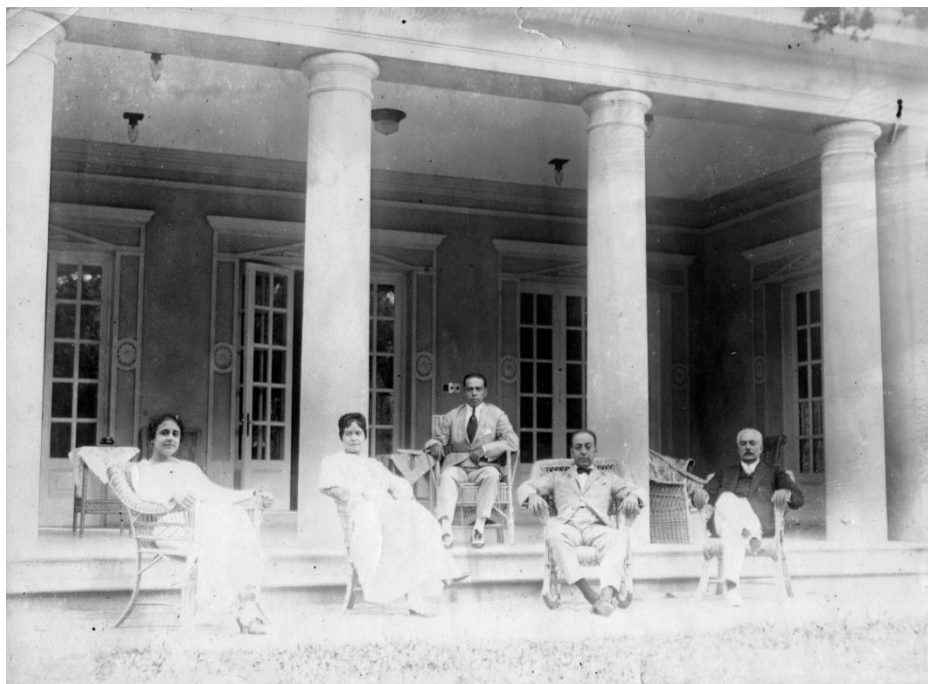
\*\*\*

Porto Alegre, 18 de dezembro de 1910. “...veio do Rio Grande, para esta cidade, em viagem de experiência, no bote automovel Henriette, de sua propriedade, o sr. Eduardo Rheingantz, tripulado pelo mesmo, e pelos srs. Alvaro Silva, Henrique Behle, Jacob Debour e dr. Reissner. A viagem foi excelente. Fizeram o percurso em duas horas”. A vida social dos irmãos Rheingantz, filhos de Carlos Guilherme, foi marcada pela sua participação em atividades ligadas ao esporte, mostrando algumas diferenças em relação às atividades escolhidas pelos pais ou pelos tios, com exceção de Alfredo Jacob, que participou da sociedade de tiro, por exemplo. Nas primeiras décadas do século XX, os irmãos estariam presentes em todas as principais associações esportivas que existiram na época, sendo de muitas delas sócios-fundadores. Eduardo tinha maior destaque, ele integrou a diretoria de diversas sociedades, como a *Sociedade Turf Rio Grandense*, criada em 1911; o *Club de Regatas Rio Grande*, por volta de 1912; além do *Sport Club Rio Grande*, clube que também teve Alberto e Adolfo como integrantes nos quadros de sua diretoria, sempre ao lado da família Lawson. As atividades e os passeios de lancha entre Rio Grande e a capital renderam a Eduardo o título de *sportmen*.<sup>297</sup> Os irmãos Rheingantz também mantinham casas de veraneio no Cassino, como é mostrado na Figura 13.

---

<sup>297</sup> As informações foram obtidas em: *A Federação*, Porto Alegre, ano XXVII, n. 294, 21 dez. 1910. *A Federação*, Porto Alegre, ano XXVIII, n. 81, 6 abr. 1911. *A Federação*, Porto Alegre, ano XXIX, n. 243, 17 out. 1912. *A Federação*, Porto Alegre, ano XXIX, n. 249, 24 out. 1912. *A Federação*, Porto Alegre, ano XXXVIII, n. 300, p. 5, 30 dez. 1921.





**Figura 13 - Os Rheingantz na casa de praia do Cassino.**

Fonte: Foto gentilmente cedida por Vera Rheingantz Abuchaim.

Nota: Data não especificada. Da esquerda para a direita: Marina Osório Rheingantz, Olga Rheingantz Porciúncula, Francisco Rheingantz (na parte mais alta), Eduardo de Miranda Rheingantz e Oscar Porciúncula.

Por outro lado, todos os filhos de Carlos Guilherme tocavam algum instrumento musical. A paixão pela música foi herança de Carlos Guilherme. Contam seus descendentes que os familiares se reuniam em um tipo de sarau, no qual os meninos tocavam e cantavam. Francisco manteve o canto como uma de suas atividades na sociedade pelotense, onde dedicava-se aos corais de canto, apresentando-se, entre outros tantos lugares, na catedral de Pelotas. Ele também foi presidente do Conservatório de Música de Pelotas, no início da década de 1920.<sup>298</sup> Já Paulo, como relatou o seu filho Oscar, importava partituras para poder aprender as músicas que na Europa eram tocadas. As preferidas eram as partituras para piano das óperas de Wagner.<sup>299</sup>

Os irmãos sempre estiveram presentes em jantares, banquetes oferecidos a militares e políticos, além de viagens à capital federal ou à Europa, sempre noticiadas pela imprensa rio-grandense. Muitos jantares e festividades tiveram os irmãos como integrantes das comissões

<sup>298</sup> Em 1915, em missa realizada em homenagem ao senador Pinheiro Machado, ocorrida na Catedral de São Francisco de Paula, em Pelotas, Francisco Rheingantz cantou a Ave Maria, em cerimônia marcada pela presença de inúmeros políticos, que, no final da homenagem, reuniram-se com o coronel Pedro Osório para prestar os pêsames pelo passamento do senador. *A Federação*, Porto Alegre, ano XXXII, n. 221, p. 5, 24 set. 1915. Sobre o conservatório de música: *A Federação*, Porto Alegre, ano XXXVIII, n. 300, p. 5, 30 dez. 1921.

<sup>299</sup> CDH-FURG. Acervo de História Oral. Assunto: Rheingantz – dados biográficos. Entrevistado: Oscar Luiz Rheingantz, em 29 jan. 1982. HO013.

organizadores, como na Associação Comercial. Alberto, por exemplo, integrava a diretoria também da *Câmara do Comércio*, em Rio Grande. Ele e a esposa visitavam frequentemente a família em Porto Alegre, recebendo cumprimentos e até felicitações pelos aniversários dos jornais da época aqui analisada.

Há também uma diferença que precisa ser destacada entre as cidades de Rio Grande e Pelotas, especialmente no que diz respeito às atividades sociais das elites. Como bem lembra Beatriz Loner (2001, p. 56), comparando as referidas cidades, “...Rio Grande era uma cidade menos diversificada socialmente e muito menos aristocrática. Ela igualmente possuía clubes e teatros, um bom número de jornais, bibliotecas e associações, mas não possuía a sofisticação da cidade vizinha”. A autora não está querendo dizer que Rio Grande era uma cidade mais igualitária socialmente, apenas que Pelotas tinha maior concentração de atividades culturais, focalizada nas elites ali instaladas. Loner também mostra que Rio Grande, por suas fábricas maiores, pelo porto e pela estrada de ferro, manteve uma maior massa operária, contudo, a cidade tinha apenas imigração urbana, na qual se destacavam portugueses, italianos, além de alemães e espanhóis. Já Pelotas centralizava as atividades culturais. Com grande núcleo imigrante nas zonas agrícolas, tinha população muito maior que a cidade vizinha.<sup>300</sup>

Assim, a vida dos irmãos na terceira geração era mais cultural, com laços políticos aliados aos interesses das elites locais. Esse processo é extremamente importante e culminou nas alianças matrimoniais entre grupos industriais descendentes de imigrantes e elites locais. Como mostrou Loner (2001), o processo ligou os grupos empresariais às famílias de origem agrária da região, aumentando consideravelmente o patrimônio de ambos, o que ocorreu da seguinte maneira:

Aos poucos, este empresariado se integrou na sociedade pelotense, casando-se com moças de famílias originárias do mundo agrário e pastoril, assumindo seu modo de vida e seus valores, inclusive a ostentação e o consumo improdutivo, o que terminou por comprometer seu potencial de acumulação e seu próprio dinamismo empresarial, trocados por uma visão de mundo que valorizava artes e cultura e pretendia resolver os problemas da cidade (e das famílias), recorrendo ao Estado *benefactor* (LONER, 2001, p. 62).

Na terceira geração, dois irmãos, Francisco e Paulo Rheingantz, o mais velho e o mais novo dos irmãos, casaram-se com mulheres que descendiam das elites agrárias

---

<sup>300</sup> Loner (2001, p. 57) mostra dados estatísticos das cidades para o ano de 1920, no qual Pelotas e Rio Grande tinham na sua zona urbana, 45.000 e 43.000 habitantes, respectivamente. Contudo, nos números totais dos municípios, Pelotas chegou a ter mais de 82.000 habitantes e Rio Grande, apenas, cerca de 53.000 moradores.

pelotenses. Francisco era casado com Maria Augusta Assumpção, filha do senador Joaquim Augusto Assumpção. Pela herança do pai, Maria Augusta havia herdado campos em mais de um município: 146 hectares na Costa de Pelotas, 1.996 hectares no Pavão e na Palma, no mesmo município, e 625 braças de légua de sesmaria em Bagé e Pinheiro Machado. O investimento do casal havia sido feito em ações de diversas empresas, seguindo o padrão dos capitalistas locais, como a *Cia Fiação e Tecidos Pelotense*, *Cia de Charutos Poock*, do *Banco Regional*, além das ações da companhia da família Rheingantz. Lembramos que a *Fábrica de Chapéus*, dirigida por Francisco, foi incorporada à União Fabril entre 1928 e 1929, assim, o número total de ações em nome de Francisco na companhia União Fabril chegou a 1.994 ações, em 1937, ano de sua morte. Somavam-se, ao patrimônio do casal, inúmeras apólices das dívidas: Pública Federal, 453 apólices; do Distrito Federal, 221; do Estado, 50; e do município de Pelotas, 15.<sup>301</sup>

Já Paulo foi casado com dona Marina Osório, filha do coronel Pedro Osório, chefe republicano em Pelotas e um dos mais importantes produtores de arroz do país.<sup>302</sup> Quando Pedro Osório faleceu, sua família decidiu manter a empresa, *Pedro Osório & Cia*, dividindo cotas de capital entre os herdeiros e mantendo o funcionamento da companhia, que era composta por engenhos, granjas, estâncias e charqueadas, além de embarcações, ferramentas e contas bancárias. As cotas foram divididas entre filhas, genros e netos do coronel Pedro Osório, na nova firma *Viúva Pedro Osório & Cia Ltda*. A parte que correspondia a Paulo e Marina na sociedade correspondia a 16% ou à quota de capital trezentos e oitenta e cinco mil cruzeiros (Cr\$ 385.000,00, sendo que o total do capital da firma era de Cr\$ 2.400.000,00). Os filhos de Paulo já tinham quotas de capital próprias na firma da família Pedro Osório. O restante do patrimônio era composto por um chalé em Rio Grande e inúmeras ações: do Banco do Estado do Rio Grande do Sul, da Companhia Balnear Atlântica, do Banco Brasileiro de Crédito, da Clínica de Repouso São Vicente, título do Jockey Club Brasileiro, além de valores em dinheiro e um automóvel, entre outros. O conjunto de ações da União Fabril somava 1.512 ações.<sup>303</sup> Aqui também podemos constatar que a família manteve os investimentos nas principais indústrias, empresas e bancos locais, prática comum das elites locais.

---

<sup>301</sup> *Inventário de Francisco Alberto Rheingantz*. ARQUIVO DO JUDICIÁRIO. 2º Cartório de Órfãos e Ausentes (Pelotas). Processo de Inventário – localizador: F 900 1995673972, 1937.

<sup>302</sup> Sobre a biografia do coronel Pedro Osório, sua influência política para a região e a importância econômica de suas atividades em Pelotas, e no Rio Grande do Sul em geral, veja Abuchaim (2013).

<sup>303</sup> *Inventário de Paulo de Sá Rheingantz*. APERS. Comarca de Rio Grande. Processo Judicial/Inventário nº 4046, 1949, cx. 005.0381.

\*\*\*

Ao longo deste capítulo, procuramos mostrar as formas de transmissão de patrimônio e legados simbólicos. Na primeira parte do capítulo, tratamos mais especificamente da transmissão do patrimônio, incluindo bens imóveis, empresas ou valores em dinheiro. O padrão de transmissão proporcionado pelos inventários consultados é bastante diferente das formas de transmissão efetivamente efetuadas pelos membros familiares, nas gerações onde foi possível examinar tais questões, ficando, contudo, incompletas as informações por falta de documentação apropriada para aprofundar o tema. Isso significa que a lógica de transmissão dos inventários (metade do patrimônio para o(a) viúvo(a) e a outra metade dividida entre os filhos), excetuando as antigas terças distribuídas, é apenas parte do processo de transmissão dos bens. Como vimos também nos capítulos anteriores, Jacob Rheingantz havia monopolizado o patrimônio do irmão e, ao que tudo indica, o dos próprios pais. Já entre seus filhos, Carlos Guilherme havia recebido muitos recursos em moeda corrente, ainda durante a vida do pai. Contudo, acreditamos que nem todos os recursos transmitidos entre pai e filhos estejam discriminados nos documentos que utilizamos. Naturalmente, os investimentos de capital econômico nos projetos de Carlos Guilherme integravam planos de ascensão familiar do grupo e foram retribuídos com cargos na empresa para praticamente todos os membros da família. No entanto, nem todos receberam cargos de maneira uniforme ou que significassem a mesma posição entre irmãos ou sobrinhos. Assim, os filhos mais novos de Jacob receberam menor incentivo financeiro, embora todos os filhos homens tenham recebido educação básica e média, conforme valores da época, sendo que alguns também completaram formação superior.

Um objetivo específico do capítulo era investigar os bens e investimentos que a família mantinha fora do Brasil, o que foi frustrado pela falta de documentos e comprovações da existência de tal patrimônio, apesar da plausibilidade da posse de algum tipo de bem, como imóveis, por exemplo, dado o estilo de vida das duas primeiras gerações na Alemanha. Outra intenção frustrada durante a pesquisa foi relativa ao patrimônio de Carlos Guilherme Rheingantz e sua transmissão aos herdeiros, pela simples falta de documentos que pudessem responder a qualquer pergunta específica sobre a situação financeira do chefe da segunda geração familiar.

Simbolicamente, a sucessão dos negócios dividiu a família em dois grupos: o primeiro era um grupo de ascensão e o segundo foi um grupo de manutenção. O primeiro grupo era chefiado por Carlos Guilherme, que tentava ocupar o maior número de familiares

nas empresas fabris. Era o grupo de ascensão, por investir o legado da família, o nome familiar, as redes acionadas e o projeto empresarial na ampliação e no crescimento dos negócios. O segundo grupo mantinha os antigos negócios, que eram uma fonte de capital social e financeiro necessário e que poderia ser acionada por qualquer um dos filhos, pelo menos em teoria. A manutenção da colônia era, assim, um lucrativo negócio e, pela experiência adquirida e posição que a família ocupava no processo de colonização do Rio Grande do Sul, assegurava a própria reprodução dos interesses familiares. A chefia desse segundo grupo era do barão von Steinberg e, na sua ausência, o restante da família encerrou as atividades coloniais. Dona Maria Carolina foi claramente a intermediária entre os grupos. Ao que tudo indica, esse padrão repetiu o procedimento da primeira geração, pois a migração de Jacob Rheingantz, e a posterior migração do restante da família podem ser consideradas como um projeto de ascensão familiar.

Com relação à sucessão da segunda para a terceira geração no comando dos negócios, os dados mostraram, ao longo do texto, o mesmo padrão. Os membros mais enriquecidos da família viajaram para a Europa, mas a sucessão não ocorreu diretamente para a terceira geração, estando os membros mais novos da segunda geração na linha de sucessão. Contudo, o padrão de sucessão da segunda para a terceira geração repetiu-se: existiram dois grupos, de ascensão e de manutenção. O primeiro grupo recebeu grande investimento de Carlos Guilherme para construir fábricas em um novo ramo de negócios que teria sede no Rio de Janeiro, como vimos nos capítulos anteriores. Esse grupo foi formado pelo irmão Luiz Valentim e pelo primogênito de Carlos Guilherme, Carlos Eduardo, embora este ainda não tivesse recebido o desenho de sua posição ou cargo no futuro dos negócios. A fatalidade da prematura morte dos dois cortou os planos futuros da família. O segundo grupo era formado pelos filhos de Carlos Guilherme que receberam educação especificamente para trabalharem nas quatro fábricas da família. Além disso, como vimos no capítulo anterior, os “meninos”, filhos de Carlos Guilherme, receberam uma empresa modernizada, com as melhores máquinas e investimentos. Esse foi o grupo de manutenção, o qual parece não ter seguido os padrões de sucessão, pois não criou um novo grupo de ascensão e, assim, quando a manutenção das empresas não foi mais suficiente para os negócios, a família não pôde mudar o ramo a tempo, nem utilizar um capital reserva para salvar a própria companhia. A terceira geração também rompe com a centralização familiar em torno de um nome apenas, o chefe da família, que era o responsável também pelos planos de vida e projetos de longo prazo. Percebendo a falta de um chefe da família que aglutinasse os interesses da terceira geração, esta tese procurou seguir a narrativa e, assim, dividir a atenção entre os quatro administradores das fábricas.

No segundo trecho desse capítulo, trabalhamos sobre o que denominamos legados simbólicos, ou seja, as noções de capital social, político e cultural. Em todos os três capitais, a reprodução familiar e a reprodução do nome da família, como um grupo de empresários com papel relevante no processo imigratório para o Brasil, estão presentes. Esse processo de construção e solidificação do nome familiar foi realizado no Brasil e na Alemanha. Especificamente no Brasil, a segunda geração envolveu-se com as linhas partidárias que dominavam a política do Rio Grande do Sul. Apesar de não estarem presentes no interior do Estado propriamente dito, estavam representados no seio do partido republicano e participavam das principais decisões e planejamentos, dado o nível de centralização do referido partido. Já a terceira geração fez outra opção: o espaço dos clubes e as associações culturais. Pesa aqui o fato de essa geração estar representada politicamente em parte pelas ligações com grupos políticos importantes do extremo sul do Rio Grande do Sul por meio dos casamentos realizados entre os filhos de Carlos Guilherme e as filhas de integrantes da elite política local.

## 7 Conclusão

Ao longo do trabalho, utilizei o conceito de empreendedorismo transmigrante como o tipo de empreendedorismo que requer a utilização de laços transmigrantes para o sucesso dos negócios. Esse conceito trouxe um melhor entendimento para a pesquisa que aqui desenvolvi em comparação com as ideias presentes no empreendedorismo étnico. Segundo Zhou (2004, p. 1041), o empreendedorismo étnico ocorre de duas formas. A primeira por meio das minorias intermediárias ou *middleman* (BONACICH, 1973) e, a segunda, por meio dos enclaves. Os empreendedores das minorias intermediárias são aqueles que negociam entre a elite de uma sociedade e as massas, caracterizados por buscar lucro rápido em negócios de pequeno e médio prazo, em empresas de fácil liquidação. Os estudos concentram-se em pequenos nichos de negócios, geralmente em bairros de minorias pobres, em setores econômicos pouco explorados pelos grupos dominantes na sociedade local. Em outras palavras, a ideia conceitual, embora envolva a ligação entre elites e demais migrantes, afasta-se profundamente do objeto empírico desta tese. Já o segundo tipo é chamado de enclave, aquele tipo de empresa étnica limitada por trabalhadores coétnicos e uma estrutura social e espacial coétnica. O típico empreendimento tem trabalhadores da mesma etnia, em redes sociais migratórias, formando um tipo de enclave autossustentável (ZHOU, 2004, p. 1042). Alguns empresários migrantes podem atuar das duas formas.

O conceito elaborado por Light e seus colaboradores (LIGHT, BACHU, KARAGEORGIS 2009) parece unir os dois tipos em torno de uma economia étnica (LIGHT; GOLD, 2000),<sup>304</sup> na qual os imigrantes empresários controlam a propriedade dos negócios e a força de trabalho e, assim, a rede de emprego, canalizando membros coétnicos para suas empresas (ZHOU, 2004, p. 1043). As consequências dessas atividades empresariais podem ser notadas até a segunda geração de empreendedores de uma família de empresários étnicos, que se beneficia sensivelmente. Por outro lado, as redes imigrantes modificam a economia no

---

<sup>304</sup> Zhou (2004, p. 1044, tradução nossa), contudo, afirma que uma economia de enclave teria características próprias: “Ao contrário do conceito de economia étnica, que inclui quase todos os negócios sob um guarda-chuva étnico, a economia enclave tem várias características únicas. Primeiramente, o grupo envolvido tem uma classe empresarial considerável. Em segundo lugar, as atividades econômicas não são exclusivamente comerciais, mas incluem também atividades produtivas direcionadas ao mercado consumidor geral. Em terceiro lugar, a agregação de empresas envolve um elevado nível de diversidade, incluindo não apenas nichos evitados pelos nativos, mas também uma grande variedade de atividades econômicas comuns na economia geral, tais como serviços profissionais e produção. Em quarto lugar, a coentrância representa as relações entre proprietários e trabalhadores e, em menor grau, entre patrões e clientes. Por último e talvez o mais importante, a economia do enclave requer uma concentração física dentro de um bairro etnicamente identificável com um nível mínimo de integridade institucional”.

país de destino, não apenas nos processos de ajuda mútua, mas no desenvolvimento de ganhos aos imigrantes (LIGHT, BACHU, KARAGEORGIS 2009, p. 29-38). Isso ocorre de três formas. A primeira se dá porque redes confiáveis encorajam empresários não imigrantes a transferir capital para locais na economia de destino, criando empresas que são alimentadas pela imigração. A segunda forma envolve a compra de negócios, comércios e fábricas por empresários imigrantes, dos proprietários nativos. O mesmo pode ocorrer com casas, por exemplo. Tal operação abre caminho para novos imigrantes e incentiva o processo. Finalmente, na terceira forma, os autores argumentam que os imigrantes criam essas novas condições sem reduzir a oferta de trabalho ou de moradia para os nativos, pois estes também se beneficiariam com as novas medidas. O exemplo clássico é relativo ao ramo imobiliário local, que ganha impulso com a chegada de novos imigrantes para trabalharem em uma fábrica. As redes imigrantes são as mais beneficiadas, pois auxiliam na redução dos custos da migração e aumentam as oportunidades de emprego nas localidades de destino. Além disso, e mais importante, as redes imigrantes garantem acesso a vários tipos de ajuda e assistência mútua, como mostra Halter (2007, p. 118):

Exemplos históricos e contemporâneos comprovam a veracidade da afirmativa de Light, de que a economia étnica pode ser vista como um trampolim para recompensas futuras, tanto econômicas quanto sociais, e não apenas em termos de ganhos relativos imediatos em comparação com os do mercado de trabalho em geral. Por fim, esses estudos demonstram que o empreendimento étnico não é apenas uma “escola de empreendedores”, mas, em termos mais gerais, é uma escola de mobilidade social e um contexto de solidariedade a partir do qual os indivíduos adquirem confiança para aventurar-se no corpo mais amplo da sociedade americana.

Já a perspectiva do empreendedorismo transnacional, nos termos de Zhou, avança o conceito de empreendedorismo étnico em quatro aspectos. No primeiro, mostra que os empresários imigrantes não reagem apenas às desvantagens estruturais que enfrentam nos países de acolhimento, pois procuram novas oportunidades ou nichos de mercado, por exemplo, utilizando as suas competências biculturais e as redes étnicas. No segundo aspecto, o empreendedorismo transnacional não impacta o grupo étnico ou imigrante da mesma forma que impacta indivíduos ou famílias. O terceiro caso mostra que os efeitos dos importantes recursos de capital social são desiguais. Por fim, o quarto aspecto evidencia que, mesmo existindo negócios no país de acolhida, a vida cotidiana desses imigrantes pode estar fixada no país de acolhimento ou no de origem, sem prejudicar o conjunto teórico (ZHOU, 2004, p. 1059).



Como mostramos, a família Rheingantz construiu seus negócios muito distante de possíveis desvantagens estruturais ou discriminações vividas no país de acolhimento. Ao contrário, aproveitou as oportunidades e aliou-se às elites locais (nacionais), compartilhando interesses econômicos, sociais e políticos. Aqui é importante destacar o alinhamento de ideias e interesses, pois, como mostrei, os membros familiares aprenderam os movimentos do jogo político, da mesma forma que construía alianças e, em certa medida, criaram inimizades com os nacionais. Por outro lado, fizeram uso de redes migratórias e conhecimentos e laços binacionais, que lhes garantiam contatos confiáveis em relações de solidariedade e confiança que são fundamentais para os negócios de caráter migrante em qualquer país.

Nesse sentido, existem impactos nos países de origem e/ou acolhimento, consequências macrossociais e dimensões objetivas e subjetivas desse tipo de empreendedorismo transmigrante (LEVITT; DEWIND; VERTOVEC, 2003; PORTES, 2004; LEVITT, 2001). Desse modo, “no cômputo geral esses actos podem alterar a fortuna e a cultura dessas terras e, inclusivamente, dos países a que estas pertencem” (PORTES, 2004, p. 77). Em parte, o tipo de impacto nos países de acolhimento depende dos níveis de desenvolvimento econômico apresentado por cada país (ZHOU, 2004, p. 1057). A situação local e nacional brasileira e o processo de imigração e colonização existentes na segunda metade do século XIX, e posterior industrialização, na virada para o século XX, formaram uma conjuntura ímpar para a ocorrência do empreendedorismo transmigrante aqui relatado. A aliança com elites locais contribuiu para diminuir pendências administrativas, fechar contratos, desburocratizar trâmites, regularizar terras, importar máquinas, além, é claro, de todo um escopo simbólico, em termos políticos e sociais, inerentes das atividades empreendedoras locais, como a visita ao Imperador realizada por Miguel Tito de Sá antes da efetiva construção da fábrica dos Rheingantz. Essa conjuntura singular oferecida pelo “local” ajuda a entender as circunstâncias em que os negócios empreendedores foram estabelecidos. Logicamente que as elites locais também participaram da repartição dos benefícios do empreendedorismo transmigrante operado pela família Rheingantz no extremo sul brasileiro, mas, sem dúvidas, os maiores beneficiados foram os membros familiares, em todas as três gerações aqui avaliadas, embora a terceira geração tenha praticamente abandonado os laços transnacionais mais antigos herdados pelas gerações ao longo de suas vivências.

Por outro lado, entre grupos imigrantes alemães estabelecidos na região aqui analisada, a família Rheingantz sempre conquistou mais benefícios, apesar de outros comerciantes e alguns parceiros no interior da rede terem conquistado oportunidades de negócios com as alianças com a família. Já com relação aos colonos e aos funcionários das

fábricas, estes não receberam benefícios do mesmo montante que os membros mais efetivos da rede da família Rheingantz e sequer podem ser considerados membros dessa rede migratória específica que foi avaliada. Contudo, é importante destacar que até mesmo entre os integrantes da rede mais íntima de relações da família tinham oportunidades diferentes e é possível notar as desigualdades em termos de capital social entre esses membros. Assim, o incremento da perspectiva do empreendedorismo transmigrante pode explicar a conjuntura e parte da distribuição dos benefícios desse tipo de empreendimento para os grupos migrantes.

Com relação aos aspectos que envolvem o país de origem, a presença dos Rheingantz na Alemanha nos meses que marcaram o processo de Unificação Alemã (1871) mostra simbolicamente que a família era alemã e que participava da construção de sua nação. O papel das redes imigrantes e dos laços com a Alemanha ajuda a explicar porque esse grupo imigrante conseguiu desenvolver seus projetos, aliando-se às elites locais, mas mantendo benefícios para si mesmos, inclusive em comparação com os outros imigrantes, dentro de sua rede e, especialmente, os não integrantes desse emaranhado, ou seja, os colonos. Assim, concordo com o segundo aspecto mencionado por Zhou, de que o empreendedorismo transmigrante afeta de formas diferentes o grupo imigrante como um todo e os indivíduos que dele participam diretamente.

Em parte, discordo de Portes, quando ele afirma que “É interessante notar que não é o tipo de vínculos sociais, mas sim o seu número absoluto, que aqui desempenha o papel fundamental” e que “Não importa muito se as redes imigrantes são de âmbito local ou extralocal; o que importa, para as actividades transfronteiriças, é o tamanho delas” (PORTES, 2004, p. 87). Como vimos ao longo desse trabalho, alguns grupos ou determinados indivíduos bem localizados na rede de relações da família puderam contribuir ou influenciar decisivamente nos negócios dos Rheingantz. Não quero dizer que existam hierarquias, apenas afirmar que o papel de alguns indivíduos pode ser mais central que o de outros e que suas atividades no interior da rede ou desenvolvidas para auxiliar algum amigo da rede podem ser decisivas. Embora esta tese seja um trabalho sem o arcabouço quantitativo da maioria dos trabalhos desenvolvidos por Portes, o quesito tamanho da rede não foi um aspecto de grande influência no estudo que desenhei.

A terceira questão proposta por Zhou (2004) é relativa aos efeitos desiguais dos recursos do capital social. É inegável que Jacob Rheingantz, Maria Carolina e Carlos Guilherme Rheingantz eram detentores de maior capital social entre os membros familiares através das gerações, pois demonstraram grande capacidade para engajar pessoas, organizar demandas, gerenciar contatos e administrar interesses dos mais diversos no interior das redes

a que pertenceram. Os outros membros da família não tinham o mesmo volume de capital social e não receberam os mesmos investimentos econômicos, políticos e culturais, embora os homens tenham recebido, pelo menos a maioria deles, educação superior ou tenham assumido uma profissão (como comerciantes, por exemplo). Evidentemente, cada membro tinha sua posição na rede mais ampla de relações, contudo, não receberam igualmente as partes de capital social transmitidas entre as gerações, o que se repete em termos econômicos. Com relação à transmissão de capital social, não estou pensando apenas em relação aos recursos garantidos pelo nome comum, isto é, o nome da família, mas também em relação ao capital transmitido geracionalmente, em função do que Bourdieu (1997) talvez considerasse “todo um conjunto de atos instituídos” no sentido de perpetuar esse tipo de capital. Por outro lado, o acúmulo de capital social tem papel importante na construção e no desenvolvimento dos negócios da família. De certa forma, o acúmulo de capital social, e dos outros tipos de capital, aumenta as oportunidades que garantem mais acúmulo de capital. O estudo que foi desenvolvido nesta tese contribui para entender como isso pode ser reproduzido ao longo do tempo e também no decorrer de gerações familiares.

Por fim, é preciso notar que a família Rheingantz operou e sofreu uma forma de adaptação alternativa na sociedade brasileira. Perfeitamente estabelecidos no sul do Rio Grande do Sul, tiveram ampla participação política e social na vida local, apesar de resguardarem suas práticas alemãs para viverem, assim, como alemães na Alemanha. Esse último conjunto está representado no texto desta tese pela possível continuação da religião evangélica na Alemanha, especialmente durante a primeira geração, apesar de plenamente convertidos em termos do catolicismo enquanto estavam em terras brasileiras. Ou quando a família escolheu se aposentar em Wiesbaden, um reconhecido balneário frequentado por ricos comerciantes, banqueiros e industriais alemães. Todavia, cabe ressaltar que estou pensando em termos individuais e, por isso, não posso, a partir do estudo aqui desenvolvido, responder quais foram as alterações em termos econômicos ou sociais no país de origem, Alemanha. Essa questão eu responderia com outra pergunta: qual o papel das redes migrantes das quais a família Rheingantz participou nos grandes processos migratórios envolvendo a emigração de alemães para a América? Esta tese não consegue responder a essa questão – que não é seu objetivo central nem específico –, embora ela possa apontar articulações que podem ser decisivas para a emigração alemã, especialmente com relação às formas de agenciamento, por exemplo, como ficou evidente das redes formadas por migrantes alemães no extremo sul brasileiro e por grandes comerciantes alemães estabelecidos nos portos de Hamburgo. Essa questão permanece aberta para novas reflexões.

## Referências

ABBOTT, Andrew. *Time matters: on theory and method*. The University of Chicago Press, Chicago, 2001.

ABRAMS, Philip. *Historical Sociology*. New York: Cornell University Press, 1982.

ABREU, Egon Ziegell de. *Aconteceu no Sobrado*. Contos da história de um povo da Lagoa dos Patos. . s.n.t.

ABUCHAIM, Vera Rheingantz. *O tropeiro que se fez rei*. Porto Alegre: Gráfica Mosca Ltda, 2013.

ALVES, Francisco das Neves. *Uma introdução à história da imprensa rio-grandina: um estudo de alguns 'fragmentos' do século XIX*. Rio Grande: Ed. da FURG, 1995.

\_\_\_\_\_. *Fontes documentais para o estudo da história do Rio Grande do Sul no acervo da Biblioteca Rio-Grandense: a coleção Rheingantz (Levantamento parcial)*. *Biblos*, Rio Grande, n. 12, p, 49-64, 2000.

ARRIADA, Eduardo. *Pelotas: Gênese e desenvolvimento urbano (1780-1835)*. Pelotas: Armazém Literário, 1994.

ASSMANN, Jan. Collective Memory and Cultural Identity. *New German Critique*, n. 65, p. 125-133, Tradução John Czaplicka, 1995. Disponível em: <[www.jstor.org/stable/488538](http://www.jstor.org/stable/488538)>. Acesso: 08 ab. 2008.

BAQUERO, Marcelo; CREMONESE, Dejalma (orgs.). *Capital social: teoria e prática*. Ijuí: Ed. Unijuí, 2006

BARROSO, Vera Lucia Maciel. O povoamento do território do rio grande do sul/brasil o oeste como direção. *Estudios Historicos*, n. 2, ago. 2009. Disponível em: <[http://www.estudioshistoricos.org/edicion\\_2/vera\\_maciel.pdf](http://www.estudioshistoricos.org/edicion_2/vera_maciel.pdf)> Acesso em: 20 fev. 2010.

BARTH, Fredrik. *O guru, o iniciador e outras variações antropológicas*. Rio de Janeiro: Contra Capa, 2000.

BETEMPS, Leandro. Aspectos da colonização francesa em Pelotas. *História em revista*, Pelotas, v. 5, Dez-1999.

BETEMPS, Leandro; JACOTTET, Alda Maria. *Povoadores de Pelotas/RS*. Freguesia de São Francisco de Paula (1812-1825). Pelotas: Ed. Universitária/UFPEL, 2006.

BJERG, María; OTERO, Hernán. Inmigración, liderazgos étnicos y participación política en comunidades rurales. IN: BERNASCONI, Alicia; FRID, Carina (ed.). *De Europa a las Américas*. Dirigentes y liderazgos (1880-1960). Buenos Aires: Editorial Biblos. 2006. p. 43-61.

BOBBIO, Norberto. Teoria das Elites. In: BOBBIO, Norberto; MATEUCCI, Nicola; PASQUINO, Gianfranco. *Dicionário de política*. Brasília: Ed. UnB, 2002. p. 285-291.

BOSENBECKER, Patrícia. *A colônia cercada de estâncias: imigrantes em São Lourenço/RS (1857-1877)*. Dissertação (Mestrado em História). Porto Alegre, PPG-História/UFRGS: 2011.

\_\_\_\_\_. Colonos nos domínios do diretor Rheingantz: uma revolta no Sul do Brasil. *Métis: história & cultura*, v. 11, n. 22, p. 41-65, jul./dez. 2012.

\_\_\_\_\_. Sociologia histórica: releituras e perspectivas. *Temporalidades*, v. 8, n. 2, p. 424-446, mai./ago. 2016.

BOURDIEU, Pierre. Le capital social. *Actes de la recherche en sciences sociales*, v. 31, p. 2-3, janvier 1980. Disponível em: <[http://www.persee.fr/web/revues/home/prescript/article/arss\\_0335-5322\\_1980\\_num\\_31\\_1\\_2069](http://www.persee.fr/web/revues/home/prescript/article/arss_0335-5322_1980_num_31_1_2069)>. Acesso em: 01 jul. 2013.

\_\_\_\_\_. The forms of capital. In: HALSEY, A. H.; BROWN, Phillip, LAUDER, Hugh (orgs). *Education. Culture, Economy, and Society*. Oxford: Oxford University Press, 1997, p. 46-58.

\_\_\_\_\_; WACQUANT, Loïc J. D. *An invitation to Reflexive Sociology*. Chicago: University of Chicago Press, 1992.

\_\_\_\_\_. *Esboço de auto-análise*. São Paulo: Companhia das Letras, 2005.

\_\_\_\_\_. *O poder simbólico*. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2009. 12ª Ed.

\_\_\_\_\_; CHARTIER, Roger. *O sociólogo e o historiador*. Belo Horizonte: Autêntica, 2012.

BRASIL. LEI DE 29 DE NOVEMBRO DE 1832. Promulga o Código do Processo Criminal de primeira instancia com disposição provisória acerca da administração da Justiça Civil. Disponível em: <[http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/Leis/LIM/LIM-29-11-1832.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/Leis/LIM/LIM-29-11-1832.htm)>. Acesso em: 22 dez. 2011.

BRETAS, M. L. As empadas do confeitiro Imaginário: a pesquisa nos arquivos da justiça criminal e a história da violência no Rio de Janeiro. *Acervo*, Rio de Janeiro, v.15, n. 1, p. 7-22, jan/jun. 2002.

CARDOSO, Fernando Henrique. *Empresário industrial e desenvolvimento econômico*. São Paulo: Difusão Europeia do Livro, 1964.

CHARTIER, Roger. *A história ou a leitura do tempo*. Belo Horizonte: Autêntica, 2010. 2ª ed.

COARACY, Vivaldo. *A Colônia São Lourenço e o seu fundador Jacob Rheingantz*. São Paulo: Saraiva, 1957.

COELHO, Fábio Ulhoa. *Manual de direito comercial: direito de empresa*. São Paulo: Saraiva, 2011. 23ª ed.

COLEMAN, James S. Social Capital in the Creation of Human Capital. *The American Journal of Sociology*, v. 94, Supplement: Organizations and Institutions: Sociological and Economic Approaches to the Analysis of Social Structure, p. S95-S120, 1988.

CORADINI, Odaci Luiz. O referencial teórico de Bourdieu e as condições para sua aprendizagem e utilização. *Veritas*, Porto Alegre, v. 41, n. 162, p. 207-220, jun. 1996.

\_\_\_\_\_. Estruturas de Dominação, Integração Social e muito mais: os Confrontos entre as Noções de Capital Social de Bourdieu e de Coleman. *BIB*, São Paulo, n. 69, p. 23-41, 1º semestre de 2010.

COSTA, Jairo Scholl. Origens históricas do município de São Lourenço do Sul. IN: PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO LOURENÇO DO SUL. *Livro do centenário 1884-1984*. São Lourenço do Sul: CORAG, 1984.

\_\_\_\_\_. *Navegadores da Lagoa dos Patos*. A saga náutica de São Lourenço do Sul. São Lourenço do Sul: Ed. Hofstater, 1999.

COSTA, Jean Henrique. Entre a estrutura e a ação, melhor a relação: para pensar a análise de redes sociais. *Revista Espaço acadêmico*, v. 10, n. 117, p. 123-130, fev. 2011.

COURLET, Beatriz Azevedo. Identidades em uma zona de fronteira: a região do prata no período colonial. Anais eletrônicos da Segunda Jornada de História Comparada/FEE: Porto Alegre, out. 2005. Disponível em: <[http://www.fee.tche.br/sitefee/download/jornadas/2/h4-03.pd](http://www.fee.tche.br/sitefee/download/jornadas/2/h4-03.pd\)>. Acesso em: 20 fev. 2010.

DA ORDEN, Maria Liliana. Liderazgo etnico, relaciones personales y participación política: los españoles en Mar del Plata, 1883-1930. In: BJERG, M.; OTERO, H (orgs.). *Inmigración y redes sociales en la Argentina moderna*. Tandil, IEHS-CEMLA, 1995. p. 133-167.

DEAN, Warren. *A industrialização de São Paulo (1880-1945)*. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 1991. 4º ed.

DELHAES-Guenther, Dietrich von. *Industrialisierung in Südbrasilien*. Die deutsche Einwanderung und die Anfänge der Industrialisierung in Rio Grande do Sul. Köln/Wien: Böhlau Verlag, 1973.

DOMINGUES, José Maurício. História, sociologia e modernidade. In: RIBEIRO, Maria Theresa Rosa. (Org.). *Dimensão histórica da Sociologia: dilemas e complexidade*. Curitiba: Appris, 2016, p. 27-53.

DREHER, Martin N. *Hermann Gottlieb Dohms: textos escolhidos*. Porto Alegre: EDIPUCRS, 2001.

\_\_\_\_\_. Imigração e religião no Rio Grande do Sul do século XIX. IN: GIRON, Loraine Slomp e RADÜNZ, Roberto (org.). *Imigração e Cultura*. Caxias do Sul: Educs, 2007.

\_\_\_\_\_. *Degradados de Mecklenburg-Schwerin e os primórdios da imigração alemã no Brasil*. São Leopoldo: Oikos, 2010.

\_\_\_\_\_. *190 anos de imigração alemã no Rio Grande do Sul: esquecimentos e lembranças*. São Leopoldo: Oikos, 2014.

ELIAS, Norbert e SCOTSON, John. *Os estabelecidos e os outsiders*. Sociologia das relações de poder a partir de uma pequena comunidade. Rio Janeiro: Zahar Editor, 2000.

FARINATTI, Luís Augusto. *Confins Meridionais: famílias de elite e sociedade agrária na Fronteira Sul do Brasil (1825-1865)*. Tese (Doutorado em História). Rio de Janeiro, PPG-História Social/UFRJ, 2007. 421p

FAZITO, Dimitri. A análise das redes sociais (ARS) e a migração: mito e realidade. *XIII Encontro da Associação Brasileira de Estudos Populacionais*, Ouro Preto, 2002. Disponível em: <[http://www.abep.nepo.unicamp.br/docs/anais/pdf/2002/gt\\_mig\\_st1\\_fazito\\_texto.pdf](http://www.abep.nepo.unicamp.br/docs/anais/pdf/2002/gt_mig_st1_fazito_texto.pdf)>. Acesso em: 21 mar. 2011.

FERNANDEZ, Alejandro E. Inmigración y redes comerciales. Un estudio de cas sobre los catalanes de Buenos Aires a comienzos de siglo. *Estudios Migratorios Latinoamericanos*, año 11, n. 32, p. 25-60, 1996.

FERREIRA Maria Leticia Mazzucchi, HEIDEN, Roberto. Políticas patrimoniais e reinvenção do passado: os pomeranos de São Lourenço do Sul, Brasil. *Cuadernos de Antropología*



*Social. FFyL – UBA*, n 30, p. 137–154, 2009. Disponível em: <[http://74.125.155.132/scholar?q=cache:amzcBXsglUkJ:scholar.google.com/+Jacob+Rheingantz&hl=pt-BR&as\\_sdt=2000](http://74.125.155.132/scholar?q=cache:amzcBXsglUkJ:scholar.google.com/+Jacob+Rheingantz&hl=pt-BR&as_sdt=2000)>. Acesso em: 23 mar. 2010.

FLORES, Moacyr. *Dicionário de História do Brasil*. Porto Alegre: EDPU CRS, 2001.

FRANCO, Sérgio da Costa. Gaúchos na Academia de Direito de São Paulo no século 19. *Revista Justiça & História*, Porto Alegre, v. 1, n. 1-2, 2011. Disponível em: <[https://www.tjrs.jus.br/export/poder\\_judiciario/historia/memorial\\_do\\_poder\\_judiciario/memorial\\_judiciario\\_gaucha/revista\\_justica\\_e\\_historia/issn\\_1676-5834/v1n1\\_2/doc/04.\\_Sergio\\_Franco.pdf](https://www.tjrs.jus.br/export/poder_judiciario/historia/memorial_do_poder_judiciario/memorial_judiciario_gaucha/revista_justica_e_historia/issn_1676-5834/v1n1_2/doc/04._Sergio_Franco.pdf)>. Acesso em: 26 jan. 2016

FRAUENBERGER, Michael. *Gemeinsames Familienbuch der reformierten Pfarreien Rheinböllen 1700-1798 und Ellern 1744-1798*. Boppard: [edição do autor], 1995.

GANS, Herbert. Symbolic Ethnicity: The future of ethnic groups and cultures in America. (1979) In: SOLLOR, Werner (ed.). *Theories of ethnicity: a classical reader*. New York: New York University Press, 1996. p. 425-459.

GANS, Magda Roswita. *Presença teuta em Porto Alegre no século XIX (1850-1889)*. Porto Alegre: Ed. UFRGS/ANPUH-RS, 2004.

GERHARD, Johannes. *Sophie Christine und Carl Heinrich Laeisz*. Eine biographische Annäherung an die Zeiten und Themen ihres Lebens. Hamburg: Herausgegeben von der Hamburgischen Wissenschaftlichen Stiftung, 2007.

GERTZ, René E. *O aviador e o carroceiro*. Política, etnia e religião no Rio Grande do Sul nos anos 1920. Porto Alegre: EDIPUCRS, 2002.

\_\_\_\_\_. Estudos sobre imigração alemã: experiência pessoal. In: TEDESCO, João Carlos; ZANINI, Maria Catarina C. *Migrantes ao sul do Brasil*. Santa Maria: Ed. da UFSM, 2010, p. 119-135.

\_\_\_\_\_. Imigração e empreendedorismo industrial no Rio Grande do Sul. 2013. Trabalho apresentado ao Colóquio imigração, urbanização e empreendedorismo no Brasil, Porto Alegre, 2013.

GRANOVETTER, M. *Getting a job*. Cambridge: Harvard University Press, 1974.

\_\_\_\_\_. *Economic action and social structure: the problem of embeddedness*. *American Journal of Sociology*, v. 91, n. 03, p. 481-510, 1985.

\_\_\_\_\_. The Economic Sociology of Firms and Entrepreneurs. In: PORTES, Alejandro (ed.). *The Economic Sociology of Immigration. Essays on Networks, Ethnicity and Entrepreneurship*. New York: Russel Sage Foundation, 1995. p. 128-165.

\_\_\_\_\_. Ação econômica e estrutura social: o problema da imersão. *Revista de Administração de Empresas – RAE*, v. 6, n.º 1, Art. 9, jan./jun. 2007. Disponível em: <<http://www.rae.com.br/electronica/index.cfm?FuseAction=Artigo&ID=4838&Secao=FÓRUM&Volume=6&numero=1&Ano=2007>>. Acesso em: 19 ago. 2013.

GREIFFENHAGEN, Karl. *Die Geschichte des Schlosses und Dorfes Brüggen a. d. L. in Verbindung mit der kurz skizzierten jeweiligen Landesgeschichte*. Osterode am Harz, Giebel & Oehlschlägel, 1927.

GRIECO, M. *Keeping it in the family*. Social networks and Employment chance. Londres-Nova York: Routledge, 1987.

GRIFFIN, Larry J. Narrative, Event-Structure Analysis, and Causal Interpretation in Historical Sociology. *American Journal of Sociology*, v. 98, n. 5, p. 1094-1133, mar. 1993.

GRÜN, Roberto. *Negócios e Famílias: armênios em São Paulo*. São Paulo: Editora Sumaré (Fapesp), 1992.

GRÜTZMANN, Imgart. Notas de pesquisa. Intelectuais de fala alemã no Brasil do século XIX: o caso Karl von Koseritz (1830-1890). *História Unisinos*, v. 11, n. 1, p. 123-133, Jan./Ab. 2007.

GUTFREIND, Ieda. *A imigração judaica no Rio Grande do Sul*. Da memória para a história. São Leopoldo: EDUSINOS, 2004.

GUTIERREZ, Ester J. B. *Negros, charqueadas e olarias: um estudo do espaço pelotense*. Pelotas: Ed. Universitária, 1994.

\_\_\_\_\_. *Barro e sangue: mão-de-obra, arquitetura e urbanismo em Pelotas, 1777-1888*. Pelotas: Ed. e Gráfica Universitária - UFPel, 2004

HALTER, Marylin. *Cultura econômica do empreendimento étnico: caminhos da imigração ao empreendedorismo*. *Revista de Administração de Empresas – RAE*, v. 47, n. 1, p. 116-123, jan./mar. 2007. Disponível em: <<http://www.scielo.br/pdf/rae/v47n1/a08v47n1.pdf>>. Acesso em: 11 nov. 2013.

HARRISS, John. *Depoliticizing Development: the World Bank and social capital*. London: Anthem Press, 2002.

HERING, Maria Luiza Renaux. *Colonização e Indústria no Vale do Itajaí: o Modelo Catarinense de Desenvolvimento*. Blumenau: Ed. Furb, 1987.

HOLTMANN, Antonius. No Reliefs from Previous Warnings! Pitfalls as Never Before: A Continuation of “Germans to America”. The Superfluous Edition. *The Palatine Immigrant*, 31, 4, p. 3 – 13, 2006.

IEPSEN, Eduardo. *Jacob Rheingantz e a colônia São Lourenço: da desconstrução de um mito à reconstrução de uma história*. Dissertação (Mestrado em História). São Leopoldo: Universidade do Vale do Rio dos Sinos, 2008.

IOTTI, Luiza Horn. *O olhar do poder: a imigração italiana no Rio Grande do Sul, de 1875 a 1914, através dos relatórios consulares*. 2ª ed. Caxias do Sul: EDUCS, 2001.

JENKINS, Richard. *Rethinking Ethnicity: arguments and explorations*. Londres: Sage Publications, 1997.

KARASTOJANOV, Andrea Mara Souto. *Vir, viver e talvez morrer em Campinas: um estudo sobre a comunidade alemã residente na zona urbana durante o Segundo Reinado*. Campinas: Ed. da Unicamp/Centro de Memória, 1999.

KARBACH, Franz, Josef; SCHMIEDEN, Josef, FINZEL, Hans. *Katholisches Familienbuch Pfarrei Sponheim (1683-1892)*. Köln: Westdeutsche Gesellschaft für Familienkund e. V., 1999.

KELLI, Marcus Vinicius. *Uma família em dois momentos: os Röhe e as transformações econômicas no Rio de Janeiro (1831 - 1885)*. Tese (Doutorado em História Social). Niterói: PPG-História Social – UFF, 2011.

KLIEMANN, Luiza Helena Schmitz. *RS: terra e poder*. História da questão agrária. Porto Alegre: Mercado Aberto, 1986.

KOLLING, Nilo Bidone. A presença teuta a partir de São Lourenço do Sul/RS. *Anais do 9º Seminário Nacional de Pesquisadores da História das Comunidades Teuto-brasileiras* (2006). Entre vales e serras: fronteiras. São Leopoldo: Casa Leiria, 2008. p. 867-892. CD-ROM – ISBN: 987.85.61598.01.3

LAGEMANN, Eugênio. Imigração e industrialização. In: LANDO, Aldair Marli (org.). *RS: imigração & colonização*. Porto Alegre: Mercado Aberto, 1880. p. 114 a 134.

LANDO, Aldair Marli & BARROS, Eliane C. Capitalismo e colonização. Os alemães no Rio Grande do Sul. In: LANDO, Aldair Marli (org.). *RS: Imigração e Colonização*. Porto Alegre: Mercado Aberto, 1980. P. 9 a 46.

LEPSIUS, M. Rainer. "Economia e sociedade": a herança de Max Weber à luz da edição de sua Obra completa (MWG). *Revista Tempo Social*. v. 24, n. 1, 2012.

LEVITT, Peggy. Transnational migration: taking stock and future directions. *Global Networks*, v. 1, n. 3, p. 195-216, 2001.

\_\_\_\_\_; DEWIND, Josh; VERTOVEC, Steven. International Perspectives on Transnational Migration: An Introduction. *International Migration Review*, v. 37, n. 3, Transnational Migration: International Perspectives, p. 565-575, 2003.

LIGHT, Ivan. *Ethnic Enterprise in America*. Berkeley and Los Angeles: University of California, 1972.

\_\_\_\_\_; ROSENSTEIN, Carolyn. Expanding the Interaction Theory of Entrepreneurship. In: PORTES, Alejandro (ed). *The Economic Sociology of Immigration*. Essays on Networks, Ethnicity, and Entrepreneurship. New York: Russel Sage Foundation, 1995. p. 166-212.

\_\_\_\_\_; GOLD, Steven J. *Ethnic Economies*. San Diego: Academic Press, 2000.

\_\_\_\_\_; BHACHU, Parminder; KARAGEORGIS, Stavros. Migration Networks and Immigrant Entrepreneurship. In: LIGHT, Ivan; BHACHU, Parminder. *Immigration and entrepreneurship*. Culture, capital, and Ethnic Networks. 2º ed. New Brunswick, New Jersey: Transaction Publishers, 2009.

\_\_\_\_\_; DANA, Léo-Paul. Boundaries of Social Capital in Entrepreneurship. *Entrepreneurship theory and practice*, v. 37, n. 3, p. 603-624, jan. 2013

LIMBERGER, Eliane Terezinha dos Santos. Neu-Württemberg: uma colonização alemã no século XX (RS). Dissertação (Mestrado em História). Passo Fundo: PPG-História/UPF, 2005.

LIN, Nan; COOK, Karen; BURT, Ronald S (Ed.). *Social Capital: Theory and research*. 4º ed. New Brunswick/New Jersey: Transaction Publishers, 2008.

LONER, Beatriz Ana. *Construção da classe*. Operários de Pelotas e Rio Grande (1888-1930). Pelotas: Ed. Universitária/UFPel; Unitrabalho, 2001.

LOPES, Juarez Rubens Brandão. *Sociedade Industrial no Brasil*. 2 ed. São Paulo: Difusão Europeia do Livro, 1971.

LUZ, João Hecker. *Jacob Kroeff – Jacob Kroeff Filho – Jacob Kroeff Netto: o hotelheiro, o coronel, o intendente: 1855 a 1966*. Dissertação (Mestrado em História). Porto Alegre: PPG-História/PUCRS, 2010.

MANNHEIM, Karl. El problema de las generaciones. *Reis*, n. 62, p. 194-242, abr.-jun. 1993.

MARQUES, Rafael. Introdução. Os trilhos da Nova Sociologia Econômica. In: MARQUES, Rafael; PEIXOTO, João (orgs). *A Nova Sociologia Econômica*. Uma antologia. Oeiras: Celta Editora, 2003. p. 1-67.

MARTES, Ana Cristina Braga. Weber e Schumpeter. A ação econômica do empreendedor. *Revista de Economia Política*, v. 30, n. 2, p. 254-270, abr.-jun. 2010.

MARTINIELLO, Marco. *Leadership et pouvoir dans les communautés ethniques d'origine immigrée: l'exemple d'une communauté ethnique en Belgique*. Paris: LHarmattan, 1992.

MARTINS, José de Souza. *Conde Matarazzo, o empresário e a empresa: estudo de sociologia do desenvolvimento*. 2ª ed. São Paulo: Hucitec, 1976.

MARTINY, Carina. A presença teuta na política local: família e poder em São Sebastião do Caí no final do século XX. In: COSTA, Miguel Ângelo S. da; DREHER, Martin; CARVAHO, Enildo de M. (orgs). *Explorando possibilidades*. Experiências e interdependências sociais entre imigrantes alemães, seus descendentes e outros mais no Brasil Meridional. Santa Cruz do Sul: EDUNISC, 2009, p. 68-98.

MENEGAT, Carla. *O tramado, a pena e as tropas: família, política e negócios do casal Domingos José de Almeida e Bernardina Rodrigues Barcellos (Rio Grande de São Pedro, século XIX)*. Dissertação (Mestrado em História) Porto Alegre: PPG-História-UFRGS, 2009.

MERTZ, Marli. *As origens de um sistema agrário singular no Rio Grande do Sul*. Textos para discussão da Fundação de Economia e Estatística/RS, Porto Alegre, n. 40, set 2008. Disponível em: <<http://www.fee.tche.br/sitefee/download/tds/040.pdf>>. Acesso em: 20 fev. 2010.

MONASTERIO, Leonardo Monteiro. A retórica do capital social: uma análise da obra de Robert Putnam. In: BAQUERO, Marcelo; CREMONESE, Dejalma (orgs.). *Capital social: teoria e prática*. Ijuí: Ed. Unijuí, 2006, p. 21-42.

MONSMA, Karl. Histórias de violência: inquéritos policiais e processos criminais como fontes para o estudo de relações interétnicas. In: DEMARTINI, Zelia; TRUZZI, Oswaldo (orgs.). *Estudos Migratórios. Perspectivas metodológicas*. São Carlos: EdUFSCar, 2005. p. 159-221.

\_\_\_\_\_. *Narrativa como método: estrutura, ação e evento na análise da mudança social*. XXIV SIMPÓSIO NACIONAL DE HISTÓRIA, ANPUH, São Leopoldo, 2007.

\_\_\_\_\_. A Nova Sociologia Histórica: contextos, trajetórias, eventos e complexidade na análise da mudança social. In: RIBEIRO, Maria Theresa Rosa. (Org.). *Dimensão histórica da Sociologia: dilemas e complexidade*. Curitiba: Appris, 2016, p. 55-99.

MOSSMANN SOBRINHO, Paulo Gilberto. *Os deutsch-brasilianer em oposição ao PRR: um estudo de caso a respeito dos municípios de origem germânica que derrotaram o PRR nas eleições de 1891*. Dissertação (Mestrado em História). Porto Alegre: PPG-História/PUCRS, 2014.

MOURE, Telmo. A inserção da economia imigrante na economia gaúcha. In: LANDO, Aldair Marli (org.). *RS: imigração & colonização*. Porto Alegre: Mercado Aberto, 1880. p. 91 a 113.

MULHALL, Michael George. *O Rio Grande do Sul e suas colônias alemãs*. Porto Alegre: Ed. Bels/IEL, 1974.

NEUMANN, Rosane M.; TEDESCO, João Carlos (orgs.). *Colonos, colônias e colonizadoras: aspectos da territorialização agrária do Sul do Brasil*. Porto Alegre: Letra & Vida, 2013.

NICOLOSO, Fabrício Rigo. *Fazer-se elite em Santa Maria –RS: os imigrantes alemães entre estratégias políticas e sociais - 1830/1891*. Dissertação (Mestrado em História). Santa Maria: PPG-História/UFSM, 2013.

OBERACKER JR., Carlos Henrique. A contribuição Teuta à Formação da Nação Brasileira. 2 ed. Rio de Janeiro: Presença, 1985 [1968].

OLIVEIRA, Ricardo Costa de. *Na teia do nepotismo*. Sociologia política das relações de parentesco político no Paraná e no Brasil. Curitiba: Insight, 2012.

OLIVEIRA, Ryan de Souza. *Colonização alemã e poder*. A cidadania brasileira em construção e discussão (Rio Grande do Sul 1863-1889). Tese (doutorado em História) Brasília: PPG-História/UNB, 2008.

OSÓRIO, Helen. *O império português no sul da América: estancieiros, lavradores e comerciantes*. Porto Alegre: EdUFRGS, 2007.

PAES, Augusto Moreira. A Colônia São Lourenço. In: RODRIGUES, Alfredo Ferreira. *Almanak literário e estatístico do Rio Grande do Sul*. Porto Alegre: Pinto e Cia/Livraria Americana, 1909. p. 164-167.

PALMA, Virgilina E. Gularte dos S. Fidelis de. O Processo de Inventário do Comendador Domingos Faustino Correa. *Revista Justiça & História*, Porto Alegre, v. 1, n. 1 e 2, 2001.

PEIXOTO, João. *As Teorias Explicativas das Migrações: Teorias Micro e Macro-Sociológicas*. Lisboa: SOCIUS Working Papers, 2004.

PELLANDA, Ernesto. *A colonização alemã no Rio Grande do Sul*. Porto Alegre: Oficinas gráficas da Livraria do Globo, 1925.

PESAVENTO, Sandra Jatahy. O imigrante na política rio-grandense. In: LANDO, Aldair Marli (org.). *RS: imigração & colonização*. Porto Alegre: Mercado Aberto, 1880. p. 156 – 194.

\_\_\_\_\_. *RS: agropecuária colonial e industrialização*. Porto Alegre: Mercado Aberto, 1983.

\_\_\_\_\_. *História da Indústria sul rio-grandense*. Guaíba: Riocell, 1985.



\_\_\_\_\_. *A Burguesia Gaúcha*. Dominação do capital e disciplina do trabalho (RS: 1889-1930). Porto Alegre: Mercado Aberto, 1988.

PETERSEN, Silvia Regina Ferraz. Dilemas e desafios na historiografia brasileira: a temática da vida cotidiana. In: MESQUITA, Zilá; BRANDÃO, Carlos Rodrigues (orgs.). *Territórios do cotidiano: uma introdução a novos olhares e experiência*. Porto Alegre/Santa Cruz do Sul: EdUFRGS/EDUNISC, 1995. p. 49-66.

PETRONE, Maria T. S. *O imigrante e a pequena propriedade*. São Paulo: Ed. Brasiliense, 1982.

POLLAK, Michael. Memória, esquecimento e silêncio. *Estudos Históricos*, Rio de Janeiro, vol. 2, n. 3, p. 3-15, 1989.

\_\_\_\_\_. Memória e identidade social. *Estudos Históricos*. Rio de Janeiro, v. 5, n. 10, p. 200-212, 1992.

PORTES, Alejandro. *The Economic Sociology of Immigration*. Essays on Networks, Ethnicity and Entrepreneurship. New York: Russel Sage Foundation, 1995.

\_\_\_\_\_. Social Capital: Its Origins and Applications in Modern Sociology. *Annual Review of Sociology*, p. 1- 24, 1998.

\_\_\_\_\_. Convergências teóricas e dados empíricos no estudo do transnacionalismo imigrante. *Revista Crítica de Ciências Sociais*, 69, p. 73-93, out. 2004.

\_\_\_\_\_. *Economic Sociology*. A systematic inquiry. Princeton: Princeton University Press, 2010.

\_\_\_\_\_; SENSENBRENNER, Julia. Embeddedness and immigration: notes on the social determinants of economic action. *American Journal of Sociology*, v. 6, n. 98, 1993.

\_\_\_\_\_; GUARNIZO, Luis Eduardo; HALLER, William J.. Transnational Entrepreneurs: An Alternative Form of Immigrant Economic Adaptation. *American Sociological Review*, v. 67, n. 2, p. 278-298, ab. 2002.

POUTIGNAT, P., STREIFF-FENART, J. *Teorias da Etnicidade*. São Paulo: UNESP, 1998.

PRAGER, Hans Georg. *F. Laeisz*. Herford: Koehlers, 1979.

PRIES, Ludger. *Internationale Migration*. Bielefeld: transcript, 2001.

\_\_\_\_\_. *Transnationalisierung. Theorie und Empirie grenzüberschreitender Vergesellschaftung*. Wiesbaden: VS Verlag, 2010.

PUTNAM, Robert. *Comunidade e democracia: a experiência da Itália moderna*. 5. ed. Rio de Janeiro: Editora FGV, 2006.

RAMELLA, Franco. Por un uso fuerte del concepto de red en los estudios migratorios. In: BJERG, María & OTERO, Hernán. *Inmigración y redes sociales en la Argentina moderna*. Tandil: CEMLA –IEHS, 1995. p. 9-21.

REINHEINMER, Dalva. *A navegação fluvial na República Velha gaúcha*. São Leopoldo, Oikos, 2010.

RELLY, Eduardo. *Floresta, capital social e comunidade: imigração e as picadas teuto-brasileiras (1870-1920)*. Lajeado: PPG Meio Ambiente e desenvolvimento/UNIVATES, 2013.

RHEINGANTZ, Carlos Grandmassom. *Jacob Rheingantz (1817-1877). Fundador da Colônia de São Lourenço. Seus ascendentes e descendentes*. Separata da Revista Genealógica Brasileira. São Paulo, II Ano, n. 4, 1941.

\_\_\_\_\_. Povoamento do Rio Grande de São Pedro. A contribuição da colônia de Sacramento. In: *Anais do Simpósio comemorativo do Bicentenário da Restauração do Rio Grande (1776-1976)*. v. II. Rio de Janeiro: IHGB, 1979.

RHEINGANTZ, Carlos Guilherme. *Kolonie São Lourenço, Staat Rio Grande do Sul / Beschreibung ihrer Gründung durch Jakob Rheingantz*. Aus seinen hinterlassenen Papieren zusammengestellt von Carlos G. Rheingantz. Porto Alegre: Cäsar Reinhardt, 1907.

\_\_\_\_\_. *Colônia de São Lourenço*. Breve Histórico de sua fundação, extrahido das notas do arquivo de seu fundador Jacob Rheingantz. In: RODRIGUES, Alfredo Ferreira. *Almanak literário e estatístico do Rio Grande do Sul*. Porto Alegre: Pinto e Cia/Livraria Americana, 1909. p. 143-164.

RIBEIRO, Maria Theresa Rosa. (Org.). *Dimensão histórica da Sociologia: dilemas e complexidade*. Curitiba: Appris, 2016.

RICHTER, Klaus. *A Sociedade colonizadora de 1897 e a colonização no interior de Joinville e Blumenau*. 2º ed. rev. Florianópolis: UFSC/ Blumenau: FURB, 1992.

ROCHE, Jean. *A colonização alemã e o Rio Grande do Sul*. Porto Alegre: Ed. Globo, 1969.

SALAMONI, Giancarla. A imigração alemã no Rio Grande do Sul: o caso da comunidade pomerana de Pelotas. *História em Revista*. Pelotas: Universidade Federal de Pelotas. Núcleo de documentação Histórica. v. 7, n 1, dez. 2001.

SCHAUSS, Erich. *Familienbuch der evangelischen Gemeinde Sponheim (1814-1885)*. Teil 1. Burg Sponheim: Freudeskreis der Burg Sponheim e. V., 2008.

SCHILLER, Nina Glick; BASCH, Linda; BLANC, Cristina Szanton. From Immigrant to Transmigrant: Theorizing Transnational Migration. *Anthropological Quarterly*, v. 68, n. 1, p. 48-63, jan. 1995.

SCHUMPETER, Joseph. *A Teoria do Desenvolvimento Econômico*. São Paulo: Nova Cultural, 1997.

SEIXAS, Xosé Manoel Núñes. Modelos de liderazgo en comunidades emigradas. Algunas reflexiones a partir de los españoles en América (1870-1940). In: BERNASCONI, Alicia e

FRID, Carina (ed.). *De Europa a las Américas. Dirigentes y liderazgo (1880-1960)*. Buenos Aires: Editorial Biblos, 2006.

SEWELL, William H. Jr. *Logics of history: social theory and social transformation*. Chicago: University of Chicago Press, 2005.

SEYFERTH, Giralda. *A colonização alemã no Vale do Itajaí-mirim, um estudo de desenvolvimento econômico*. Porto Alegre: Ed. Movimento, 1974.

\_\_\_\_\_. Etnicidade. In: SILVA, Benedicto. (org) *Dicionário de Ciências Sociais*. Rio de Janeiro: Fundação Getúlio Vargas, 1986a. p. 436.

\_\_\_\_\_. Grupo Étnico. In: SILVA, Benedicto. (org) *Dicionário de Ciências Sociais*. Rio de Janeiro: Fundação Getúlio Vargas, 1986b. p. 530-531.

\_\_\_\_\_. *Imigração e cultura no Brasil*. Brasília: Ed. UNB, 1990.

\_\_\_\_\_. Colonização e conflito: estudo sobre “motins” e “desordens” numa região colonial de Santa Catarina no século XIX. In: SANTOS, José Vicente Tavares dos (org). *Violências no tempo da globalização*. São Paulo: Hucitec, 1999. p. 285-330.

\_\_\_\_\_. Etnicidade, política e ascensão social: um exemplo teuto-brasileiro. *MANA*, v. 5, n. 2, p. 61-88, 1999a.

\_\_\_\_\_. Imigrantes e a campanha de nacionalização do Estado Novo. In: PANDOLFI, Dulce (org.). *Repensando o Estado Novo*. Rio de Janeiro: Ed. FGV, 1999b.

\_\_\_\_\_. Colonização e Política imigratória no Brasil Imperial. IN: SALLES, Teresa; SALLES, Maria do Rosário R. *Políticas migratórias: América Latina, Brasil e brasileiros no exterior*. São Carlos: EdUFSCar/Editora Sumaré, 2002a. p. 79-110.

\_\_\_\_\_. Colonização, imigração e a questão racial no Brasil. *Revista da USP*, São Paulo, n.53, p. 117-149, mar./mai. 2002b.

\_\_\_\_\_. Cartas e narrativas biográficas no estudo da imigração. In: DEMARTINI, Zelia; TRUZZI, Oswaldo (orgs). *Estudos Migratórios*. Perspectivas metodológicas. São Carlos: EdUFSCar, 2005. p. 13-51.

\_\_\_\_\_. Imigração e diferenciação cultural: algumas questões conceituais. In: TEDESCO, João Carlos; ZANINI, Maria Catarina C. *Migrantes ao sul do Brasil*. Santa Maria: Ed. da UFSM, 2010. p. 19-62.

\_\_\_\_\_. A dimensão cultural da imigração. *Revista Brasileira de Ciências Sociais*, v. 26, p. 47-62, 2011.

SIELEMANN, Jürgen; HERING, Rainer; BOLLMANN, Ulf. *Überseeische Auswanderung und Familienforschung*. Hamburg: Verlag Verein für Hamburgische Geschichte, 2002.

SILVA JR., Adhemar Lourenço da. *As sociedades de socorros mútuos: estratégias privadas e públicas* (estudo centrado no Rio Grande do Sul-Brasil, 1854-1940). Tese (Doutorado em História). Porto Alegre: PUC-RS, 2004.

SINGER, Paul. *Desenvolvimento econômico e evolução urbana*. 2ª ed. São Paulo: Cia. Editora Nacional, 1977.

SKOCPOL, Theda. Emerging Agendas and Recurrent Strategies. In: SKOCPOL, Theda (ed.). *Vision and method in historical sociology*. Cambridge: Cambridge University Press, 1984.

\_\_\_\_\_. A imaginação histórica da sociologia. *Estudos de Sociologia*. Araraquara, SP, v. 9, n. 16, p. 7-29, 2004.

STEIN, Stanley J. *Origens e evolução da indústria têxtil no Brasil, 1850-1950*. Rio de Janeiro: Editora Campus, 1979

SWEDBERG, Richard. *Max Weber e a ideia de sociologia econômica*. Rio de Janeiro: Editora da UFRJ/São Paulo: Beca Produções Culturais, 2005.

\_\_\_\_\_. Sociologia econômica: hoje e amanhã. *Tempo social*. Tradução de Sérgio Miceli, v. 16, n. 2, p. 7-34, 2012.

THOMPSON, E. P. *Costumes em comum*. Estudos sobre a cultura popular tradicional. São Paulo: Companhia das Letras, 1998.

THUM, Carmo. *Educação, história e memória: silêncios e reivindicações pomeranas na Serra dos Tapes*. Tese (Doutorado em Educação). São Leopoldo: Universidade do Vale do Rio dos Sinos, 2009. 384 p.

TILLY, Charles. Future history. *Theory and Society*, v. 17, p. 703-712, 1988.

\_\_\_\_\_. Transplanted Networks. In: YANS-MCLAUGHLIN, Virginia. *Immigration Reconsidered*. History, sociology, and Politics. New York: Oxford University Press, 1990.

\_\_\_\_\_. *Itinerários em análise social*. *Tempo social*, v. 16, n. 2, p. 299-302, 2004.

\_\_\_\_\_. History of and in Sociology. *Am Soc*, v. 38, p. 326-329, 2007.

TORRES, Luiz Henrique. O perfil do comércio de exportação e importação na cidade do Rio Grande em 1911. *Biblos*, Rio Grande, n. 1, v. 1, p. 163-175, 2010.

TRAMONTINI, Marcos Justo. A questão de terra na fase pioneira da colonização. In: MAUCH, Cláudia. *Os alemães no sul do Brasil*. Canoas: Ed. ULBRA, 1994. p. 55-63.

TRESPACH, Rodrigo. *O lavrador e o sapateiro: memória, tradição oral e literatura*. Porto Alegre: EdiPUCRS, 2013.

TRUZZI, Oswaldo. Gestão tradicional e obstáculos ao crescimento empresarial: um estudo de caso entre imigrantes empresários. *Revista de Administração de Empresas*, Rio de Janeiro, v. 27, n. 1, p. 25-31, jan./mar. 1987.

\_\_\_\_\_. *Patrícios Sírios e Libaneses em São Paulo*. São Paulo: Hucitec, 1997.

\_\_\_\_\_. Redes em Processos migratórios. *Tempo Social*, v. 20, n. 1, p. 199- 218, 2008.

\_\_\_\_\_. Assimilação Ressignificada: Novas Interpretações de um Velho Conceito. *DADOS*, Rio de Janeiro, v. 55, n. 2, p. 517-553, 2012.

\_\_\_\_\_; KERBAUY, Maria T. M.; BARBOSA, Agnaldo de Souza. *Mudança de fronteiras étnicas e participação política de descendentes de imigrantes em São Paulo*. *RBCS*, v. 27, n. 80, out. 2012.

ULLRICH, C. O. As colônias no sul do Rio Grande do Sul. *História em Revista*. Pelotas, v.5, 1998.

VASCONCELOS, José Smith de; VASCONCELOS, Rodolfo Smith de. *Arquivo Nobiliarchico Brasileiro*. Lausanne (Suíça): Imprimerie La Concorde, 1918.

VERTOVEC, Steven. Migrant Transnationalism and Modes of Transformation. *International Migration Review*, v. 38, n. 3, p. 970-1001, 2004.

VIDOR, Vilmar. *Indústria e urbanização no nordeste de Santa Catarina*. Blumenau: ed. da FURB, 1995.

WACQUANT, Loïc J. D. The Structure and Logic of Bourdieu's Sociology. In: BOURDIEU, Pierre; WACQUANT, Loïc J. D. *An invitation to Reflexive Sociology*. Chicago: University of Chicago Press, 1992.

\_\_\_\_\_. O legado sociológico de Pierre Bourdieu: duas dimensões e uma nota pessoal. *Revista Sociologia Política*, Curitiba, 19, p. 95-110, nov. 2002.

WAIZBORT, Leopoldo. Apresentação: Max Weber hoje. *Revista Tempo Social*, dossiê Weber, v. 24, n. 1, 2012.

WEBER, Max. *Economia e Sociedade*. 4º ed. São Paulo: Ed. UNB, 2004.

\_\_\_\_\_. *A gênese do capitalismo moderno*. São Paulo: Ática, 2006.

WEBER, Regina. A construção da “origem”: os “alemães” e a classificação trinária. In: RECKZIEGEL, Ana Luiza Setti, FELIX, Loiva Otero. *RS: 200 anos definindo espaços na história nacional*. Passo Fundo: Editora da UPF, 2002. p. 207-215.

\_\_\_\_\_. Imigração e identidade étnica: temáticas historiográficas e conceituações. *Dimensões*, Revista de História da UFES, Vitória, n. 18, p. 236-250, 2006.

\_\_\_\_\_. Grupos Étnicos, Estratégias étnicas. In: SIDEKUM, Antonio, ARENDT, Isabel, GRÜTZMANN, Ingrid. *Campos múltiplos: identidade, cultura e história*. Festschrift em homenagem ao Prof. Arthur Blasio Rambo. São Leopoldo: Nova Harmonia / Oikos, 2008. p. 235-255.

\_\_\_\_\_, BOSENBECKER, Patrícia. Disputas pela memória em São Lourenço do Sul: uma visão histórica de representações étnicas. *Cadernos do Centro de Memória do Oeste de Santa Catarina*, Chapecó/SC, ano 23, n. 32, p. 347-369, jun. 2010. Disponível em: <<http://apps.unochapeco.edu.br/revistas/index.php/rcc/issue/view/77/Show>>.

WEBER, Adelir. *Relações comerciais e acumulação mercantil: Portugal, Hamburgo e Brasil entre a colônia e a nação*. Tese (Doutorado em História Econômica). São Paulo: Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas/USP, 2008. 2 vols.

WEISS, Hilde; SCHNELL, Philipp; ATEŞ, Gülay (org.). *Zwischen den Generationen*. Transmissionsprozesse in Familien mit Migrationshintergrund. Wiesbaden: Springer VS, 2014.

WELLER, Wivian. A atualidade do conceito de gerações de Karl Mannheim. *Revista Sociedade e Estado*, v 25, n 2, p. 205-224, mai-ago 2010.

WILLEMS, Emílio. *A aculturação dos alemães no Brasil: estudo antropológico dos imigrantes alemães e seus descendentes no Brasil*. 2 ed. São Paulo: Companhia Editora Nacional, Brasília: INL, 1980 [1946].



WITT, Marcos. *Política no litoral norte do Rio Grande do Sul: a participação de nacionais e de colonos alemães – 1840/1889*. Dissertação (Mestrado em História). São Leopoldo, PPG-História/Unisinos: 2001.

\_\_\_\_\_. *Em busca de um lugar ao sol: estratégias políticas, imigração alemã, Rio Grande do Sul, Século XX*. São Leopoldo: Oikos, 2008.

WOORTMANN, Ellen F. Identidades e memória entre teuto-brasileiros: os dois lados do Atlântico. *Horizontes Antropológicos*, ano 6, n. 14, p. 205-238, 2000.

ZARTH, Paulo Afonso. *História agrária do planalto gaúcho (1850-1920)*. Ijuí: Ed. Unijuí, 1997.

ZHOU, Min. Revisiting Ethnic Entrepreneurship: Convergences, Controversies, and Conceptual Advancements. *International Migration Review*, v. 38, n. 3, p. 1040-1074, 2004.

## **Acervos e fontes documentais consultadas**

### **Arquivo Público do Estado do Rio Grande do Sul – APERS**

#### **Processos Judiciais**

Comarcas de Rio Grande, Pelotas, Porto Alegre e Uruguaiana:

Inventários; arrolamentos; testamentos; despejos; crimes; executivas; notificações; apelações cíveis; cartas precatórias; habilitações de casamento; sucessão; tutelas; cobranças; medições.

#### **Tabelionatos**

Rio Grande. 1º Tabelionato. Livro Notarial de Transmissões/Notas nº 2 (1866 – 1874).

Rio Grande. 2º Tabelionato. Livros Notariais de Transmissões/Notas nº 18 ao 37 (1843 – 1875).

Rio Grande. 2º Tabelionato. Livros Notariais de Registros Diversos nº 23 ao 25 (1860 – 1873).

Pelotas. 1º Tabelionato. Livros Notariais de Transmissões/Notas nº 7 ao 15 (1851 – 1875).

Pelotas. 2º Tabelionato. Livros Notariais de Transmissões/Notas nº 75 A até 79 (1909 – 1915).

Pelotas. Tabelionato 4º distrito (Boqueirão). Livros Notariais de Transmissões/Notas nº 1 ao 18 (1857 – 1886).

### **Arquivo Histórico do Rio Grande do Sul – AHRS**

Fundo: Imigração, Terras e Colonização. São Lourenço-diretor-empresário-diversos, maço 72, caixa 37.

Fundo: Consulados e Legações, maço CN-1, caixa 1.

Fundo: Autoridades Municipais – Correspondências das Câmaras Municipais. Pelotas, 1858-1878, maço 106, caixa 47.

### **Arquivo do Judiciário**

Testamento da Baronesa Theresinha von Steinberg. Testamenteiro Francisco Rheingantz. Arquivo do Judiciário. Sem informações.

Inventário de Francisco Rheingantz. Inventariante Maria Augusta de Assumpção Rheingantz. Arquivo do Judiciário. 2º Cartório de Órfãos e Ausentes. Processo de Inventário – localizador: F 900 1995673972, 1937.

### **Biblioteca Nacional – BN**

**Hemeroteca Digital**

*Correio Mercantil*, Rio de Janeiro, diversas datas avulsas.

*Diário do Rio de Janeiro*, Rio de Janeiro, diversas datas avulsas.

*O Rio-Grandense*, Rio Grande, 1849-1851.

*A Federação*, Porto Alegre, 1884-1930.

Outros documentos consultados:

BRASIL. Ministério do Império. *Relatorio do anno de 1857 apresentado a assemblea geral legislativa na 2ª sessão da 10ª legislatura*. Rio de Janeiro, 1858.

*Boletim do Grande Oriente do Brasil*, Rio de Janeiro, ano 4, n. 4, abr. 1875.

**Biblioteca Rio Grandense – BRG**

Coleção Rheingantz (Acervo Jacob Rheingantz), caixas 1 a 4.

Relatórios da *Rheingantz e Cia* e da *Cia União Fabril*. Sala Silva Paes. Caixa 1, NR.33.942 – E.16 P.1 (1884-1916) e caixa 2, NR.33.942 – E.16 P.1 (1917-1955).

**Jornais:**

*O Diário do Rio Grande*, Rio Grande, 1867-1875.

*Echo do Sul*, Rio Grande, 1867-1875.

**Biblioteca Pública de Pelotas - BPP**

Acervo do Museu da Biblioteca Pública de Pelotas.

**Centro de Documentação Histórica**

**“Prof. Hugo Alberto Pereira Neves” – CDH / FURG.**

**Acervo de História Oral.**

Entrevistas conduzidas pela Professora Maria Regina da Silva Freitas (FURG), entre 1982 e 1988.

**Núcleo de Pesquisa em História – NPH / UFRGS**

**Acevo: Indústria e trabalho no Rio Grande do Sul – Industrialização e movimento operário entre 1889 e 1945.**

Banco de Dados: O processo de Industrialização no RS entre 1889-1945.

Relatórios da diretoria da *Companhia de Tecelagem Ítalo-brasileira*, para os anos 1922 – 1930. NPH/459-E A NPH/475-E

Relatórios da Sociedade Comanditária em ações *Rheingantz & C.* (Para os anos sociais de 1884 até 1893, e o estatuto de 1895). NPH/156-E até NPH/167-E.

Relatórios da Diretoria da *Companhia União Fabril*, para os anos sociais de 1894 até 1930. NPH/110-E até NPH/114-E; NPH/182-E até NPH/192-E; NPH/135-E até NPH/152-E.

Relatório da Diretoria da *Companhia União Fabril*. Ano social 1894, 1896, 1898, 1899, 1900, 1901, 1902, 1903, 1904, 1905, 1908, 1909, 1910 (que estão sem as capas).

*Relatório da Diretoria da Companhia União Fabril sucessora da Rheingantz e Cia, que vai ser apresentado á Assembléa Geral ordinaria em 14 de Novembro de 1895.* Anno Social de 1 de setembro de 1894 a 31 de agosto de 1895. Rio Grande: Typografia Trocadeiro, 1895.

*Relatório da Diretoria da Companhia União Fabril sucessora da Rheingantz e Cia, que vai ser apresentado á Assembléa Geral ordinaria em 30 de Novembro de 1897.* Anno Social de 1 de setembro de 1896 a 31 de agosto de 1897. Rio Grande: Typografia Trocadeiro, 1897.

*Relatorio da Directoria da Companhia União Fabril Sucessora da Rheingantz e C.<sup>a</sup> que vae ser apresentado á Assembléa Geral Ordinaria em 26 de Novembro de 1907.* Anno Social de 1º de Setembro de 1906 a 31 de Agosto de 1907. Rio Grande, Typographia da Livraria Rio Grandense (R. Strauch), 1907.

*Relatorio da Directoria da Companhia União Fabril Sucessora da Rheingantz & C.ia que vae ser apresentado á Assembléa Geral Ordinaria em 30 de Novembro de 1911.* Anno Social de 1º de Setembro de 1910 a 31 de Agosto de 1911. Rio Grande: Typographia da Livraria Rio-grandense (R. Strauch), 1911.

*Relatorio da Directoria da Companhia União Fabril Sucessora da Rheingantz & C.ia que vae ser apresentado á Assembléa Geral Ordinaria em 30 de Novembro de 1912.* Anno Social de 1º de Setembro de 1911 a 31 de Agosto de 1912. Rio Grande: Typographia da Livraria Rio Grandense, R. Strauch, 1912.

*Relatorio da Directoria da Companhia União Fabril Sucessora de Rheingantz & C.ia. Que vae ser apresentado á Assembléa Geral Ordinaria em 29 de Novembro de 1913.* Anno Social de 1º de Setembro de 1912 a 30 Agosto de 1913. Rio Grande, Typographia da Officina Graphica, F. Andreassi, 1913.

*Relatorio da Directoria da Companhia União Fabril Sucessora de Rheingantz e C.ia Que vae ser apresentado á Assembléa Geral Ordinaria em 30 de Novembro de 1914.* Anno Social de 1º de Setembro de 1913 a 31 de Agosto de 1914. Rio Grande: Typ. Do Echo do Sul – Rua Marechal Floriano n. [113], 1914.

*Relatorio da Directoria da Companhia União Fabril Sucessora de Rheingantz & C.ia. Que vae ser apresentado á Assembléa Geral Ordinária em 30 de Novembro de 1915.* Anno Social de 1º de Setembro de 1914 a 31 de Agosto de 1915. Rio Grande, Typ do Echo do Sul – Rua Marechal Floriano, n. 113, 1915.

*Relatorio da Directoria da Companhia União Fabril Sucessora de Rheingantz e C.ia. Que vae ser apresentado á Assembléa Geral Ordinaria em 30 de Novembro de 1916.* Anno Social

de 1º de Setembro a 31 de Agosto de 1916. Typ. Do Echo do Sul – Rua Marechal Floriano n. 113, 1916.

*Relatorio da Directoria da Companhia União Fabril Successora de Rheingantz & C.ia. Que vae ser apresentado á Assembléa Geral Ordinaria, em 30 de Novembro de 1917.* Anno social de 1º de Setembro de 1916 a 31 de Agosto de 1917. Rio Grande: Typ. Do Echo do Sul – Rua Marechal Floriano n. 113, 1917.

*Relatorio da Directoria da Companhia União Fabril Successora de Rheingantz & Cia. Que vae ser apresentado a Assembléa Geral ordinária em 30 de Novembro de 1918.* Anno Social de 1º de Setembro de 1917 a 31 de Agosto de 1918. Rio Grande: Officina Typ. Mignon – M. Floriano n. 261, 1918.

*Relatorio da Directoria da Companhia União Fabril Successora de Rheingantz & C.ia. Que vae ser apresentado á Assembléa Geral Ordinaria em 29 de Novembro de 1919.* Anno Social de 1º de Setembro de 1918 a 30 de Agosto de 1919. Rio Grande: Livraria Commercial – Pelotas – Meira & c., 1919.

*Relatorio da Directoria da Companhia União Fabril Successora de Rheingantz & C.ia. Que vae ser apresentado á Assembléa Geral Ordinaria em 30 de Novembro de 1920.* Anno social de 1º de Setembro de 1919 a 31 de Agosto de 1920. Rio Grande: Livraria Rio-grandense (R. Strauch), 1920.

*Relatorio da Directoria da Companhia União Fabril Successora de Rheingantz & C.ia Que vae ser apresentado á Assembléa Geral Ordinária em 30 de Setembro de 1921.* Anno Social de 1º de Setembro de 1920 a 30 de Junho de 1921. Rio Grande: Livraria Rio-Grandense (R. Strauch), 1921.

*Relatorio da Directoria da Companhia União Fabril Successora de Rheingantz e Cia. Que vae ser apresentado á Assembléa Geral Ordinaria em 30 de Novembro de 1923.* Anno social de 1º de Setembro de 1922 a 31 de Agosto de 1923. Rio Grande: Tip. E Papelaria do Echo do Sul – Rua Marechal Floriano, 167, 1923.

*Relatorio da Directoria da Companhia União Fabril Successora Rheingantz e Cia. Que vae ser apresentado á Assembléa Geral Ordinaria em 29 de Novembro de 1924.* Anno Social de 1º de Setembro de 1923 a 31 de Agosto de 1924. Rio Grande: Typ. E Papelaria do Echo do Sul – Rua Marechal Floriano, 157, 1924.

*Relatorio da Directoria da Companhia União Fabril Successora de Rheingantz & Cia. Que vae ser apresentado á Assembléa Geral Ordinaria em 30 de Novembro de 1925.* Anno Social de 1º de Setembro de 1924 a 31 de Agosto de 1925. Rio Grande: Typ. E Papelaria do Echo do Sul – Rua Marechal Floriano, 157, 1925.

*Relatorio da Directoria da Companhia União Fabril Successora de Rheingantz & Cia. Que vae ser apresentado á Assembléa Geral Ordinaria em 30 de Novembro de 1926.* Anno Social de 1º de Setembro de 1925 a 31 de Agosto de 1926. Rio Grande: Typ e Papelaria do Echo do Sul – Rua Marechal Floriano, 157, 1926.

*Relatorio da Directoria da Companhia União Fabril Successora da Rheingantz & Cia. que vae ser apresentado á Assembléa Geral Ordinaria em 30 de Novembro de 1927.* Anno Social de 1º de Setembro de 1926 a 31 de Agosto de 1927. Rio Grande: Typ. e Papelaria do Echo do Sul – Rua Marechal Floriano, 157, 1927.

*Relatorio da Directoria da Companhia União Fabril Successora de Rheingantz & Cia. que vae ser apresentado á Assembléa Geral Ordinaria em 30 de Novembro de 1928.* Anno Social

de 1º de Setembro de 1927 a 31 de Agosto de 1928. Rio Grande: Typ e Papelaria do Echo do Sul – Rua Marechal Floriano, 158, 1928.

*Relatorio da Directoria da Companhia União Fabril Succesora de Rheingantz & Cia. Que vae ser apresentado á Assembléa Geral Ordinaria em 30 de Novembro de 1929.* Anno Social de 1º de Setembro de 1928 a 31 de Agosto de 1929. Typ. e Papelaria do Echo do Sul – Rua Marechal Floriano, 157, 1929.

*Relatorio da Directoria da Companhia União Fabril Succesora de Rheingantz & Cia. Que vae ser apresentado á Assembléa Geral Ordinaria em 2 de Janeiro de 1931.* Anno Social de 1º de Setembro de 1929 a 30 de Agosto de 1930. Rio Grande: Typ. Papelaria do Echo do Sul – rua Marechal Floriano, 157, 1930.

### **Acervo: Sandra Pesavento: Industrialização RS (1889-1945).**

Relatório da Diretoria de *Cia União Fabril* – 1925, caixa 7.

Documento sobre a fundação do *Centro da Indústria*, caixa 15.

### **Mitra Diocesana de Rio Grande.**

Livros de Nascimentos da Matriz de São Pedro do Rio Grande, nº 12, 13, 15, 18, 19, 21, 22, 28, 30, 33.

Livro de Óbitos da Matriz de São Pedro do Rio Grande, nº 32.

### **Outras fontes consultadas**

Relatórios da Presidência da Província de São Pedro do Rio Grande do Sul (1857-1889).

Rheingantz, Oscar Luiz. *Centenário do Comendador Carlos Guilherme Rheingantz.* Palestra proferida no Rotary Clube de Rio Grande.

Family Search. Baltimore, Passenger and Immigrations Lists, 1820-1897.

### **Acervos e arquivos na Alemanha**

#### **Geheimes Staatsarchiv Preußischer Kulturbesitz (Berlin)**

Ministerium des Innern - Tit. 226 Nr. 75; Auswanderungen nach Brasilien, Band 1 bis 10; GStA PK, I. HA Rep. 77.

#### **Staatsarchiv Hamburg.**

Staatsangehörigkeitsaufsicht. 332-7.

Handelregister. Firmenwesen.

Zivilstandsamt (332-03)

Hamburgisches Standesamt (332-5)

**Stadtarchiv Wiesbaden.**

Sterberegister Wiesbaden

Outros arquivos visitados:

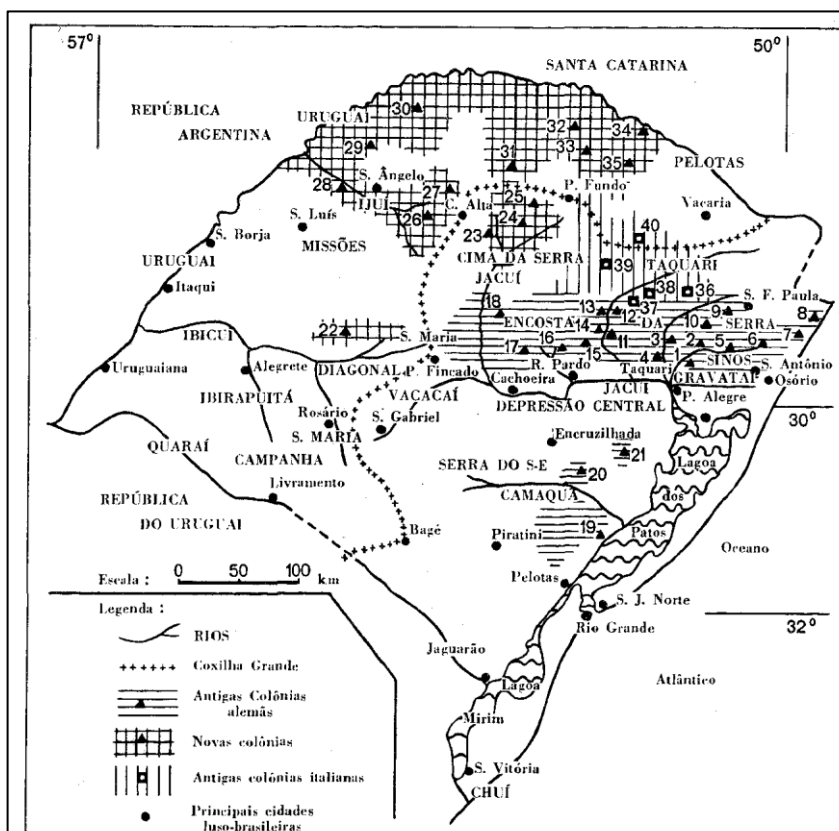
**Ibero-American Institute - Prussian Cultural Heritage (IAI)**

**Hessisches Hauptstaatsarchiv**

**Landeshauptarchiv Koblenz**

**Evangelische Archivstelle Boppard**

## Anexo A – Mapa do Rio Grande do Sul com a localização das principais cidades e das colônias alemãs



### O RIO GRANDE DO SUL E AS PRINCIPAIS COLÔNIAS

*Antigas colônias alemãs:* 1. São Leopoldo; 2. Nôvo Hamburgo; 3. Caí; 4. Montenegro; 5. Taquara; 6. Rolante; 7. Três Forquilhas; 8. Tôrres; 9. Gramado; 10. Nova Petrópolis; 11. Estrêla; 12. Roca Sales; 13. Arroio do Meio; 14. Lajeado; 15. Venâncio Aires; 16. Santa Cruz; 17. Candelária; 18. Sobradinho; 19. São Lourenço; 20. São Feliciano; 21. Barão do Triunfo.

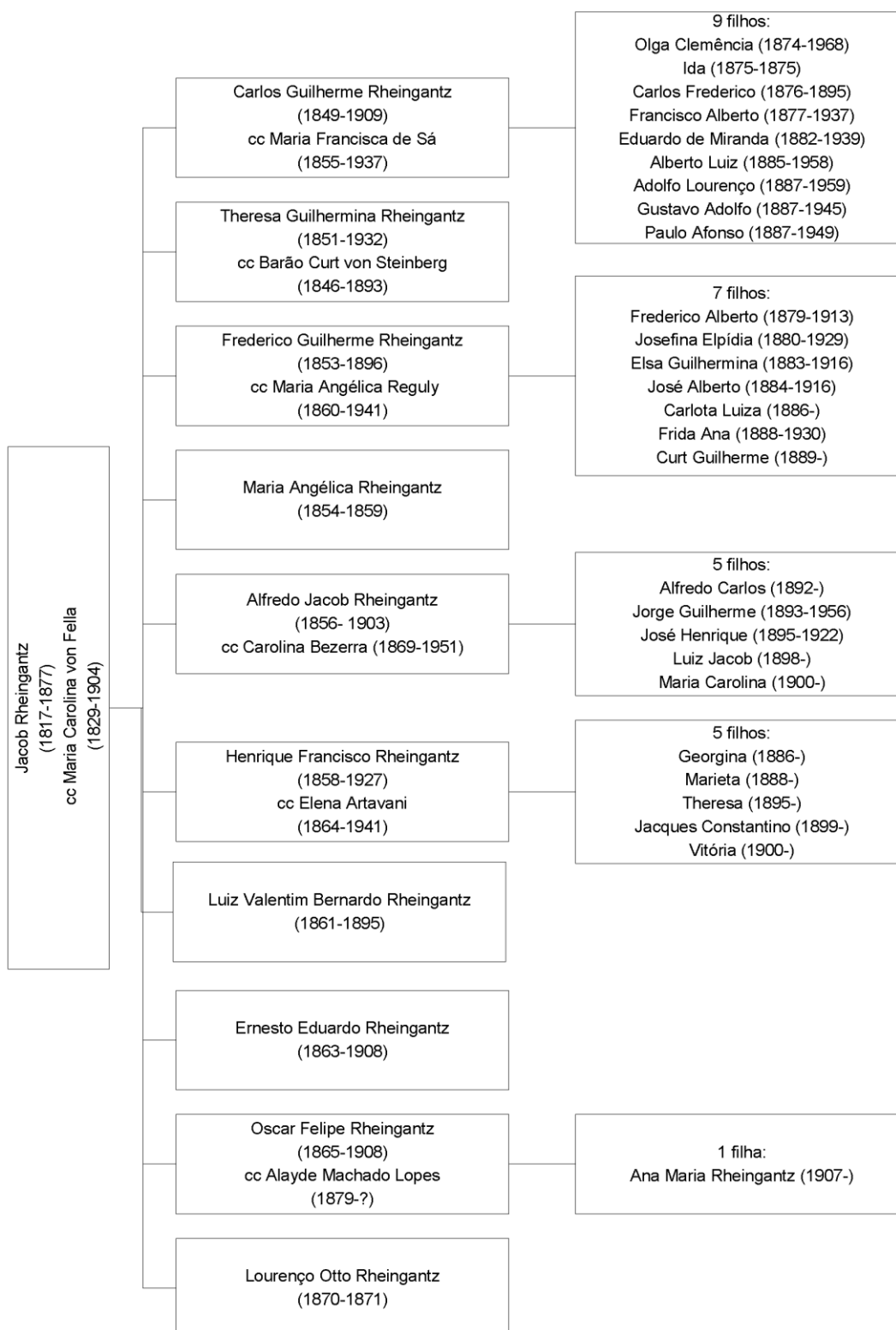
*Novas colônias:* 22. Jaguari; 23. Selbach; 24. Não-Me-Toque; 25. Carazinho; 26. Ijuí; 27. New Wurttemberg (Panambi); 28. Cêrro Azul; 29. Santa Rosa; 30. Três Passos; 31. Sarandi; 32. Erechim; 33. Getúlio Vargas; 34. Marcelino Ramos; 35. Sananduva.

*Antigas colônias italianas:* 36. Caxias; 37. Garibaldi; 38. Bento Gonçalves; 39. Guaporé; 40. Nova Prata.

Fonte: Roche (1969, p. 8).



## Anexo B – Diagrama das três gerações da família Rheingantz



Fonte: Elaborado a partir de jornais e Rheingantz (1941).

Nota: cc = casado com.